



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**



ROSEVANIA CERQUEIRA DA PAIXÃO

A EXPRESSÃO DA METROPOLIZAÇÃO DO ESPAÇO A PARTIR DE SALVADOR

SALVADOR

2024

ROSEVANIA CERQUEIRA DA PAIXÃO

A EXPRESSÃO DA METROPOLIZAÇÃO DO ESPAÇO A PARTIR DE SALVADOR

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Geografia.

Linha de Pesquisa 1 - Análise Urbana e Regional

Orientador: Prof. Dr. Gilberto Corso Pereira

Salvador

2024

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Universitária de
Ciências e Tecnologias Prof. Omar Catunda, SIBI – UFBA.

P149 Paixão, Rosevania Cerqueira da

A expressão da metropolização do espaço a partir de
Salvador/ Rosevania Cerqueira da Paixão. – Salvador, 2024.

208 f.

Orientador: Prof. Dr. Gilberto Corso Pereira

Tese de (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia.
Instituto de Geociências, 2024.

1. Urbanização. 2. Espaço – Metropolização. 3. Setor
Terciário. I. Pereira, Gilberto Corso. II. Universidade Federal da
Bahia. III. Título.

CDU:911.375.1

TERMO DE APROVAÇÃO

BANCA DE DEFESA - TESE

A EXPRESSÃO DA METROPOLIZAÇÃO DO ESPAÇO A PARTIR DE SALVADOR

ROSEVANIA CERQUEIRA DA PAIXÃO



Dr. Gilberto Corso Pereira (Orientadora/Presidente)
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Documento assinado digitalmente

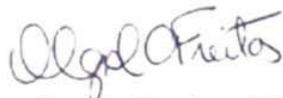
 **ANTONIO ANGELO MARTINS DA FONSECA**
Data: 04/10/2024 10:21:41-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr. Antonio Angelo Martins da Fonseca
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Documento assinado digitalmente

 **MARIA DAS GRACAS BORJA GONDIM DOS SANT**
Data: 07/10/2024 12:03:24-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr^a. Maria das Graças Gondim dos Santos Pereira
Universidade Federal da Bahia (UFBA)



Dr^a. Olga Lucia Castreghini de Freitas
Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Documento assinado digitalmente

 **SARAH LUCIA ALVES FRANÇA**
Data: 07/10/2024 12:43:53-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr^a. Sarah Lucia Alves França
Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Aprovada em sessão pública de 08 de agosto de 2024

Dedico este trabalho aos meus queridos pais, avós e todos os ancestrais que por aqui passaram, pois, o sonho de vocês (o estudo) é hoje a minha realidade!

Dedico também à família que continua em vocês meus amados Rosenilda (irmã) Joanderson (primo e afilhado) e a você, *mon amour*: Ulysse (marido).

AGRADECIMENTOS

O meu primeiro agradecimento é a Deus! Fonte de toda a vida, é Ele que me permite viver e aprender todos os dias e que me deu muita força e perseverança para vencer esse longo e difícil percurso de construção deste trabalho. E um especial agradecimento a Santo Antônio, Doutor da Igreja Católica, que com o seu lindo exemplo de dedicação aos estudos baseada na humildade me confortou e me inspirou na fé e na coragem necessária para vencer os desafios que é realizar um trabalho desta magnitude.

Também agradeço aos meus guias e espíritos de luz que me acompanham em toda e qualquer situação. Vocês estão comigo desde o meu nascimento e honrarei esta riqueza enquanto aqui eu estiver! Mo dúpé!

Gratidão aos meus pais que já partiram, Roquelino e Valmira. Vocês, abaixo das bênçãos de Deus, me deram a vida, amor e deixaram valiosos ensinamentos sobre a importância do estudo na vida, assim como meu vovô Rosalvo e minha vovó Maria Eduarda (Dudão) que também muito me apoiaram nos estudos durante o tempo que aqui estiveram comigo e que seguem torcendo por mim daí do céu. Obrigada por tudo, meus amados, e sigam na Sagrada Luz Divina!

Agradeço a minha querida irmã (sim irmã + mãe) Rosenilda Paixão, sensível e presente em todos os momentos da minha vida; que fazia questão de dizer aos seus amigos e colegas que tinha uma irmã que estava fazendo doutorado e do quanto se orgulhava disso. Bom, eu consegui minha irmã e agora você pode dizer que tem uma irmã doutora! Sou grata a Deus por ter você como minha irmã; meu amor por você é imensurável e eterno e estaremos juntas sempre, mesmo que a distância por vezes dificulte.

Agradeço ao meu marido Ulysse de Gendt, meu amado companheiro. Quando nos vimos pela primeira vez acho que você nunca imaginou que viveria uma história de amor com uma pesquisadora. Uma das primeiras coisas que eu te falei era sobre meu desejo de fazer esse doutorado e você acompanhou tudo, sempre me apoiando, desde a notícia de aprovação lá em 2018, o desenvolvimento dos

estudos, onde muitas vezes teve que dividir a minha atenção com o notebook na produção de textos e mapas, até o tão esperado e comentado dia da defesa. Muito obrigada por esse importante apoio, paciência e compreensão, meu lindo. Estendo este agradecimento aos seus pais (meus sogros), Michel e Nadine, que também acompanharam e foram extremamente solidários e compreensivos durante muitos momentos da complexa rotina de estar à frente do computador.

Agradeço aos meus familiares de sangue e do coração que também acompanharam minha jornada de estudos desde a faculdade. Quando na ausência dos meus pais, respeitaram e me apoiaram, dentro das possibilidades, em tudo que me comprometi a realizar na busca por conhecimento.

Em especial o meu muito obrigada à Joanderson Braz meu primo e afilhado querido que sempre fica na torcida pelas boas coisas que me proponho a fazer. A meu primo, Rodrigo Paixão, que mesmo morando longe se faz presente por meio da tecnologia da comunicação, me encorajando e me mostrando caminhos outros, nem sempre percebidos por mim de maneira imediata.

Também incluo você, Célia Cerqueira, dona da palavra de conforto, da palavra que muitas vezes me fez lembrar e sentir a presença de Deus mesmo nos momentos de dificuldades. E Denise Souza sempre preocupada em não me atrapalhar quando precisava de algo ou tirar alguma dúvida, além de muito cuidadosa me lembrando sempre de comer e beber água.

Grata aos meus amigos que a vida me deu. Do bairro, em especial Joçanã Fonseca, Geisa Fonseca, Sandra Pinheiro, Geovani Nunes, Elisete Souza e Beatriz Souza; dos meus primeiros anos de estudo junto com a turma do CEPAS; da UNEB, Jorge França, Augusto Gonçalves, Thiago Durães e Tiago Artur; aos amigos que fiz na SEDUR: Natássia Gavazza, Sérgio Manzioni, Laís Cunha, Raoni de Carvalho, Mabel Marques, Ana Cláudia Souza e Rita Novaes. São pessoas que mesmo de longe são especiais para mim por toda a palavra de incentivo e de carinho que me ofereceram durante este percurso.

Agradeço aos colegas do doutorado, em especial aos amigos Fábria Zaloti e Weldon Ribeiro, por compartilharem em diversos momentos as angústias, as dúvidas e os desejos, além de dividir as alegrias a cada etapa vencida desse processo nem sempre prazeroso.

Grata aos professores do PosGeo/UFBA por todos os ensinamentos passados durante as aulas e também aos professores Arivaldo Amorim e Juan Pedro Moreno por toda a ajuda e orientação. O meu muito obrigada, também, ao meu orientador Professor Gilberto Corso, sempre calmo e de bom humor, que conduziu todo o processo de desenvolvimento da pesquisa com tranquilidade e sempre com boas sugestões a oferecer.

Agradeço ainda à FAPESB, pelo importante apoio na elaboração deste trabalho por meio de uma bolsa de estudos. E muito obrigada a cada funcionário da UFBA e da Pós-Graduação em Geografia pela atenção e por cada informação, procedimento e orientação dedicada a mim como aluna.

Enfim, um imenso muito obrigada a todos que de alguma maneira me ajudaram a alcançar essa vitória. Deus abençoe a todos sempre!

RESUMO

Os fenômenos urbanos de maior complexidade tem sido uma constante nos estudos que abordam as transformações espaciais, sociais e econômicas no mundo nas mais diversas escalas. Fenômenos desta natureza, tem exigido o urgente e indispensável rearranjo no tocante a definições, nomenclaturas e métodos de análise, a fim de melhor distinguir e assimilar o heterogêneo momento urbano que se desenvolve com maior vigor desde o final do século XX. Este é o caso das transições produzidas pelo novo estágio da urbanização, a chamada metropolização do espaço, que se impõe como uma impetuosa avalanche, produzindo estruturas e estratégias de essência urbano-metropolitana e capitalista que extrapola limites geográficos, independente de dimensões físicas e populacionais. À vista disso, a pesquisa desenvolveu uma análise focada em identificar o atual alcance da metrópole soteropolitana, a partir do fenômeno da metropolização do espaço, com base na distribuição espacial de empreendimentos (fixos), principalmente os de grande porte, e suas respectivas atividades que compõe o setor terciário e que combinado aos fluxos cotidianos de pessoas, bens e informações podem se disseminar e transformar espaços cada vez mais distantes. Considerando o recorte espacial que abrange os municípios de Salvador, Lauro de Freitas, Simões Filho e Camaçari e apoiando-se na leitura da bibliografia pertinente ao tema, em conjunto com a consulta à base de dados e informações de instituições de pesquisa, órgãos públicos e análises geográficas via produção de mapas temáticos, foi possível concluir que as transições urbanas atingem os respectivos municípios com distintas intensidades, sendo Lauro de Freitas aquele que mais tem sido impactado por estes movimentos de reconfiguração espacial, por meio da expansão de grandes empreendimentos do setor terciário. Constatação que corrobora com a percepção dos autores utilizados como referência teórica do trabalho, ao declarar ser este um novo fato urbano, que age de diferentes maneiras, considerando as características peculiares de cada lugar, fazendo com que a atuação do mesmo ocorra em distintas dimensões, velocidades e diferentes níveis e ritmos. Dentro dos limites impostos e também defrontados, têm-se a plena consciência de que este é a apenas o começo do profundo trabalho investigativo que o tema da metropolização do espaço no território baiano exige, sendo ideal a recomendação de que outras pesquisas acadêmicas sejam desenvolvidas de maneira contínua, a fim de possibilitar a identificação de novas peças deste quebra-cabeça urbano da contemporaneidade.

Palavras-Chave: Urbanização; Metropolização do espaço; Setor Terciário.

ABSTRACT

Urban phenomena of increasing complexity are a constant in studies that address spatial, social, and economic transformations in the world at a variety of scales. Phenomena of this nature have demanded an urgent and indispensable rearrangement of definitions, nomenclatures and methods of analysis in order to better distinguish and assimilate the heterogeneous urban moment that has been developing with greater vigor since the end of the 20th century. This is the case of the transitions produced by the new stage of urbanization, the so-called metropolization of space, which imposes itself like an impetuous avalanche, producing structures and strategies of an urban-metropolitan and capitalist essence that goes beyond geographical limits, regardless of physical and population dimensions. In view of this, the research developed an analysis focused on identifying the current scope of the metropolis of Salvador, based on the phenomenon of the metropolization of space, based on the spatial distribution of (fixed) enterprises, mainly large ones, and their respective activities that make up the tertiary sector and which, combined with the daily flows of people, goods and information, can spread and transform increasingly distant spaces. Considering the spatial section that includes the municipalities of Salvador, Lauro de Freitas, Simões Filho and Camaçari, and based on the reading of the relevant bibliography, together with the consultation of the database and information from research institutions and public bodies, and the geographical analysis through the production of thematic maps, it was possible to conclude that the urban transitions affect the respective municipalities with different intensities, with Lauro de Freitas being the one that has been most affected by these movements of spatial reconfiguration through the expansion of large tertiary sector enterprises. This finding confirms the perception of the authors used as theoretical reference for this work, who state that this is a new urban fact that acts in different ways, considering the peculiarities of each place, causing it to act in different dimensions, at different speeds, at different levels and rhythms. Within the limits imposed and also faced, we are fully aware that this is only the beginning of the in-depth investigative work that the subject of the metropolitanization of space in the territory of Bahia requires, and it is ideal to recommend that further academic research be carried out on a continuous basis, in order to allow the identification of new pieces of this contemporary urban puzzle.

Keywords: Urbanization; Metropolization of space; Tertiary sector.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Eixo gráfico espaço-temporal de Lefebvre.....	44
Figura 2 - Imagens do Shopping da Bahia (antigo Iguatemi) – 1975.....	103
Figura 3 - Shopping da Bahia dias atuais.....	105
Figura 4 - Avenida Tancredo Neves na década de 80 e século XXI, com destaque para a Casa do Comércio - Salvador.....	108
Figura 5 - Salvador Shopping - Salvador.....	108
Figura 6 - Shopping Bela Vista – Salvador.....	109
Figura 7 - Shopping Bela Vista – Salvador.....	109
Figura 8 - Shopping Paralela – Salvador.....	110
Figura 9 - Salvador Norte Shopping - Salvador.....	111
Figura 10 - Parque Shopping Bahia na fase de construção – Lauro de Freitas.....	112
Figura 11 - Outlet Premium Salvador - Camaçari.....	113
Figura 12 - Boulevard Shopping Camaçari – Camaçari.....	113
Figura 13 - Vista interna do shopping tipo Street Mall do Mundo Plaza - Salvador.....	116
Figura 14 - Carrefour Hiper Iguatemi - Salvador.....	118
Figura 15 - Empreendimento formato Atacarejo - Lauro de Freitas.....	124
Figura 16 - Empreendimento formato Atacarejo - Simões Filho.....	124
Figura 17 - Vista dos edifícios empresariais da Av. Tancredo Neves - Salvador.....	129
Figura 18 - Centro empresarial Helitower - Lauro de Freitas.....	130
Figura 19 - Centro empresarial AERO - Lauro de Freitas.....	130
Figura 20 - Centro Empresarial Open Center - Camaçari.....	131
Figura 21 - IES União Metropolitana de Educação e Cultura (UNIME) -.....	135

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Localização da área de estudo.....	34
Mapa 2 - Identificação de Áreas Urbanas e Rurais.....	39
Mapa 3 - Localização dos Shopping Centers na área de estudo.....	102
Mapa 4 - Localização Salvador Shopping - Salvador.....	106
Mapa 5 - Localização dos Shoppings de Médio e Pequeno porte na área de estudo	115
Mapa 6 - Localização dos Super e Hipermercados.....	120
Mapa 7 - Localização dos Atacarejos.....	122
Mapa 8 - Localização dos Centros Empresariais.....	127
Mapa 9 - Centros Empresariais da Av. Tancredo Neves – Salvador.....	128
Mapa 10 - Localização das IES públicas e privadas por modalidade de ensino.....	134
Mapa 11 - Concentração de Empreendimentos do Setor Terciário na área de estudo	139
Mapa 12 - Centralidades de Salvador – PDDU e LOUOS, 2016.....	140
Mapa 13 - Mapa dos Corredores de atividades diversificadas.....	142
Mapa 14 - Centralidades de Camaçari - PDDU.....	144
Mapa 15 - Centralidades de Simões Filho - PDDU.....	145
Mapa 16 - Localização das estações do Sistema Metroviário Salvador – Lauro de Freitas.....	149
Mapa 17 - Cobertura 3G / 4G / 5G das operadoras Oi, Claro, Tim e Vivo, 2023.....	152
Mapa 18 - Evolução e distribuição de superfícies NRES construídas entre os anos de 1975, 2000, 2020 e projeção 2030.....	161
Mapa 19 - Cronologia de implantação dos empreendimentos na área de estudo por décadas – 1970 a 2023.....	167
Mapa 20 - Alcance da Metrópole Soteropolitana.....	171

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Gráfico de densidade de acessos banda larga fixa por município (acessos/100 hab.) - 2007 a nov. 2023.....	155
Gráfico 2 - Velocidade média de acessos a banda larga fixa por município - 2017 a nov.2023.....	156

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Categorias dos serviços da ONU.....	87
Quadro 2 - Empresas do segmento de grandes shoppings center.....	178
Quadro 3 - Empresas do segmento de super/hipermercados e atacarejos.....	179
Quadro 4 - Empresas do segmento de centros empresariais.....	181
Quadro 5 - Empresas do segmento de ensino superior.....	182

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Dados socioeconômicos dos municípios da área de estudo.....	38
Tabela 2 - Estrutura do Shopping da Bahia em 1975, 2003 e 2022.....	106
Tabela 3 - Pesquisa de Origem e Destino (O/D) da RMS – 2012 (viagens/dia por transporte coletivo).....	147
Tabela 4 - Carregamento de passageiros linhas de ônibus intermunicipais/ano com destino à Salvador (2018, 2019 e 2020).....	148
Tabela 5 - Número de antenas de telecomunicações instaladas por município, 2023	151
Tabela 6 - Cronologia de implantação dos empreendimentos, 2023.....	166

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABL	Área Bruta Locável
Abrasce	Associação Brasileira de Shopping Centers
AETN	Associação Empresarial Tancredo Neves
AGERBA	Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia
ANATEL	Agência Nacional de Telecomunicações
AP	Arranjos Populacionais
Av.	Avenida
BIP	Bens, informações e pessoas
CIA	Centro Industrial de Aratu
ConCidades	Conselho Estadual das Cidades
COPEC	Complexo Petroquímico de Camaçari
EaD	Educação a Distância
e-MEC	Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior
GHSL	Global Human Settlement Layer
GPA	Grupo Pão de Açúcar
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituição de Ensino Superior
IFBA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISIC	International Standard Industrial Classification
MEC	Ministério da Educação
NRES	Não Residencial
O/D	Origem / Destino
ONU	Organização das Nações Unidas

PDDU	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
PIB	Produto Interno Bruto
QGIS	Quantum GIS
REGIC	Regiões de Influência das Cidades
RM	Região Metropolitana
RMFS	Região Metropolitana de Feira de Santana
RMS	Região Metropolitana de Salvador
SEDHAM	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente
SEDUR	Secretaria Desenvolvimento Urbano da Bahia
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SIG	Sistemas de Informação Geográfica
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNIFACS	Universidade Salvador
UNIME	União Metropolitana de Educação e Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	19
1.1 O percurso de construção da pesquisa.....	22
1.2 Objetivos geral e específicos.....	32
1.3 Delimitações e percurso metodológico.....	33
1.4 Estrutura da pesquisa.....	41
2 A CIDADE EM CONSTANTE TRANSFORMAÇÃO.....	43
2.1 O Urbano no Âmbito da Industrialização Brasileira e Baiana.....	47
2.2 A sociedade urbana não está acabada.....	52
3 O FENÔMENO URBANO CONTEMPORÂNEO.....	58
3.1 Refletindo sobre o fenômeno urbano contemporâneo.....	61
3.1.1 Agentes influenciadores e efeitos do novo fenômeno urbano.....	67
3.2 Caminhos para a compreensão da complexidade urbana.....	76
4 PARÂMETROS PARA A CAPTAÇÃO DO FENÔMENO URBANO.....	81
4.1 Indicadores da metropolização soteropolitana.....	83
4.1.1 Setor Terciário.....	84
4.1.2 Centralidades.....	91
4.1.3 Fluxos de pessoas, bens e informações.....	93
5 A EXPRESSÃO DA METROPOLIZAÇÃO DO ESPAÇO.....	97
5.1 Descrição dos fixos do setor terciário.....	99
5.1.1 Shopping Centers.....	99
5.1.2 Supermercados, Hipermercados e Atacarejos.....	117
5.1.3 Centros Empresariais.....	125
5.1.4 Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas.....	131
5.2 Descrição e tendências de centralidades.....	136
5.3 Fluxos materiais e imateriais.....	146
6 UM OLHAR TEMPORAL QUANTO AO FENÔMENO METROPOLITANO.....	158
6.1 O alcance espacial da metrópole baiana.....	168
6.2 Novo urbano como mecanismo de reprodução capitalista.....	176
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	185
REFERÊNCIAS.....	194

1 INTRODUÇÃO

Os momentos de transição da sociedade não são recentes, ao olharmos para trás é possível identificar diferentes fases que determinaram importantes e profundas transformações. Tratam-se de uma série de acontecimentos nem sempre pacíficos que remodelam de maneira intensa o contexto social e espacial, desta maneira são alterações que afetam o cotidiano dos indivíduos, gerando novos interesses, novos comportamentos e novas formas de pensar.

E o que é possível perceber sobre a sociedade e as cidades do século XXI? Quais características são adequadas para distinguir entre aquelas cidades de ontem frente as de hoje, principalmente as metrópoles?

Em seu momento Soja (1993) afirmou se tratar de uma intensa e perturbadora metamorfose urbana que tenta reorganizar os aspectos espaciais, temporais e sociais na era contemporânea frente aos interesses do capitalismo, sem as amarras de um processo mecânico ou automático e de predeterminações, composta por fases cumulativas revestidas de lógicas desenvolvidas anteriormente e que não desaparecem, porém sofrem restaurações conforme critérios estabelecidos.

Envolve também fluxo e transição, posturas ofensivas e defensivas, e uma mescla complexa e oscilante de continuidade e mudança, desta maneira, trata-se de uma remodelação urbana que está compreendida entre a reforma parcial e a transformação revolucionária, entre a situação de perfeita normalidade e algo completamente diferente (Soja, 1993).

Segundo Ferreira (2014) este novo século conduziu tantos novos fatos, assim como preservou antigos processos que permaneceram inalterados e outros que foram reformulados a partir dos precedentes, contribuindo assim para a realização de intensas transformações das formas, estrutura e dinâmicas urbanas, incorporando algumas características do passado como a contínua e agora mais rápida expansão combinada à introdução de novos processos urbanos.

Algumas destas transformações estão relacionadas à inserção e avanço do processo de globalização nas metrópoles, à homogeneização econômica nacional e internacional, além do expressivo aumento do fluxo de pessoas, mercadorias e serviços que delinearão um novo padrão de consumo, uma crescente demanda pelo trabalho imaterial, a concentração de atividades de gestão e administração (Ferreira, 2014; Soares, 2018).

Acrescenta-se também a chegada do importante papel das inovações tecnológicas de informação, comunicação e microeletrônica, responsáveis pela capacidade de nova autonomia espacial para as unidades produtivas e uma verdadeira transformação em termos de padrões espaciais de localização das atividades de produção, armazenamento de bens, distribuição e consumo, além do próprio cotidiano dos moradores da cidade (Ferreira, 2014; Soares, 2018).

Do ponto de vista de Lencioni (2011, 2015) este momento é interpretado como a nova fase da urbanização, uma pós-urbanização também denominada como a metropolização do espaço. Uma urbanização que de acordo com Paiva (2016), seguindo a visão de Lefebvre (2002 [1970]) em sua obra *A revolução urbana*, teve seu início antes da industrialização, porém com maior estímulo na fase da indústria que proporcionou os meios necessários para o desenvolvimento da denominada pelo mesmo como a “urbanização completa da sociedade” e que segundo Ferrier (2002) está expressamente relacionada à “explosão do urbano”, considerada por este autor como a forma espacial universal.

Esta nova lógica deixa evidente que ocorreram e continuam acontecendo extremas e profundas mudanças na estruturação do espaço, na economia, na tecnologia e na sociedade, o que torna indiscutível a existência de diferentes características dessa transformação oferecendo a possibilidade de se estudar o tema sob diferentes enfoques, dos mais simples aos mais profundos, deixando claro se tratar de uma complexa multiplicidade de atributos que determinam as transições deste século.

São mudanças que parecem ser mais perceptíveis em metrópoles, até por conta da influência que estas exercem sob outras cidades a partir dos serviços que concentram e da estrutura econômica que possuem, o que incentiva o interesse em conhecê-las e também compreendê-las.

O pensamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2010) ao afirmar que há um vasto número de temas de pesquisa com foco na investigação sobre o processo de formação das metrópoles e a relação entre elas e suas regiões, sobre a classificação hierárquica, o seu nível de influência nas diversas escalas (global, regional, local e etc.), além das consequências e desafios provenientes deste processo no tempo.

São diversas as possibilidades de análises, porém, apesar desta diversidade, parece complicado alcançar compreensões definitivas no atual momento, pois são

muitos os arcabouços teóricos que foram utilizados para o discernimento do que seria a metrópole e a região de influência do passado, mas que aparentemente parece terem se esgotado, ou melhor, não podem mais simplesmente serem utilizados em reflexões que o foco principal esteja na metrópole contemporânea, pois foram inseridas novas características, que se consolidam de maneira rápida, assumindo assim grande complexidade (IPEA, 2010; Lencioni, 2011).

Nesta perspectiva e levando em consideração a consciência de que a fase contemporânea enfrentada principalmente pelas metrópoles não deve ser enquadrada pura e simplesmente na mesma natureza do processo de metropolização desenvolvido em período anterior, faz-se necessário um fundamental esforço para se desenvolver discussões sobre a reestruturação urbana que se expande desmesuradamente neste novo século, buscando identificar os elementos que contribuem para estas transformações assim como constatar, quando possível, novos processos desencadeados.

É indispensável também destacar que este fenômeno é global e embasado pelas palavras de Ferrier (2002, p. 2, tradução nossa) “são transformações que abalaram as cidades e o campo de todas as regiões do mundo”. Além disso, conforme Indovina (2013, p. 8), é importante levar em consideração que esses processos não se desencadearam de forma instantânea, sendo necessário ter em mente o que ele denomina de o “tempo das cidades”, onde essa transição se desenvolveu em diversas velocidades intercalando momentos de aceleração e desaceleração, ou seja, é importante ter consciência dos diferentes tempos em diferentes lugares, nas diferentes velocidades e em diferentes situações.

Sabe-se que Salvador assim como outras metrópoles brasileiras e da América Latina, sofrem profundas metamorfoses a partir da influência deste novo momento urbano que de acordo com De Mattos (2010) estão relacionadas à modificação de sua estrutura, organização, funcionamento e aparência. E mesmo existindo diferentes percursos históricos e distintas maneiras utilizadas para empregar as ideias políticas, econômicas e capitalistas, é possível em algumas análises se observar tendências comuns que se moldaram ao longo do tempo (Méndez, 2014).

Diante das interpretações de diferentes estudiosos, de que as transições de caráter urbano atingem a todos os lugares mesmo que sob perspectivas e ritmos diferentes, defende-se a tese de que se torna possível observar estas transformações contemporâneas no cenário baiano, mais especificamente o

processo de metropolização do espaço, tomando a metrópole soteropolitana como ponto de partida.

1.1 O percurso de construção da pesquisa

A metropolização do espaço tem transformado lugares, hábitos e valores de vida e estruturas da produção de bens e serviços, embasados em princípios capitalistas, urbanos e de globalização.

Neste viés, a presente pesquisa intitulada “A expressão da metropolização do espaço a partir de Salvador” foi concebida no intuito de se compreender como este fenômeno ocorre tendo a metrópole de Salvador como uma cidade concentradora de capital, de atividades, de serviços, conhecimento e informações, e que parece estar expandido suas práticas e valores urbanos para além do seu território administrativo.

Todavia, cabe uma breve explanação sobre os caminhos percorridos, desde o primeiro momento de inquietação, o embasamento do projeto bem como os ajustes e renúncias efetuados, até as etapas de construção propriamente dita desta tese.

A primeira ideia sobre o tema da proposta de pesquisa surgiu durante as discussões realizadas no âmbito do Conselho Estadual das Cidades da Bahia – ConCidades/BA, órgão colegiado formado por representantes do poder público e da sociedade civil de toda a Bahia, de natureza permanente, de caráter deliberativo, fiscalizador no que se refere às questões relacionadas a Política Estadual de Desenvolvimento Urbano e de caráter consultivo relativo às demais políticas públicas do Estado da Bahia, sediado na Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Bahia – SEDUR.

No decorrer de quatro anos (2013 a 2017) acompanhou-se o funcionamento deste conselho, incluindo a participação nas reuniões realizadas pelos membros¹

¹ De acordo com a Resolução no 001, de 08 de abril de 2008, que aprova o Regimento Interno do Conselho Estadual das Cidades da Bahia, ConCidades/BA, e é composto pelos seguintes membros, nomeados pelo Chefe do Poder Executivo: 10 (dez) representantes do Poder Público Estadual, 02 (dois) representantes da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, indicados pelo seu Presidente, observada a proporcionalidade partidária; 02 (dois) representantes do Poder Público Federal; 06 (seis) representantes do Poder Público Municipal ou de entidades representativas deste segmento; 13 (treze) representantes de entidades do movimento popular e social; 05 (cinco) representantes de entidades da área empresarial; 05 (cinco) representantes de entidades da área de trabalhadores; 03 (três) representantes de entidades da área profissional, acadêmica e de pesquisa; (dois) representantes de organizações não-governamentais; e (treze) representantes regionais, contemplando as unidades de planejamento do Estado.

que compõe o mesmo, com pautas baseadas em assuntos relacionados aos setoriais urbanos (planejamento territorial, mobilidade, habitação e saneamento) que se organizam por meio de Câmaras Técnicas.

Muitas das indagações que ocorriam nos debates eram normalmente relacionadas aos problemas urbanos contemporâneos dos municípios baianos, incluindo os desafios impostos pelas transformações na metrópole soteropolitana e sua região de influência, assuntos que não poderiam ser compreendidos de maneira coerente apenas baseadas em discussões promovidas no ambiente do conselho por se tratar de questões de ampla complexidade, principalmente aquelas relacionadas à natureza metropolitana.

Os argumentos que surgiram nas efusivas discussões desencadearam o ápice da inquietação quando determinado grupo de conselheiros da Câmara Técnica de Mobilidade iniciou um debate considerando que a Região Metropolitana de Salvador (RMS) se expande, presumindo inclusive no futuro a união entre esta e a Região Metropolitana de Feira de Santana (RMFS). Mesmo se tratando de indivíduos que não possuíam uma extensa e aprofundada carreira acadêmica, o assunto levantou diversas dúvidas sobre o que o grupo denominou se tratar da expansão da Região Metropolitana (RM) de Salvador.

A partir de então originou-se um esboço preliminar do projeto de pesquisa que foi sendo desenvolvido desde o ano de 2016, com leituras iniciais se direcionando para o conceito de Cidade-Região.

Dentre a interpretação de alguns textos, o entendimento de Hortêncio (2015) foi considerado como um ponto de partida, pois o mesmo compreende a cidade-região como o espaço favorecido por novas necessidades ligadas ao desenvolvimento econômico local e variedade cultural, instigados pela presença do fenômeno da globalização, oferecendo condições para o surgimento de uma nova entidade territorial proveniente da integração de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas.

Na época da idealização do projeto, o destaque para este conceito abordado por Hortêncio foi baseado nos fatores mencionados e que de acordo com o autor favoreceriam o aparecimento dessa nova entidade territorial, a exemplo das novas necessidades em prol do desenvolvimento, a crescente diversidade cultural, a influência da globalização, além da integração entre regiões. Ficou claro na época que estas questões eram pressupostas e que poderiam, aliás deveriam ser

aprofundadas mais à frente para melhor compreensão.

Outras investigações reforçaram o que parecia de fato anunciar o surgimento de uma cidade-região baiana, utilizando outros termos para denominar as novas escalas de análise, como a produção acadêmica de Moura (2009, p. 106) que ao demarcar “situações espaciais” com peculiaridades espaciais e funcionais, abriu caminho para a reflexão do conceito de Arranjo Urbano-Regional, caracterizado por regiões sem limites espaciais explícitos, tendo seu polo principal estabelecidos em metrópoles de influência regional, salvo algumas exceções.

Neste caso específico, o arranjo urbano-regional de Salvador, morfologicamente ultrapassa os limites da RM soteropolitana se direcionando para o município de Feira de Santana, sendo considerado pela autora como a aglomeração de maior relevância no Nordeste por conta de sua notável participação no produto industrial das firmas industriais do país e de seu transbordamento espacial (Moura, 2009).

Do mesmo modo também destacado na análise elaborada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI (2014), que identificou a única tipologia regional na Bahia, denominada Macrorregião de Salvador-Feira de Santana, que apresenta características de integração econômica entre os seus municípios, sendo a principal justificativa a expressiva densidade de investimentos, com clara divisão espacial de funções e hierarquia entre os municípios, sendo que o conjunto funcionaria economicamente conectado, com trocas internas associadas a fluxos externos,

Tais constatações proporcionaram a construção da ideia de se tentar compreender o comportamento de Salvador e sua Região Metropolitana sob a influência de componentes impulsionadores para o surgimento de uma futura cidade-região baiana, tendo em mente uma futura consolidação da junção entre Salvador (metrópole) e Feira de Santana – que também possui um elevado número de funções urbanas, mas que está diretamente sob influência da metrópole – e suas respectivas Regiões Metropolitanas.

Entretanto, o aprofundamento nas pesquisas bibliográficas além do grupamento de disciplinas frequentadas no curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia, ofereceu apoio importante para ajustes do projeto e principalmente para melhor embasamento e uma adequada interpretação sobre as transições contemporâneas impostas às

idades.

Desta maneira, apesar das investigações mencionadas apontarem indícios de formação de um arranjo urbano-regional ou ainda de uma macrorregião encabeçada por Salvador e Feira de Santana, novas leituras e discussões evidenciaram a necessidade de se manter certa cautela no desenvolvimento de análises para compreensão das transformações urbanas da contemporaneidade.

Visto que seria inadequado ponderar reflexões desta natureza, baseadas na escala da região metropolitana, além da inapropriada ideia de se regionalizar ou reafirmar a regionalização de um território por meio de critérios previamente definidos, decidiu-se focar na identificação de características que antes só eram percebidas nas metrópoles, mas que devido ao novo momento da urbanização, começam a transformar outros espaços cada vez mais distantes, ao se expandir independente de demarcações territoriais.

Assunto de pauta de estudiosos como Lefebvre (2002 [1970], p.15) que mesmo utilizando outras palavras, sinalizou a presença de um “processo no curso do qual explodem as antigas formas urbanas, herdadas de transformações descontínuas” e que fundamenta a “urbanização completa da sociedade”, ou como aponta Ferrier (2002, p. 2) ao nomear essa fase atual de “territorialização dos territórios de pós-urbano”.

Ou ainda como nos diz Soja (2011, p. 453) que denomina essa transformação como o “processo de urbanização regional”, assim como Lencioni (2011) que entende se tratar de um novo processo de urbanização, representada pela metrópole contemporânea.

Desta maneira, o aprofundamento das leituras, revelou que considerável parte dos estudos nacionais ligados ao tema da metropolização do espaço, são direcionados às grandes metrópoles do país, a exemplo de São Paulo que de acordo com a notável pesquisadora, referência sobre tema em questão Lencioni (2011 e 2013), é onde o processo se expressa de maneira mais completa, fundamentada na globalização, na reestruturação produtiva e na dinâmica metropolitana, sendo melhor captado ao se analisar o movimento de desconcentração industrial, que intensificou processo de industrialização das áreas adjacentes à cidade de São Paulo.

Lencioni (2015) também destaca São Paulo como a principal cidade que juntamente com a cidade do Rio de Janeiro compõem uma megarregião sendo

classificada pela autora como “a urbanização regional de maior expressão no Brasil e no hemisfério sul” (p. 10) e provavelmente este poderia ser considerado o contexto mais próximo do conceito de Cidade-região.

No caso da metrópole do Rio de Janeiro, conforme Pereira e Oliveira Junior (2019) apesar de ainda exercer propensa atração da maior parte dos investimentos e trabalho, divide espaço com outras centralidades fora da mesma, originando assim um considerável fluxo de pessoas e serviços, fruto do processo de metropolização do espaço.

Grandes cidades brasileiras também são objetos de estudo de pesquisadores que focam no processo de metropolização do espaço, utilizando-se de diferentes fatores para caracterização do fenômeno.

Dota e Ferreira (2020), por exemplo, ao construir um indicador capaz de analisar espacialmente a materialização da metropolização no Espírito Santo, concluíram que o deslocamento das unidades industriais e logísticas para cidades do interior, a densidade das condições gerais de produção, a migração além da região metropolitana, que a expansão da produção imobiliária e a mobilidade pendular são os elementos responsáveis pelas intensas interações entre a RM da Grande Vitória² e municípios não metropolitanos localizados no litoral norte do Espírito Santo.

Em outro estudo, Hildebrandt (2018) observando o fenômeno a partir de Florianópolis em Santa Catarina, entende que a metamorfose urbana contemporânea pela qual a RM de Florianópolis atravessa, está sendo liderada pelo monopólio imobiliário-construtor promovendo novas interações espaciais e consequentemente a expansão da área conurbada pertencente a esta RM.

Também foi possível encontrar investigações sobre Fortaleza no estado do Ceará, que nas palavras de Leopoldo (2015) propaga sua vida metropolitana em direção a outros municípios via três níveis de entendimento, denominados metropolização produtiva, metropolização imobiliária e metropolização litorânea. MetrÓpole também estudada por Gonçalves (2017) que percebe o atual processo de reestruturação metropolitana fortalezense sob o prisma dos shoppings centers, afirmando ser esses equipamentos a expressão material que melhor demonstra as intensas transformações que alguns municípios da RM de Fortaleza vêm sofrendo.

2 De acordo com o estudo Regiões de influência das cidades - REGIC 2018, Vitória/ES pertence ao grupo de 12 Cidades identificadas como MetrÓpoles (IBGE, 2020).

Mesmo não sendo classificada como uma metrópole, a Capital Regional³ Natal no Rio Grande do Norte também aparece dentre as produções examinadas, realizada por França (2016), que aponta o expressivo processo de dispersão urbana para além da metrópole com maior evidência no setor residencial, na formação do que a autora denomina de “novas formas de morar” representada pelos condomínios horizontais fechados direcionados para as classes de média e alta renda.

A região nordeste também está em pauta, todavia, parecem escassos os trabalhos que destacam análises específicas sobre este processo contemporâneo na metrópole de Salvador, o que reforçou a relevância desta pesquisa.

No entanto, há algumas investigações que afloraram questões que podem auxiliar a perceber características das transformações desta metrópole e das cidades que interagem com ela.

Como por exemplo a publicação de Pereira, Silva e Carvalho (2017) que traz um grupamento de estudos sobre o cenário urbano e metropolitano de Salvador, oferecendo um importante diagnóstico sobre a metrópole soteropolitana do século XXI, com destaque para a constatação da interdependência entre os municípios de Salvador, Lauro de Freitas (com o processo de urbanização consolidado) e Simões Filho, já conurbados possibilitando que a população circule entre estes municípios sem distinguir os limites administrativos dos mesmos, além do processo de expansão urbana em curso que se segue em direção a municípios adjacentes.

Ainda no contexto de análises urbano-metropolitanas, o estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2016) sobre os Arranjos Populacionais (AP), também apresenta elementos capazes de captar a existência de interação cotidiana por grande parte da população entre uma metrópole ou grande cidade e outros municípios, oferecendo condições de se identificar estes arranjos.

O órgão aponta-se três critérios de integração utilizados na pesquisa, são eles: forte intensidade relativa dos movimentos; forte intensidade absoluta dos movimentos pendulares para trabalho e estudo e; contiguidade das manchas urbanizadas.

Nomeadamente, considerando o AP de Salvador, ficou constatado que o mesmo é composto por 10 (dez) municípios (Camaçari, Candeias, Dias D’Ávila,

3 De acordo com o estudo Regiões de influência das cidades - REGIC 2018, Natal (RN) é considerada uma Capital Regional nível A, descrita como um centro urbano com alta concentração de atividades de gestão, contudo possui um alcance menor em comparação às Metrópoles.

Lauro de Freitas, Madre de Deus, Mata de São João, Salvador, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé e Simões Filho), porém o que chama mais a atenção, é o fato de determinado grupo de municípios que apresentam uma considerável quantidade de deslocamentos absolutos para motivo de trabalho e estudo com a metrópole Salvador, são eles: Camaçari, Lauro de Freitas e Simões Filho.

Este breve resumo de estudos que analisam as transformações urbanas no país demonstra a existência de vários aspectos que podem ser associados ao processo de metropolização do espaço – reestruturação produtiva, globalização, a revolução nas redes materiais e imateriais, a intensificação e multiplicidade dos fluxos de pessoas, mercadorias e informações, a desconcentração industrial, difusão de novas práticas de consumo e de novos estilos de vida, a configuração de novas centralidades, as novas formas de expansão imobiliária e outros.

Em verdade, Santos (1985) ao falar sobre as novas formas de urbanização, destaca a possibilidade de se realizar análises sob a perspectiva espacial, assim como econômica, abrangendo atividades de diversos setores, política e até cultural, envolvendo aspectos da produção propriamente dita, da circulação de pessoas, bens e informação, da distribuição e consumo dentre outros. Porém para esta tese pela necessidade de se seguir um cronograma que exige delimitação de prazos, foi necessário delimitar os aspectos a serem analisados, sendo, portanto, inviável para o momento esgotar os diversos elementos que podem estar associados ao tema.

Assim sendo, o estudo se debruça na compreensão sobre a dispersão urbana de grandes empreendimentos (fixos), ligados a atividades terciárias comercial e de serviços, que de certa maneira aparecem como um dos aspectos que podem contribuir para a propagação de fenômenos urbanos, como ao qual nos referimos.

Este é o fundamento para a seguinte hipótese: considerando que cada metrópole se metamorfoseia ao seu próprio ritmo e que o fenômeno da metropolização do espaço não segue limites institucionalizados ou regionalizações, é coerente afirmar que a nova fase da urbanização, a metropolização do espaço, a partir da metrópole de Salvador, está relacionada à distribuição de fixos que atuam no setor terciário, principalmente aqueles de grandes dimensões e que oferecem uma múltipla e diferenciada categoria de comércios e serviços que antes só eram encontrados na capital soteropolitana.

O interesse específico nestes aspectos corresponde ao que discute Reis Filho

(2006) quando afirma que há uma certa constância em se observar as transformações em curso oriundas da dispersão urbana sob o ponto de vista das habitações, como os condomínios horizontais e loteamentos fechados, tornando as pesquisas repetitivas e vulneráveis à interpretações resumidas, sem a possibilidade de uma ampla compreensão, afinal não são apenas os condomínios e loteamentos que podem demonstrar o fenômeno da metropolização do espaço.

Nas palavras do autor, “o processo é muito mais complexo” (Reis Filho, 2006, p. 58), pois envolve um amplo conjunto de setores de atuação do mercado imobiliário; são empreendimentos “com nova escala, com áreas maiores e usos mistos, envolvem setores como hotelaria, escritórios, serviços, lazer, áreas esportivas, indústrias, comércio em várias formas (inclusive shoppings e hipermercados), com as mais variadas combinações”.

Contudo, mesmo apoiando o pensamento de Reis Filho (2006) na sua crítica quanto ao foco das análises sobre o fenômeno contemporâneo de dispersão da urbanização, destaca-se que em algumas situações mencionar a existência de empreendimentos de uso habitacional pode ser também importante visto que, a presença de condomínios, loteamentos fechados, conjuntos habitacionais e etc. de certa forma favorecem a instalação de empreendimentos ligados ao comércio e serviço, contribuindo para as transformações no espaço, onde o primeiro motiva a presença do segundo.

De volta aos empreendimentos pertencentes ao setor de comércio e serviços, ressalta-se que os mesmos têm importante participação na estrutura econômica do Brasil, em conjunto com os setores agrícola e industrial o setor de comércio e serviços, também conhecido como setor terciário, representa as atividades de comércio de bens e prestação de serviços, compondo um amplo conjunto de atuação⁴. Compreendendo uma grande quantidade de atividades ligadas ao comércio de mercadorias, à administração pública, percorrendo também atividades relacionada a transportes, atividades financeiras e imobiliárias, serviços a empresas ou pessoais, educação, saúde e promoção social.

Sob a ótica de Pacheco (2003) os serviços, incluindo o comércio, se apresentam como um importante componente estruturador tanto da economia urbana quanto da dimensão espacial e em tempos de globalização onde são

4 Conforme Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), adotada oficialmente pelo Sistema Estatístico Nacional e pelos órgãos federais gestores de registros administrativos.

inseridos e espalhados pelo mundo afora, tendem a transformar as cidades fazendo com que estas encarem novas experiências de urbanização, desta maneira, o setor em questão pode desempenhar a importante função na busca por explicações sobre as recentes transformações no espaço urbano inclusive de metrópoles.

Se revelando, por exemplo, como elemento definidor de consolidação ou eclosão de novos centros pelo fato de propiciar demandas adicionais na área de influência, determinando a construção ou redefinições de infraestruturas diversas, a atração de novas atividades e conseqüentemente novas edificações.

A proposta de leitura do espaço constituído por fixos e fluxos, concebida por Milton Santos (2006 [1996]; 2007 [1987]) também pode contribuir na nossa jornada.

Sendo os fixos ou sistema de objetos (prédios, infraestrutura urbana, porto, usina hidroelétrica, hospitais, escolas, lugares de lazer e demais construções humanas), de acordo com Barros (2020, p. 497), “os pontos de apoio sobre o qual se ancora a vida de uma sociedade, o seu cotidiano, o seu trabalho”, são reais, estáticos, tornando possível localizá-los no espaço e em mapas por terem formas bem marcadas.

E no caso dos fluxos ou sistemas de ações o autor, baseando-se também em Santos (1994), entende estes como os “movimentos entre os fixos”, é a circulação em diferentes velocidades, podendo ser classificados em materiais (produtos, mercadorias, mensagens materializadas) ou imateriais (ideias, ordens, mensagens não materializadas).

Na verdade, o que importa é o resultado da interação entre este par, pois de acordo com o raciocínio de Santos (1994; 2006 [1996]), a junção de fixos e fluxos tem o poder de expressar o real, “os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes” (2006 [1996], p. 39).

Foi assim no passado assim como é no presente e a cada período, novos objetos e novas ações se unem àquelas existentes transformando o espaço, porém o que os diferenciam no tempo é que hoje os fixos têm se tornado progressivamente mais artificiais e mais fixados ao solo enquanto os fluxos estão cada vez mais diversificados, dilatados, abundantes e rápidos (Santos, 2006 [1996]).

Barros (2020) ainda deixa claro que é importante entender que não se trata de uma relação exclusivamente complementar, pois um sistema está a todo momento transformando o outro, portanto:

[...] pode-se dizer que a tecnologia dos fixos, sua forma, seu lugar na estrutura social, adapta-se para atender à necessidade dos fluxos. Não obstante, o inverso também é verdadeiro, pois as modificações nos fixos permitem novos fluxos, modificam as suas possibilidades de circulação, os seus ritmos e velocidades (Barros, 2020, p. 498).

Neste sentido, considerando que muitas das transformações físicas que afetam o ambiente urbano e que estão ligadas ao fenômeno da metropolização do espaço podem ser classificadas conforme essa perspectiva, o pensamento de Barros (2020, p. 499) que adiciona novos fixos ao cenário da contemporaneidade como por exemplo, “os locais de trabalho (de produção, circulação e serviços), de ensino ou cultura, de administração e serviços públicos, de lazer ou entretenimento, e, em sua maior extensão numérica, as residências”, se apresenta como um importante conceito a ser trabalhado nesta pesquisa.

Destaca-se que muitos destes novos exemplos lançados, estão arraigados na hegemonia capitalista e na sua manutenção, se estabelecendo assim como objetos (fixos) providos de intencionalidade mercantil ou simbólica e ações (fluxos) inspiradas conforme o contexto dos objetos, e são nestes moldes que o espaço se transforma (Santos, 1994).

Assim, os fixos se expandem conduzindo os princípios capitalistas para lugares mais distantes incentivando um número de fluxos mais volumosos e qualitativamente diferentes. O espaço deste modo, alcança uma nova dimensão, com uma multiplicidade de objetos (fixos) modernos, que ao mesmo tempo são atravessados por um número exponencial de ações (fluxos), assumindo características diversas, pois podem ser “fluxos hegemônicos e fluxos hegemonzados, fluxos mais rápidos e eficazes e fluxos mais lentos” (Santos, 1994, p. 25).

Importante destacar que essa diversidade de fluxos presente nos tempos atuais, também cresce e ganha cada vez mais relevância por também dar a sua contribuição para o novo momento de transição da sociedade e conseqüentemente a materialização deste momento na cidade.

Por exemplo, os fluxos de automóveis e pedestres, o fluxo de energia elétrica, ou de mensagens entre telefones, fluxos de petróleo e computadores, independente da distância, podem entre si gerar fluxos de mensagens e informações de forma *on-line*, o que também se torna possível se estabelecer por meio dos celulares, fluxo contínuo de dinheiro, seja papel-moeda ou pelos fluxos de operações financeiras

que transferem valores entre contas (Barros, 2020).

Este movimento de pessoas, bens e mercadorias e informações tem se tornado uma demanda que cresce cada vez mais e que também se apresenta como uma importante fonte de informações, por se tratar de uma boa referência para as análises voltadas aos processos de metropolização e expansão urbana, permitindo assim a apropriação de novas dimensões do processo de reestruturação do espaço, além de contribuir para demonstrar o alcance das novas formas espaciais urbanas (Moura; Castelo Branco; Firkowski, 2005).

As compreensões expostas anteriormente sinalizam um pouco do teor do momento que a sociedade vive, sendo possível, desse ponto em diante, se lançar algumas indagações: É possível apontar o setor terciário de comércio e serviços como uma atividade impulsionadora do processo contemporâneo da metropolização do espaço partindo de Salvador? E se sim será que está ligado a presença de modernos e grandes empreendimentos como shoppings, condomínios empresariais, supermercados, centros de lazer, faculdades, dentre outros?

1.2 Objetivos geral e específicos

Tudo até aqui percorrido garante um importante apoio para o delineamento deste trabalho, pois trata de questões que guardam importante relação com o tema da metropolização do espaço, e assim torna-se possível o anúncio do principal objetivo da presente tese, que é apontar o atual alcance da metrópole soteropolitana, a partir do fenômeno da metropolização do espaço, com base na distribuição espacial dos empreendimentos (fixos), principalmente os de grande porte e suas respectivas atividades que compõe o setor terciário, que combinado aos fluxos cotidianos de pessoas, bens e informações podem se disseminar e transformar espaços cada vez mais distantes.

Dentro deste contexto, tem-se os seguintes objetivos específicos:

- i. Identificar, caracterizar e indicar a localização de empreendimentos (fixos) de grande porte ligados ao setor terciário que estão se dispersando para além da sede metropolitana;
- ii. Indicar a tendência de formação de centros, visto que a presença de grandes empreendimentos ligados ao setor terciário tende a promover a convergência de outras diversas atividades e fluxos; e

- iii. Compreender a dinâmica dos fluxos de pessoas, bens, mercadorias e informações nos locais onde se encontram estes empreendimentos na metrópole soteropolitana bem como nas áreas diversas fora de Salvador.

1.3 Delimitações e percurso metodológico

A análise de toda a RM institucional de Salvador, composta por 13 municípios⁵, não foi considerada nesta pesquisa, visto que o fenômeno da metropolização do espaço não se expressa de maneira confinada às regiões metropolitanas institucionais por exemplo, podendo também ser observada fora desses limites, abrangendo outras cidades independente de seu tamanho, e até no próprio “mundo” rural que também pode se transformar e incorporar a cultura e valores urbanos, assim como as normas e práticas sociais dominantes da metrópole (Lencioni, 2013; Ferreira 2016).

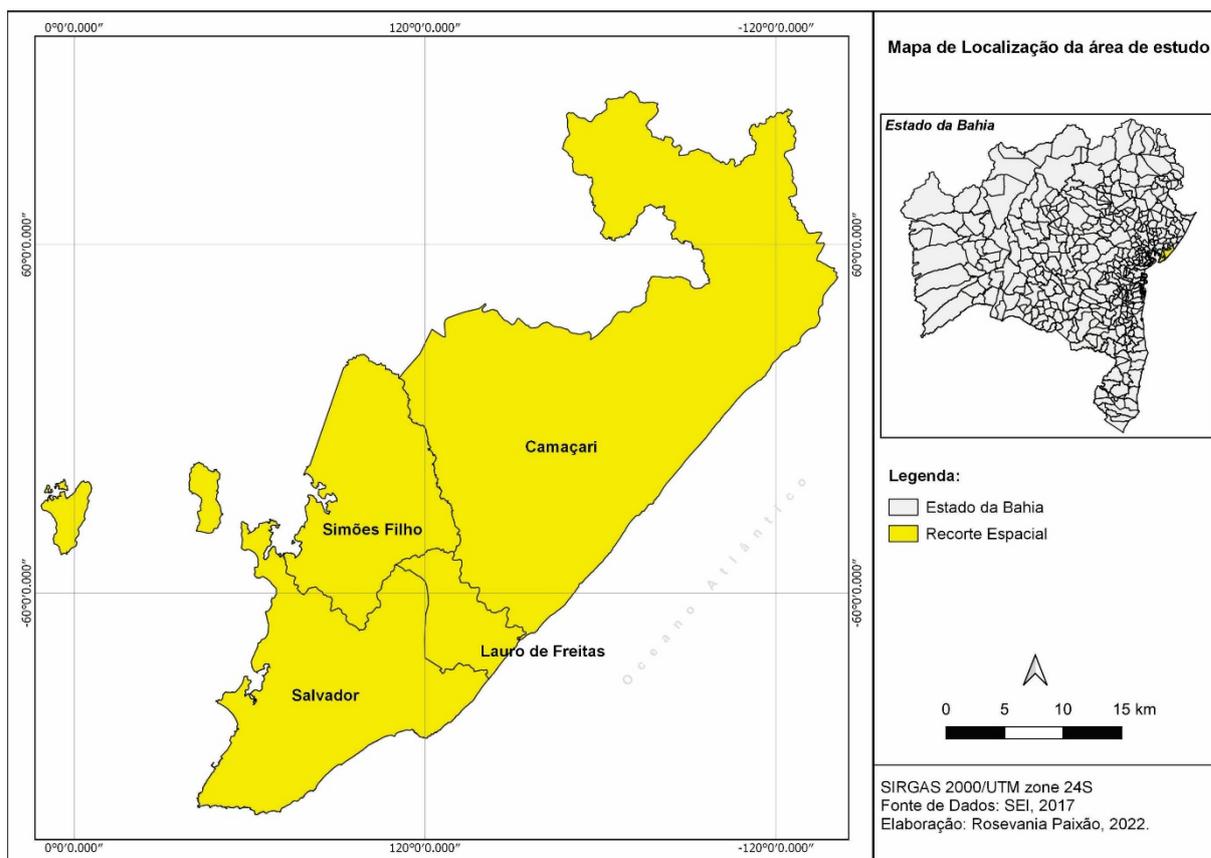
Pois nos moldes deste novo momento urbano, estas transformações representam uma crescente e ávida necessidade de se produzir, reorganizar e consumir o espaço para manutenção da lógica capitalista sem obedecer a limites espaciais pré-estabelecidos.

Sendo assim, o recorte espacial para esta investigação abrange os municípios de Salvador, Lauro de Freitas, Simões Filho e Camaçari, conforme mapa 1, na página a seguir, todos pertencentes à RMS e que possuem um expressivo grau de conurbação e interação constatada pela relevante intensidade de deslocamentos apresentada pelo IBGE.

A escolha destes municípios foi baseada nas pesquisas anteriormente citadas, de Pereira, Silva e Carvalho (2017) ao evidenciar o recorte territorial denominado “Núcleo Metropolitano”, além de apontar a existência do processo de dispersão urbana em andamento a partir de Salvador, somada as análises feitas pelo IBGE (2016) na identificação dos arranjos populacionais brasileiros, observando as características ligadas a urbanização e integração do grupamento de municípios em torno de um núcleo principal

5 Salvador (cidade-núcleo), Itaparica, Camaçari, Madre de Deus, Pojuca, Mata de São João, Vera Cruz, Candeias, Lauro de Freitas, Simões Filho, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé e Dias D'Ávila.

Mapa 1 - Localização da área de estudo



Fonte: SEI (2017).

Iniciando por Salvador que no passado exerceu a função de capital da Colônia em 1549, sob a incumbência de proteger esta colônia e porto de abastecimento, desenvolveu nos séculos XVII e XVIII riquezas percebidas inclusive nas suas formas urbanas, proveniente da geração de produtos de subsistência, cana-de-açúcar e fumo do Recôncavo Baiano além do tráfico de escravos.

Também enfrentou o enfraquecimento político, principalmente no século XIX, visto que deixou de desempenhar o papel de capital da colônia por motivos como a extrema concorrência nacional (expansão do ciclo do café) e internacional (produção do açúcar) e a abolição da escravatura em 1888.

O século XX marca o período de intensas transformações espaciais como a chegada da Petrobrás em 1953, a implantação dos complexos industriais Centro Industrial de Aratu – CIA, em 1967 e o Complexo Petroquímico de Camaçari – COPEC em 1976 são considerados os condutores de crescimento econômico para Salvador e sua região metropolitana (Andrade; Brandão, 2009).

A metrópole Salvador, capital do Estado da Bahia, no século XXI, ocupa o

quinto lugar em população dentre as Cidades brasileiras com os seus 2,4 milhões de habitantes⁶, sede que compõe o conjunto das primeiras 9 (nove) regiões metropolitanas instituídas no Brasil. Salvador é de acordo com Pessoti *et al.* (2020) uma metrópole de considerável relevância no cenário baiano e regional, apesar de ter a sua parcela de culpa no decréscimo da participação da Bahia frente a atividade produtiva, tanto no Brasil como no Nordeste, no decorrer dos últimos 30 anos.

Concentrando mais de 70% da população pertencente à RMS, tem sua economia direcionada aos serviços com destaque para aqueles voltados ao turismo, além disso, é importante salientar que é para ou de Salvador que saem ou chegam às rodovias, ferrovias, linhas aéreas ou de navegação, definindo assim todas as conexões entre Salvador e a RMS, daí com o Estado da Bahia e a partir deste com o restante do país.

O município de Lauro de Freitas, antes denominado Santo Amaro de Ipitanga, pertenceu a Salvador até 1880 quando se tornou distrito de Camaçari, em 1932 regressou a Salvador conservando-se assim até 1962 quando finalmente atinge a condição de município.

Lauro de Freitas de maneira sucinta, segundo Dias (2005, 2016), foi área de concentração de loteamentos populares e de habitação para a população de baixa renda que sobrevivia essencialmente da produção e comercialização de hortigranjeiros e de pesca entre as décadas de 1960 e 1970.

Na década de 80, como integrante da RM de Salvador, a partir da implantação do Polo Petroquímico de Camaçari e a abertura da Estrada do Coco – BA099 também conhecida como Av. Santos Dumont, assumiu a função de cidade-dormitório, no século XX nos anos 2000 sofre profundas transformações principalmente com a ampliação do mercado imobiliário se tornando o “bairro nobre da RMS” (Dias 2016 p. 27), além do aumento no número de estabelecimentos ligados ao setor de comércio e prestação de serviços.

Este é o segundo menor município do estado (58 km²), atrás apenas de Madre de Deus, hoje totalmente integrado à Salvador, sendo a Avenida Luís Viana, mais conhecida como Avenida Paralela como o eixo de interligação. Lauro de Freitas segue a tendência econômica dos setores citados anteriormente, porém observando a dinâmica turística do município, Reis Junior *et al.* (2020, p. 1180) o

6 Conforme os primeiros resultados do Censo Demográfico Brasileiro de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

classificam como “Centro Turístico Dormitório”⁷.

Distante aproximadamente 22 km de Salvador, o município de Simões Filho, antigo distrito de Água Comprida, também foi administrado pela capital permanecendo assim até 1961 quando foi desmembrado de Salvador. Sua história tem início na cultura açucareira entre os séculos XVI e XVII, mas é com a chegada do Centro Industrial de Aratu – CIA na década de 1960 que ocupando considerável parte da área do município determinou o seu crescimento urbano.

Devido à contiguidade com o município de Camaçari tornou-se área de moradia de pessoas que trabalhavam no Polo Petroquímico o que também deve ser considerado como fator impulsionador da sua expansão urbana e econômica (Batista Junior; Lage, 2005; Silva; Lage, 2005; Adan, 2013). Na contemporaneidade Simões Filho tem sua economia baseada no comércio e indústria, e parte da sua área municipal conurbada com Salvador.

Último município que compõe o recorte espacial, Camaçari, tem seu início em 1558 e ao longo de sua história foi aldeia com o objetivo de catequizar os índios da região, também foi vila com vasta produção de algodão (1830), enfrentou a decadência logo após, porém a partir da década de 1920 a produção de coco ofereceu novos ares à Camaçari.

Todavia, a partir da década de 50 iniciou-se o processo de importantes transições no município, atreladas a implantação da Refinaria Landulpho Alves (RLAM) e a criação do Centro Industrial de Aratu (CIA), que apesar de não estarem localizados em Camaçari favoreceu para que o mesmo se expandisse acompanhando os ideais de desenvolvimento regional, em decorrência da implantação do Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC) na década de 70 o município garantiu assim seu crescimento econômico, demográfico e urbano, além de determinar o grande impulso industrial em um estado que tinha uma base econômica voltada para o setor agrário até então (Fernandes *et al.*, 2008; Gileá *et al.*, 2020).

Com o maior território dentre os municípios que compõe a RM de Salvador, Camaçari atualmente ainda tem na indústria a sua principal atividade econômica, além do polo petroquímico há uma variedade de indústrias dedicadas a outros

7 Conforme explicação dos autores trata-se da situação em “o visitante se hospeda num município que não é seu destino fim, mas se fixa ali por benefícios logísticos que aquele destino possa lhe oferecer, fazendo o movimento pendular até seu destino final, tantas vezes quanto ali permanecer” (Reis Junior *et al.*, p. 1180).

produtos como bebidas e eletrodomésticos, tubos e conexões, equipamentos industriais, metalúrgicos, mineração, pré-moldados, alimentos, vassouras, elevadores, cordas, espumas, móveis, conforme Camaçari (2005).

O setor automotivo também presente, foi conduzido pelo Complexo Industrial Ford inaugurado em 2001, garantindo o aumento no número de empregos diretos e indiretos à população e contribuindo para a economia do município, porém devido à reestruturação operacional a empresa fechou suas portas no ano de 2021. Contudo, os investimentos neste segmento estão sendo retomados após o anúncio em 2023 sobre a instalação no município de unidades da empresa BYD, líder mundial na fabricação e venda de veículos elétricos.

Camaçari ainda conta com uma extensa faixa litorânea de 42 km onde se consolidou a função turística-residencial, o que parece dividir o município em duas cidades não conurbadas (sede e costa) com diferentes vocações econômicas, iniciando assim o desenvolvimento do setor de comércio e serviços (Ornélas, 2019).

Nesta resumida apresentação dos municípios que compreende o recorte territorial de análise, fica evidente a predominância das atividades econômicas relacionadas aos grandes setores de atividade econômica do serviço e indústria.

Observando a porcentagem dos valores adicionados destes setores por município, segundo a SEI (2021a) é possível constatar que a participação setorial produtiva na economia de Salvador tem a maciça representação do setor de serviços, correspondendo a aproximadamente 87% do PIB municipal, seguido por Lauro de Freitas com o equivalente a 81%, na indústria os mesmos apresentam os menores valores dentre o grupo de municípios com 13% e 19% aproximadamente.

No caso de Simões Filho e Camaçari desempenham melhor percentual no setor da indústria com 44% e 60% respectivamente, porém o setor de serviços também aparece com consideráveis valores percentuais de 55,5% e 39%. Situação diferente do setor agrícola que praticamente não apresenta uma relevante participação nos municípios com todos os valores abaixo de 1%.

Na tabela 1, que traz uma sintética análise de alguns dados socioeconômicos, percebe-se que a delimitada área de estudo é composta pelos quatro municípios mais populosos da RM de Salvador, correspondendo a uma soma de 3.035,359 habitantes, o que significa dizer que praticamente 90% da população da região metropolitana institucional se concentra nestes municípios (IBGE, 2022).

Tabela 1 - Dados socioeconômicos dos municípios da área de estudo

Municípios	População	Densidade (hab/km²)	Área Territorial (km²)	PIB (R\$ milhões)	Partic. PIB estadual (%)
Salvador	2.418.005	3.486,49	693,442	62.954,49	17,85%
Camaçari	299.579	381,42	785,421	33.971,71	9,63%
Lauro de Freitas	203.334	3.509,27	58,043	7.322,78	2,08%
Simões Filho	114.441	567,87	201,418	6.334,36	1,80%

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do IBGE (2010, 2020 e 2022) e SEI (2021b).

No que diz respeito à densidade demográfica, o destaque fica com Lauro de Freitas, que apesar de ser o município com menor área territorial dentre os elencados, apresenta o valor mais alto de densidade com o valor de 3.509,27 hab/km², maior do que a própria capital, ao contrário de Camaçari que possui a maior área territorial dentre o grupo de municípios e exibe o valor de densidade mais baixo dentre os municípios com 381,42 hab/km² (IBGE, 2022).

Em relação aos valores correspondentes ao PIB (Produto Interno Bruto), dentre os municípios da área de estudo, em 2021 a SEI aponta Salvador e Camaçari como aqueles que detêm os maiores valores, R\$ 62.954,49 e R\$ 33.971,71 milhões respectivamente, correspondendo a 17,85% e 9,63% na participação do PIB estadual.

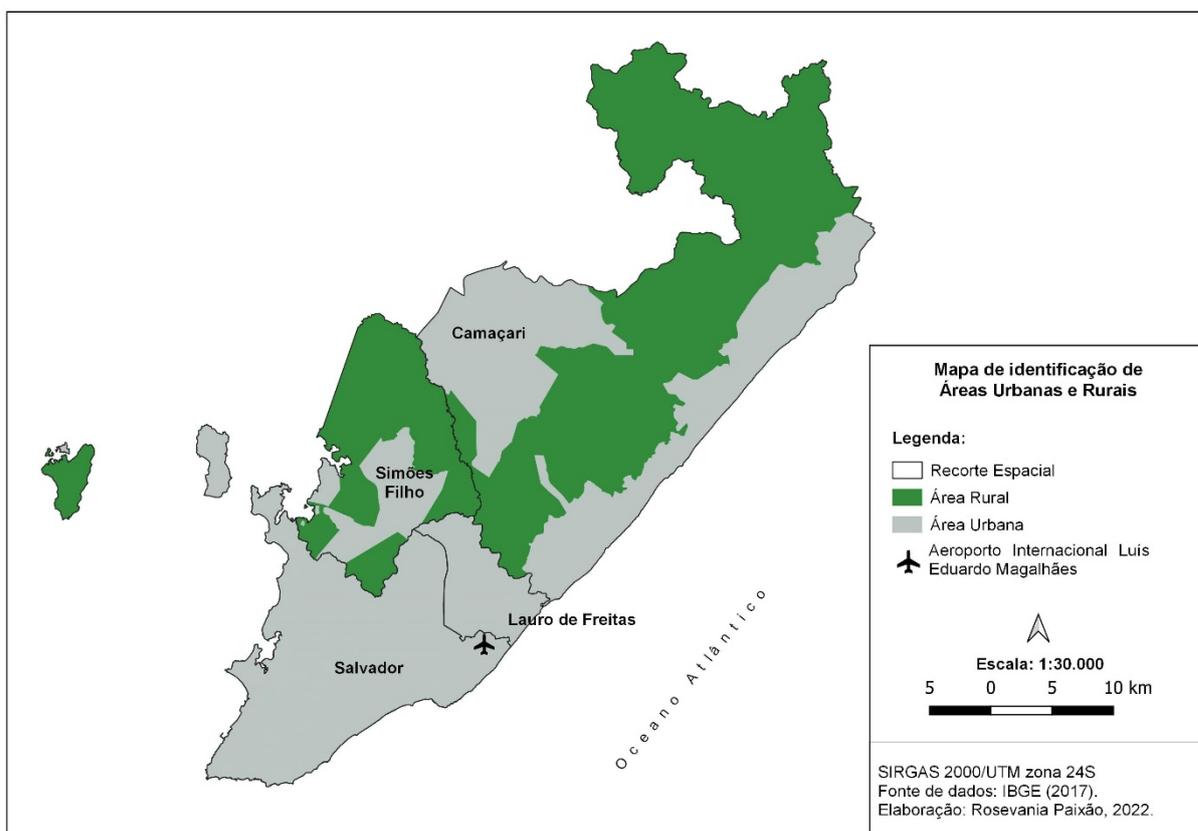
No entanto, mesmo Salvador ocupando uma posição importante no contexto estadual, a instituição tem demonstrado em suas análises que a capital vem cedendo espaço no ranking das capitais do Nordeste, sendo superada por Fortaleza e conseqüentemente perdendo o posto de maior economia municipal da região Nordeste, quanto aos municípios de Lauro de Freitas e Simões Filho, estes, guardam cada um, valores que não ultrapassam 2% de participação no PIB do estado.

Mesmo não constando na tabela, outra questão importante diz respeito ao grau de urbanização e áreas rurais dos municípios da área de estudo.

Em sua proposta de classificação dos espaços rurais e urbanos, identificados a partir de critérios comuns para todo o Território Nacional, e das delimitações municipais, o IBGE (2017) indica um alto grau de urbanização nos respectivos municípios, no entanto, é possível observar um significativo conjunto de áreas que

são consideradas rurais e predominantemente presentes nos municípios de Simões Filho e Camaçari, conforme o mapa 2 a seguir.

Mapa 2 - Identificação de Áreas Urbanas e Rurais



Fonte: IBGE (2017).

Sobre a proposta de delimitação temporal, esta pesquisa abarca as duas primeiras décadas do século XXI, pois apesar do tema da metropolização do espaço começar a ser notado com maior atenção no final do século XX, considera-se que é neste século atual que os principais efeitos deste novo ciclo urbano podem ser melhor visualizados no recorte espacial definido.

Porém, ainda que estabelecida esta delimitação de período, será prudente entender um pouco sobre o desenrolar destes processos de transformação da sociedade e conseqüentemente das cidades na história, dado que para se atingir a compreensão de uma realidade faz-se necessário também observar as grandes transformações da sociedade no passado.

Quanto aos procedimentos técnicos empregados na construção desta investigação, elenca-se abaixo os principais processos utilizados para a realização

desta tese, de modo a auxiliar na geração de conhecimento, de dados e informações sobre a localização e qualificação dos empreendimentos e infraestruturas urbanas, e dos fluxos de pessoas e bens e informações

Para o desenvolvimento de qualquer trabalho científico faz-se imprescindível a realização da pesquisa bibliográfica a fim de alcançar o conhecimento sobre determinado assunto, além disso, é a partir deste levantamento que se constrói o embasamento teórico pertinente, além de conhecer e escolher métodos adequados para desenvolvimento da investigação.

Neste sentido, a pesquisa bibliográfica se debruçou na busca por material pertinente ao tema da metropolização do espaço, publicado em meio impresso e/ou digital (livros, periódicos, anais de eventos, dissertações, teses, documentos técnicos e etc.) que auxiliou no embasamento dos conceitos e demais conteúdos teóricos trabalhados na produção do texto e construção dos caminhos (métodos) apropriados para o alcance dos objetivos lançados.

A utilização da base de dados de instituições de pesquisa e órgãos públicos como IBGE, Receita Federal, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, SEI e Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia – AGERBA, foram fundamentais na confecção de mapas temáticos e tabelas necessárias para melhor interpretação do cenário existente.

No caso específico da construção de mapas temáticos por ferramentas SIG (Sistemas de Informação Geográfica) uma importante fonte de informação são as bases de dados disponibilizadas principalmente pelo IBGE, contendo informações referentes a pesquisas estruturais, censos, dentre outras. Além dessas, também foi de grande benefício o acesso à base territorial para levantamento de dados estatísticos específicos da área de estudo.

Outra fonte de informações geográficas considerada foi o projeto Global Human Settlement Layer (GHSL)⁸ implementado pela Comissão Europeia e que oferece confiáveis informações espaciais abertas e gratuitas sobre a presença humana no planeta sob a perspectiva temporal entre 1975 a 2020 e projeções para 2025 e 2030 trazendo o mapeamento via imagens de satélite das áreas construídas e da distribuição da população.

O uso do serviço gratuito, disponível na web para pesquisa e visualização de mapas, rotas e imagens de satélite, informações sobre empreendimentos,

⁸ Disponível em: <https://ghsl.jrc.ec.europa.eu/>. Acesso em jul. 2020.

denominado Google Maps também foi de grande importância.

Outro recurso utilizado foi o mapeamento das antenas de telecomunicação disponibilizado no site do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal, chamado Conexis Brasil Digital, sindicato que reúne as empresas de telecomunicações e de conectividade que operaram no país além de dados estatísticos da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL e mapas de cobertura de redes móveis oriundos de aplicativo de empresa particular que disponibiliza gratuitamente estas imagens em seu site.

1.4 Estrutura da pesquisa

O desenvolvimento desta pesquisa está estruturado em 7 seções, iniciando com esta seção introdutória, onde procurou-se esclarecer todo o percurso de construção da pesquisa, até chegarmos aos principais elementos de composição desta pesquisa, destacando os questionamentos, a hipótese, bem como os objetivos geral e específicos, recortes espacial e temporal, além do conjunto de procedimentos percorridos.

Na segunda seção apresenta-se discussões sobre o percurso histórico de evolução da sociedade baseando-se principalmente no pensamento de Lefebvre, que traz importantes explicações sobre como o espaço, a cidade e a vida cotidiana foram produzidos e organizados conforme os diferentes modos de produção desenvolvidos, com ênfase nas transformações que marcaram a transição do período industrial ao momento urbano. A seção também traz uma descrição de como esta transição ocorreu em âmbito nacional (Brasil) e local (Salvador), além de destacar a continuidade do processo de transformação do espaço e objetos nele contidos, e da cidade, de modo a atender as demandas de uma sociedade em geral cada vez complexa e ímpar

Logo após seguiu-se para a terceira seção, trazendo um fundamental embasamento teórico, que serviu para a compreensão tudo aquilo que é classificado como pertencente ao processo urbano contemporâneo, a partir do raciocínio de diferentes autores que se lançaram ao desafio de intentar compreender as modernas transições urbanas que afetam a sociedade e as cidades. Nesta seção também são apresentadas nomenclaturas e perspectivas dos autores elencados que ajudaram a melhor caracterizar e compreender esta nova fase da urbanização,

assim como os componentes que atuaram e/ou continuam atuando como influenciadores deste novo processo, os efeitos produzidos, além de alguns caminhos possíveis para compreensão do tema discutidos por alguns dos autores considerados.

As seções quatro e cinco apresentam a análise empírica propriamente dita, sendo que, na quarta seção discute-se um pouco sobre cada um dos elementos, que de acordo com a bagagem teórica adquirida, expressam e/ou favorecem a expansão do processo de metropolização do espaço para além dos limites metropolitanos de Salvador. Na quinta seção apresentam-se os respectivos cenários diagnosticados no recorte espacial, onde são apontados e explicados a localização e distribuição dos empreendimentos no espaço, bem como suas respectivas atividades desempenhadas, as centralidades existentes ou áreas com forte tendência a se tornarem centralidades urbanas, além de discussões sobre os fluxos materiais e imateriais presentes.

A sexta seção é dedicada a observar a linha temporal de ocupação da área de estudo no intuito de se identificar o(s) período(s) de ápice das transições urbanas por meio das implantações dos empreendimentos identificados na investigação. E ao entender que atividades do setor terciário são importantes instrumentos no processo de (re)produção do espaço e da atual sociedade, buscou-se fazer a identificação dos agentes que comandam estas atividades e que de certa maneira influenciam na expansão das transformações urbanas ao difundirem seus fixos e atividades no espaço conforme seus interesses econômicos.

A conclusão é a fase final da investigação, onde são apresentadas as percepções captadas a partir do conhecimento teórico construído e dos resultados obtidos, bem como demais observações julgadas pertinentes e recomendações para futuras investigações.

2 A CIDADE EM CONSTANTE TRANSFORMAÇÃO

Tudo muda, tudo se transforma, originando uma nova conformação, que pode trazer profundas metamorfoses com resultados favoráveis, mas que também pode ter consequências não tão otimistas, nunca imaginados ou que estavam apenas no campo virtual. No geral, é fundamental entender que existem diversos fatores que influenciam todo o processo de transformação da natureza, do homem e do mundo. E o que é possível compreender sobre o movimento de transformação da sociedade?

Nesta seção busca-se discutir sobre algumas características que a sociedade registrou no tempo diante das diferentes fases que a mesma experimentou. A ideia não é desvendar minuciosamente toda a história da sociedade desde os tempos primórdios, o que não deixa de ser importante, mas para o momento, a observação de alguns aspectos que marcaram os diferentes ciclos da sociedade aparece como um importante recurso para entender como as características que se observam na sociedade atual foram alcançadas.

Esse breve retorno histórico, conforme Santos (1985, p. 16), é uma importante ferramenta na identificação das influências anteriores que condicionaram às novas situações, aos novos elementos ou a coexistência de velhos e novos elementos que organizam o espaço, este último “considerado como um mosaico de elementos de diferentes eras, que sintetiza, de um lado, a evolução da sociedade e explica, de outro lado, situações que se apresentam na atualidade”.

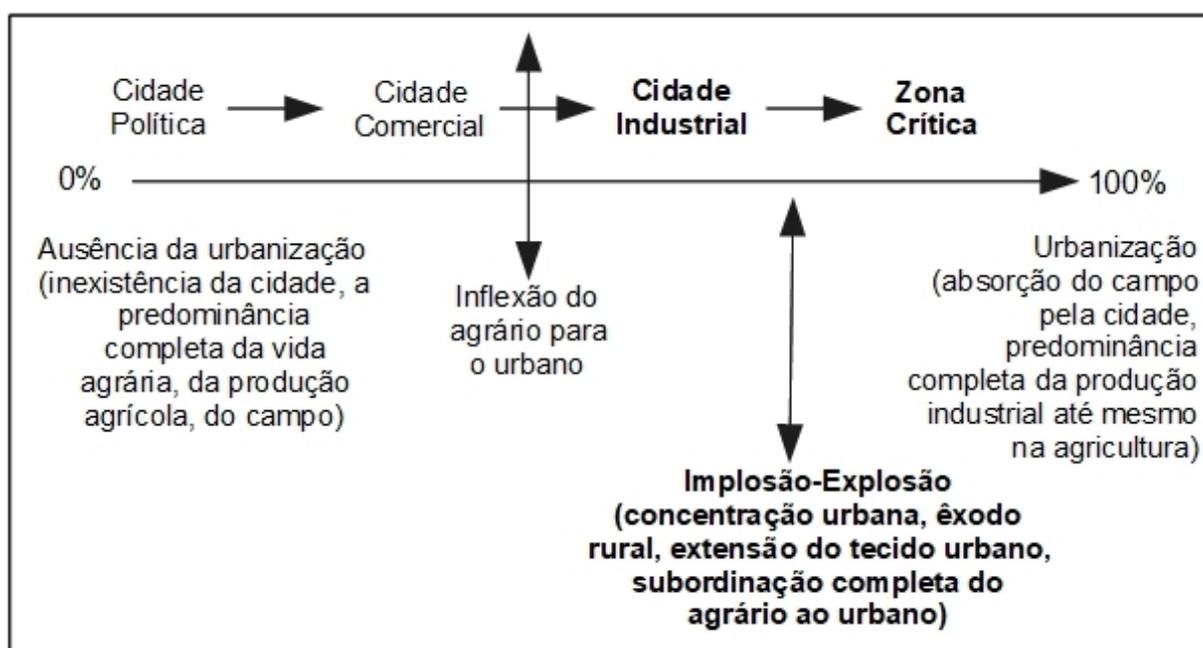
Destaca-se a industrialização iniciada no século XVIII na Inglaterra e propagada mundialmente como um importante acontecimento e que compõe o conjunto de grandes transformações do espaço, das funções e das estruturas sociais, desdobrando-se no século XIX e sendo superadas pelas grandes e profundas transições ocorridas do final do século XX.

Visto que, são modificações sociais e espaciais que só podem ser comparadas àquelas ocorridas no decorrer da revolução agrícola entre cinco a oito mil anos atrás, o que portanto, leva a entender se tratar de uma época em que os processos de transformação deram um importante salto em inovações, em novas ideias e novos processos, tudo sendo realizado com maior celeridade e superados em curto prazo de tempo, podendo assim ser considerada como a porta de entrada para as transições mais profundas e de natureza distinta na sociedade (Dias, 2010).

E, inserida nessas transformações a cidade é o cenário físico desses processos históricos, visão defendida por Lefebvre ([1968] 2001, p. 62) que entende a cidade como “projeção da sociedade sobre um local”. É nela que se depositam as ideias e experiências desenvolvidas em distintas épocas, e nas palavras de Mumford (1998, p.113) a cidade “por meio dos seus edifícios e estruturas institucionais duráveis [...] une épocas passadas, épocas presentes e épocas por vir”.

Em suas reflexões sobre o caminho percorrido pela sociedade até atingir a realidade urbana, Lefebvre ([1970] 2002) constrói um eixo gráfico espaço-temporal, conforme figura 1 abaixo, com a finalidade de captar nos recortes históricos as consecutivas transformações da cidade e do modo de produção existente a cada período culminando na urbanização da sociedade.

Figura 1 - Eixo gráfico espaço-temporal de Lefebvre



Fonte: Lefebvre, ([1970] 2002).

Importante dizer que nem toda e qualquer cidade atravessou religiosamente por todos estes ciclos, uma vez que há aquelas que por motivos ligados à sua essência, ao seu tempo e ritmo, percorreram caminhos distintos deixando de viver alguns destes períodos ou até viveram, mas não representaram peso significativo, na sua linha histórica de transição.

Iniciando pela Cidade Política, que marca a origem da cidade que

“acompanha ou segue de perto, o estabelecimento de uma vida social organizada na agricultura e na aldeia” e “administra, protege e explora um território frequentemente vasto” (Lefebvre ([1970] 2002), p. 21). Contudo, mesmo com certa resistência em não permitirem que as atividades comerciais se fortalecessem após séculos “o espaço urbano torna-se o lugar de encontro das coisas e das pessoas, da troca” (Lefebvre ([1970] 2002), p. 22), anunciando a Cidade Comercial onde “a troca comercial torna-se função urbana”.

Araújo (2012), baseando-se no pensamento do próprio Lefebvre, descreve que a época desta nova cidade é marcada pela construção de estradas e definição de rotas marítimas além da riqueza acumulada pela burguesia comercial, antes só representada pelas terras, mas que passa a ser simbolizada também pelo dinheiro, é também o momento onde foram preestabelecidos os preparativos para o próximo período: a industrialização.

Importante frisar que é nesta fase comercial que ocorre uma grande guinada quanto ao papel do campo, antes predominante, porém agora a cidade ocupa tal posição e o campo e seus moradores apenas produzem para a cidade, é a “inflexão do agrário para o urbano” (Lefebvre ([1970] 2002), p. 27). O que nas palavras de Araújo (2012) representou uma enorme e intensa interrupção da história que se instituiu sobre a cidade comercial.

Enfim a era da Cidade Industrial entra em vigor e, apesar da união entre as duas últimas cidades no combate contra a preponderância da indústria, esta se estabelece e assim “desse momento, a sociedade não coincide mais com o campo” (Lefebvre, [1970] 2002, p. 24).

No primeiro estágio, a localização da indústria é fora das cidades, pois seu pleno funcionamento está condicionado à proximidade com as fontes de energia, matéria-prima e de mão de obra, logo “[...] ela se via como produtora e criadora, dominando a natureza, [...] ela a devasta, a destruía completamente” (Lefebvre, [1970] 2002, p. 160). No entanto, de maneira gradativa, seu interesse em voltar para a cidade prevalece, pois em concordância com Lefebvre, é lá que se encontram a abundante mão de obra a baixos custos, o capital, os indivíduos que tem a posse desse capital e o mercado necessário.

Esse retorno à cidade traz consigo um amplo leque de transformações, abandonando as características das cidades antecedentes; são mudanças provenientes do que Lefebvre denomina “implosão-explosão”.

A implosão é “[...] a enorme concentração (de pessoas, de atividades, de riquezas, de coisas e de objetos, de instrumentos, de meios e de pensamento) na realidade urbana [...]” (Lefebvre, [1970] 2002, p. 26). Mas a implosão também descreve a negação e a degradação da cidade e do seu centro, portanto tende a focar no desaparecimento da força do conteúdo político e comercial de antes (Araújo, 2012; Oliveira, 2019).

Em seguida é a explosão da cidade que se processa, onde a mesma incorpora o campo, transformando-o nos moldes urbanos e se propagando em uma extensa área. Trata-se da “[...] projeção de fragmentos múltiplos e disjuntos (periferias, subúrbios, residências secundárias, satélites etc.” (Lefebvre, [1970] 2002, p. 26).

Ainda nesta perspectiva, outro ponto de destaque diz respeito à invasão da lógica da industrialização considerada pelo próprio Lefebvre ([1968] 2001, p. 11) como o “motor das transformações da sociedade”, positivas ou negativas, mas que repercutiu em profundas mudanças tanto de natureza econômica, social, ambiental, assim como também, espacial. Deste ponto de vista, importante destacar este último momento representado pela Cidade Industrial, posto que uma sociedade industrializada se desenvolvendo e extinguindo a fase rural, reorganiza o espaço, fornecendo condições para assim dar impulso ao processo de urbanização e conseqüentemente o crescimento das cidades.

Seguindo a lógica de Lefebvre, o resultado entre a implosão e o espraiamento da cidade combinado com o outro duplo processo de industrialização-urbanização, configuram a “zona crítica”, também presente no eixo gráfico apresentado anteriormente. E seria exatamente neste ponto que, ainda de acordo com o estudioso, se localiza e se desenvolve o complexo conjunto de questões relacionadas à cidade, à realidade urbana e à produção de um espaço sob uma nova configuração.

Este é então, o pressuposto para a sociedade urbana, “[...] a que resulta da urbanização completa, hoje virtual, amanhã real” (Lefebvre, [1970] 2002, p. 9). Em seu momento, Lefebvre não dispunha de elementos capazes de captar com exatidão os efeitos que esse novo ciclo da sociedade na história poderia proporcionar, entre o industrial e o urbano, ele lança uma hipótese (urbanização completa da sociedade), a analisa diante das evidências que conhecia e aponta tendências, contudo suas reflexões demonstram o quão profunda e heterogênea é essa nova fase.

Ele indaga sobre o que vem depois da industrialização e pode-se dizer em um breve raciocínio, que a urbanização continua no processo de transições, sem os grandes intervalos seculares e as severas inflexões do passado, mas seguindo a lógica capitalista, que busca de maneira mais rápida e constante o seu aprimoramento e continuidade.

A urbanização em sua versão moderna, transformou e transforma o espaço, trouxe a metropolização e segue adiante se remodelando e revelando novos fenômenos ontem virtuais, hoje reais e complexos.

No âmbito da escala local, Santos (1985) defende a necessidade de se observar os eventos do presente ou do passado de amplas proporções, no intuito de melhor fundamentar a interpretação de fenômenos nesta escala, visto que estes grandes eventos conseguem gerar resultados diretos ou indiretos no contexto local, mesmo que detenham relativa autonomia. Assim sendo, a seguir apresenta-se um resumido cenário urbano a partir dos efeitos desencadeados pela industrialização nas escalas nacional (Brasil) e local esta última especificamente abrangendo a capital soteropolitana.

2.1 O Urbano no Âmbito da Industrialização Brasileira e Baiana

A industrialização desencadeou mudanças profundas no mundo e, portanto, merece que se aponte algumas de suas particularidades nacionais mesmo sabendo que o momento da industrialização no Brasil em comparação aos países da Europa foi historicamente tardio.

Autores como Nobre e Ramos (2011) defendem que a eclosão da indústria nos países subdesenvolvidos, surge apenas depois que os Estados Unidos se tornam o centro da economia mundial (segunda metade do século XIX e início do século XX) e somente nesta altura é que países da América Latina, inclusive o Brasil, começaram a experimentar o par industrialização/urbanização.

Observou-se nas consultas teóricas realizadas a existência de uma diversidade de interpretações quanto ao momento em que a industrialização se inicia no Brasil devido à presença de diferentes pontos de vista.

Uma delas diz respeito às várias investidas para a implantação de indústrias no Brasil no decorrer do século XIX, a exemplo do IPEA (1968), que indica ser a partir da metade deste mencionado século que o país começa a demonstrar a

presença de uma indústria tecnológica com coerente desenvolvimento nas áreas têxteis, siderurgia, naval e outras, com estrutura semelhante à de países mais desenvolvidos. Assim como a organização de associações compostas principalmente por pequenos produtores e comerciantes para coordenação de ações que culminaram na implantação de indústrias (Simonsen, 1973; Salomão, 2016).

Por outro lado, Lencioni (2008) mesmo ciente das diversas interpretações, assunto que é bem destacado em seu texto, reflete com base no pensamento do próprio Lefebvre que realmente o urbano esteve e está relacionado à indústria e ao capital, apontando por meio de seus levantamentos bibliográficos, a relevância da indústria na emergência da sociedade capitalista industrial no Brasil principalmente a partir da década de 30 do século XX. Da mesma forma, destacado por Guerra, Pochmann e Silva (2020) ao evidenciarem uma vertiginosa transição da sociedade agrária para a aquela considerada urbana e industrial no país entre 1930 e 1950.

Fundamentando-se neste contexto da incorporação da par industrialização/urbanização assim como do par implosão-explosão, o Brasil, mais especificamente a partir do século XX, enfrentou ações relacionadas à evolução urbanística, compreendendo grandes intervenções que tinham o intuito de promover a modernização nas cidades.

O destaque maior vai para os projetos de verticalização em áreas centrais, construção e/ou reformulação de grandes vias fomentando a mobilidade rodoviária em substituição ao transporte urbano que era composto de bondes e trens e a criação de empresas públicas para gerir projetos nacionais dedicados aos assuntos relacionados à infraestrutura, equipamentos urbanos e serviços públicos, tornando-os mais modernos e com maior capacidade atendimento (Guerra; Pochmann; Silva, 2020).

Embora sustentado por todos esses mecanismos de modernização, Nobre e Ramos (2011) afirmam que todo esse processo da urbanização não ocorreu de maneira planejada, sendo desenvolvida de maneira vertiginosa por conta do rápido crescimento populacional provocada pelo imenso êxodo rural, porém sem um equilíbrio harmônico entre este grande contingente, a infraestrutura e os serviços públicos disponíveis.

Além do mais, por conta da grande extensão continental, diversidade regional e variada capacidade econômica, o Brasil desenvolveu diferentes estruturas urbanas (Nobre; Ramos, 2011).

Os mesmos citam o exemplo comparativo entre as regiões Nordeste e Sudeste, quanto ao distinto desenrolar dos processos de industrialização e urbanização. Sendo que na primeira região o elevado contingente populacional combinado a concentração fundiária e obsoletos métodos agrícolas determinaram uma irregular dispersão dos benefícios da urbanização, não permitindo assim que o setor industrial ganhasse destaque prevalecendo então o setor terciário, além da presença de ocupações informais e pobreza, situação contrária daquela observada na região sudeste onde a indústria e o setor terciário se consolidaram, tornando o processo de urbanização mais forte e amplo.

Em síntese, este processo da urbanização, vinculado ao processo de industrialização, proporcionou uma nova feição do urbano nas cidades brasileiras, uma nova dinâmica com fatores de natureza positiva, mas também negativa. Visto que, contribuiu para a construção de uma nova feição do urbano no país, principalmente nas áreas centrais das grandes cidades perante os interesses da sociedade capitalista industrial, mas que também acabou por ampliar o contraste entre as grandes regiões do país, além do avanço das áreas periféricas empobrecidas (Nobre; e Ramos, 2011; Siqueira; Duarte; Duarte, 2018).

Agora direcionando o olhar sobre o processo e os efeitos da industrialização na Bahia e especificamente Salvador, pode-se dizer que na metade século XIX o estado possuía certo pioneirismo no país, com destaque para as atividades têxtil e açucareira, mas que a partir do fim século XIX e início do século XX atinge a situação de decadência política e econômica, pois apesar da tradicional tendência agrícola o estado não possuía a mesma notoriedade que a produção de café no Sudeste para financiar a industrialização interna (Cunha, 1995).

Salvador, até meados do século XIX era ocupada de maneira lenta e gradativa, e apresentando traços de desordenamento e segregação, e concomitantemente assumia o posto de metrópole da Bahia e capital regional do Recôncavo com influência direta da atividade do comércio, no entanto a força econômica do Sudeste também afetou o seu enfraquecimento econômico (Santana *et al.*, 2020).

Apesar deste declínio político e econômico, Salvador possuía características da modernidade ao final do século XIX, perdendo assim suas características originais de cidade-fortaleza. Como exemplos pode-se citar importantes obras, como a implantação do sistema de transporte urbano sobre trilhos, a modernização e

eletrificação de ascensores e expansão da cidade sobre o mar com o aterro do Comércio (Bairro do centro tradicional de Salvador), bem como os investimentos em instituições bancárias, comércio e imóveis, somado ao acelerado crescimento populacional, impulsionado pelo êxodo rural na busca por melhor qualidade de vida da população, não esquecendo que neste mesmo momento até início do século XX ainda houve tentativas de implantação de indústrias em terras soteropolitanas, como na região da Península de Itapagipe (Andrade; Brandão, 2009).

De acordo com Souza, Souza e Spinola (2019) a região da Península de Itapagipe abrigou entre o final do século XIX e início do século XX um Distrito Industrial Urbano composto por fábricas de diversos tamanhos e segmentos com destaque para a área têxtil, bebidas, vidro, processadoras de cacau, processadoras de fumo dentre outras, chegando a ser considerada a principal área industrial da Bahia.

Contudo, no final do século XX esse conjunto de indústrias sofreu um considerável declínio proveniente dentre outras coisas pela perda espaço competitivo para o mercado industrial do centro-sul do país e internacional, pela falta de condição em acompanhar os novos padrões tecnológicos, além de adquirir uma imagem negativa no contexto ambiental por desencadear problemas de saúde na população (Souza; Souza; Spinola, 2019).

O século XX propriamente dito marca o momento de consistentes transformações espaciais no restante da cidade, proporcionadas pela importante influência da atividade comercial, como a intensa e abrupta ocupação do espaço urbano marcada pela criação de novas centralidades e novas formas acompanhando o viés urbano-industrial (p. ex. as avenidas de vales nos anos 60, os shoppings centers nos anos 70 e dos edifícios de negócios em áreas distanciadas do centro histórico), a remodelação de edifícios ou ainda a construção de prédios de grande altura nas áreas centrais da capital, aliás a própria implantação de indústrias comentadas no texto inicial desta investigação (Andrade; Brandão, 2009).

A chegada da Petrobrás em 1953, os complexos industriais do Centro Industrial de Aratu (CIA), em 1967 e Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC), em 1976, considerados importantes componentes favorecedores do crescimento econômico de Salvador e sua RM também foram fatores que motivaram o aumento dos fluxos migratórios, assim como a expansão da cidade (Andrade; Brandão, 2009).

Andrade e Brandão (2009) afirmam que essas importantes mudanças, principalmente aquelas realizadas nas últimas décadas do século XX, garantiram a ocupação da área municipal próxima da totalidade, e conforme Santana *et al.* (2020), esse período estava atrelado ao intuito de se estabelecer de fato a modernidade em Salvador, obedecendo aos interesses capitalistas na produção de um novo espaço urbano excludente, com a relocação da população desprovida de riqueza para áreas mais distantes e evidentemente apontando a configuração de vetores para a expansão da cidade soteropolitana dentro do mesmo viés segregador socioespacial.

Mesmo não sendo uma cidade de destaque no período da sociedade industrial brasileira como a grandiosa São Paulo no Sudeste, pode-se dizer que Salvador também sofreu processos de implosões/explosões, semelhante àquelas explicadas por Lefebvre anteriormente, pois a cidade destruiu ou simplesmente abandonou as características do período colonial, da cidade fortaleza, concentrou pessoas, riquezas e atividades rentáveis para o seu desenvolvimento, remodelou sua forma, reorganizou seu espaço conforme os interesses do capital, abrindo assim caminho para a definitiva entrada do fenômeno urbano moderno, acompanhado de suas complexidades.

Siqueira, Duarte e Duarte (2018, p. 72) externam com clareza as consequências da ação combinada do par industrialização/urbanização, ao compreenderem que essas transformações não trouxeram às cidades o equilíbrio e o sentimento de tranquilidade, mas o contrário disso, “uma inquietude constante, um conflito permanente”. Aspecto que se fez presente nas cidades e metrópoles por meio das sucessivas imposições do capitalismo industrial, quanto à necessidade de se manterem conforme os padrões de modernização econômico, técnico, físico e social do modelo econômico.

De uma maneira geral, no início de toda essa revolução iniciada na Inglaterra a industrialização é que esteve à frente do processo, comandando um novo modo de produção, tornando-se predominante a nível mundial, consolidando a reprodução e acumulação do capital (capitalismo) e à medida que torna-se absoluta, conforme Carlos (2019), extrapola o espaço da indústria capturando assim a cidade e produzindo, induzindo a urbanização que detinha fundamentos específicos e importantes para o crescimento do capitalismo e conseqüentemente da própria indústria.

Contudo, em um segundo momento, determinado pelo “salto qualitativo” (Carlos, 2019, p. 465) da urbanização, esta se sobressai ante a industrialização, tornando-se mais importante, e assim nas palavras de Lefebvre ([1970] 2002, p. 26) “o induzido torna-se dominante (indutor)”.

2.2 A sociedade urbana não está acabada

O processo de transformação da sociedade urbana prossegue, no entanto com nova essência e originando novos padrões espaciais e funcionais. Trata-se de uma forte e profunda transição onde os interesses se tornaram mais amplos e moldados pelo capitalismo que se consolidou, fazendo erguer-se um novo modo de produção econômico baseado na ciência, na tecnologia, na informação e nos serviços.

Para atender às novas exigências os elementos que antes compunha o espaço em épocas anteriores foram desmantelados ou reconfigurados por se tornarem obsoletos dando lugar às modernas composições, ou ainda conforme Santos (1985), conservou-se uma combinação de novas e velhas feições, capazes de criar formas compatíveis com as funções da modernidade ou até mesmo se adaptando às antigas.

Lefebvre ([1970] 2002, p. 19 e 44), denomina este momento de “revolução urbana” em que a sociedade percorreu conteúdos vinculados à industrialização e ao crescimento, até atingir um novo período, onde a problemática urbana se torna permanente, abandonando antigas concepções, fazendo prevalecer a busca por entendimentos sobre as diferenças “mentais e sociais, espaciais e temporais” existentes dessa nova época, são diferenças que passam a ser “conhecidas e reconhecidas, consideradas, concebidas e ganham significados”.

Desta maneira, pode-se afirmar que cada modo de produção desenvolve seu espaço compatível, assim como uma produção social própria (Lefebvre, [1974] 2006; Carlos, [1982] 2011) e no caso específico da sociedade industrial, conforme Oliveira (2019) ao analisar o raciocínio de Lefebvre, o conjunto de implosões-explosões ocorridas no decorrer dos tempos com a chegada da industrialização, ofereceu condições para o alcance do 100% urbano, que não se relaciona de maneira exclusiva a apenas à sociedade industrial, pois abrange qualquer sociedade oriunda dos mesmos movimentos de implosão-explosão firmada nos princípios urbanos.

Nesta perspectiva, pode-se afirmar então que existem novos movimentos de implosão-explosão que permanecem moldando a sociedade e reconfigurando o espaço e a cidade, no intuito de garantir a continuidade do modo de produção capitalista nos dias atuais.

Bell (1967, p. 27) desde o final da década de 60 do século XX e antes mesmo da publicação de seu famoso livro sobre o nascimento de uma nova sociedade, chamava a atenção em seus ensaios para o fato de que a “velha ordem industrial” estava dando lugar aos primeiros momentos de uma “nova sociedade”, denominada por ele como sociedade pós-industrial.

Apesar de poder ser caracterizada de diferentes maneiras, o que mais chamou a atenção na leitura diz respeito ao fato de se observar a migração de uma economia que era estritamente industrial para uma outra economia pautada nos serviços, na pesquisa e na educação. Pelo menos nos Estados Unidos esta transição se fazia real, ao se perceber que tais setores correspondiam à significativa parte dos empregos e do produto interno bruto nacional (Bell, 1967).

No entanto, a referência quanto esta mudança nos países considerados naquela época em desenvolvimento não seguiu os mesmos padrões, uma vez que nos países com estágios avançados de desenvolvimento esta transição da economia se estabeleceu perante serviços modernos, com alta capacidade tecnológica e mão de obra qualificada, ao contrário de países como o Brasil, onde o setor terciário apesar de inchado por absorver a população originária do movimento migratório do campo para as cidades, era composto de atividades tradicionais, com baixo grau tecnológico e de produtividade, além da mão de obra pouco qualificada (Melo *et. al.*, 1998; Cardoso; Almeida, 2013; Guerra; Pochmann; Silva, 2020).

O conhecimento também é outro ponto importante a ser destacado na discussão do autor, pois apesar de a sociedade ser também fundamentada no conhecimento, notou-se que além da mudança em classificar o conhecimento como “uma nova base de poder”, também ficou evidente a mudança na própria natureza do conhecimento (Bell, 1967, p. 28).

Retomando a discussão sobre estas mudanças, Marrien (1977) apontou nada mais que mil denominações para esta nova sociedade, sendo adequado dizer que existem várias denominações capazes de indicar que o processo de transição que a sociedade enfrentou e ainda enfrenta pode ser composto por vários elementos basilares para sua caracterização, a exemplo da sociedade urbana de Lefebvre, da

sociedade pós-industrial de Bell ou ainda da sociedade em rede de Castells, esta última resultante de uma nova economia surgida no último quartel do século XX, classificada como informacional, global e em rede, oriunda de uma revolução da tecnologia da informação e comunicação (Castells, 1999, 2005).

Por se tratar de importantes mudanças que ainda tem seus reflexos propagados nos dias atuais, volta-se o olhar para Lefebvre, pois é importante perceber que o mesmo captou a iminência da chegada deste novo ciclo da sociedade e buscou entender como se deu a passagem do industrial para o urbano, utilizando o real diante dele e os acontecimentos produzidos no passado para assim também, projetar o futuro da sociedade.

Construindo uma rica análise ao tentar compreender e até mesmo, alertar sobre o que vem daí em diante – a complexidade – onde o fenômeno urbano embebido de completa heterogeneidade, não se encaixa mais em simples descrições.

A saída apresentada por ele é, portanto, o aprofundamento das investigações, para se conhecer os novos aspectos do tema em questão, sendo que “o fenômeno urbano, tomado em sua amplitude, não pertence a nenhuma ciência especializada” (Lefebvre, [1970] 2002, p. 57).

Na prática o autor quer ressaltar a necessidade de se reunir diversas ciências (compreendidas como ciências parcelares) para uma adequada compreensão em diversos níveis sem a pretensão de esgotá-los, obedecendo é claro, seus respectivos limites, a fim de pôr ordem nesta desordem, e por que não dizer, subsidiar a realização de novas análises que poderão indicar, por exemplo, possíveis implosões-explosões que ainda hoje estão neste campo teórico.

Reforçando essa crucial necessidade de junção de ciências, cita-se também De Massi (2013, p. 250), que em sua análise sobre a história social do mundo indica alguns “traços essenciais” que qualificam esta nova sociedade, como a produção de bens imateriais, os serviços, as informações, os símbolos, os valores, a estética, condicionados por fatores como o progresso tecnológico, o desenvolvimento organizativo, a globalização, a mídia de massa, a difusão da escolarização.

Sem esquecer os fatores e/ou processos de natureza não tão vantajosa igualmente mencionado pelo autor, a exemplo do maior perigo de manipulação, heterodireção, heterocontrole, abstração excessiva, violação da privacidade, massificação, marginalização, desemprego, exclusão digital e estresse, dentre

outras coisas (De Massi, 2013).

Brandão e Brandão (2012) também chama a atenção para a existência de uma considerável diversidade de contextos para caracterizar o urbano atual, ao indicar a presença de novas identidades urbanas que se apresentam em maior ou menor grau de incidência, como a própria globalização, citada anteriormente, provando ser este um fator de relevância, a escala metropolitana, as redes de mobilidades, eventos, a tecnologias de informação e conhecimento, e também as atividades culturais, lógicas de consumo, o turismo, multiplicidade de estilos de vida dentre outros.

Não restam dúvidas de que o fiel processo vivenciado no período da industrialização não se faz mais presente nos dias de hoje, isso não quer dizer que a indústria foi renegada, pois a mesma persiste e vem se adaptando frente aos avanços globais no desenvolvimento e combinação de novas tecnologias voltadas para o setor industrial. Contudo ajuda a sustentar a ideia de que é literalmente indispensável se produzir novas correntes de entendimento, novas formas de pensar e viver a vida, a sociedade, o trabalho e etc., baseando-se na contemporaneidade e buscando a renovação da visão urbana para melhor interpretar o estágio em que o mundo se encontra (Keil, 2007; Oliveira, 2019).

São novas conjunturas que estimulam no ambiente urbano, resultados tangíveis e também intangíveis que podem ser melhor observados e apreendidos a partir da cidade.

Esta que é conforme Siqueira, Duarte e Duarte (2018, p. 84), “[...] espelho de mutações sociais, econômicas, políticas e culturais, destrói, constrói e reconstrói modelos e paradigmas urbanos num traçado complexo, atendendo às novas necessidade e exigências da sociedade no contexto da diversidade urbana [...]”. Corroborando, portanto, com a ideia, por muitos defendida, de que a cidade perdura em ininterrupta transformação construindo novas identidades urbanas que modificam o cotidiano coletivo abrangendo novas maneiras de pensar e de viver nos centros urbanos.

E como é possível compreender toda esta transformação, tendo a cidade como objeto de análise? Lefebvre ([1968] 2001; [1970] 2002) lembra que compete ao investigador caracterizar e identificar os tipos de urbanização e assim alcançar o embasamento necessário para explicar a transição oriunda da explosão da antiga cidade e demais consequências que levou a cidade a um nível superior, além disso,

o autor destaca a importância em se considerar a história, pois é esta que permite esclarecer a origem da cidade, suas vocações e assim iniciar o processo de compreensão da complexa sociedade em que se vive.

Esta ideia também é afirmada por Egler (2004), que vê no passado uma útil ferramenta para melhor interpretar os processos espaciais do presente e assim alcançar embasamentos plausíveis para discutir com propriedade os processos futuros.

Mas, Lefebvre ([1968] 2001, p. 51 e 52) ao assinalar que a cidade sempre esteve vinculada à sociedade por meio de sua história, salienta que esta conexão também se faz pela sua composição, pelo seu funcionamento e demais elementos (poder ofensivo e defensivo, poderes políticos, Estados etc.) que a constituem, indicando assim que a qualquer mudança na sociedade o mesmo será refletido na cidade, “[...] entretanto, as transformações da cidade não são resultados passivos da globalidade social, de suas modificações”, são mudanças fruto da conexão entre as relações do cotidiano, da “[...] ordem próxima (relações diretas entre as pessoas e grupos que compõem a sociedade) e da ordem distante, da ordem da sociedade, regida por grandes e poderosas instituições (Igreja, Estado), por um código jurídico formalizado ou não, por uma “cultura” e por conjuntos significantes”.

Acredita-se que essa necessidade de mudança de paradigma, ao se combinar conhecimentos com as transições espaciais envolvendo diversos aspectos que não apenas o histórico, pode ser um apropriado caminho no apoio para o reconhecimento de um novo tipo de urbanização que parece se fazer presente a partir de Salvador e que se expande interferindo na remodelagem espacial de outras cidades, provocando assim novas rodadas de implosões-explosões.

Aspecto próximo ao processo de “explosão” explicado por Almeida, Montemor e Amaral (2017, p. 332), que “se manifesta na extensão, dispersão e espraiamento da urbanização” em áreas distantes das centralidades principais, alcançando inclusive escalas regionais e também nacionais em determinados casos, com a finalidade de, conforme Carlos (2019), garantir que o processo de reprodução do modo de produção capitalista possa ser estabelecido e expandido a todo o espaço por meio dos referenciais urbanos da cidade contemporânea.

O que segundo Santos (1985) altera profundamente a própria sociedade, a vida urbana, as relações econômicas e de toda ordem, fazendo com que a cidade se transforme e se articule de outra maneira nas diferentes escalas.

O fato de no século XXI a metrópole Salvador apontar vetores de expansão urbana que ultrapassam seus limites, impulsionados pela implantação de complexos turísticos, de grandes condomínios fechados, de empreendimentos multifuncionais, mistos, compostos de centros comerciais e escritórios, *shopping centers* além da descentralização e propagação de atividades relacionadas ao setor de comércio e serviços cada vez mais especializados, aponta a existência do movimento de explosão, evidenciando a propagação de elementos que em tempos anteriores se concentravam apenas na metrópole mas que agora buscam novas localizações e formatos em outros municípios (Carvalho; Carvalho; Góes, 2011; Pereira, Mello; Carvalho, 2017).

Neste sentido, como o objetivo da pesquisa se restringe em conhecer o alcance territorial da metrópole soteropolitana na área de estudo por meio do novo fenômeno urbano, o fio condutor que orienta a investigação está vinculado ao setor terciário (comércio e serviço) – prática econômica devidamente consolidada na capital baiana desde a segunda metade do século XX – contudo, envolvem também aspectos históricos, espaciais, físicos, econômicos e de fluxos do recorte espacial.

Mas afinal, como a compreensão sobre o fenômeno urbano contemporâneo, parte vital desta investigação, vem sendo discutida no ambiente acadêmico?

De antemão, afirma-se que o tema progressivamente vem recebendo atenção das mais diversas áreas do conhecimento, a exemplo da geografia, do urbanismo e da sociologia, dentre outras, porém é na próxima seção que o indispensável embasamento teórico, para avanço da investigação, é desenvolvido com melhor estrutura, onde são apresentadas ponderações de diferentes autores, que assumiram a tarefa de investigar estas modernas transições urbanas (teóricas, físicas e culturais) que (re)modelam o espaço atualmente.

3 O FENÔMENO URBANO CONTEMPORÂNEO

Conforme observou-se no decorrer da seção anterior, é notória a intensa dinâmica enfrentada pela sociedade, baseada na linha do tempo traçada por Lefebvre, esta oferece a relevante compreensão de que é na cidade que tudo se faz mais perceptível. A descrição de aspectos físicos, socioeconômicos e culturais a partir de uma relevante protagonista, a cidade industrial, permitiu nitidamente perceber como o processo da urbanização em detrimento da fase rural e a emergência do capitalismo, evoluiu no tempo, conforme os mecanismos impostos, trazendo uma densa bagagem de novas características sociais, espaciais e econômicas à sociedade.

Nos tempos atuais essas profundas transformações, originadas a partir da urbanização continuam a ocorrer, despontando novas etapas do urbano, revestidas de características diversas, novas nomenclaturas, novas formas e principalmente novos desafios para a interpretação desse processo, que apesar de conservar alguns vestígios de épocas pretéritas, tem provocado transições em grandes proporções, por vezes inconcebíveis no passado, que atravessam diferentes escalas geográficas e que conforme Ferrier (2002 e 2003) abalam, perturbam e mudam cidades e campos em todas as regiões do mundo.

Lefebvre ([1970] 2002, p. 154) em sua época apontava que esta “extensão do urbano” se encaminharia à transposição de fronteiras e é neste sentido que se destaca o interesse sobre os novos padrões da urbanização nos dias atuais.

Na verdade, até a própria dicotomia entre termos utilizados no passado para análises relacionadas às formas de organização do espaço e as transformações sociais, denominada por Brenner (2018, p. 59) como “binarismos metageográficos herdados”, a exemplo do famoso urbano/rural, cidade/campo, núcleo/periferia, sociedade/natureza, humano/não humano dentre outros, sem esquecer das escalas urbana, regional, nacional e global, estão sendo desmontados frente ao radical processo de urbanização que se faz presente nos tempos atuais.

Isto porque a definição do urbano no mundo contemporâneo, está em outro estágio, é “um terceiro elemento” resultante do choque destas dicotomias e que se estende no espaço como um todo, levando consigo a práxis sociopolítica e espacial da cidade (Monte-mór, 2005, p. 945).

A nova face do urbano e da urbanização vem sendo debatida mundialmente no intuito de oferecer a sua contribuição para melhor caracterizar esta nova fase do processo. E mesmo com um percurso investigativo iniciado no Brasil, é expressiva a quantidade de pesquisas sobre o assunto que são originárias de investigações europeias e norte-americanas, que é de onde normalmente sai as diversas nomenclaturas, com a finalidade de denominar as metamorfoses que afetam o espaço urbano na contemporaneidade.

Um bom exemplo disso é a existência de uma extensa relação de terminologias usadas para descrever a dispersão espacial das funções urbanas das metrópoles e as novas formas de interação intermunicipais apresentada por Taylor e Lang (2004), a exemplo dos termos como Metropolitanismo Global; Rede Urbana Planetária; Cadeia de Áreas Metropolitanas dentre outras.

Também pode-se acrescentar outras nomenclaturas utilizadas por outros estudiosos para denominar os novos processos impostos pela urbanização contemporânea, como a Urbanização Completa da Sociedade de Lefebvre ([1970] 2002), a Difusão Planetária de Levy (1997), a Metropolização do Espaço de Ferrier (2002), a Urbanização Regional de Soja (2013), a Urbanização Planetária, a Urbanização Extensiva e a Urbanização Diferencial de Brenner e Schmid (2014; 2015), acrescenta-se também a análise brasileira sobre a Metropolização do Espaço de Lencioni (2005; 2006; 2013; 2017).

É rica a variedade de termos concebidos para a compreensão da nova etapa da urbanização na história, sendo estes aqui relacionados, seguindo os respectivos discursos, um bom ponto de partida para compreensão do tema e, conforme Ascher (2010), melhor representar a sociedade em tempos contemporâneos, que se transforma de maneira acelerada, e que tem na cidade o seu principal reflexo e produto.

Desta maneira, o foco em direção à cidade, principalmente às metrópoles é fundamentado pelo fato de que é neste “lugar propício às mudanças” em se pode melhor observar a “expressão espacial dos novos modos de urbanização”, gerador de “uma nova estrutura urbana mais dispersa no território” (Pacheco, 2003, p. 1-2).

A atenção voltada à metrópole, apesar da existência de distintos entendimentos sobre a mesma, está embasada na presença de alguns pontos considerados fundamentais de sua caracterização e importância nos tempos atuais: um indispensável elemento para o gerenciamento da acumulação e reprodução do

capital, tal como o relevante tamanho, seja de natureza populacional ou quanto à sua extensão territorial; lugar de alta concentração de atividades econômicas, com destaque para os serviços mais especializados, assim como o berço favorável às inovações; além disso, a metrópole, é vista como um ponto consistente para a transmissão e recepção de informações e comunicação, vista também o ambiente propício a se estabelecer como um importante nó nodal para diversas redes (de transportes, informação, comunicação, cultura, inovação, consumo, poder e até de cidades), são algumas das suas particularidades (Lencioni, 2003).

Na verdade, existem outros elementos, denominações e interpretações que podem ser endereçados à metrópole, pois a mesma acompanha os diferentes momentos históricos em sociedade.

Um bom exemplo é citado por Melo Filho (2018, p. 110), ao defender que a noção de metrópole antes estabelecida com base no crescimento urbano, concentrando riquezas e pessoas em um mesmo espaço-tempo, e que fez surgir uma “[...] cidade monocentral, com sua influência circunscrita dentro de seus limites territoriais [...]” não é mais adequada para descrever a fase urbana contemporânea.

Pois o que sinalizam pesquisadores como Ribeiro, Silva e Rodrigues (2011) e Ferreira (2016, p. 478) é que agora estamos diante de uma difusão do fenômeno metropolitano ou ainda da “transformação de urbano para urbano-metropolitano”, o que de certa maneira implode algumas características, para que outras novas possam se estabelecer.

O que acaba por afastar a interpretação vinculada apenas a processos urbanos de aglomeração, concentração e conurbação desenvolvidos em períodos anteriores, mesmo que tais aspectos possam ainda serem utilizados para identificação de características específicas das metrópoles, mesmo que no contexto urbano atual.

Esta primeira parte da seção concentrou esforços em discutir as diferentes nomenclaturas que evidenciam as transições urbanas deste novo momento, destacando perspectivas dos autores elencados que ajudaram a melhor caracterizar e compreender esta nova fase da urbanização, assim como os componentes que atuaram e/ou continuam atuando como influenciadores deste novo processo, além dos efeitos produzidos. A seguir, a discussão foca na definição utilizada por alguns autores para explicar do que realmente se trata este novo e diferente fenômeno urbano.

3.1 Refletindo sobre o fenômeno urbano contemporâneo

Nos anos 70 do século XX, Lefebvre ([1970] 2002, p. 15) lançou a hipótese da “urbanização completa da sociedade”, que só apareceria ao final do processo de explosão das formas urbanas do passado, o que para Pereira (2018) e Carlos (2019) parece ter sido alcançado na medida em que a urbanização elevada a um renovado estágio não mais subordinada ao modo de produção industrial, produz e reproduz o espaço, trazendo ao presente século, dentre outras coisas, a evidência da metamorfose das formas urbanas.

Levy (1997) e Ferrier (2002) concordando com a hipótese de Lefebvre, chamam a atenção quanto à maneira que essas transformações se espalham pelo mundo desde os anos setenta, destacando que é na grande cidade, ou melhor, na metrópole que este processo da nova era urbana se torna mais evidente.

Nestes termos, Levy (1997, p. 4) define este novo momento, como a “Difusão Planetária ou quase planetária” de elementos providos de conteúdo urbano, sendo que, em sua visão, a maioria são provenientes do Ocidente. Enquanto que Ferrier (2002), usa o termo “Metropolização do Espaço” para nominar a atual fase de territorialização, e diz que tal conjuntura está expressamente relacionada à “explosão do urbano”, que se estabelece em todos os lugares do mundo, fazendo desaparecer a diferenciação entre a cidade e o campo, implementando assim uma nova cultura de natureza metropolitana.

Um ponto a ser destacado nos textos dos respectivos autores é que apesar dos mesmos destacarem que este novo cenário segue a escala mundial, recomendam a necessidade do uso de diferenciações entre as cidades, como indicadores de desenvolvimento a fim de se observar o que muda em cada cidade frente a este processo de transformação urbana.

No entanto, enquanto Ferrier (2002, p. 2) cita situações específicas que contextualizariam o urbano atual nos países desenvolvidos, distintas daquelas a serem observadas nos países classificados em desenvolvimento, Levy (1997, p 3) admitia ser difícil utilizar “sistemas de interpretação anteriores” para análises comparativas e de classificação, visto que este moderno ciclo da urbanização tornou a realidade urbana mais complexa, podendo desencadear confusões, pelo menos para este tipo de interpretação, graças ao amplo alcance da ocidentalização no mundo.

Os estudos propostos por Soja (1997 e 2008) tomando a cidade de Los Angeles como ponto de partida para entender o que define a cidade contemporânea, também traz elementos pertinentes à reflexão. De antemão é mais um autor que defende tratar-se de um acontecimento fora do comum e que transformou a metrópole moderna desde o último quarto do século XX no que ele denominou de “Postmetrópolis”.

Esta que é resultante de um novo período de profunda e extensa reestruturação da urbanização, atingindo todos os espaços urbanos do mundo com intensidade diversa, avançando de maneira desproporcional no tempo e espaço, determinando grande impacto em diversos campos da vida em sociedade desde a época da cidade industrial e capitalista, e assim transformando a cidade em uma interconexão de fusões e propagações, contendo características do Primeiro, Segundo e Terceiro Mundo concomitantemente (Soja, 1997 e 2008).

Em sua primorosa explicação, o autor, que não tinha condições de melhor detalhar o assunto no ano de 2000, foi se tornando cada vez mais instruído no decorrer dos tempos, para assim determinar com segurança que uma “[...] mudança paradigmática na verdadeira natureza do processo de urbanização [...]” estava ocorrendo, culminando na identificação do que o mesmo qualificou ser uma “urbanização regional” de natureza policêntrica (Soja, 2013, p. 144 e 151).

Soja (2013, p. 151 e 153) parte do princípio de que esta nova fase da urbanização é proveniente dos processos ocorridos em épocas anteriores, sem abandonar definitivamente respectivas características do “[...] modo metropolitano de crescimento urbano [...] com denso núcleo urbano e um mundo suburbano, periférico e extensivo [...]” e mais anteriormente da cidade industrial capitalista erigida no século XIX, “[...] compacta, densamente centralizada, com forças centrípetas e centrífugas emanando quase que totalmente da aglomeração residencial e industrial no centro pululante da cidade [...]”.

Em outras palavras, significa dizer que as novas relações socioespaciais, de desconstrução e reconstrução, remodelaram a urbanização e configuração, se sobrepondo a processos antigos, criando conexões mais complexas, modificando inclusive a escala de alcance destas transformações que agora propaga de maneira distinta, nunca totalmente ausente em lugar algum, extrapolando os limites da metrópole moderna e criando uma espécie de mescla entre as diversas escalas do local ao global (Soja, 1997; 2011; 2013).

Para o autor é como se essa transição social e espacial fosse promovida por uma série de implosões e explosões na escala das cidades, trazendo uma impressionante e potente metamorfose, tanto de “dentro para fora, como de fora para dentro,” ao passo que “culturas, sociedades e economias com sede nas cidades se estendem a todas as regiões do planeta”, sendo possível reconhecer que “[...] cada centro urbano individual, do maior ao menor, parece conter, cada vez mais, o mundo inteiro dentro de si, criando os espaços urbanos mais culturalmente heterogêneos já vistos” (Soja, 2008 p. 224, tradução nossa).

Brenner (2018), de certa forma, também corrobora quanto as dificuldades impostas pelas limitações proporcionadas ao utilizar teorias urbanas tradicionais, como exposto por Levy, o que compromete o adequado entendimento sobre o fenômeno contemporâneo que ele atribuiu o nome de “urbanização planetária”.

Seguindo o raciocínio do autor, desde o começo do século XXI discutir o urbano tornou-se algo desafiador, pois não parece haver uma clareza quanto aos padrões para sua definição, uniformidade quanto à sua configuração ou precisão cartográfica para guiar a compreensão de uma ilimitada quantidade de processos, transições e condições socioespaciais contemporâneas que ocorrem em larga escala de modo desigual e não concentrada, dentro de cidades, nas áreas consideradas de natureza metropolitana e demais zonas elencadas no contexto do urbanismo, assim como no mundo⁹ (Brenner, 2014).

O caminho conceitual construído pelo autor sobre as transformações urbanas na contemporaneidade, traz algumas considerações que corrobora com a ideia da implosão/explosão proposta por Lefebvre, que vê este duplo processo como o precursor da era urbana.

Neste sentido, Brenner (2014) compreende a nova urbanização encerrada em dois momentos que se inter-relacionam, designados concentração e extensão, processos estes que se pressupõem e também se contradizem recíproca e simultaneamente.

Sendo o movimento em que a aglomeração com acesso à infraestrutura e a propostas de investimentos em determinados lugares de ampla extensão, irradia

9 O “mundo” ao qual Brenner se refere diz respeito “[...] a um planeta que abrange zona de ação, imaginação e potencialidade que é dialeticamente coproduzida com o urbano: não é somente “preenchido pela extensão global da urbanização, mas é ativamente constituído e perpetuamente reorganizado nas e pelas relações urbanas socioespaciais [...]” (Brenner, 2014, p. 201, nota nº 31, tradução nossa).

(explode) transformações vinculadas à organização socioespacial e as conjunturas ambientais vigentes à nível mundial para além dos limites da área de atuação imediata, ao mesmo tempo que regressa agora implodindo (concentrando) para mais uma vez o processo de urbanização desdobrar-se.

Neste movimento as cidades são produzidas, se expandindo, se encolhendo e também se transformando, tudo de forma ininterrupta porém, contando com a consistente cadeia de relações estabelecidas com os diversos lugares, territórios e escalas, e deve-se aí incluir “os âmbitos tradicionalmente classificados como alheios à condição urbana” como por exemplo, as médias e pequenas cidades ou vilas que estão localizadas em regiões periféricas e zonas agroindustriais, corredores intercontinentais de transporte, rotas transoceânicas, circuitos de energia e infraestrutura de comunicação em grande escala, paisagens reservadas à extrações minerais do subsolo, órbitas dos satélites e até a própria biosfera (Brenner, 2014, p. 196).

No entendimento do autor, este processo dialético exercido pelo duplo movimento de implosão e explosão é um rico panorama de natureza analítica, empírica e política, fundamental para a construção de qualquer entendimento crítico sobre a nova urbanização, principalmente no século XXI (Brenner, 2014).

Além disso, o processo oferece condições de abertura para outras novas perspectivas, prova disso são os trabalhos que Brenner tem desenvolvido em parceria com Christian Schmid sobre a “Urbanização Extensiva” em que as transformações urbanas históricas e contemporâneas acabam por atingir vastos e remotos locais, territórios e paisagens situados a considerável distância dos densos centros populacionais, mesmo possuindo características diversas, como por exemplo, uma reduzida, dispersa ou mínima população, mas que são atingidas pelas profundas transformações de natureza socioeconômica e de infraestrutura, ou seja, trata-se de locais, territórios e paisagens que estão sendo instrumentalizados, reorganizados, projetados e planejados, como consequência ou para justamente sustentar atividades cotidianas e a prática socioeconômica da vida urbana existente principalmente nas metrópoles (Brenner, 2014¹⁰; Brenner e Schmid, 2015).

Por estarem vinculadas a lugares classificados como rurais e atrasados que estavam localizados no “campo” ou na “hinterlândia”, sendo considerados portanto

10 Capítulo introdutório do livro *Implosions/Explosion: Towards a study of planetary urbanization*, 2014, como o título: *Urban theory without an outside*, p. 14-30.

como elementos não integrantes do processo urbano, o tema não é muito requisitado contudo, estes lugares, territórios e paisagens tem exibido características sociais, arquitetônicas, materiais e de infraestruturas próxima daquelas reconhecidas nas cidades, cada vez mais minuciosamente privatizadas, industrializadas, financiadas e também interligadas, proporcionando assim uma dentre várias oportunidades de se interpretar as estratégias possíveis de conexões e relevância sistêmica da dinâmica da urbanização planetária (Brenner, 2018, p. 249).

Outra tendência originada da urbanização contemporânea apontada por Brenner e Schmid (2015) é a chamada “Urbanização Diferencial”, identificada como um terceiro momento originado do incessante impulso de reestruturação da organização socioespacial proposta pelo capitalismo.

Na prática, tratam-se de constantes mudanças que ocorrem no ambiente urbano construído, produzidas com o intuito de incorporar as contradições provenientes do capitalismo, e desta maneira, à medida que não conseguem mais gerenciar os efeitos destas contradições, estes ambientes são drasticamente refeitos, ou melhor, sofrem uma ação semelhante à implosão/explosão de Lefebvre, chamada de “destruição criativa”, até que seja necessária mais uma rodada de reconfigurações para manter o controle das lutas e conflitos provocados pelas discrepâncias de cunho capitalista (Brenner e Schmid, 2015, p. 168).

No Brasil, Lencioni representa uma das importantes referências sobre o tema em questão, aliás de acordo com Bartholomeu (2019), é a pesquisadora brasileira que à nível ibero-americano possui robusto conhecimento sobre a metamorfose que a urbanização vem enfrentando.

Em suas reflexões, Lencioni (2015) afirma que mesmo existindo diversas interpretações sobre a urbanização contemporânea, estas oferecem plausíveis condições para que este fenômeno possa ser percebido de variadas maneiras. E no caso específico da autora, que apesar de ter seu foco direcionado à grandes metrópoles (principalmente a metrópole paulista), suas transformações e tendências originadas a partir deste novo processo da urbanização, apresenta de uma maneira geral um proveitoso pensamento sobre o fenômeno e que se encontra registrado e detalhado em suas publicações.

Começando pela nomenclatura “Metropolização do Espaço”, utilizada para designar o novo momento da urbanização, que seguindo o seu raciocínio, está relacionada à ação que se desenvolve no espaço, introduzindo neste, características

metropolitanas, ultrapassando inclusive o processo que transformou as cidades em metrópoles (Lencioni, 2006).

Entretanto, mesmo sendo classificada como uma continuação do processo de urbanização, é importante destacar que na metropolização do espaço não é mais a criação de cidades, o desenvolvimento de redes urbanas ou ainda o ato de fazer permanecer o sentido restrito da urbanização que prevalece, pois a lógica que passou a imperar é a de se gerar e desenvolver novas condições metropolitanas capazes de garantir a reprodução do capital, produzindo características que antes eram específicas e particulares da metrópole, mas agora alcançam todos os lugares (Lencioni, 2006 e 2011).

E mesmo que a industrialização no passado, tenha sido o estopim inicial para que a era urbana nas cidades transformasse muitas delas em metrópoles, Lencioni (2006) ressalta que não necessariamente a cidade necessita ter uma vocação voltada para a atividade industrial para se desenvolver atributos de natureza metropolitana, mas sim ser uma cidade do capital, tornando-se concomitantemente condição e meio para a reprodução capitalista de alguma maneira, assim como um produto do próprio capital.

Mais do que isso, a autora afirma que o processo de metropolização do espaço apesar de ser mais expressivo nas metrópoles, não está restrito a estas, pois o fenômeno ocorre independente desse espaço ser considerado ou não como metrópole, alcançando cidades de portes diversos, inclusive áreas consideradas rurais com algumas características e hábitos e valores urbanos, reafirmando a necessidade de se abandonar em parte algumas das interpretações do passado (Lencioni, 2013).

Importante enfatizar que este novo ciclo da urbanização não anula outras expressões de fenômeno urbano do passado, a exemplo das taxas de urbanização, migração campo-cidade ou ainda ao intenso desenvolvimento das cidades dentre outras e respectivos processos desencadeados, que continuam ocorrendo, sendo até adequado dizer que tratam-se de eventos que trouxeram significativas transformações nas relações sociais e no espaço, porém não são mais dominantes, pois, agora “a direção e o domínio socioespacial são emanados das metrópoles de novo tipo” oriundas do processo de metropolização do espaço (Lencioni, 2017, p. 31).

Esta interpretação não aponta para uma espécie de negação da herança

histórica muitas vezes evidenciadas em estruturas urbanas concebidas anteriormente, todavia as profundas metamorfoses provocadas por esse novo estágio da urbanização determinam a chegada de um processo contemporâneo que “condiciona e produz a história urbana dos dias atuais”, sob o contexto capitalista, atingindo espaços urbanos, rurais, espaços vazios e vários outros tipos de espaço em escala planetária (Lencioni, 2006, p. 48; 2020).

De tudo que foi discorrido, ao se condensar as compreensões dos referidos autores, fica evidente que trata-se de um processo, que apesar de sua pluralidade no uso de nomenclaturas e caminhos para sua interpretação, tende a se desenvolver a partir de circunstâncias citadas pela maioria dos autores, principalmente no que diz respeito à ampla e forte propulsão à nível global de características urbanas que ao se unir às condições específicas de cada lugar, nas diferentes escalas espaciais e tempo, reestruturam profundamente processos antigos, produzem novos, além de criarem tendências.

Circunstância que de acordo com Soja (1993) denota uma intensa e perturbadora metamorfose urbana que tenta reorganizar os aspectos espaciais, temporais e sociais na era contemporânea, frente aos interesses do capitalismo.

Decerto, que não há a intenção de exaurir o assunto por ser este um dos eminentes desafios impostos à comunidade científica que se propõe a investigar este processo contemporâneo que constantemente se reconfigura, tornando sua compreensão e denominação mais laboriosa.

Dando prosseguimento, a seguir são apresentados os principais agentes que de uma maneira geral são apontados como influenciadores imediatos, assim como os efeitos decorrentes dessa metamorfose urbana.

3.1.1 Agentes influenciadores e efeitos do novo fenômeno urbano

É compreensível que se indague qual ou quais agentes determinaram esse novo ciclo urbano de tamanha pujança? E quais seriam os efeitos desse processo a nível social, espacial, econômico, ambiental dentre outros no contexto das cidades?

Certamente, para esta resposta cabe dizer que da mesma forma como acontece na compreensão e denominação do processo, há um considerável conjunto de agentes influenciadores. No entanto, o enfoque será pautado na reestruturação produtiva e na globalização, justificado pela forte presença destes

elementos nas discussões de importantes autores como Lencioni (2005) e Soja (2008), e de alguns outros que também se mostram inclinados a apurar o tema neste contexto, como é o caso de Caravaca Barroso (1998) e De Mattos (2006).

Ao mesmo tempo que surgem os efeitos relacionados ao novo fenômeno urbano, a exemplo do acelerado desenvolvimento da economia de serviços destacado por Soja (2008) e Ferreira (2016), o aumento da cultura do consumo e seus desdobramentos no espaço e a intensificação dos fluxos de pessoas, mercadorias e informações, evidenciado por Lencioni (2006; 2011) e Indovina (2013).

Esta pluralidade de agentes e efeitos é justificada pela existência das diversas linhas de abordagens multidisciplinar que se correlacionam em maior ou menor grau com o assunto, tornando-se importantes fontes na captura do processo de metropolização do espaço. Entretanto, apresenta-se a seguir as inferências discutidas pelos referidos autores acima mencionados, acrescentando algumas explicações que se considera relevantes para a caracterização que se segue.

Nada mais adequado do que inaugurar essa discussão falando um pouco sobre o próprio conceito de reestruturação, que do ponto de vista defendido nesta pesquisa, representa adequadamente esse processo contemporâneo de transformação urbana.

Observando a palavra reestruturação no dicionário¹¹ percebe-se que esta representa a “ação ou efeito de reestruturar; de estruturar novamente; de providenciar ou desenvolver uma nova estrutura”. Outra explicação é dada por Soja (1993, p. 193) que em suas considerações sobre o termo de uma maneira geral, entende que a reestruturação:

[...] transmite a noção de uma ‘freada’, senão de uma ruptura nas tendências seculares, e de uma mudança em direção a uma ordem e uma configuração significativamente diferentes da vida social, econômica e política. Evoca, pois, uma combinação sequencial de desmoronamento e reconstrução, de desconstrução e tentativa de reconstituição, proveniente de algumas deficiências ou perturbações nos sistemas de pensamento e ação aceitos.

Desta maneira, é como se “a reestruturação estivesse compreendida entre a reforma parcial e a transformação revolucionária, ou ainda entre a situação de perfeita normalidade e algo completamente diferente” (Soja, 1993, p. 193).

11 Reestruturação. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/reestruturação/>. Acesso em: 19 jul. 2021.

Esta reestruturação moldada pelo contexto capitalista pode ser vista como uma força motriz, que se manifestou de diversas maneiras e dentre muitas destaca-se a reestruturação produtiva instaurada a partir da década de 1970 no mundo, e que parece ter sido um relevante incentivo para que outros processos se desencadeassem e assim oferecessem condições para uma ampla e forte metamorfose urbana em diferentes ângulos.

O desenvolvimento desta nova estrutura produtiva se fez mais evidente nas grandes empresas, ou melhor, conforme Lencioni (2005) nas empresas que dispunham de uma organizada distribuição do seu processamento, a começar pela produção até a atribuição de valor.

Nestes padrões, Caravaca Barroso (1998) e De Mattos (2006) descrevem estas mudanças pautadas na acentuada introdução de inovações, atingindo não apenas os produtos, assim como as técnicas utilizadas no processo de fabricação, as relações de produção e condições ideais para localização de distintas atividades, favorecendo inclusive a descentralização produtiva e dispersão dos seus nós (*hubs*) para diversos lugares espalhados pelo mundo, criando assim a organização de empresas em rede.

Outro ponto que merece destaque deste momento, diz respeito à evolução e inserção de novas tecnologias de informação e comunicação que tornaram-se importantes instrumentos para garantir a continuidade do ciclo de acumulação capitalista, o que de certa maneira contribuiu para que as empresas fossem obrigadas a se tornarem mais flexíveis, a fim de facilitar as mudanças na linha de produção para redução de custos, colaborar para o aumento da frequência de fusões corporativas e permitir que a distribuição dos estágios de um processo produtivo fossem desenvolvidos por várias empresas e não mais concentrado em uma única empresa ou fábrica, denominado como “terceirização do sistema produtivo” ou ainda a “terceirização de processos e subprocessos e subcontratação” (Caravaca Barroso 1997, p. 6; De Mattos 2006, p. 11; Soja, 2008, p. 251;).

A terceirização, foi uma prática que apareceu como algo novo, mas que na verdade não era tão nova assim, sendo notada sua presença desde a época da Revolução Industrial, contudo por ter sido remodelada perante a nova essência da reprodução capitalista, acabou se transformando em uma importante tendência nutrida pela progressiva necessidade das empresas reestruturadas em adquirir serviços de produção nestes moldes (Lencioni, 2005; De Mattos, 2006).

O que se quer dizer é que tal reestruturação produtiva, foi decisivamente um dos importantes elementos responsáveis pela transição das cidades, visto que, normalmente tais empresas remodeladas, segundo De Mattos (2006), se localizaram em grandes aglomerações urbanas que conseqüentemente também sofreram transformações radicais e incomparáveis em sua estrutura, organização, funcionamento e paisagem, impostas pela nova fase urbana capitalista.

A globalização é também marca o processo de transição da sociedade e das cidades sendo considerada como um forte símbolo da modernidade a partir da virada do séc. XX para o séc. XXI, representando tudo aquilo que foi considerado como novo e inovador em todo o mundo (Soja, 2008).

Nas palavras de Giddens (1991, p. 60) a globalização é entendida como “a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa”.

A globalização é um fenômeno que tem longo histórico e isso se deve ao fato de a mesma estar inserida em um processo contínuo, onde aspectos diversos a exemplo dos sociais, econômicos e tecnológicos, vão evoluindo sucessivamente no tempo, mudando de intensidade à medida que tais aspectos se deparam com momento(s) de pleno desenvolvimento e/ou de estagnação (Mir; Hassan; Quadri, 2014).

Mir, Hassan e Quadri (2014) embasados na literatura pertinente, lançam algumas hipóteses sobre qual o período mais adequado para esta compreensão, destacam três delas: uma que propõe reaver as inovações que marcaram o século XIX e que de alguma maneira estão ligadas à globalização, também há a ideia de se considerar os acontecimentos de algumas décadas anteriores ao século XX ou ainda observar a globalização a partir do início do industrialismo e do capitalismo como fatores estimulantes para mais uma rodada de transformações até atingir o patamar atual.

Entretanto, não desmerecendo a necessidade de fazer este retorno no tempo para melhor entender a essência da globalização, não se pode negar que este é um fenômeno de influência colossal em múltiplas dimensões, abrangendo os aspectos econômicos que normalmente dominam os textos investigativos, assim como sob os prismas social, político, tecnológico, cultural e respectivos desdobramentos, atuando inclusive no aumento da tomada de consciência popular e intelectual sobre a

presença de uma ligação global de todo o mundo, exemplificado por meio das atividades humanas que se desenvolvem no cotidiano da maior parte das pessoas em escala global (Soja, 2008; Mir; Hassan; Quadri, 2014).

Porém, Soja (2008) reflete que a globalização não é um fenômeno que deve ser reconhecido apenas na escala planetária, se fazendo constantemente presente em outras escalas e apresentando-se de diferentes maneiras e intensidades, assim, cada localidade do mundo viveu e vive a globalização e suas consequências em seu ritmo específico. E até onde aparentemente pode não ser perceptível, a globalização se fará vigente no cotidiano, nas mais simples atividades como o acesso às notícias de lugares diversos do mundo.

Examinando a dinâmica da globalização especificamente nas cidades, De Mattos (2006, p. 66) chama a atenção quanto à possibilidade destas se modelarem sob influências oriundas de grandes cidades espalhadas pelo mundo e que tem a capacidade de difundir “certas imagens emblemáticas” que representam a modernidade.

O autor explica que muitas representações originárias de épocas anteriores, principalmente atrelada à industrialização quer sejam atividades ou artefatos da globalização, conforme vão sendo delineados e/ou inseridos em seus lugares de origem são exportados e reproduzidos em diferentes cidades, sobretudo pelas grandes empresas reconhecidas como globais que se instalam nestas mesmas cidades.

De Mattos (2006) se refere principalmente aos artefatos arquitetônicos que transformaram a paisagem urbana das cidades latino-americanas, demonstrando ser essa uma das referências utilizadas para retratar a nova fase urbana capitalista e globalizada.

Como exemplo o autor cita os grandes e complexos edifícios, que concentram diversas atividades especializadas e direcionadas às empresas globais e seus negócios, espaços comerciais diversos e/ou especializados, de modo especial *shopping centers* e outros empreendimentos de grandes superfícies com enfoque em diferentes tipos de consumo como o super e hipermercados, grandes lojas de departamento, praças de alimentação, hotéis e complexos de luxo destinados a realização de feiras, congressos e demais eventos internacionais e etc.

São expressões simbólicas, que proporcionam um sólido impacto no cotidiano das cidades, abrangendo o funcionamento e organização das mesmas, relacionado

à metamorfose urbana que abrange o mundo que também vem sendo difundida por meio da globalização, em suas múltiplas dimensões (De Mattos, 2006).

Outros agentes podem fazer parte desse elenco, pois as análises sobre as transformações urbanas da contemporaneidade sugerem uma ampla lista de questões, o que comprova a necessidade de se desenvolver investigações interdisciplinares.

Algo ressaltado anteriormente por Lefebvre ([1970] 2002), quando defende que o fenômeno urbano, em sentido amplo, não está vinculado a uma única ciência, sendo, portanto, resultado da junção de todas elas. E que vai ao encontro do que afirma Lencioni (2013) quando defende que a metamorfose do processo de urbanização é produto advindo da combinação entre processos de reestruturação produtiva e da globalização.

Questão também ressaltada por Ferrier (2002 e 2003) ao enfatizar que as condições para transformação do mundo e atual dinâmica urbana, são resultantes da conexão entre processos técnicos e econômicos gerais inseridos no mundo por meio da globalização.

Feita as devidas indicações sobre estes dois importantes influenciadores no desencadeamento do novo ciclo da urbanização, passamos agora a apresentar alguns dos efeitos produzidos pela ação direta e/ou indireta destes agentes mencionados no processo de transformação urbana. São circunstâncias da realidade global, que evidenciam o surgimento de novas conjunturas econômicas, sociais, culturais e espaciais na sociedade e nas cidades, principalmente nas metrópoles.

Seguindo o propósito da pesquisa, a atenção foi direcionada para evidenciar os impactos que estão mais próximos aos aspectos a serem analisados, no entanto tem-se a consciência de que o tema motiva a discussão de distintas abordagens, considerando enfoques que podem corresponder a cada diferente lugar e momento histórico.

Conforme discutido na seção anterior, a transição da lógica industrial na sociedade, na cidade e na própria vida explicitada pelas várias denominações como sociedade urbana, sociedade pós-industrial dentre outras, foi caracterizado por muitos atributos, dentre os quais destacamos o incremento da economia baseada nos serviços, evidenciado nas produções investigativas de Lencioni (2005, 2020), Soja (2008) e Ferreira (2014).

Outro ponto é a flexibilidade trazida pela reestruturação produtiva que garantiu condições favoráveis para que a economia de serviços prevalecesse, frente a economia industrial tradicional, substituindo os recursos tangíveis e procedimentos necessários ao funcionamento da indústria (matérias-primas, bens e etapas de produção e consumo) pelos recursos intangíveis ou imateriais, representado pelo conhecimento, habilidades e pelas empresas que prestam serviços avançados e especializados (Shek; Chung; Leung, 2015).

À primeira vista, parece se tratar de uma crise, no entanto, esta nova situação reflete o aumento de importância dos serviços em detrimento da indústria que não desapareceu, mas perdeu a posição de ser a principal fonte geradora de empregos e do produto interno bruto (PIB) dos países, inclusive do Brasil desde os anos 1980, mas que não desapareceu. Mas, além das mudanças relacionadas à indústria, é importante frisar também que fatores como a própria evolução econômica capitalista, a qualificação da força de trabalho, o crescimento da capacidade de boa parte da população adquirir bens e serviços de natureza pessoal, assim como comercial, educacional, saúde, de diversão, de espetáculos, eventos e distrações também devem ser consideradas (Ferreira, 2014; Arend, 2015; Soares, 2018).

Sem se prender a uma ordem cronológica quanto aos efeitos desencadeados pelos agentes influenciadores, pode-se apontar a grande evidência da economia de serviços como uma das mais nítidas manifestações da transformação urbana do momento atual, atrelada ao aumento do ritmo de consumo de bens e mercadorias materiais e imateriais, que no entendimento de Ferreira (2016, p. 144) alcança dimensões até então desconhecidas, abrangendo “todas as esferas da vida”.

Na sua época, Santos ([1987] 2007, p. 48) qualificava o consumo como o ópio da sociedade capitalista contemporânea, cercando as pessoas diariamente em casa, na rua, no trabalho ou escola, seja por meio de “[...] sua presença imediata, quer pela promessa ou esperança de obtê-los”.

Atualmente, a forte cultura do consumo, é observada com maior força nas metrópoles, considerada importante protagonista do novo processo urbano, sendo capaz de transmitir em sua organização espacial a resposta para transições urbanas desta natureza. Um exemplo prático, é a produção dos espaços de consumo, como *shopping centers*, e demais centros mono ou multifuncionais como supermercados, condomínios, loteamentos fechados e também os lugares destinados ao lazer, como os parques temáticos dentre outros que contribuem para a permanência, aumento e

renovação da cultura do consumo.

Na visão do consumo, tudo pode se transformar em mercadoria e nestas circunstâncias de altas demandas Lencioni (2013) e Ferreira (2014 e 2016) chamam a atenção quanto à transformação do mercado do solo urbano, destinado muitas vezes à implantação desses espaços de consumo por exemplo, fato motivador para o encarecimento no preço deste solo proporcionado por certos agentes sociais, e não aumento da procura de outras terras em localizadas em áreas cada vez mais distantes do grande centro metropolitano, mas que aos poucos serão integradas à metrópole, provocando o prolongamento da área considerada urbana, com o passar do tempo.

Sobre os agentes sociais, a compreensão de Gottdiener (1993, p. 189-190) aponta a existência de menos cinco grandes grupos de agentes com atuação direta na produção e/ou utilização da terra, que podem se subdividir em vários outros tipos distintos, são eles: os proprietários rurais de terra não-desenvolvida, os especuladores de terras, empreendedores, os construtores e os proprietários de terra desenvolvida.

O autor também cita a presença de um “circuito secundário” composto principalmente por banqueiros, empregados de companhias fiduciárias de empréstimos independentes e companhias de seguros, agentes do setor imobiliário, funcionários públicos locais, planejadores e etc., denominados agentes financeiros.

Retomando a discussão, é importante destacar que estes efeitos também não estão restritos às metrópoles, sendo possíveis se fizerem presentes em cidades de portes diversos, algumas até que ainda apresentam traços “rurais”, independente da distância em relação às metrópoles e grandes cidades.

Assim, neste contexto, é possível encontrar tecidos urbanos que apropriaram, ou que até mesmo desapareceram sendo tragados por aspectos e características equivalentes àqueles que compõem a metrópole mesmo que em menor escala, exigindo um entendimento à nível multiescalar, a fim de possibilitar análises capazes de mesclar questões de natureza urbano-metropolitana assim como de caráter regional, mesmo que as transições e consequências sejam mais evidentes nas metrópoles e grandes cidades (Lencioni, 2013; 2020).

Outro aspecto ser destacado como reflexo das mudanças impostas à sociedade e ao seu espaço, é a circulação de pessoas, bens e informações, denominada fluxos materiais e imateriais, se tornam mais intensa, múltipla e perene,

exigindo constantes aperfeiçoamentos necessários para a sustentação da nova lógica do capital (Lencioni, 2005; 2006; 2008; 2011; 2013).

Questão que também é discutida por Ascher (2010, p. 20) ao condensar todos esses fluxos, em um sistema de mobilidade denominado “sistema BIP”, que corresponde justamente ao desenvolvimento dos meios de transporte de estocagem de bens, de informações e de pessoas bem como as tecnologias que incrementam seu rendimento, de maneira a atender as demandas.

Real ou virtual esse movimento ininterrupto no espaço está incluído no debate construído por Santos (1994) e revisados por Barros (2020) sobre os fluxos no espaço. Em verdade, estes consideram a circulação como papel indispensável para a transformação e redefinição do espaço e assim também ser expressão da realidade ao se remodelarem no intuito de atender às transições urbanas, por meio da relação entre os fixos¹², neste caso representado pelo sistema viário, redes de fiação e de dutos, e os fluxos de mercadorias e produtos diversos, de informações, mensagens e ideias, de capitais ou ainda do trânsito de pessoas e veículos.

Todo esse movimento impulsiona inclusive o crescimento na implantação de redes de infraestruturas urbanas indispensáveis, como é o caso das redes de circulação, redes sanitárias e energéticas, redes informacionais e comunicacionais, quase todas antes providas pelo Estado, mas que também sofreram mudanças provenientes da logicidade capitalista, tornando-se fonte de negócio e abrindo espaço para a participação da iniciativa privada no fornecimento destas infraestruturas (Lencioni, 2013).

Um outro efeito que deve ser mencionado é a redefinição de hierarquia dos lugares, uma vez que além dos espaços de consumo e lazer, serviços e atividades se localizarem em direções cada vez mais distantes, algumas instituições de natureza financeira, educacional, de segurança, de comunicação e centros de excelência (pesquisa, ensino superior e etc.) também acompanham semelhante lógica, situados em centros de médio porte com capacidade de atender o público de toda uma região e não apenas áreas adjacentes (Indovina, 2013).

Lencioni (2013 e 2020) e Indovina (2013) explicam que se tratam de

12 Refere-se aos “fixos condutores” definidos por Barros (2020, p. 497) como “[...] um subtipo dos fixos” que são incumbidos de “dar vazão ao movimento, mas não são o movimento em si mesmo [...]”, caracterizando-se como um fixo que une outros tipos de fixos, como as ruas e avenidas utilizados para a circulação de pessoas e automotores em direção a outros fixos.

transformações que se estabelecem sobre a hierarquia antiga, modificando-a e assim oferecendo condições para uma espécie de reconstrução da rede urbana, criando um território multipolar, contudo é importante frisar que a grande cidade ou a metrópole não perde sua força atratora, o que ocorre é a alteração e não a eliminação da hierarquia dos lugares, esta que está relacionada à ordem e também à subordinação.

Na realidade, é vasta a diversidade de temas que podem ser correlacionados ao novo processo de urbanização, desde questões de ordem social como ligadas ao meio ambiente, entretanto, o critério utilizado para esta apresentação foi a de se considerar aqueles que repetidamente foram elencados pelos pesquisadores utilizados nesta parte da investigação.

À medida que a pesquisa avança, torna-se importante dar a devida atenção quanto à algumas importantes observações que permeiam a construção das análises empíricas sobre a temática. É o que será abordado na próxima subseção, que pode ser enquadrado como uma espécie de portal para o entendimento prático sobre o fenômeno urbano da metropolização do espaço.

3.2 Caminhos para a compreensão da complexidade urbana

As nomenclaturas utilizadas pelos respectivos autores para falar sobre o processo de transformação urbana recente estão relacionadas aos pressupostos teóricos que cada estudioso adotou para o desenvolvimento de suas respectivas argumentações, o que, portanto, leva a necessidade de se decidir pelo uso daquela terminologia que mais se aproxima do propósito da pesquisa, sem desmerecer qualquer uma delas.

Desse modo, declara-se a nomenclatura Metropolização do Espaço, apresentada por Lencioni (2005, 2006, 2011, 2013, 2017 e 2020), que traz em seu conceito a manifestação do que é novo no processo de urbanização, como a mais adequada para nomeação do que é considerado a metamorfose urbana atual e real, mesmo que coexistindo com traços da urbanização histórica.

Apoiada em diversos autores, Lencioni (2020, p. 176) explica que esse processo de metropolização do espaço ultrapassa os limites de uma metrópole ou grande cidade, significa dizer que mesmo o processo sendo mais perceptível e intenso nestas “formas-conteúdo” alcança outros tipos de espaços, não importando

o lugar, disseminando aspectos espaciais e sociais, hábitos e valores, característicos das metrópoles e grandes cidades, o que permite uma espécie de integração de espaços nem sempre semelhantes, o surgimento de outras centralidades e a necessidade de uma maior circulação de pessoas, bens, comunicação e informação.

Sendo esta a perspectiva mais próxima do que foi proposto a se desenvolver nesta investigação, a partir daqui será adotado o entendimento desta autora como referência mesmo que em alguns momentos se recorra de maneira complementar aos outros autores apresentados anteriormente.

Ainda assim, reconhece-se que o processo da metropolização do espaço mesmo sendo debatido com outras nomenclaturas há alguns anos é um assunto carregado de complexidade e por isso mesmo exige uma maior atenção quanto ao modo de se desenvolver reflexões evitando assim equívocos que podem mais atrapalhar do que ajudar. Assim, elenca-se algumas observações consideradas importantes, uma vez que podem melhor orientar e enriquecer compreensão do tema em questão.

A começar por Brenner (2014 e 2018, p. 276) que em um sucinto exame de recentes pesquisas que trataram de variados temas relacionados à teoria urbana na atualidade, constatou haver incompatibilidades de base em quase todas as pesquisas analisadas, que podem trazer obstáculos no desenvolvimento das mesmas, são desconformidades que atingem desde a conceituação do objeto de estudo, a justificativa que embasa a necessidade do estudo, chegando até a estipulação dos métodos adequados para cumprir os objetivos propostos, fazendo-o deduzir a imensa necessidade dos estudiosos instaurarem “novas estratégias conceituais”, ou melhor dizendo, novas teorias, conceitos e métodos, capazes de promover discussões mais compatíveis com a realidade urbana contemporânea nos mais variados lugares e escalas no mundo inteiro, pois as atuais formas de urbanização não cabem mais nas interpretações anteriores.

O autor sugere, por exemplo, analisar as configurações espaciais decorrentes das reestruturações urbanas atuais por meio das “essências constitutivas”, ou seja, compreender quais aspectos produziram as transformações espaciais oferecendo um caráter heterogêneo da paisagem urbana e não mais se fixar nas “essências nominais” que buscam apenas diferenciar o que é urbano do não urbano (Brenner, 2014, p. 14).

Próximo do que pensa Indovina (2013), que mesmo compreendendo ser

importante reconhecer os diferentes tempos existentes em diferentes lugares, bem como as diferentes velocidades para diferentes situações que participam desta transição espacial, considera ser mais relevante a tentativa de descrever e entender quais fatos e condições geraram tais transformações.

Outra questão que merece destaque diz respeito produção e divulgação das “tecnologias de mapeamento contemporâneo”, ferramentas que se fazem presente desde pelo menos o derradeiro decênio e que tem contribuído na observação, medição e mapeamento das mais variadas situações terrestres – a exemplo das distribuições e densidades populacionais, dos padrões de uso do solo, da disposição de infraestrutura, dos impactos ambientais e demais fenômenos – por intermédio de imagens e dados oriundos de satélites (sensoriamento remoto), dos sistemas de informação geográfica (SIG) que também podem auxiliar nas visualizações e interpretações quanto aos novos processos de urbanização nas mais diversas escalas espaciais possíveis (Brenner, 2018, p. 59).

Caravaca Barroso (1998) e Lencioni (2011) igualmente fazem o convite para se atentar quanto a proliferação, velocidade e densidade dos fluxos imateriais (rede de fluxos de informação e comunicação) por entenderem que a busca por dados mesmo que indiretos pode auxiliar na percepção das transformações contemporâneas que, combinado às redes materiais (circulação viária), tem papel importante no processo que compreende a globalização e seus desdobramentos, como é o caso do processo de metropolização do espaço, entretanto o maior problema reside no fato de ser difícil encontrar dados estruturados que auxiliem na mensuração desta rede, por exemplo.

Souza (2018) também aborda uma questão importante ao observar a necessidade se incorporar as características e realidades específicas do lugar, região, país ou continente a qual pertence o objeto estudado às análises sobre a cidade, o urbano, a urbanização e suas transformações, a exemplo das peculiaridades urbanas na escala da América Latina que é onde a área de estudo está inserida.

O mesmo evidencia que apesar das numerosas produções científicas sobre o urbano, a cidade e seus processos, há a predominância de investigações de origem europeia e norte-americana vistas como referenciais absolutos nos estudos teóricos urbanos sem levar e conta as particularidades culturais, econômicas e políticas não ocidentais, além do reduzido destaque quanto às contribuições de elevado nível,

oriundas de países periféricos e semiperiféricos (Souza, 2018).

Souza (2018, p. 405) também convida a refletir sobre as possibilidades que o fenômeno “urbanização latino-americana real” é capaz de oferecer, podendo inclusive se tornar, na medida do possível, uma importante força inspiradora para a construção de pensamentos sobre a cidade, o urbano e os fenômenos da urbanização voltados para esta parte do mundo. O que talvez esteja na linha do que Lencioni vem construindo ao longo dos anos com seus estudos.

E na perspectiva da contemporaneidade tanta complexidade e heterogeneidade que o tema apresenta deve servir de impulso para se enfrentar os desafios, transpor as barreiras que de certa maneira ofuscam outras realidades que não acompanham fielmente a visão eurocêntrica, normalmente defendida e aplicada de forma generalizada nos estudos sobre a cidade, o urbano e suas transformações.

Estas observações apresentadas, de certa forma apontam para a real necessidade de cautela nas abordagens sobre o tema da metropolização do espaço, por ser uma temática que envolve características diversas e que devem ser estudadas de acordo com a realidade de cada lugar.

Não necessariamente abandonando as concepções mais tradicionais que podem, ainda que com ressalvas, ser o ponto de partida para algumas análises, visto que se torna indispensável a realização de reflexões e debates baseando-se em entendimentos já conhecidos para que, em um segundo momento, se promova o avanço do conhecimento, concordando com o que diz Soja (1997) ao recomendar que o passado não seja desconsiderado, mesmo sendo urgente observar o que existe de novo no momento atual.

Lencioni (2011, p. 147) também defende a busca por “novas formas de pensar para que possam ser instrumentais na compreensão da nova realidade”. Algo exposto de uma forma mais radical pelo Soja (1997) ao sugerir a destruição e reconstrução dos modelos de análise urbana do passado a fim de obter melhores condições de encarar os diversos desafios, tanto práticos quanto teóricos, que marcam este novo momento da urbanização.

Sem radicalismos, essa também é uma meta a ser alcançada nesta investigação, de modo a contribuir, mesmo que maneira não tão profunda, com a construção de novas maneiras de pensar para assim melhor compreender os assuntos que envolvem o fenômeno urbano contemporâneo. Neste sentido, parte-se agora para a análise empírica, propriamente dita, sobre como a metropolização do

espaço tem se expressado na metrópole soteropolitana, observando o alcance espacial de certas características consideradas metropolitanas, mais especificamente fixos e fluxos ligados às atividades comércio e serviço que se disseminam pelo espaço para além dos limites institucionais de Salvador.

Nas seções seguintes, apresenta-se o conjunto de indicadores e os respectivos dados que se considerou apropriados para a captação do fenômeno urbano na metrópole baiana, tendo em conta as concepções lançadas pelos diversos autores discutidos e posteriormente a descrição da conjuntura que ajudou a caracterizar o fenômeno da metropolização do espaço a partir da metrópole de Salvador.

4 PARÂMETROS PARA A CAPTAÇÃO DO FENÔMENO URBANO

O percurso teórico desenvolvido ofereceu uma importante visão sobre as transformações da sociedade, desde o advento da indústria e o seu reflexo da modernidade nas cidades, até os novos tempos anunciados pela sociedade pós-industrial expressas no espaço, principalmente nas metrópoles e grandes cidades, estas apontadas como os lugares onde mais rapidamente se materializam os aspectos e/ou processos produzidos no decorrer do tempo.

Mesmo que em alguns momentos tais materializações sejam alteradas ou totalmente destruídas, reafirmando a presença do movimento de implosões-explosões, com o intuito de acompanhar as metamorfoses estimuladas pelas exigências do sistema econômico e dos grupos hegemônicos.

Apresentou-se também um elenco de agentes influenciadores e efeitos pertinentes ao novo fenômeno urbano que em maior ou menor grau se fazem presentes em diferentes escalas. Todavia, é seguro afirmar que nem todos estes agentes e efeitos estão presentes e se manifestam da mesma maneira em todos os lugares, podendo também nem serem percebidos, neste sentido, esta seção se torna um importante recurso no processo de identificação de indicadores que podem auxiliar na observação do processo de metropolização do espaço a partir de Salvador.

De Masi (2013), baseando-se em suas leituras, apresenta alguns pilares que caracterizariam este novo momento da sociedade, como é o caso do setor de serviços, da informação, do conhecimento, da estrutura da personalidade ou da incidência da programação, da desestruturação do tempo e do espaço, da virtualidade e indo mais longe, ao sinalizar a representação desse período contemporâneo a partir do entrecruzamento de diversos elementos, considerados por ele como secundários mas que estão ali atuando em conjunto.

Entretanto, mesmo com essa variedade de referências associadas a este novo ciclo, decidiu-se perceber as materializações desta importante transição urbana histórica a partir do setor de serviços, uma vez que Bell (1967; 1976) afirmava a ascendência desse setor como importante base da era contemporânea da sociedade, o também é afirmado por Capel (1994), Ferrier (2002) e Lencioni (2005; 2017).

A presença e influência do setor terciário na organização socioespacial,

“produzindo/reproduzindo espaços, dando nova reconfiguração geográfica a certas áreas das cidades” é constatada ao longo dos tempos, desde os primeiros núcleos urbanos, integrante assíduo na história da humanidade e que também se fez presente no decurso das transições da sociedade, entretanto, no atual contexto em que a globalização, as novas tecnologias para a difusão das informações, o consumismo, o grande movimento (fluxo) de pessoas, bens e informações por exemplo, estão cada vez mais explícitos no cotidiano das cidades, o setor terciário se apresenta com uma maior capacidade em exercer, paulatinamente, uma importante função no processo de organização espacial da sociedade e das cidades, uma vez que as atividades deste setor são capazes de ajudar a explicar a organização das mesmas (Nascimento, 2007, p. 142).

Neste sentido, busca-se respostas sobre o processo de metropolização do espaço a partir da metrópole de Salvador, sob a perspectiva da dispersão das atividades ligadas a comércio e serviços que antes eram detectadas apenas na metrópole, mas que estão se deslocando para além dos seus respectivos limites instituídos, o que vem gerando consideráveis fluxos rotineiros de pessoas, bens, mercadorias e informações entre a metrópole e outros municípios, constatados em pesquisas anteriores.

Uma vez observado o circuito espacial que certas atividades terciárias produzem, torna-se possível realizar uma espécie de mapeamento no intuito de compreender como o fenômeno da metropolização do espaço vem se desenvolvendo na área de estudo.

Sabe-se que o fenômeno não está associado a um único aspecto, portanto, a decisão de realizar esta observação a partir de certas atividades do setor terciário, conforme mencionado na primeira seção, se justifica pela própria história econômica da metrópole soteropolitana, somado às argumentações de Carvalho e Pereira (2018) e Pessoti *et al.* (2020) que destacam em seus respectivos trabalhos o fortalecimento do setor terciário na capital baiana na geração de riqueza.

Mesmo assim, julga-se de fundamental importância considerar que é possível haver outros elementos que, combinados com as atividades do setor terciário, contribuam para o processo de reorganização socioespacial oferecendo condições para que o processo de metropolização do espaço se faça presente.

Importante também esclarecer que a escolha das variáveis foi pautada em estudos anteriores publicados, que fizeram uso de indicadores similares e

considerados adequados para a leitura do fenômeno da metropolização do espaço em algumas metrópoles brasileiras, como destacado no início da pesquisa.

Fatores como a expansão da produção imobiliária por meio da implantação de fixos de grande porte do setor terciário como é o caso dos shopping centers, centros empresariais e hipermercados, ou ainda o padrão da mobilidade pendular, são exemplos validados por pesquisadores brasileiros na compreensão deste processo espacial urbano na contemporaneidade.

Acredita-se que tais elementos sejam de fato impulsionadores, possuindo por si só uma importante influência na transformação do espaço urbano por envolverem decisões estratégicas que afetam de maneira acentuada a organização urbana das cidades.

Um nítido exemplo foi descrito por Reis Filho (2006) ao analisar o fenômeno da dispersão no Estado de São Paulo, no qual ele atribuiu a responsabilidade das mudanças espaciais aos agentes sociais, que buscaram áreas de grande contingente populacional (residenciais, de trabalho, de consumo e transportes) para dar continuidade ao processo de acumulação capitalista e que nada tem a ver com simples promoções de natureza publicitária do mercado imobiliário.

As características de cada grupo de indicadores que foram considerados adequados para esta análise na área de estudo são: o setor terciário, as novas centralidades e o fluxo rotineiro de pessoas, bens e informações. Na subseção a seguir, cada um destes indicadores será devidamente explicado.

4.1 Indicadores da metropolização soteropolitana

Milton Santos (1993) explica que após os aspectos e nexos concernentes à modernidade serem difundidos na sociedade, chegou-se o tempo de uma extensa e forte disseminação dessas mesmas variáveis e nexos modernos no espaço, imprimindo fortes marcas (especificidades) suficientes para que as dinâmicas territoriais como, por exemplo, o movimento de concentração-dispersão, adquirissem uma expressão particular com características definidas de acordo com o período em curso.

Mesmo sendo uma reflexão feita nos anos 90, o autor traz uma importante observação considerada atemporal sobre a análise do espaço que segue se moldando à essência da contemporaneidade, pois trata-se de transformações são

tão complexas que em alguns momentos, conforme Santos (1992), podem por exemplo, enfraquecer a capacidade de se reinterpretar e reconhecer o espaço diante das novas divisões e recortes, até por que este tipo de transições ocorrem dentro de uma lógica imediata e flexível, o que por vezes podem dificultar a sua compreensão em ritmo concomitante.

E assim, Lefebvre ([1970] 2002, p. 44), ao refletir sobre esse novo urbano, indica que “para explorá-lo, para vê-lo, é necessária uma conversão que abandone a ótica e a perspectiva anteriores”, devendo ter suas próprias “diferenças conhecidas e reconhecidas, consideradas, concebidas [...], distinções mentais e sociais, espaciais e temporais” que devem ser revistas sob um ponto de vista distinto, considerando elementos diversos.

É neste sentido que diante dos desafios criados pela complexidade dos fenômenos espaciais da contemporaneidade, condição destacada pelos autores abordados, temos o dever de pelos menos buscar analisar o espaço urbano atual observando as múltiplas perspectivas possíveis, para assim empreendermos esforços na compreensão como este novo momento da urbanização pode estar se processando, considerando neste caso os elementos vistos como indicadores da metropolização do espaço a partir de Salvador.

4.1.1 Setor Terciário

Inicia-se a discussão apresentando o setor terciário que, de acordo com Kon (1996), teve papel notório na produção de renda e riqueza na época das reestruturações econômicas, produtivas, urbanas e sociais do Brasil no início dos anos 70.

No entanto, diferentemente dos setores agrícola e industrial, o setor terciário tinha fundamentos teóricos superficiais, oferecendo margem para frequentes interpretações reducionistas, como por exemplo, ser classificado como uma atividade corriqueira, que não merecia a devida atenção por parte dos estudiosos, ou ainda ser considerada de baixa produtividade e até mesmo como um setor que exercia uma função complementar de apoio aos outros setores da economia (primário e secundário) (Kon, 1996; 2004; Galinari; Teixeira Junior, 2014).

Todavia, com o passar do tempo, o vertiginoso processo de urbanização e o consequente crescimento do espaço urbano, dentre tantas consequências, também

produziu uma maior demanda de atividades ligadas ao setor terciário, cada vez mais especializadas para atender as necessidades urbanas em vigor, estimuladas pela dinâmica capitalista de adequação às exigências do mercado, levando à evidenciação da heterogeneidade nas definições do terciário, atingindo desde os processos de produção tradicionais aos mais modernos, e assim aumentando a diversidade da sua natureza (Nascimento, 2007).

Contudo, de uma maneira mais ampla, os estudiosos da temática ofereceram maior ênfase às características das atividades que melhor representavam o setor, levando em consideração a necessidade de estas serem suficientes para distinção das atividades desempenhadas nos setores da indústria e agrícola (Kon, 1996 e 2004; Galinari; Teixeira Junior, 2014; Ambrózio; Melo, 2017).

Na busca por uma compreensão que fosse mais próxima do objetivo da pesquisa, utilizou-se uma das “óticas de abordagem” apresentadas por Kon (2004, p. 25) que entende o setor terciário como o conjunto de atividades que fornecem utilidades referentes ao tempo, lugar, forma e benefícios psicológicos, facilitando assim tanto a produção e distribuição de bens, bem como a assistência às necessidades da vida pessoal dos indivíduos, que mesmo indiretamente segue pautada em imposições construídas pela sociedade como um todo.

As atividades terciárias estão presentes em países de distintos níveis de desenvolvimento, possuindo uma importante função direta ou indireta no progresso econômico de cada nação, sendo considerada nas análises sobre o estágio de desenvolvimento econômico e/ou riqueza de um país (Kon, 1996; Galinari; Teixeira Junior, 2014).

Galinari e Teixeira Junior (2014) reforçam a ascensão de proporção global deste setor na economia, visto que no decorrer dos últimos cinquenta anos, o peso do setor terciário que possuía média global em torno de 50% no fim dos anos 1960 passou para aproximadamente 70% em 2010.

No entanto, os autores explicam que ainda que o terciário seja classificado como um fenômeno mundial, é importante ressaltar que este incremento do setor sofreu variações de acordo com os níveis de desenvolvimento econômico de cada país, ou seja, em economias desenvolvidas as atividades do setor eram de alto desenvolvimento tecnológico e com profissionais qualificados, enquanto que em países em desenvolvimento o terciário se desenvolveu a partir de atividades tradicionais ou informais com baixo nível de qualificação.

No Brasil, especificamente, a participação desta atividade em boa parte do PIB nacional (Produto Interno Bruto) prevalece há mais de vinte anos e no ano de 2020¹³ correspondeu à 72,8%. No contexto histórico, o setor terciário nas primeiras décadas do século XX, mesmo em crescimento, foi baseado na experiência vivenciada pelos países em desenvolvimento, com atividades sem muita especialização e composto principalmente pela mão de obra excedente que não conseguiu se encaixar nas indústrias, no entanto, os impactos da gradativa inserção de novas tecnologias, principalmente na década de 90, fizeram o setor tomar impulso para se modernizar e se especializar ganhando importante destaque, principalmente nas metrópoles e grandes cidades em atenção às diversas demandas.

Em Salvador no ano de 2019¹⁴ o setor alcançou o equivalente a 87,7% do PIB Municipal, o que de acordo com a SEI (2021) garante posição de destaque à metrópole na participação do PIB do Estado da Bahia, representando cerca de 26,5%, assim como, a 1ª colocação no ranking dos 10 maiores municípios baianos no setor de serviços e comércio.

Os municípios que compõem o recorte espacial de análise também aparecem nesta classificação, sendo que Camaçari ocupa a terceira posição com 5% de participação, Lauro de Freitas fica com a quinta colocação correspondendo à 2,4% e Simões Filho na décima posição com uma porcentagem de participação em 1,6%.

Ao longo do tempo, a diversificação do setor terciário se alargou devido ao surgimento de novas atividades, tornando sua classificação cada vez mais complexa, no entanto destaca-se uma categorização internacional, utilizada por muitos países a fim de compatibilizar suas respectivas estatísticas, a denominada International Standard Industrial Classification – ISIC, elaborada por uma comunidade de especialistas de vários países reunidos pela Organização das Nações Unidas – ONU (Kon, 2004).

Nesta classificação são consideradas quatro categorias de atividades do setor terciário, conforme exposto no quadro 1 abaixo:

13 Dados do DataSebrae, 2020. Disponível em <https://datasebrae.com.br/> Acesso em 20 out. 2021.

14 Dados da SEI, 2021. Disponível em https://www.sei.ba.gov.br/images/pib/pdf/municipal/boletim_tecnico/bol_pib_municipal_2019.pdf. Acesso em 03 jan. 2022.

Quadro 1 - Categorias dos serviços da ONU

Classe	Composição
Serviços distributivos	Inclui a distribuição física de bens (Comércio atacadista e varejista), a distribuição de pessoas e cargas (Transportes) e a distribuição de informação (Comunicações).
Serviços sem fins lucrativos	Constituem a Administração Pública e outras organizações como sindicatos, templos religiosos, instituições assistenciais, clubes.
Serviços às empresas	Constituídos por serviços intermediários para os demais setores, onde se incluem as atividades financeiras, serviços de assessoria legal, contábil, de informática e outras, e corretagem de imóveis.
Serviços ao consumidor	Consistem em uma gama ampla de serviços sociais e pessoais oferecidos a um indivíduo, na maior parte para ressaltar a qualidade de vida, como os serviços de saúde, ensino, restaurantes, serviços de lazer e outros pessoais e familiares.

Fonte: ONU (1968 *apud* Kon, 2004, p. 32).

O setor atualmente abrange um amplo conjunto de atividades econômicas, qualificando-o como um setor complexo e heterogêneo e que necessita frequentemente estar se adaptando aos efêmeros padrões econômicos da contemporaneidade, o que exige o uso de formas e estruturas específicas para a classificação das atividades criadas para atender as demandas ligadas a processos de (re)organização do espaço, que em certos contextos ainda podem estar por se desenvolver (Lima; Rocha 2009).

Nestas circunstâncias, a espacialização do terciário ocorre “em sintonia com a reprodução do capital e as especificidades do lugar” (Lima; Rocha, 2009, p. 94), levando a entender que este movimento não se processa de maneira aleatória, tornando-se assim um importante recurso para identificar a materialização dos fenômenos urbanos na contemporaneidade.

Para esta investigação, foram selecionadas as atividades, conforme classificação ISIC, que são ligadas aos serviços de distribuição física de bens, às empresas e ao consumidor devido ao alto grau de aperfeiçoamento destas para acompanhar as exigências da sociedade sendo normalmente mais desenvolvidas em metrópoles como é o caso de Salvador, além de gradativamente se mostrarem mais flexíveis em se desprender da ideia de estarem exclusivamente apenas em grandes cidades, buscando assim espaços para além dos limites das mesmas.

Devido a ampla diversidade de atividades do setor terciário, foi necessária a utilização de alguns critérios para a constituição de um grupo específico de empreendimentos que tivessem melhor conexão com a investigação. Desta maneira

optou-se por atividades desenvolvidas em grandes empreendimentos e que espacialmente possuem real capacidade de transformar o espaço, o que pode favorecer transições que vão desde a implantação ou melhorias de infraestruturas urbanas, aumento na concentração e circulação de pessoas, redefinição de hierarquia dos lugares, dentre outras.

Deste modo chegou-se ao grupo de empreendimentos que se encaixam no rol de atividades ligadas ao grupo de serviços distribuição física de bens, às empresas e os associados ao consumidor. São atividades que de certa maneira possuem caráter metropolitano, uma vez que são inicialmente desenvolvidas em grandes empreendimentos, que antes eram predominantes em metrópoles e grandes cidades, mas que ao se moldarem à lógica capitalista moderna se mostram flexíveis quanto à sua localização, forma e funcionalidade, garantindo assim uma considerável contribuição na evolução dos fenômenos urbanos na contemporaneidade, como é o caso da metropolização do espaço, são eles:

- Grandes centros comerciais com poder polarizador, especificamente os **shopping centers**, equipamento que de acordo com Villaça (2001, p. 303) “[...] é o sucessor da loja de departamentos que, por sua vez, é a sucessora da loja geral, de meados do século XIX”. Sendo “[...] considerado um elemento produtor e transformador da paisagem urbana atual de importantes metrópoles nacionais e mundiais” (Gonçalves, 2017, p. 9). Definido tecnicamente pela Associação Brasileira de Shopping Centers – Abrasce como empreendimentos com Área Bruta Locável (ABL), normalmente, superior a 5 mil m², formados por diversas unidades comerciais, com administração única e centralizada e que na maioria das vezes, dispõe de lojas âncoras e vagas de estacionamento compatível com a legislação da região onde está instalado;
- Os **supermercados**, forma comercial presente no Brasil desde a década de 1950, é vista como importante referência para o comércio varejista brasileiro por determinar um novo padrão para a distribuição e consumo de mercadorias, com ênfase no campo alimentício, e utilizando o sistema de autosserviço, onde boa parte dos produtos à

venda se mantém facilmente acessível ao cliente, permitindo aos mesmos se autosservirem, o que conseqüentemente garantiu condições para o seu aprimoramento, aumento na diversidade de produtos e serviços oferecidos, além da ampliação do seu tamanho físico, resultando assim no aparecimento dos primeiros **hipermercados**, na década de 1970, com localização mais estratégica e localização (rodovias de acesso aos centros urbanos ou em grandes vias de circulação) oferecendo possibilidades de se desenvolver novas estruturas para o espaço urbano, que passa a fazer uso de grandes superfícies para a sua atividade comercial (Ortigoza, 2010). Destaca-se também os empreendimentos de atacado de autosserviço, denominados **atacarejos**¹⁵, que corresponde ao atacado “com loja” com foco em vender em grandes quantidades com menores preços e com serviços semelhantes aos de varejo, ou seja, uma combinação entre as características do atacado de autosserviço com as do hipermercado e que vem crescendo de forma vertiginosa, fruto das constantes inovações do setor terciário neste segmento;

- Os **centros empresariais**, normalmente implantados em localização estratégica, a fim de reunir e atender empreendimentos de vários segmentos, sendo possível encontrar empresas, por exemplo, de advocacia, de contabilidade, imobiliárias, de comunicação, de tecnologia dentre outras, organizadas em salas preparadas e apropriadas para receber diversos tipos de negócios, podendo ser equiparado a um espaço gerador de negócios para as diversas empresas que neles se instalam e para profissionais que o frequentam. À vista disso, também podem ser considerados como um produto arquitetônico urbano construído para atender a nova realidade urbana e que evidentemente abriga potencial para se deslocar na busca por locais cada vez mais estratégicos; e

15 Combinando os conceitos de *self-service* (autosserviço) e de *cash & carry* (pague & leve), essa modalidade de atacado compreende a montagem de uma loja simples, mas na qual se pode oferecer ao cliente variedade de produtos a baixo custo, podendo atender à duas frentes de negócios que são o comerciante e o consumidor final.

As **instituições de ensino superior (IES) pública e privada**, realidade recente, uma vez que começaram a despontar no século XIX, mesmo que de forma incipiente e centralizada, exercendo função importante no processo de modernização do território, principalmente no séc. XX. Na época atual, estas instituições se espalham pelo país, sobretudo aquelas pertencentes ao setor privado da educação, alcançando o atributo de importante agente provedor do ensino superior, incentivado pelo aumento da demanda por este serviço e pela visão mercadológica de lucratividade (Freire; Holanda, 2018; Rodrigues; Façanha, 2018).

As IES, bem como outros empreendimentos de prestação de serviços, podem propiciar importantes transformações no espaço onde se incorporam, levando em conta o seu próprio potencial de movimentação de recursos, bens, inovação e pessoas, tornando-as um elemento de considerável importância no desenvolvimento da urbanização (Freire; Holanda, 2018; Rodrigues; Façanha, 2018).

Reis Filho (2006) explica que o setor de comércio e serviços do país, no decorrer da segunda metade do século XX, aderiu a posturas capitalistas que em momento anterior eram características mais presentes no setor industrial, dessa maneira o setor terciário passou a utilizar mecanismos de envolvimento com grandes capitais, atuação em escalas crescentes, com redes de unidades de grandes proporções, especialização, avanço em grandes mercados, utilização de marketing em larga escala, dentre outras coisas que asseguraram o desenvolvimento de redes de atividades de grande porte.

Significa dizer que no lugar das casas de lanches em pequena escala, surgiram as grandes redes de lojas e suas franquias, ao invés dos antigos armazéns deu-se lugar às redes de supermercados e de outras diversas redes como as de clínicas, laboratórios de análises, cursos de idiomas, pré-vestibulares, restaurantes, escritórios imobiliários, farmácias, escolas, universidades e mais do que isso, deu condições para o aparecimento de grandes centros comerciais com uma diversidade de produtos para as mais diversas áreas (Reis Filho, 2006).

4.1.2 Centralidades

Este elemento (a centralidade), conforme o próprio Lefebvre ([1972] 2008) indica, não é uma questão fácil de se compreender, sendo necessário uma primeira aproximação sobre o assunto, justamente por se tratar de um tema que, de acordo com Bezerra e Cavalcante (2009), sofreu redefinições por conta das transformações econômicas, sociais e políticas promovidas pela sociedade urbana e que foram refletidas no espaço.

Antes de tudo, é importante dizer que “cada época, cada período, cada modo de produção suscitou (produziu) sua própria centralidade” (Lefebvre, [1972] 2008 p. 124). E trazendo a reflexão para este novo momento urbano, pode-se afirmar que novas centralidades continuam sendo produzidas, agora com diferentes características, mesmo se utilizando de moldes anteriores que foram ajustados para melhor se adaptar às necessidades econômicas, sociais e espaciais atuais, pautadas na concentração de riquezas, no poder, nos meios do poder, na informação, no conhecimento, na “cultura” (consumo) e *etc.*, segundo Lefebvre ([1968] 2001; [1972] 2008).

Mas, “o que é a centralidade (urbana, social)? Uma forma, aquela da reunião, do encontro, da simultaneidade. De quê? De tudo o que pode se reunir, se encontrar; se acumular” (Lefebvre, [1972] 2008, p. 124). É a formação de lugares qualificados como “ponto de acumulação e atração de fluxos, centro mental e social que se define pela reunião e pelo encontro”, e que necessita das “relações práticas, os objetos, os atos e as situações” para se fazer presente (Carlos, 2003, p. 83).

Não obstante, no contexto dos fenômenos urbanos contemporâneos a centralidade, mesmo guardando a sua essência de agrupamento característico, é construída apoiando-se nas novas dinâmicas de estruturação/reestruturação dos processos de produção do espaço urbano o que abarca também o duplo processo de implosão-explosão, contudo, de uma maneira geral, de acordo com Spósito (1998) e Bezerra e Cavalcante (2009), estão relacionados dentre outras coisas à:

- Novas localizações, de cunho estratégico, dos empreendimentos de grande porte (shopping center, hipermercados, centros empresariais) com alta diversidade de comércio e serviços, devido aos padrões de flexibilidade encontrados no setor terciário, visto que os centros

tradicionais passam a não apresentar condições promissoras para a ampliação da acumulação de capital devido às altas densidades de ocupação e de produção;

- Aumento dos investimentos em infraestrutura, ligados à circulação e comunicação, para a adequação/readequação dos espaços que adquirem capacidade de direcionar os fluxos para pontos de convergência/divergência de pessoas, recursos, bens e informações, que se configura na acessibilidade¹⁶ e;
- Abertura de novos loteamentos urbanos com diferentes padrões ocupacionais além de construção de grandes conjuntos habitacionais, situação bastante utilizada nas investigações atuais sobre os fenômenos urbanos contemporâneos.

Ainda sobre estes fatores, Bartholomeu (2019, p. 606), em imersão nas produções da estudiosa Sandra Lencioni, expõe que o espaço metropolizado, ou seja, aquele que adquire valores, hábitos e costumes metropolitanos, dispõe de múltiplas centralidades produzidas progressivamente para atender às demandas do capital por meio da produção imobiliária e cada vez menos atrelada ao que ele denomina ser uma “demanda espontânea” por trabalho, comércio ou serviços.

Mas mesmo concordando com esta constatação sobre a produção imobiliária no processo, chama-se a atenção ao fato de que não se trata de uma transferência de peso de importância entre o setor terciário e a produção imobiliária na dinâmica das centralidades e conseqüentemente no fenômeno urbano analisado, pois entende-se que existe uma contribuição de ambos e também de outros fatores que culminam dentre outras conseqüências, o aumento da mercantilização e transformação do espaço por meio da produção imobiliária.

Relembrando, mais uma vez, o que diz Reis Filho (2006 p. 58 e 59) ao destacar que “o processo é muito mais complexo” não sendo viável ocorrer a dispersão urbana “sem as formas condominiais¹⁷, sem as formas coletivas de

16 A acessibilidade como atributo do espaço constitui-se em elemento indispensável à formação das centralidades, pois possibilita que clientes consumidores, assim como trabalhadores atinjam seus respectivos locais de atividades na cidade, o que colabora na sustentação da concentração e da diversificação de atividades (Bezerra; Cavalcante, 2009).

17 Referem-se aos condomínios residenciais horizontais e verticais, condomínios de escritórios, de serviços médicos, também de pavilhões industriais, shoppings centers e os

organização e sem a autonomia dos projetos, no que se refere aos serviços e à infraestrutura”, tornando difícil inclusive a sua compreensão, visto que as transformações urbanas ocorrem a partir de um conjunto de aspectos que envolvem atividades diversas, chegando ao ponto, inclusive, de atuarem de maneira combinada.

O que deve estar claro é que, nesta conjuntura, as centralidades do passado sucumbem e se moldam para dar lugar às novas áreas de centralidade, anunciando assim uma forma diferente de articulação do espaço urbano, proveniente de elementos que proporcionam variadas formas de expansão territorial e conseqüentemente, de dispersão de centralidades (Bezerra e Cavalcante, 2009).

No entanto, adverte-se que mesmo existindo o processo de extinção de centralidades em algumas situações, esta não deve ser encarada como uma regra, uma vez que também é possível ocorrer a modificação da respectiva funcionalidade das mesmas.

Para complementar, é importante ter em mente que incluídas no conjunto de aspectos que proporciona o avanço da metropolização do espaço, tais transformações que atingem as centralidades, assim como sua dispersão, são suscetíveis de ocorrerem não apenas à nível intraurbano, ou seja, do tecido urbano, podendo também se fazerem presente à nível regional.

Por este motivo Spósito (1998) e Reis Filho (2006) deixam claro que para melhor compreensão do fenômeno urbano, faz-se necessário uma observação de maneira articulada entre essas duas escalas, dado que a metropolização do espaço parte de uma dimensão espacial mais restrita e se espalha atingindo uma escala regional, mesmo não obedecendo limites municipais.

4.1.3 Fluxos de pessoas, bens e informações

Outro aspecto que é inerente às transições urbanas é o aperfeiçoamento e crescimento da circulação em sua generalidade, visto que, a presença de artificios cada vez mais modernos voltados para a promoção de maior fluidez no fluxo de pessoas e mercadorias e do fluxo imaterial das comunicações e informações, tem alterado as formas urbanas, a partir da implantação de infraestruturas necessárias a fim de oferecer condições e conseqüentemente potencializar o processo de minishoppings (Reis Filho, 2006).

expansão da metropolização do espaço (Lencioni, 2020).

Nas leituras realizadas, a intensificação destes fluxos aparece como resultado de processos de transição social e espacial, desenvolvidos sob as demandas do capital, também ligado ao aumento do consumo de tudo aquilo que está inserido no espaço, onde ele próprio é consumido.

E neste raciocínio, destaca-se o consumo dos serviços, pois trata-se de uma atividade que, segundo estudiosos, embasa a sociedade atual em suas múltiplas subdivisões como os serviços pessoais, comerciais, educacionais e saúde, de diversão, de espetáculos, dentre outros, indo além do consumo de roupas, acessórios, informações, dinheiro, lugares e etc.

Conforme Soja (2008, p. 242, tradução nossa) toda esta estrutura favorece ao desenvolvimento da “nova forma de sociedade capitalista de abundância baseada principalmente no consumo [...] mais do que na indústria manufatureira”, e que se reestrutura cada vez mais a fim de aprimorar ou criar mecanismos geradores de fluxos de pessoas, mercadorias, capital e informações no intuito de suprir as necessidades cotidianas.

Para esse propósito, os locais de concentração de atividades e serviços tem importante participação, pois são espaços que seguem padrões estratégicos visando o lucro e as práticas de consumo a partir da expansão de suas atividades, tanto em termos de diversificação de produtos e serviços, quanto no contexto territorial ao se tornarem paulatinamente mais amplos e dispersos no espaço.

Situação que pode determinar que os mesmos, principalmente os grandes e modernos empreendimentos, adquiram o caráter de fortes indutores de fluxos, estimulando os múltiplos deslocamentos.

Estes espaços de consumo (pontos de serviços, de ensino ou cultura, de lazer ou entretenimento, pontos produtivos, de administração, serviços públicos, e etc.) são considerados fixos, ou melhor objetos geográficos, materializados pelo homem, localizados conforme objetivos preliminarmente estabelecidos e que permanecem no espaço até que, considerando as especificidades do lugar em que estão implantados e seu respectivo grau de evolução técnica e econômica, enfrentem transições, tornando-se decadentes até atingir a completa ruína ou sofrendo alterações quanto a sua forma e função para assim desempenhar novas feições e atribuições determinadas pelas demandas da sociedade e seu modo de produção econômico (Santos 1985;1994; Barros, 2020).

Acontece que ao cumprirem sua função de espaços de consumo, estes objetos geográficos determinam a presença dos fluxos que podem ser classificados como materiais (produtos, mercadorias, pessoas, mensagens materializadas, automóveis dentre outros) ou imateriais (ideias, ordens, mensagens não materializadas, informações, energia e outros), estabelecendo uma espécie de interação entre os diversos fixos e de certa maneira auxiliam no sustento e impulso das transições urbanas ((Santos 1985;1994; Barros, 2020).

Na prática, trata-se de uma relação dialética entre fixos e fluxos, que configura o espaço onde os primeiros emitem ou recebem fluxos e estes precisam dos fixos para se realizar e à medida que ocorrem transições em um efetivamente o outro também se modificará (Santos, 1994).

Nas palavras de Barros adequando-se ao momento atual podemos entender que nessa relação:

Generalizadamente, pode-se dizer que a tecnologia dos fixos, sua forma, seu lugar na estrutura social, adapta-se para atender à necessidade dos fluxos. Não obstante, o inverso também é verdadeiro, pois as modificações nos fixos permitem novos fluxos, modificam as suas possibilidades de circulação, os seus ritmos e velocidades (Barros, 2020 p. 498).

Ademais, comportando-se como uma subcategoria dos fixos, Barros (2020, p. 497) frisa a existência dos denominados fixos condutores, apontados como aqueles diretamente responsáveis em exercerem a função de “[...] dar vazão ao movimento, mas não são o movimento em si mesmo [...]” a exemplo das infraestruturas urbanas representadas pelas vias, viadutos, pontes, estações de paradas e etc. que permitem a circulação, o fluxo de veículos e pessoas, ou ainda a fiação de redes elétrica, telefônica e de internet, as antenas de transmissão e etc.

Mesmo não sendo este o foco da pesquisa, estes fluxos e seus elementos merecem destaque por estarem intimamente ligados ao processo de transição urbana, uma vez que ao observar as dinâmicas a partir do processo de metropolização do espaço, a manutenção, ampliação e expansão de atividades relacionadas ao comércio, serviços, empregos, estudo, lazer, e etc. até mesmo para a moradia, dependem dentre outras coisas dessa interatividade entre os fixos e os fluxos, além de infraestrutura necessária e adequada.

Antes da conclusão desta seção, uma questão que merece ser evidenciada diz respeito à expressividade que os chamados fluxos imateriais vêm adquirindo

com o passar do tempo tornando-se importante considerá-lo nas análises espaciais quando possível.

Castells (1999, p. 468), por exemplo, faz uma análise sobre a transformação do espaço e do tempo sob a lógica do que ele denomina de “espaço de fluxos”, a partir da interatividade entre os lugares não apenas a nível espacial, mas simultaneamente a um padrão de concentração e dispersão fundamentado em redes tecnológicas de comunicação e informação.

Segundo o autor, estes fluxos favorecem o acesso às tarefas rotineiras como trabalho, compras, entretenimento, saúde, educação e uma vasta gama de serviços sem necessitar da proximidade física, proporcionada por uma potente infraestrutura tecnológica que está inserida em diversas atividades como no teletrabalho, nas transações bancárias *on-line*, no comércio eletrônico, nas teleconsultas médicas, no ensino a distância dentre outras.

Visto como uma importante e útil conveniência para ampliação das práticas capitalistas, estes fluxos imateriais no momento atual, após a pandemia causada pelo vírus da Covid-19, tornaram-se fundamentais para a continuidade das atividades cotidianas, em razão da necessidade de distanciamento social no ápice da pandemia, obrigando a inserção de hábitos tecnológicos à rotina, como os descritos acima.

Em síntese, o que se quer demonstrar é que sendo fluxos materiais ou imateriais, sob os novos padrões da dinâmica metropolitana, estes tornam-se mais densos e consistentes, aumentando consideravelmente as necessidades de circulação ao mesmo tempo que se requer técnicas cada vez mais eficazes (Dias, 2021), a fim de, alimentar as engrenagens do propósito de acumulação capitalista e conseqüentemente das transições espaciais.

Na próxima seção são apresentados os resultados alcançados, a partir das variáveis analisadas no âmbito do recorte espacial.

5 A EXPRESSÃO DA METROPOLIZAÇÃO DO ESPAÇO

A seção anterior trouxe detalhadas explicações sobre os elementos considerados na análise da metropolização do espaço a partir de Salvador de modo a compreender que este novo momento de transformação do espaço que firma conteúdos urbano-metropolitanos de natureza social, física e cultural em cidades de diferentes portes, tende a metamorfosear o modo de vida das pessoas, que na compreensão de Reis Filho (2006) passa a ser pautada em uma escala diferente da local, uma vez que certas atividades cotidianas, passam a não serem mais realizadas exclusivamente no principal polo urbano.

Neste sentido, apoiando-se em Spósito (1998) e Reis Filho (2006), a análise será, de início, conduzida pela observação do espaço a partir da escala intraurbana dos municípios que compõe o recorte espacial, visto que o processo de dispersão urbana só se torna possível em razão das transformações no tecido urbano, que por meio dos mecanismos socioespaciais e econômicos, alcançam áreas cada vez mais distantes.

Ocorre que ao se reunir as características de diferentes realidades intraurbanas torna-se possível realizar um mapeamento integrado de processos urbanos de maior abrangência, como é o caso do fenômeno da metropolização do espaço, oferecendo assim condições de se observar como essa transição urbana se comporta na área de estudo.

Seguindo uma ordem pré-estabelecida, a primeira parte traz o reconhecimento da área de estudo a partir do mapeamento de localização e caracterização dos fixos (empreendimentos) que abrigam as atividades terciárias do comércio e serviços desenvolvidas no contexto metropolitano e que, conforme seus respectivos históricos, são susceptíveis à mudanças conforme as necessidades do modo de produção capitalista – shopping centers, supermercados, hipermercados, atacarejos, centros empresariais e instituições de ensino superior pública e privada.

Logo depois, com ajuda de mapas temáticos do recorte espacial, construiu-se discussões acerca da existência ou tendência de formação de novas centralidades além de uma tentativa de análise quanto a presença de fluxos materiais e imateriais.

Os respectivos cenários diagnosticados foram apontados no recorte espacial definido para esta investigação, que é encabeçado pela metrópole soteropolitana,

mais especificamente a partir da região onde atualmente se localiza o principal centro econômico e financeiro de Salvador, e municípios os quais o IBGE (2016) aponta gozarem de relevante interação com a mesma, Lauro de Freitas, Simões Filho e Camaçari.

Todos os procedimentos metodológicos utilizados para esta fase da investigação são expostos de maneira mais detalhada para uma apropriada compreensão, com destaque para o uso de algumas das orientações sugeridas pelos estudiosos do tema, a exemplo do uso de ferramentas de análises espaciais a fim de auxiliar na compreensão espacializada de como o processo vem se estabelecendo, combinada com a análise da base de dados de instituições de pesquisa e órgãos públicos como IBGE, Ministério da Educação – MEC, Receita Federal do Brasil, ANATEL, IPEA, SEI, AGERBA.

Também utilizou-se informações disponíveis nas respectivas prefeituras municipais, principalmente em seus planos diretores, pois mesmo se tratando de propostas que ainda possam estar no campo do realizável, deduz-se que em momento oportuno poderão ser colocadas em prática, em razão das transformações urbanas proporcionadas por fenômenos urbanos que se expandem rapidamente causando profundas transformações e exigindo a necessidade de intervenções urbanas por parte das administrações municipais, como é o caso da metropolização do espaço.

Um ponto importante que também precisa ser esclarecido, diz respeito a área de mapeamento e análise em Salvador, uma vez que se trata de uma cidade polinucleada, ou seja, é composta por várias áreas consideradas centrais onde se concentram atividades diversas.

Assim sendo, foi considerada apenas a área onde se localiza aquele que é apontado como o moderno e principal centro econômico e financeiro de Salvador, situado na região do Iguatemi-Tancredo Neves, denominado Centro Camaragibe¹⁸. E que conforme Carvalho e Pereira (2018) se transformou no ponto de concentração de grandes edifícios, shoppings centers, centros de negócios e de serviços, seguindo a direção do vetor de expansão de Salvador que em sintonia com a dinâmica econômica urbana da cidade se direciona para a direção Norte até alcançar outros municípios.

18 De acordo com a Lei Municipal nº 9.069/2016 que dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município do Salvador.

Em verdade, Pessoti *et al.*, (2020) afirmam que a metrópole tem expressiva importância no cenário baiano assim como regional, com maior ênfase no setor terciário que exerce a função de polo atrativo, e por entender que seria demasiadamente exaustivo elaborar um levantamento das variáveis selecionadas no município de maneira integral, que é amplo e denso de fixos e atividades, o que deixaria a pesquisa mais distante de seu propósito.

5.1 Descrição dos fixos do setor terciário

Para identificação e marcação dos pontos de localização dos empreendimentos (fixos), que abrigam as atividades das classes dos serviços distributivos, serviços às empresas e dos serviços ao consumidor – na devida ordem, shopping centers, supermercados, hipermercados, atacarejos, centros empresariais e instituições de ensino superior pública e privada – foi utilizada a ferramenta de pesquisa e visualização de mapas e imagens de satélite *Google Maps*.

Também foi empregado o software QGIS (versão 3.10) que é uma ferramenta SIG gratuita e de código aberto utilizada para elaboração de mapas temáticos em diversas áreas do conhecimento, com vistas a favorecer a uma melhor apreensão espacial de diversificados temas de pesquisa.

Além disso, como forma de se obter informações sobre os empreendimentos, suas atividades e etc., com o máximo de confiabilidade, foram realizadas consultas na Receita Federal do Brasil (Brasil, 2022a), onde se concentram informações cadastrais dos respectivos estabelecimentos, como por exemplo, nome, endereço, descrição da(s) atividade(s) desenvolvidas e data de abertura, e no caso específico das IES públicas e privadas, utilizou-se de dados acessíveis no site pelo Ministério da Educação – MEC (Brasil, 2022b) mais especificamente no Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior, denominado e-MEC, onde constam informações sobre nome da instituição, endereço e outras particularidades.

5.1.1 Shopping Centers

Impelido pelas transformações do modo de produção capitalista no fim do século XIX e início do século XX, os shopping centers tem sua formação,

padronização e disseminação registradas nos Estados Unidos, provenientes principalmente das mudanças espaciais nas áreas metropolitanas do país, determinadas dentre outras coisas pelo declínio dos centros, pela consolidação da terra como produto imobiliário e pelo surgimento e expansão dos subúrbios, além da ampliação da renda da população e a crescente demanda por bens e serviços especializados (Baldin, 2012).

Neste sentido, com base nos entendimentos de Bienenstein (2009), pode-se afirmar que os shopping centers fazem parte do grupamento de elementos decorrentes da nova interação entre o processo de reestruturação contemporânea do capital e a urbanização.

Presentes tanto em cidades de países desenvolvidos quanto naqueles considerados menos desenvolvidos, a existência desses estabelecimentos de comércio e serviços não invalida a permanência de outras formas de ambiente construído destinado ao consumo, como por exemplo, o comércio tradicional de rua e os centros comerciais, todavia, os shoppings representam uma forma arquitetônico-urbana que representa a profunda transformação das cidades e do padrão de vida, e que detém capacidade suficiente de (re)definir a centralidade, (re)valorizar áreas de seu entorno e conceber novas possibilidades (Bienenstein, 2009).

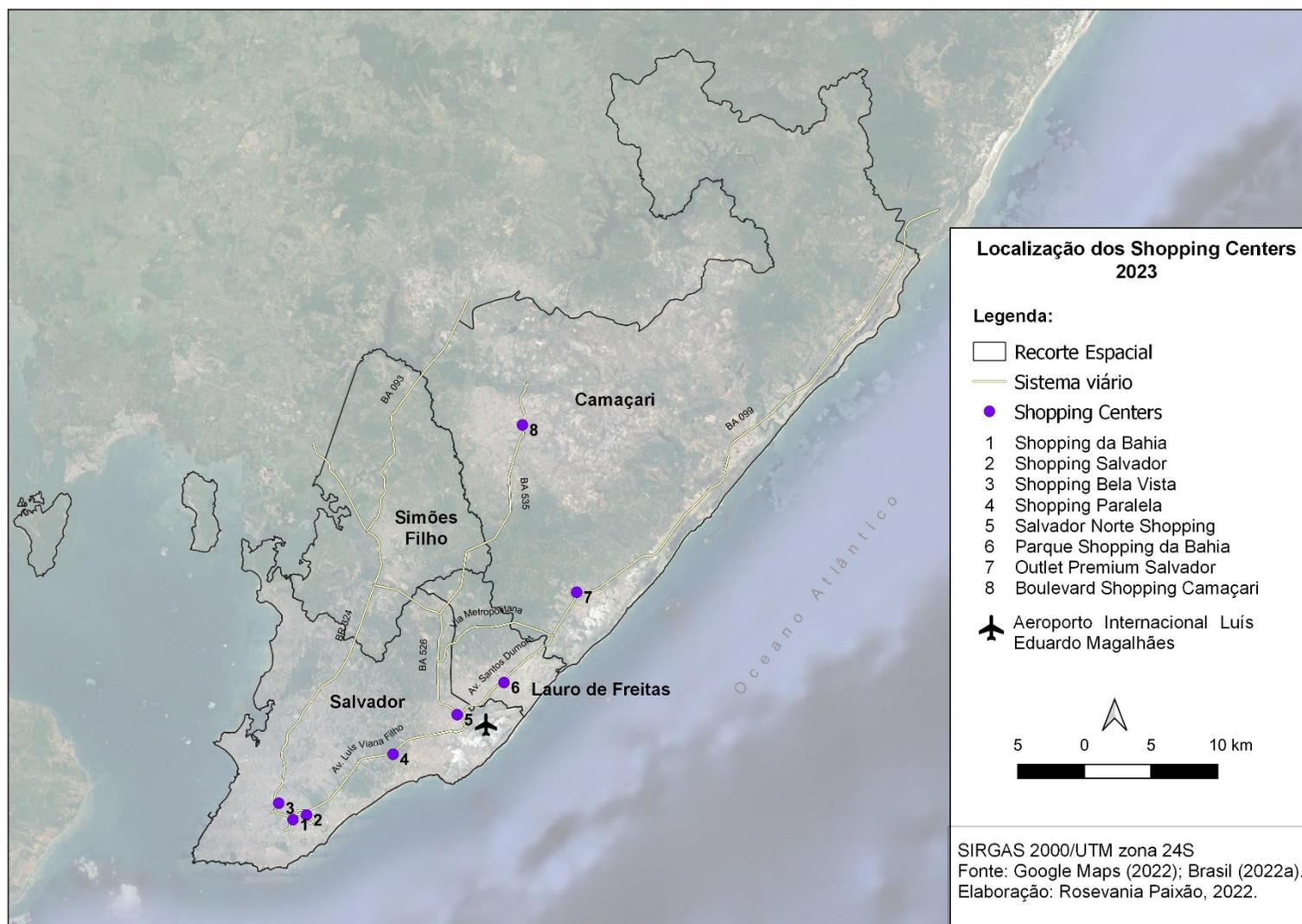
Na investigação foram identificados 8 (oito) shoppings centers de grande porte implantados na área de estudo, com destaque para Salvador que concentra o maior número destas formas comerciais.

Em Salvador, estes grandes fixos estão situados em áreas consideradas estratégicas tendo como ponto de maior destaque, o principal centro econômico da metrópole onde se localiza a região conhecida popularmente como Iguatemi, seguindo em direção a um dos vetores de expansão da cidade, na direção de Norte, pela Avenida Luís Viana Filho mais conhecida como Avenida Paralela, que é uma importante via de ligação com os outros municípios que compõem a Região Metropolitana de Salvador (RMS), alcançando as proximidades do limite municipal soteropolitano, mesma área em que também se localiza o aeroporto internacional Luís Eduardo Magalhães.

Os shopping da Bahia, Salvador, Bela Vista, Paralela e Salvador Norte Shopping, são os empreendimentos que estão inseridos na capital baiana, sendo que os outros 3 (três) shoppings identificados localizados nos municípios de Lauro

de Freitas que abriga o empreendimento Parque Shopping da Bahia, e os shoppings Outlet Premium Salvador e Boulevard Shopping Camaçari situados em Camaçari, todos instalados às margens da rodovia BA-099, também conhecida como Estrada do Côco, enquanto que nenhum empreendimento deste porte foi encontrado no município de Simões Filho, conforme mapa 3.

Mapa 3 - Localização dos Shopping Centers na área de estudo



Fonte: Google Maps (2022); Brasil (2022a).

O primeiro shopping center a ser implantado no Brasil que se tem registro é no ano de 1966 estabelecido na cidade de São Paulo, sendo que em Salvador o primeiro empreendimento desta natureza e também o primeiro das regiões Norte e Nordeste, foi inaugurado em 1975, o Shopping Iguatemi, que atualmente se chama Shopping da Bahia e está localizado na Avenida Antônio Carlos Magalhães, popularmente conhecida como Avenida ACM.

Na época de sua inauguração, não havia muitas construções urbanas (figura 2 A e B), na verdade, o local de implantação do empreendimento era de grande distância do principal centro da cidade da época, localizado na Cidade Baixa, desprovido de linhas de transporte público, o que dificultou inclusive o deslocamento dos trabalhadores que construíram este shopping. No entanto, conforme Andrade (2009), apesar do isolamento na época de sua implantação, a Estação Rodoviária situada do lado oposto já possuía um expressivo padrão de acessibilidade e amplo estacionamento.

O que de certa maneira, configura a reprodução do modelo precursor de implantação destas estruturas físicas de comércio e serviços dos Estados Unidos, garantindo, dentre outras coisas, a facilidade de acesso e uso grandes áreas para estacionamento, devido ao incentivo no uso do automóvel para vencer as grandes distâncias produzidas pela expansão urbana e mudanças na dinâmica capitalista.

Figura 2 - Imagens do Shopping da Bahia (antigo Iguatemi) – 1975



Fonte: Figura 2A - Revista Bahia Social (2018); Figura 2B - Blogspot.com (2022).

A implantação de um shopping center envolve uma série de análises, que vai desde a decisão de onde construir até o seu funcionamento propriamente dito, são levantamentos e demais ações que de uma maneira geral, visam examinar a

viabilidade de implantação em um determinado local, a viabilidade econômica, questões relacionadas a definição do planejamento do uso do terreno, do formato do empreendimento, do dimensionamento das lojas e estacionamento e etc., além do processo de comercialização das lojas, para somente a partir de todas estas etapas anteriores serem concluídas, se iniciar a construção, a inauguração e funcionamento (Pintaudi, 1989).

Apesar de não se ter informações quanto ao processo de desenvolvimento das etapas que o Shopping da Bahia atravessou até sua inauguração, certamente sabe-se que houve todo um planejamento liderado pelo seu idealizador, contudo o importante é destacar quanto ao momento em que o estabelecimento foi implantado.

E para tanto, recorre-se aos registros históricos sobre a transformação urbana de Salvador, publicado pela extinta Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente – SEDHAM (2009, p. 41), que indica ser na segunda metade do século XX o momento em que Salvador passou por marcantes transformações de natureza econômica e social, em que “um novo ciclo de acumulação capitalista” se instala, favorecendo a introdução de “um modelo de desenvolvimento urbano baseado num ideário de modernidade” rompendo assim, com as “velhas estruturas”, ou seja, momento em que o processo de implosão/explosão se fez presente.

Ainda de acordo com a SEDHAM (2009), dos diversos investimentos do setor público que incluem a ampliação da área urbana soteropolitana, com a construção de muitas vias para compor o novo sistema viário estrutural ou ainda a implantação de novos espaços residenciais, evidencia-se a ação de se investir em áreas com grandes espaços vazios que não possuíam ligação com as áreas devidamente consolidadas de Salvador.

O período também marca a introdução da iniciativa privada neste processo, como foi o caso da construção do Iguatemi, atualmente nominado Shopping da Bahia, que associado a outros empreendimentos tornou-se uma espécie “âncora” para o rearranjo das centralidades e eclosão do novo centro que de acordo com o projeto de lei do Plano de Desenvolvimento Urbano de Salvador – PLANDURB (1979), tinha o intuito de robustecer o setor terciário naquela área com unidades de grande porte desempenhando atividades de comércio e serviços, além de acompanhar o vetor de expansão na direção Norte.

Atualmente a região do Iguatemi e entorno, como é também conhecido esse

centro, totalmente consolidado, compõe a área que compreende o principal centro financeiro, de serviços e de comércio de Salvador, com edifícios de moderna arquitetura para materializar o perfil luxuoso que o novo século trouxe, o que de certa forma também afetou o próprio Shopping da Bahia que no decorrer dos anos sofreu algumas modificações físicas (figura 3) acompanhando assim as demandas impostas pelo poderio capitalista.

Figura 3 - Shopping da Bahia dias atuais



Fonte: Aliansce Sonae (2022).

A moderna revitalização, incluiu mudanças na sua estrutura física, com ampliação horizontal do prédio para abrir maior número de lojas, consumidores e automóveis, até a introdução de serviço de compras online nos dias atuais, realidade presente em muitos shoppings do Brasil.

Para se ter uma ideia quanto aos efeitos das modificações físicas, a tabela 2 a seguir, sintetiza em pelo menos, três momentos os dados sobre a estrutura do shopping nos anos de 1975, 2003 e 2022. Apesar do menor número de lojas que o empreendimento oferece no ano de 2022 em um total de 163.216 m² de área construída, é importante frisar a presença de grandes lojas que normalmente ocupam espaços amplos e representativos dentro dos shoppings, como as lojas âncoras e megalojas¹⁹ e que estão presentes no Shopping da Bahia, com um total de 15 lojas âncoras e 10 megalojas, o que possivelmente pode ter interferido na diminuição no espaço destinado a novas lojas e estacionamento.

19 As lojas âncoras são conhecidas nacional e internacionalmente, com tamanho maior que as lojas comuns, podendo atrair uma maior quantidade de consumidores aos shoppings, já as megalojas possuem um tamanho menor que as anteriores, contudo também são instaladas no intuito de atrair a atenção do público consumidor.

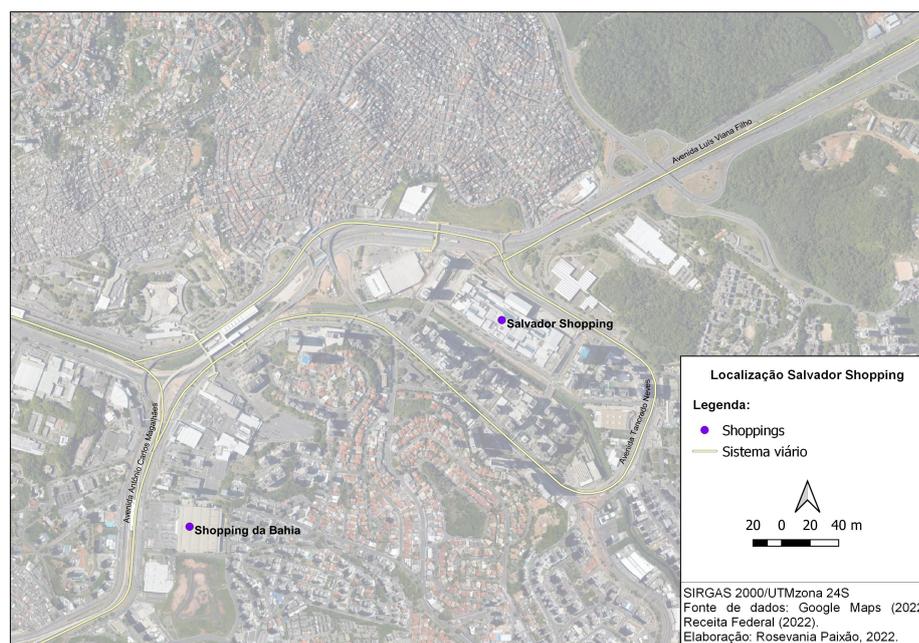
Tabela 2 - Estrutura do Shopping da Bahia em 1975, 2003 e 2022

Categoria	1975	2003	2022
Número de Lojas	57	520	421
Vagas de estacionamento	1.200	4.500	3.039
Fluxo mensal de pessoas	10 a 15 mil	100 mil	3,6 milhões

Fonte: Andrade (2009); Shopping da Bahia (2022).

Seguindo uma ordem cronológica de instalação dos shoppings mapeados na área de estudo de Salvador, o próximo centro comercial deste porte a ser apresentado é o Salvador Shopping inaugurado em 2007, localizado nas proximidades do Shopping da Bahia e também inserido na região que abrange o principal centro de referência econômica e empresarial do município soteropolitano, mais especificamente na Avenida Tancredo Neves, conforme o mapa 4.

Mapa 4 - Localização Salvador Shopping - Salvador



Fonte: Google Maps (2022); Brasil (2022a).

Esta avenida, construída em 1968, faz parte de um fundamental conjunto de avenidas implantadas em Salvador, após a Lei da Reforma Urbana²⁰ de mesmo ano,

20 Lei nº 2.181 de 1968 que “visava a ruptura com a herança colonial relativa à propriedade fundiária em Salvador, removendo um dos últimos obstáculos ao mercado capitalista do solo e possibilitando a expansão urbana em direção aos espaços com expectativa de valorização que se encontravam, muitos deles, em posse de enfiteutas sem condições financeiras de investirem nas respectivas áreas”. Um dos objetivos foi “auferir recursos para a implantação de equipamentos públicos e das “vias de vale”, projeto acalentado

e que de acordo com a SEDHAM (2009, p. 48) transformou o sistema viário estrutural do município, tornando-se importantes “corredores de concentração de usos diversificados” assim como elementos chaves para a expansão urbana, como é o caso da Avenida ACM e a Avenida Paralela.

Em tempos anteriores, a área em questão era destinada a diversos tipos de uso, incluindo o uso residencial, contudo de acordo com Barros (2015) a partir da década de 80 a área onde atualmente se localiza este shopping foi ocupada por importantes empreendimentos dos mais variados ramos do comércio e serviços, além de sedes de muitas empresas e instituições que transformaram essa área favorável a instalação de prédios de arquitetura moderna e arrojada.

São profundas transições consideradas necessárias para ampliação das funções urbanas do município e, conseqüentemente para a criação de novos espaços urbanos. E particularmente se tratando da área que corresponde à Avenida Tancredo Neves, a figuras 4 (A e B) demonstram um pouco desta grande mudança, trazendo distintos cenários espaciais desta área em dois diferentes períodos da história de Salvador.

Sendo que na primeira foto o destaque vai para o edifício Casa do Comércio, inaugurado no final da década de 80, sem muitas edificações ao redor, em contraste com a segunda foto, esta do século XXI, onde se vê uma paisagem totalmente distinta do mesmo local, com a área praticamente toda ocupada por uma diversificada quantidade de altos edifícios e inúmeros automóveis, marcando a profunda transição urbana planejada pela administração soteropolitana.

É neste contexto do presente século que o Salvador Shopping (figura 5), passa a compor o grupo de edificações de referência na Av. Tancredo Neves, considerado na época de sua inauguração no ano de 2007 o segundo shopping center do Norte-Nordeste e terceiro do Brasil em área construída, com 299.000 m². Possui uma estrutura que conta com 430 lojas, sendo 19 âncoras e dez megalojas, podendo abrigar 6 mil veículos em sua área de estacionamento, sendo considerado também o primeiro shopping baiano a lançar uma plataforma digital de vendas.

desde a década de 1940” (SEDHAM, 2009, p. 47 e 48).

Figura 4 - Avenida Tancredo Neves na década de 80 e século XXI, com destaque para a Casa do Comércio - Salvador



Fonte: Figura 4A - The Flying Architec (2022); Figura 4B - @BahiaSalvador (2022).

Na verdade, o projeto original do empreendimento previa uma expansão de sua área construída que antes era de 180 mil m², e com tamanha extensão física provocou consideráveis impactos no sistema viário da Av. Tancredo Neves, que passou por intervenções a fim de garantir uma maior fluidez de veículos e transportes públicos, como por exemplo, a construção de viaduto sob a principal via e de três passarelas para pedestres, afinal de contas o shopping é um polo atrator que chega a receber mais de dois milhões de consumidores mensalmente em períodos normais.

Figura 5 - Salvador Shopping - Salvador



Fonte: GR2 Instalações e Engenharia, 2022.

O seguinte centro de consumo é o Shopping Bela Vista (figuras 6 e 7), localizado às margens da rodovia federal BR-324 e ligado a importantes corredores do município como Av. ACM e Av. Paralela, com acesso direto a uma das estações do Sistema Metroviário Salvador – Lauro de Freitas, além de ser parte integrante de um amplo empreendimento imobiliário destinado às classes mais favorecidas, de uso misto que envolve comércio, residências e também serviços.

O shopping, inaugurado em 2012, com 117.000 m² de área construída, é totalmente integrado aos outros edifícios que compõe o complexo imobiliário que já foram construídos e recebe mensalmente 1,2 milhões de pessoas, sua estrutura é composta por 200 lojas, sendo 13 lojas âncoras e com capacidade para receber até 3 mil veículos.

Figura 6 - Shopping Bela Vista – Salvador



Fonte: JHFS (2022).

Figura 7 - Shopping Bela Vista – Salvador



Fonte: Bnews (2023).

Os próximos empreendimentos identificados, se referem ao Shopping Paralela, localizado na via de mesmo nome, Avenida Paralela, e que faz a ligação entre a região do Iguatemi e o Aeroporto Internacional Luís Eduardo Magalhães situado no bairro de São Cristóvão onde também está instalado o Salvador Norte Shopping, este último localizado acerca da divisa entre Salvador e o município de Lauro de Freitas.

Inaugurado em 2009 o Shopping Paralela (figura 8) situado na avenida de mesmo nome, está implantado próximo a uma área de proteção de recursos naturais, composta por vegetação remanescente de mata atlântica conforme o Plano Diretor de Desenvolvimento de Salvador – PDDU (SALVADOR, 2016). Com uma área construída de 138.757 m², o empreendimento é constituído de 270 lojas, sendo 9 delas consideradas lojas âncoras e ainda 2 pavimentos disponíveis para estacionamento de veículos, correspondendo a um total de 2.398 vagas e um fluxo mensal de 1 milhão de pessoas.

Figura 8 - Shopping Paralela – Salvador



Fonte: Tripadvisor, 2022.

E finalizando a relação de centros de consumo identificados na área de estudo que compreende Salvador, apresentamos o Salvador Norte Shopping (figura 9) inaugurado no ano de 2010 com o propósito de atender ao público da RM de Salvador, especialmente a população residente no Litoral Norte baiano, sendo

instalado no populoso bairro do São Cristóvão, além de estar inserido na região considerada de expansão urbana da capital baiana e nas proximidades da cidade de Lauro de Freitas.

Com 118.618 m² de área construída, este fixo possui 208 lojas, sendo que 8 destas correspondem às lojas âncoras e 5 à megalojas, além do serviço de lojas on-line, seu estacionamento possibilita a acomodação de 2.210 veículos.

Figura 9 - Salvador Norte Shopping - Salvador



Fonte: Grupo JCPM (2022).

Superando os limites de Salvador apresenta-se a seguir os shopping centers instalados nos municípios de Lauro de Freitas e Camaçari respectivamente.

Em Lauro de Freitas lista-se o shopping Parque Shopping Bahia situado às margens da rodovia estadual BA – 099, também conhecida como Avenida Santos Dumont, considerada a principal via do mencionado município.

Este shopping (figura 10) é o mais recente dentre os empreendimentos identificados na área de estudo, inaugurado em 2020, é parte integrante de um complexo multiuso com 260 mil m² de área total, que contará com edifícios para área empresarial, comercial, parque de diversões, centro de eventos dentre outras operações ainda em fase de construção, além disso, parte do terreno será destinado a edificação de um hotel, um *day hospital* e uma universidade, bem como o Centro Administrativo de Lauro de Freitas, entregue à prefeitura municipal.

Com a intenção de alcançar o público de Lauro de Freitas e região, o amplo shopping foi instalado em uma área de aproximadamente 144.000 m² abrigando 190 lojas, sendo 9 âncoras e 11 megalojas e um estacionamento com capacidade para 2.800 veículos.

Figura 10 - Parque Shopping Bahia na fase de construção – Lauro de Freitas



Fonte: BA de Valor (2022).

Em Camaçari encontram-se o Outlet Premium Salvador situado às margens da Estrada do Côco (BA-099) e o Boulevard Shopping Camaçari localizado à 3 km do centro urbano camaçariense.

O primeiro centro comercial (figura 11), apesar de levar o nome da metrópole, foi inaugurado em 2013, este foi o primeiro Outlet²¹ da região nordeste do Brasil. Com certa proximidade do Aeroporto Internacional de Salvador, o empreendimento visa atrair habitantes de Salvador e da região, além dos turistas que fazem estadia na capital soteropolitana e no litoral norte do estado, onde funcionam muitos *resorts*. São 70 lojas distribuídas em 15mil m², que conta com um estacionamento com

²¹ *Outlet* é a denominação para um mercado de vendas a varejo, onde produtores e indústrias vendem seus produtos de maneira direta ao público, em geral situado nas saídas de grandes cidades ou regiões metropolitanas, contexto que dá nome a este tipo de empreendimento. As lojas são abertas como em um shopping onde são oferecidos produtos de coleções passadas de marcas comerciais famosas e grifes de luxo nacionais e internacionais com preços mais acessíveis, inferiores aos que são oferecidos nas lojas principais.

capacidade para 1.679 veículos.

No caso do Boulevard Shopping Camaçari (figura 12), com abertura registrada no ano de 2015, é de fato o primeiro shopping center da região e integra um grande projeto privado que prevê a implantação de um bairro planejado, tendo este shopping como principal equipamento âncora, dividindo espaço com outros empreendimentos de natureza comercial e empresarial além de hotéis, escola, centros médicos, condomínios residenciais e espaço de lazer.

Figura 11 - Outlet Premium Salvador - Camaçari



Fonte: Outlet Premium Salvador (2022).

O grande centro de consumo conta com 130 lojas dentre as quais 7 âncoras e 3 megalojas, além de 800 vagas de estacionamento.

Figura 12 - Boulevard Shopping Camaçari – Camaçari



Fonte: Boulevard Shopping Camaçari (2022).

Durante o processo de mapeamento destes centros de consumo no recorte investigativo, foram identificados shoppings com menor dimensão de tamanho e que poderiam facilmente serem classificados, de acordo com a ABRASCE, como shoppings de porte médio ou pequeno, com uma Área Bruta Locável – ABL²² entre 5.000 m² a 29.999 m², composto por várias unidades comerciais, administração única e centralizada além de praticar aluguel fixo e percentual.

Não se tinha a intenção de mapear tais empreendimentos, porém a significativa quantidade dos mesmos, um total de 28 conforme mapa 5, chamou a atenção, sendo difícil ignorá-los, pois muitas dessas formas comerciais adotam o nome de shopping e, conforme as definições vistas acima, entende-se que se encaixam nas especificidades dos shoppings de média e pequena dimensão, mas que também podem participar ativamente de processos que interferem na dinâmica dos espaços urbanos.

O destaque está em Lauro de Freitas por concentrar uma considerável quantidade desse tipo de centros comerciais, somando um conjunto de 12 shoppings, com boa parte situados em áreas próximas à Av. Santos Dumont (Estrada do Côco) assim como em algumas ruas internas de classificação secundária nas proximidades de diversos condomínios residenciais destinados às classes sociais de melhor poder aquisitivo.

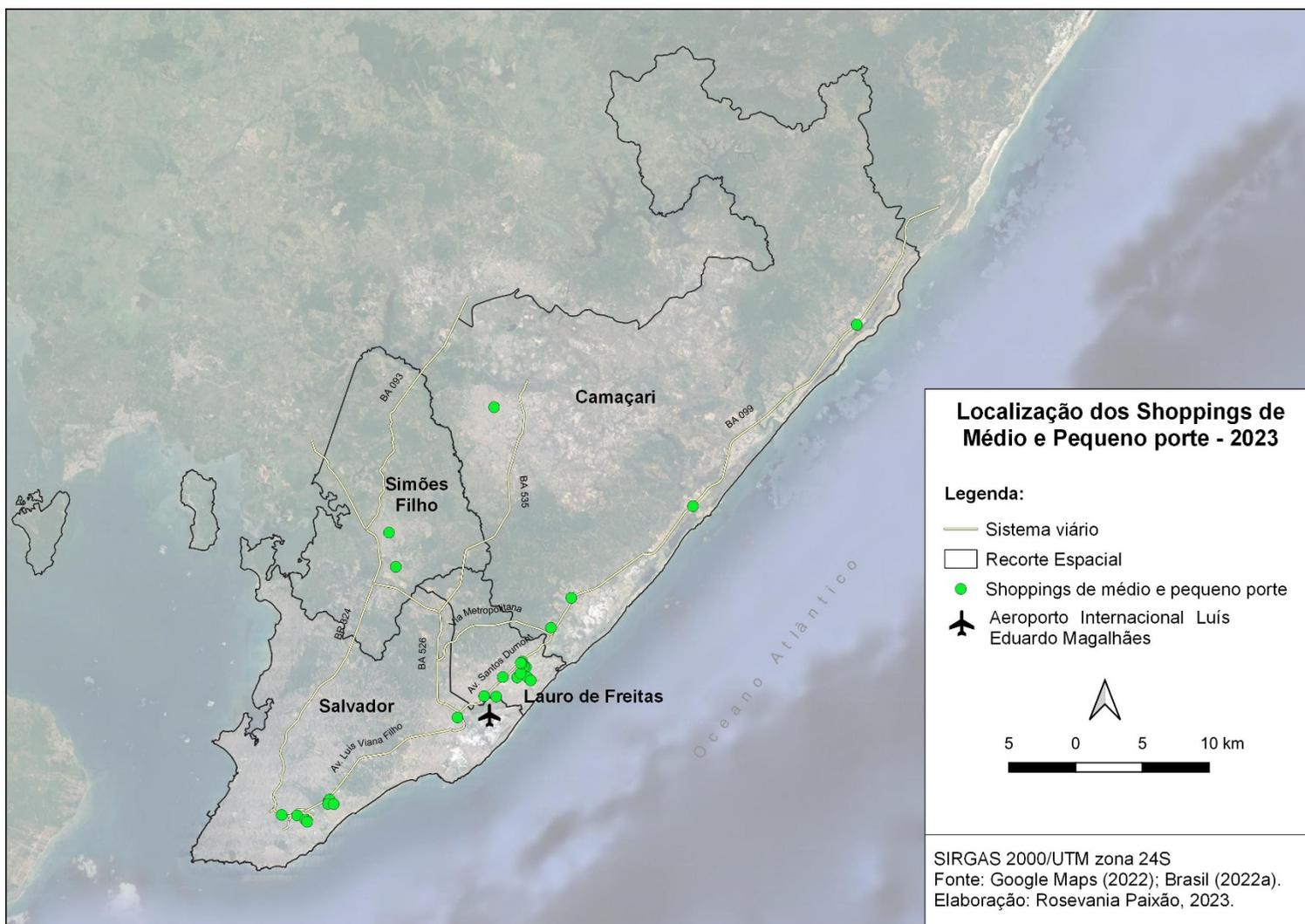
São no total de 9 (nove) os shoppings enquadrados nesta classificação que estão localizados em Salvador. Estão distribuídos principalmente na região que compreende o seu principal centro econômico e comercial e nas imediações da Av. Paralela, próximo de áreas que predominantemente é ocupado por edificações de uso residencial, voltado para a classe média e alta.

Merece atenção o shopping implantado no empreendimento Mundo Plaza, construído sob o conceito denominado *mixed-use*, que une moradia, trabalho e lazer, em um só lugar. Neste caso especificamente foi atribuído uma área para a implantação de um shopping tipo *street mall*²³, mas tem em sua composição a presença de uma torre empresarial com 34 andares de salas e uma torre residencial.

22 Medida bastante utilizada no mercado imobiliário, a Área Bruta Locável (ABL) é um levantamento de todos os espaços disponíveis para locação dentro de um imóvel comercial.

23 Trata-se de centros comerciais projetados como ruas ou praças, onde as lojas, restaurantes e outros estabelecimentos são dispostos em uma configuração aberta a fim de facilitar o acesso de clientes a todos os serviços em uma só parada, sem se perder entre andares, elevadores e escadas rolantes.

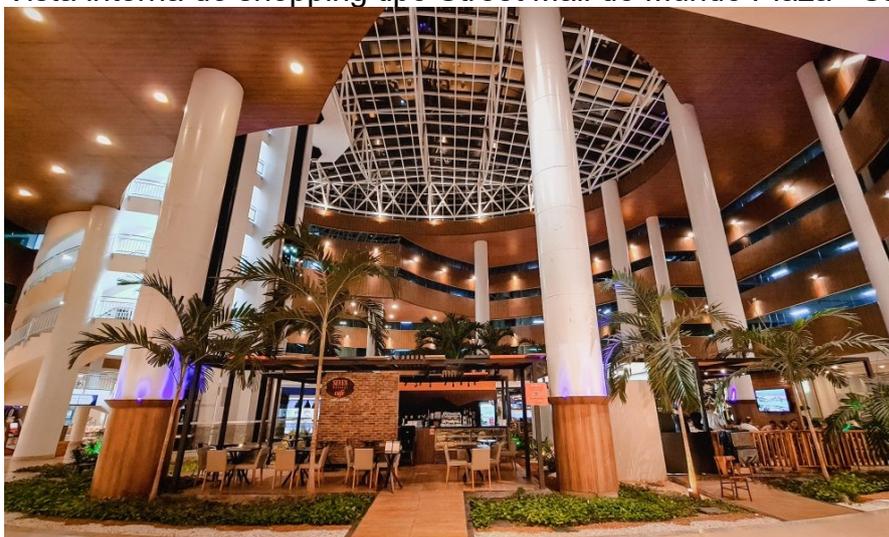
Mapa 5 - Localização dos Shoppings de Médio e Pequeno porte na área de estudo



Fonte: Google Maps (2022); Brasil (2022a).

O shopping (figura 13) possui um total de 66 lojas distribuídas em aproximadamente 6 mil m² de área total e com acesso interno à torre empresarial.

Figura 13 - Vista interna do shopping tipo Street Mall do Mundo Plaza - Salvador



Fonte: Condomínio Mundo Plaza (2023).

Camaçari apresenta 5 (cinco) empreendimentos de pequeno ou médio porte, sendo apenas um instalado na sede do município, enquanto que os outros quatro se distribuem ao longo da BA-099, e em Simões Filho foram identificados apenas 2 (dois) centros comerciais que se enquadram neste perfil de centro comercial.

Apesar de menor extensão em comparação aos shoppings tradicionais, muitos destes empreendimentos exibem projetos arquitetônicos modernos, com áreas abertas, novos e modernos elementos de design e paisagismo, na tentativa de reproduzir a sofisticação empregada na construção dos extensos shoppings de grande porte. Abrigam pequenas lojas destinadas ao comércio e serviços que também podem ser encontrados nos grandes shoppings, como por exemplo, vendas de roupas, calçados, farmácias, espaços de beleza, pizzarias, bares e etc.

E mesmo que não atraiam ou produzam um grande número de viagens ao longo do dia e/ou por período determinado, como os grandes shoppings, estes centros comerciais movimentam o público das imediações, podendo inclusive, quando combinados com outras atividades, indicar tendências quanto ao surgimento de novas centralidades.

5.1.2 Supermercados, Hipermercados e Atacarejos

No que concerne aos super e hipermercados, estabelecimentos que também são considerados polos geradores de viagens, tanto de pessoas e veículos como de mercadorias constatou-se um total de 25 empreendimentos desta natureza na área de estudo.

Mesmo compreendendo que os hipermercados podem ser considerados como um resultado da evolução dos lugares pela crescente demanda por melhores condições de acesso a novos e modernos produtos. E mais do que isso, sendo parte integrante da reestruturação urbana ao ocupar grandes superfícies que contribuem para mudanças espaciais, avaliou-se ser necessária a inclusão dos supermercados nesta investigação uma vez que muitos destes pertencem grupos econômicos regionais, nacionais e até mesmo internacionais.

Como critério para a identificação destes empreendimentos, obedeceu-se a categorização da Associação Brasileira de Supermercados – ABRAS (2011) que de uma maneira geral, classifica o setor supermercadista a partir de um grupo de características, relacionadas a área de vendas em m², ao número de seções, a quantidade média de itens ofertados e de *check-outs* (equipamento destinado a registrar as compras de mercadorias), a porcentagem de venda de produtos não-alimentícios, ao número de funcionários e nível de preços.

Contudo, por entender que nem todas as variáveis são úteis para o propósito desta investigação, os critérios utilizados foram a área de venda do empreendimento em m² e o número de seções.

Neste sentido, no levantamento classificou-se como supermercados tradicionais as lojas que dispõem de uma área de 800 a 2.500m² e composta por cinco seções tradicionais: Mercearia, hortifrútiis, frios, laticínios, carnes, aves, peixaria, padaria, bazar; e no caso dos hipermercados, aqueles que possuem uma área entre 6.000 a 10.000m² com seções distribuídas em mercearia, hortifrutiis, carnes, aves, peixaria, padaria, frios, laticínios, bazar, têxtil e eletroeletrônicos.

Sobre os hipermercados, nota-se que este formato de lojas vem passando por gradativas transformações em atendimento às demandas de mercado com tendência de formatos híbridos entre hipermercado e atacado. Ainda assim, ao se observar a organização prática destes empreendimentos para a investigação, prevaleceu a classificação em formato hipermercado.

Importante também ressaltar os amplos espaços para estacionamento de veículos, que estes empreendimentos disponibilizam, sendo exemplificado pela foto da figura 14, que traz um dos hipermercados de Salvador, localizado na região do Iguatemi.

Inaugurado em 1995, atualmente pertence a rede de internacional de hipermercados francesa chamada Carrefour, contando com a oferta de uma grande variedade de produtos incluindo confecção e eletrônicos além de outros serviços como praça de alimentação, lojas de diferentes franquias, restaurante, atendimento ao cliente e caixas eletrônicos.

Figura 14 - Carrefour Hiper Iguatemi - Salvador



Fonte: Sianengenharia (2022).

A área de observação que corresponde à Salvador conta com 9 (nove) estabelecimentos, sendo que quatro atuam no formato de hipermercado e os outros 5 como supermercados.

Todos estes empreendimentos estão localizados nas proximidades de shoppings como ocorre no caso do Shopping da Bahia (Iguatemi) e Salvador Norte Shopping ou no interior de shopping centers a exemplo do Salvador Shopping, Shopping Bela Vista, Shopping Paralela e quando não aparecem nestas condições estão localizados próximos das principais vias de circulação e/ou condomínios

residenciais, como é o caso da maioria dos empreendimentos desta natureza identificados.

Em Lauro de Freitas as 6 (seis) lojas identificadas estão situadas ou na principal avenida (Avenida Santos Dumont) ou em suas proximidades. Destaque para a existência de, pelo menos, um hipermercado e a presença de um supermercado nas dependências de um dos maiores shoppings do município, o Shopping Bahia Parque.

Nos municípios de Camaçari e Simões Filho o levantamento indicou a presença de dez supermercados distribuídos entre os municípios, não ocorrendo a presença de hipermercados.

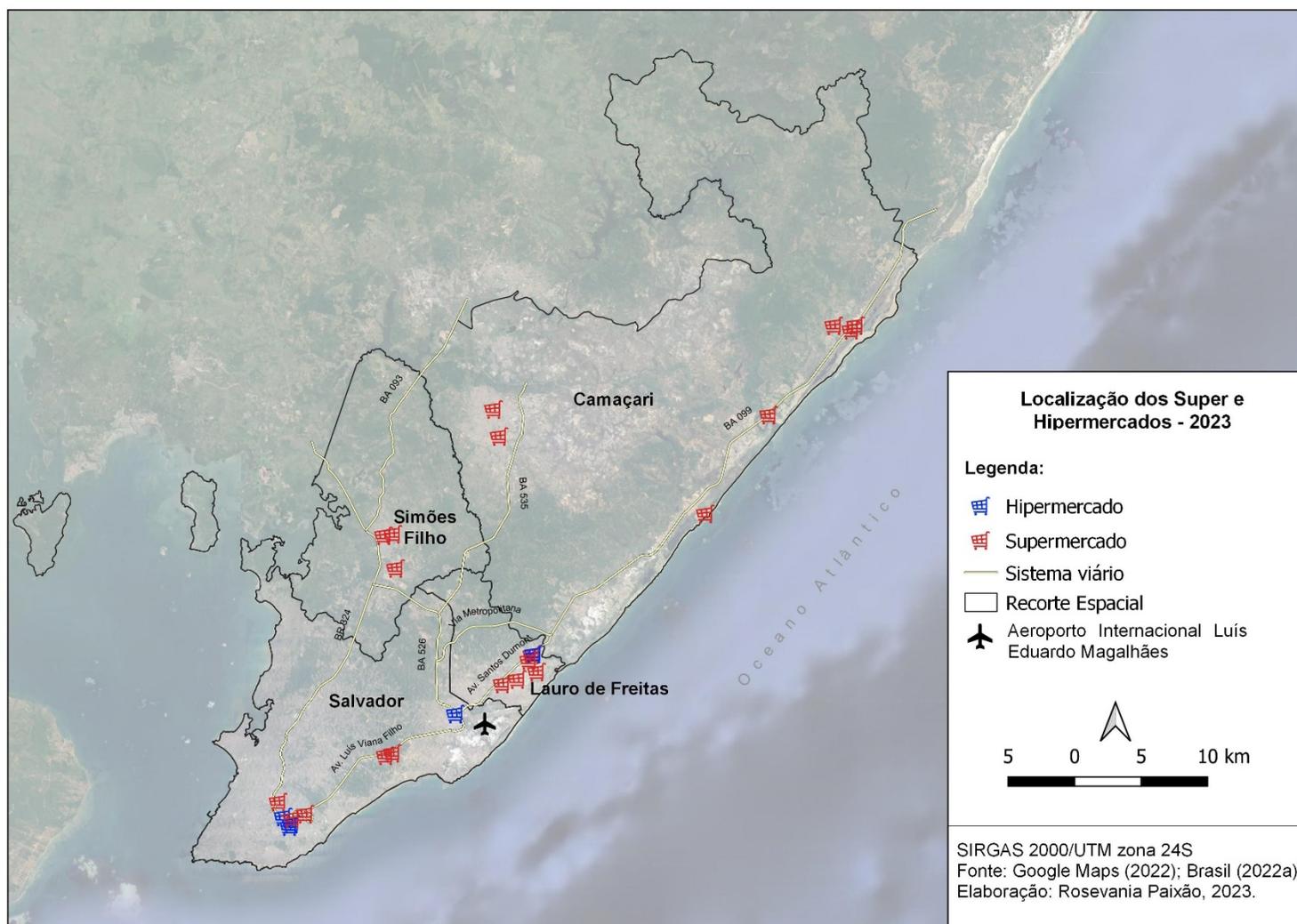
Deste total 7 (sete) estabelecimentos estão em Camaçari com amplos estacionamentos e aparecem posicionados no distrito de Monte Gordo, na localidade de Guarajuba, que compõe o município em conjunto com mais outros dois distritos²⁴. Vale ressaltar que estes empreendimentos estão cercados por áreas residenciais, incluindo grandes condomínios alguns deles contíguos à Estrada do Côco (BA-099).

Em Simões Filho nota-se a presença de apenas 3 (três) supermercados que correspondem à classificação da ABRAS e encontram-se no âmbito do que é considerado o centro urbano do município. Os espaços destinados ao estacionamento de veículos das lojas não são tão amplos, quando comparados aos empreendimentos localizados nos outros municípios da área de estudo, contudo, possuem considerável tamanho.

O mapa 6 demonstra como estes estabelecimentos estão distribuídos espacialmente nos respectivos municípios analisados.

²⁴ O município de Camaçari é composto por 3 (três) distritos: Sede, Vila de Abrantes e Monte Gordo; E juntos compreendem um total de 21 localidades.

Mapa 6 - Localização dos Super e Hipermercados



Fonte: Google Maps (2022); Brasil (2022a).

Intencionalmente concedeu-se um momento específico para abordar os Atacarejos, segmento que atua de maneira híbrida, guardando características do varejo (vendas em pequenas quantidades) e do atacado, priorizando as vendas em grandes quantidades e com valores mais baratos.

Não se sabe ao certo o momento de início das atividades deste tipo de empreendimento no Brasil, entretanto há um entendimento de que o modelo “pague e leve” foi o precursor do atacarejo no país a partir da implantação dos clubes de compra, como a rede Makro, instalada na década de 70 e mesmo atuando no comércio atacadista é vista como a propulsora da ideia no país.

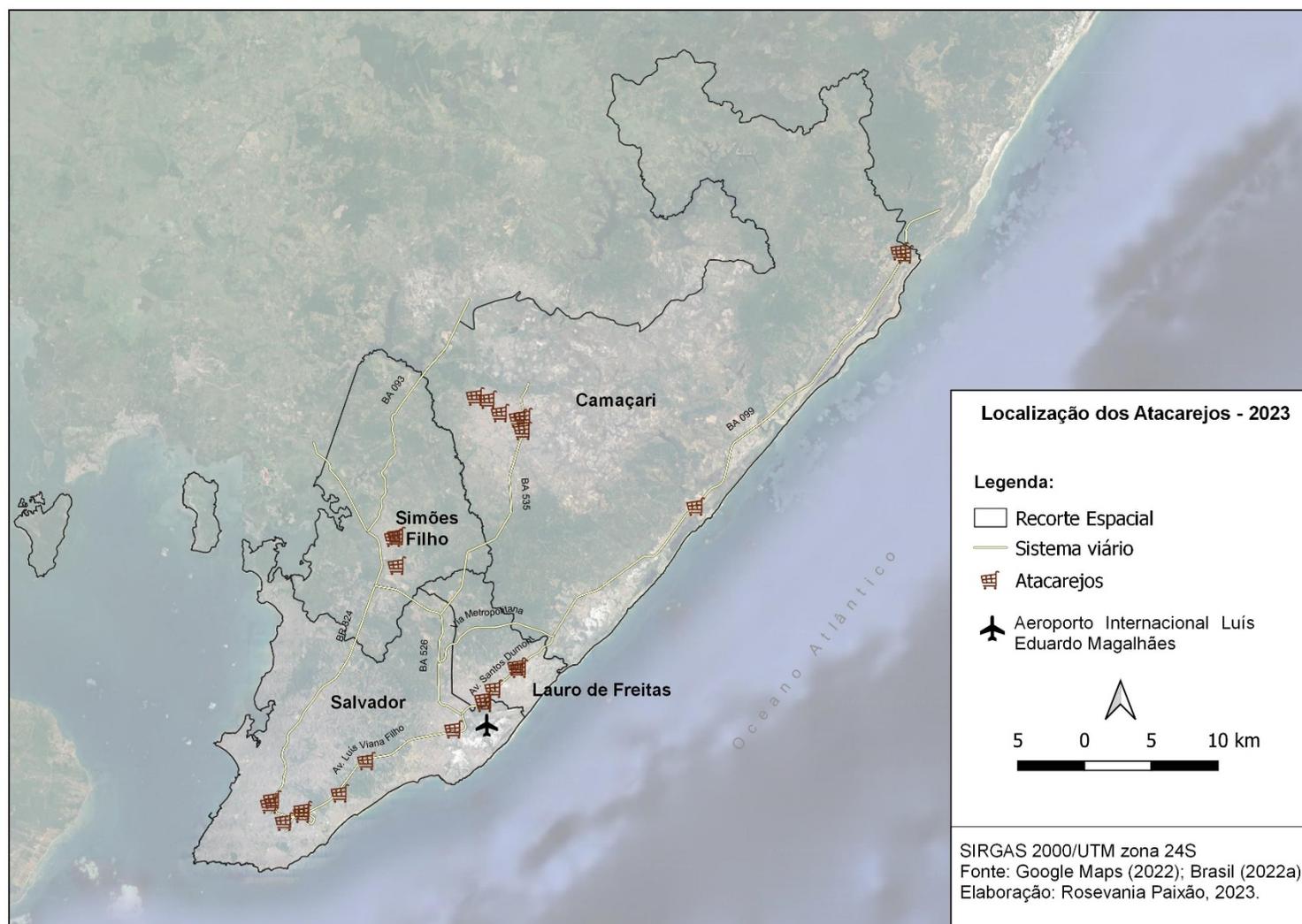
Atualmente os Atacarejos vem se fortalecendo gradativamente, atraindo cada vez mais investimentos, oriundos não somente das redes do próprio segmento, mas também como resultado do processo à nível nacional de conversão de super e hipermercados em atacarejos.

Aliás existe o questionamento se este seria o início do que denominam ser a “crise de identidade” dos super e hipermercados tradicionais, que começam a perder espaço para as chamadas lojas de vizinhança (mercados menores) e para os atacarejos também, que parecem melhor corresponder às expectativas do consumidor.

No recorte espacial foram identificados um total de 25 (vinte e cinco) lojas deste segmento, contudo, salienta-se que há uma tendência de crescimento deste número visto que, conforme divulgado por algumas redes de super/hipermercados que tem lojas situadas na área de estudo, e que se encontram em fase de transição para o modelo de negócio em questão.

Para melhor compreensão quanto à distribuição espacial destes empreendimentos, apresenta-se o mapa 7:

Mapa 7 - Localização dos Atacarejos



Fonte: Google Maps (2022); Brasil (2022a).

No mapa é possível observar que tais empreendimentos se encontram próximos um do outro, chegando ao ponto de se identificar lojas que estão localizadas lado a lado, demonstrando claramente o acirrado ambiente de concorrência entre os empreendimentos deste segmento.

Tal comportamento é seguido por muitos outros segmentos do setor terciário, mesmo porque a concorrência é uma situação de mercado que faz parte do mundo dos negócios.

Os shopping centers, por exemplo, cada vez mais tentam se modernizar, trazendo novidades que vão desde a implantação de lojas de marcas famosas e de serviços inovadores ao consumidor, a construções e gerenciamento sustentáveis, tudo feito no intuito de atrair a atenção do consumidor.

De uma maneira geral, são estabelecimentos horizontais que ocupam grandes áreas, além do vasto espaço para estacionamento de veículos (ver figuras 15 e 16 na página seguinte) o que acaba por transformar o empreendimento em um forte polo gerador de viagens e concentrador de pessoas, veículos e mercadorias levando a uma maior dinamização do espaço ao redor.

A justificativa para tal afirmação se deve em razão de, assim como os super e hipermercados, os atacarejos também atraírem outros serviços como o fretamento autônomo, conhecido popularmente como “carreto” para os clientes que não possuem veículo, comércios diversos, além de adaptações viárias de modo a garantir que o fluxo de veículos e pedestres não seja comprometido, inclusive facilitando o acesso dos consumidores aos empreendimentos, sejam eles super /hipermercados ou atacarejos, mecanismo também utilizados para o acesso a vários outros grandes estabelecimentos.

Identificados 8 (oito) destes estabelecimentos em Salvador, os mesmos também se concentram na sua grande maioria na região que compreende o principal centro econômico e financeiro do município, sendo próximos inclusive dos shoppings e super/hipermercados também presentes neste mesmo centro.

Como mencionado, alguns supermercados na área analisada em Salvador estão em processo de transição para iniciarem suas operações como atacarejos, devido ao fortalecimento nacional destes, em parte provocada pelo comportamento da economia brasileira e conseqüentemente do consumidor na busca de melhores preços.

Figura 15 - Empreendimento formato Atacarejo - Lauro de Freitas



Fonte: Gironews, 2022.

Figura 16 - Empreendimento formato Atacarejo - Simões Filho



Fonte: New Trade (2022).

Em Lauro de Freitas as 5 (cinco) lojas identificadas ficam localizadas na Av. Santos Dumont ou em suas proximidades e possivelmente é neste município onde se percebe a mais acirrada concorrência entre marcas deste segmento, visto que estes empreendimentos se localizam a poucos metros de distância um do outro, chegando a quase estarem um de frente para outro, possuindo apenas a via como elemento separador entre os mesmos.

Em Simões Filho e Camaçari estes estabelecimentos estão situados

principalmente nos respectivos centros urbanos dos municípios ou nas proximidades de vias importantes como é o caso da BA-535, também conhecida como Via Parafuso que perpassa trechos dos municípios de Lauro de Freitas, Simões Filho e Camaçari, sendo uma das mais importantes vias de acesso ao Polo Petroquímico, situado em Camaçari, e a Estrada do Côco (BA-099).

Adotando os mesmos padrões das lojas encontradas nos outros municípios, em Simões Filho contabiliza-se um total de 2 (dois) destes empreendimentos, enquanto que em Camaçari foram identificados 9 (nove) lojas, sendo que três destes estão localizados nos distritos de Arembepe e Monte Gordo, todos contíguos à Estrada do Côco e áreas residenciais.

5.1.3 Centros Empresariais

Sinônimo de modernidade e também da representação do capital na era contemporânea estes edifícios, normalmente concentrados nas metrópoles e grandes cidades, reúnem e atendem empresas de diversos segmentos.

Também considerados como fortes representantes das transformações urbanas, econômicas e sociais que ocorreram na sociedade em geral, normalmente acompanham a velocidade que a vida urbana atual promove, abrigando uma ampla variedade de atividades por vezes especializadas e avançadas, ligadas ao setor de comércio e serviços.

Desde a sua localização estratégica, a arquitetura sofisticada, o design interno que se adapta às necessidades de cada empresa, as modernas tecnologias e demais infraestruturas a serviço destas mesmas firmas dentre outros aspectos, fazem dos centros empresariais uma opção de grande notoriedade para uma extensa cadeia de negócios comandadas por empresas de grandes, de médio e pequeno porte.

Ademais, alguns destes empreendimentos vão muito além do serviço empresarial, pois combinam uma ampla oferta de serviços diversos que inclui hospedagem, residência, comércio e até serviços ligados ao ensino como é o caso de algumas faculdades privadas instaladas nos mesmos.

Uma outra característica marcante destes empreendimentos que estão instalados na área de análise diz respeito à sua localização próxima das vias de maior circulação, reforçando a relevância das mesmas ao favorecer uma

conveniente acessibilidade das pessoas, ou melhor de seus veículos.

No mapeamento foram identificados 64 (sessenta e quatro) empreendimentos desta natureza, conforme mapa 8 da página seguinte, sendo que boa parte é composta por edifícios de notável altura e que ocupam amplos espaços localizados em áreas consideradas estratégicas, pela elevada concentração de diversas atividades ligadas ao setor de comércio e serviços

Muitos estão instalados em volta a outros empreendimentos de grande porte, como os shopping centers, super/hipermercados e atacarejos, contribuindo para a atração diária de um considerável número de pessoas, automóveis, bens e mercadorias.

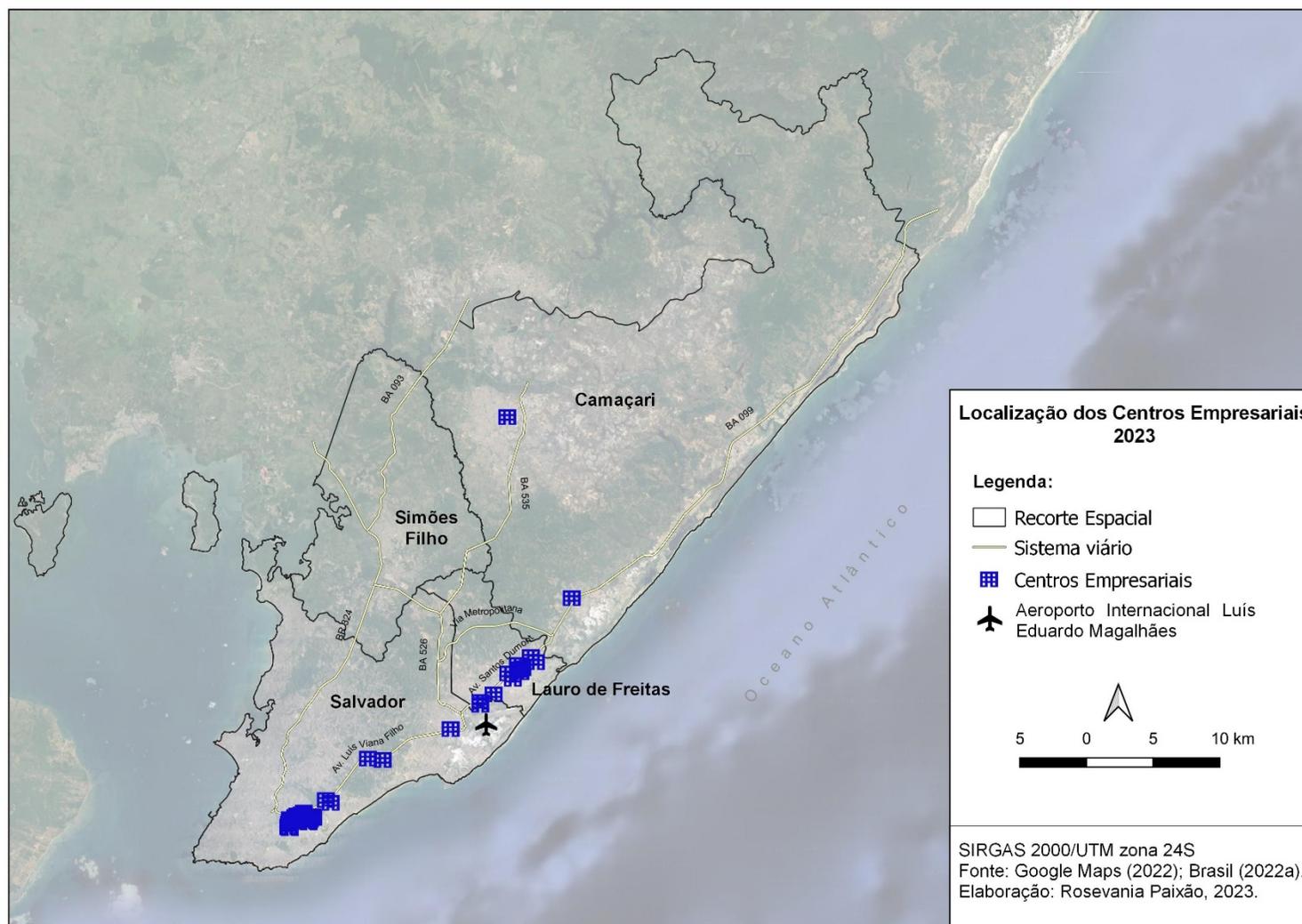
Como característico de metrópoles, Salvador tem o equivalente à 50 (cinquenta) empreendimentos que atuam no ramo empresarial, distribuídos na área de estudo.

Estes fixos acomodam escritórios de grandes empresas como a Petrobras, a Braskem (empresa petroquímica de atuação global) ou ainda grandes construtoras nacionais, a exemplo da Novonor (antiga Odebrecht) conglomerado empresarial brasileiro que atua em diversas partes do mundo nas áreas de construção e engenharia, química, petroquímica e energia, e das baianas Costa Andrade e André Guimarães que também atuam no mercado à nível nacional.

Nestes empreendimentos também se observa a presença de órgãos públicos municipais e estaduais, cartórios, escritórios de grandes bancos nacionais e internacionais como Itaú, Banco do Brasil, Santander e Citi Bank, além de empresas de médio e pequeno porte que atuam na prestação de serviços de natureza jurídica, contábeis, imobiliária, de engenharia, de arquitetura e urbanismo, recursos humanos, de seguros, assim como clínicas, consultórios das mais diversas áreas, a exemplo da odontologia, oftalmologia psicologia, reprodução humana e laboratórios.

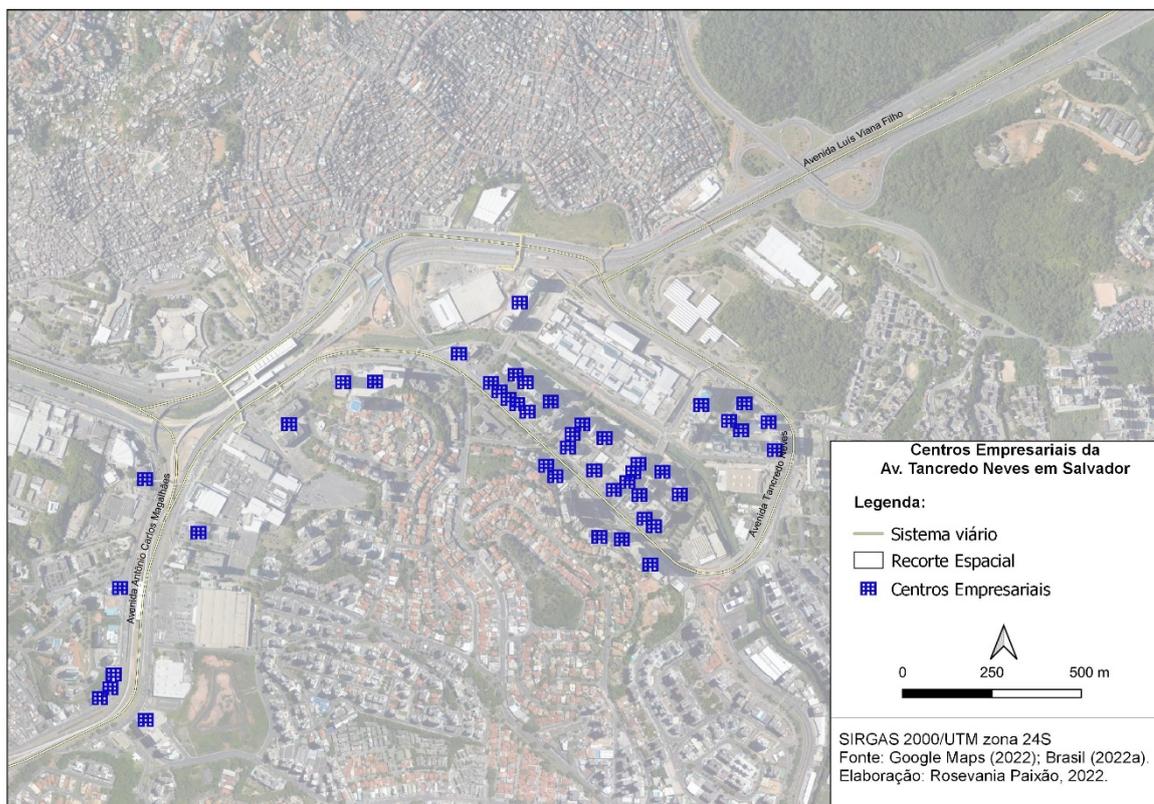
A maior concentração desses empreendimentos está localizada na região do principal centro econômico e financeiro soteropolitano, mais especificamente na Av. Tancredo Neves, onde foram identificados o total de 45 empreendimentos, conforme mostra o mapa 9.

Mapa 8 - Localização dos Centros Empresariais



Fonte: Google Maps (2022); Brasil (2022a).

Mapa 9 - Centros Empresariais da Av. Tancredo Neves – Salvador



Fonte: Google Maps (2022); Brasil (2022a).

A avenida em questão, por vezes comparada à Avenida Paulista de São Paulo, de acordo com a Associação Empresarial Tancredo Neves – AETN (2022), concentra shoppings, agências bancárias, restaurante e etc., oferece aproximadamente 70.000 postos de trabalho, atraindo diariamente um público passante de 100.000 pessoas, além de uma estimativa de 50.000 automóveis circulando por dia, o que de certa maneira desencadeia complexos congestionamentos nos horários de pico, ou seja, de maior movimento de veículos e pessoas, mesmo com as intervenções urbanas realizadas na região.

Em sua maioria, estes edifícios empresariais predominam na paisagem urbana, exibindo alto padrão construtivo, grande altura e fachadas de vidros como ilustra a figura 17 da página seguinte.

Figura 17 - Vista dos edifícios empresariais da Av. Tancredo Neves - Salvador



Fonte: Google (2022).

Lauro de Freitas, ocupa a segunda colocação quanto ao número de edifícios empresariais, são 12 (doze) empreendimentos, implantados as margens da Av. Santos Dumont ou próximo desta, cercados por outros estabelecimentos de diversas atividades inclusive shoppings, super/hipermercados, atacarejos e também áreas residenciais.

As construções seguem o mesmo padrão de modernidade daqueles situados em Salvador, contudo são menores em quantidade de andares e com espaço para estacionamento mais reduzido do que aqueles encontrados na capital.

Todavia, há exceções, a exemplo dos edifícios Helitower, empreendimento do grupo empresarial André Guimarães e o AERO Espaço Empresarial, ambos constituídos de salas comerciais para empresas e também lojas, distribuídas em torres empresariais e que atuam no ramo de assessoria jurídica, de engenharia, arquitetura e urbanismo, incorporadoras imobiliárias, clínicas dentre outros.

Sendo que o segundo empreendimento dispõe ainda de um hotel, contíguo ao aeroporto de Salvador, administrado pela Intercity Hotels (integrante do grupo brasileiro ICH Administração de Hotéis, com atuação no Brasil e Uruguai no segmento de hotelaria urbana).

As figuras 18 e 19 trazem uma ideia de como são estes centros empresariais do município:

Figura 18 - Centro empresarial Helitower - Lauro de Freitas



Fonte: Imovelweb (2024).

Figura 19 - Centro empresarial AERO - Lauro de Freitas



Fonte: Thaurus Engenharia (2022).

Ainda assim, ressalta-se que, por intermédio da nova tendência de lançamento de grandes projetos imobiliários que prometem erguer amplos complexos multifuncionais, o que inclui os edifícios corporativos, pode-se dizer que existe uma clara tendência no aumento da quantidade destes empreendimentos nos próximos anos no município.

Em Camaçari, foram identificados apenas 2 (dois) destes empreendimentos, contudo, assim como mencionado no parágrafo anterior, a existência de grandes projetos que prometem a construção de complexos multifuncionais pode, no futuro, desencadear uma ampliação no número de grandes edifícios empresariais. De qualquer maneira, é importante frisar que, pelo menos, um dos fixos identificados possui ampla estrutura de modo a acomodar um considerável número de veículos e pessoas, conforme figura 20:

Figura 20 - Centro Empresarial Open Center - Camaçari



Fonte: Google, 2022.

Em Simões Filho apesar da existência de edifícios que se autodenominam centros empresariais, ficou evidente após apurada observação, que se tratam de pequenos prédios com no máximo 3 andares que podem até abrigar atividades do setor empresarial, mas não correspondem a empreendimentos que de fato tenham capacidade suficiente para atrair grandes empresas e elevada taxa de circulação de pessoas e veículos.

5.1.4 Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas

Sobre as universidades e faculdades públicas e privadas mapeadas no recorte espacial, identificou-se um total de 112 (cento e doze) instituições presentes no recorte espacial analisado, originárias tanto da capital soteropolitana como de

diversas outras cidades do Brasil.

Importante frisar que muitas destas IES são configuradas como polos de educação a distância, mais conhecido pela sigla EaD que no mapeamento correspondeu a 75 instituições, 13 IES que exercem a modalidade híbrida de ensino (de forma presencial e à distância), e outras 24 restantes que atuam exclusivamente na modalidade presencial.

Outra observação importante a destacar a presença de grandes universidades públicas, como a Universidade Federal da Bahia – UFBA, Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, Universidade Federal da Paraíba – UFPB e o Instituto Federal da Bahia – IFBA, além das instituições privadas como a Universidade Católica do Salvador – UCSAL, a Universidade Salvador – UNIFACS e a União Metropolitana de Educação e Cultura – UNIME todas inseridas na área de estudo.

Sendo que boa parte destas grandes instituições que estão instaladas nos municípios de Lauro de Freitas, Camaçari e Simões Filho apresentam a oferta de cursos por meio de polos EaD também conhecidos como polo UAB (Universidade Aberta do Brasil), que consiste numa estrutura acadêmica de apoio pedagógico, tecnológico e administrativo para as atividades de ensino e aprendizagem dos cursos e programas na modalidade à distância ou híbrida.

Na apresentação feita na seção anterior destacou-se o potencial que esse ambiente onde se produz ciência possui, ao se comportar como um agente transformador do espaço das cidades, não se restringindo apenas na ocupação de grandes espaços para a sua instalação (no caso das universidades e grandes faculdades) e atração cotidiana de grandes quantidades de pessoas e veículos, mas também pela atual tendência quanto ao abundante número de polos de educação à distância, visto que um dos principais efeitos no espaço provocado pela implantação desta modalidade de ensino é a necessidade de infraestrutura compatível a fim de atender o fluxo de informações geradas e atraída por estes polos EaD.

Atualmente é quase que impossível dissociar a era digital da vida das pessoas graças ao advento das tecnologias digitais que transformaram, de forma acelerada e radical, o modo como as pessoas trabalham, estudam, consomem, fazem negócios e se comunicam, ao ponto de, por exemplo, o serviço de internet ser equiparado como uma necessidade de primeira ordem, tornando-se fundamental para a dinâmica da vida contemporânea em sociedade.

No tocante às IES públicas e privadas, a estratégia educativa adaptada aos moldes tecnológicos atuais, além da ampliação do alcance de suas atividades, como no caso da modalidade EaD, é uma realidade e assinala uma forte necessidade e dependência das infraestruturas de natureza tecnológica.

O mapa 10 demonstra a distribuição destas instituições conforme a modalidade de ensino exercida.

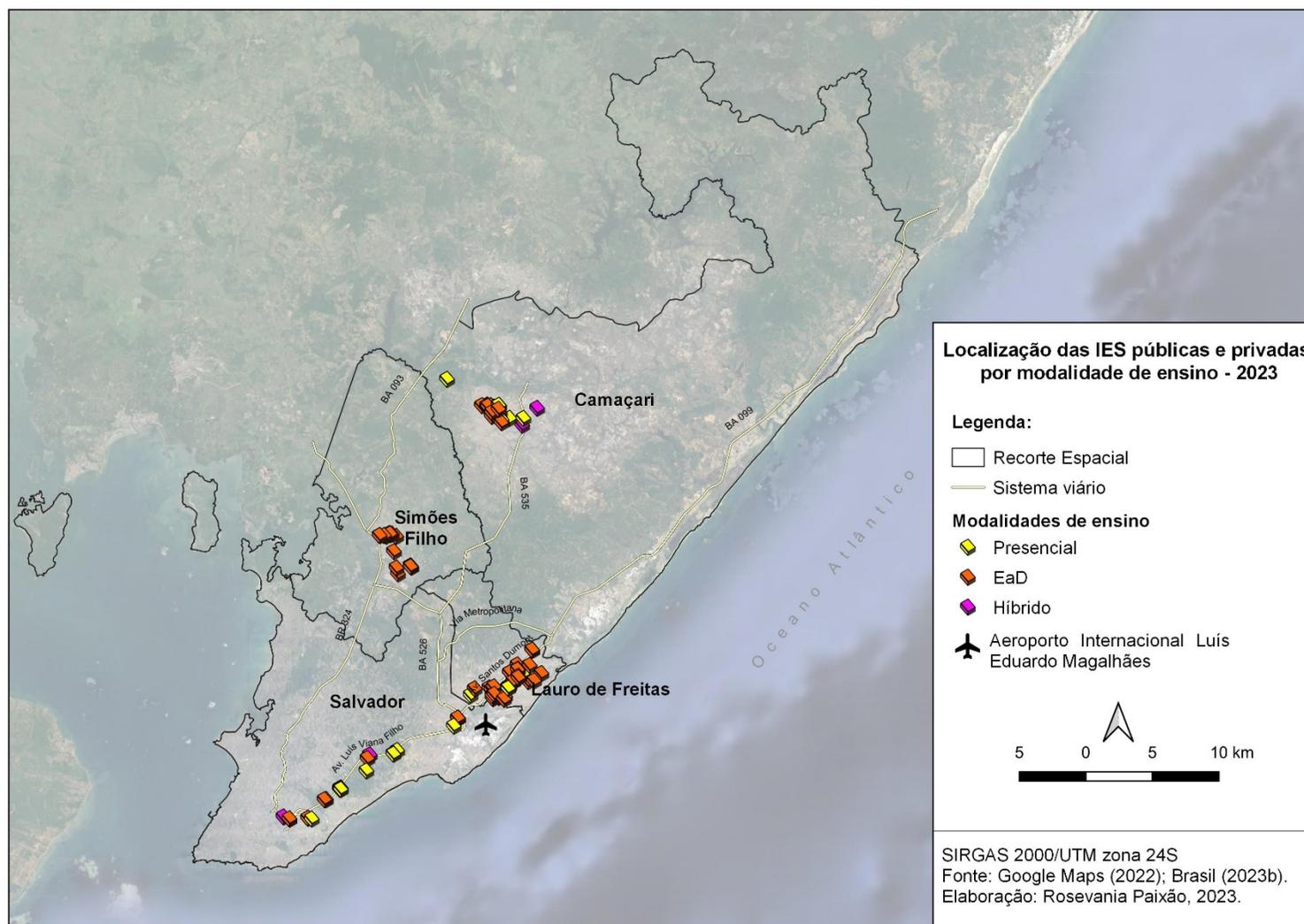
Iniciando pela área que abrange Salvador, nota-se um grupo de 24 (vinte e quatro) IES públicas e privadas, que se distribuem desde o principal centro econômico e financeiro até as proximidades de seus limites institucionais.

São universidades e faculdades com maior parte situadas nas proximidades das principais vias de circulação dos transportes coletivos, assim como de automóveis, muitas vezes cercados por outros grandes empreendimentos como shopping centers, super ou hipermercados, atacarejos e centros empresariais, além dos condomínios fechados que ocupam boa parte da extensão da Avenida Luís Eduardo Magalhães (Av. Paralela).

Há um equilíbrio quanto a presença de IES que atuam nas modalidades de ensino presencial e EaD, sendo que esta última em números absolutos é a que se mostra em maior quantidade. Outra questão que chamou a atenção é a existência de algumas faculdades que atuam na modalidade EaD no interior de outros fixos, como shoppings ou em salas de centros empresariais.

Em Lauro de Freitas foram localizadas 41 (quarenta e uma) IES, sendo que mais de 70% destas oferecem seus serviços como polos EaD e estão situadas nas adjacências da principal via do município e assim como ocorre em Salvador, próximas de grandes empreendimentos e áreas residenciais, principalmente condomínios fechados. As instituições que atuam na modalidade presencial ou híbrida não estão em grande número, porém em sua maioria, correspondem à universidade e faculdades com importante atuação na RM de Salvador, como por exemplo a UNEB, UNIFACS e a UNIME.

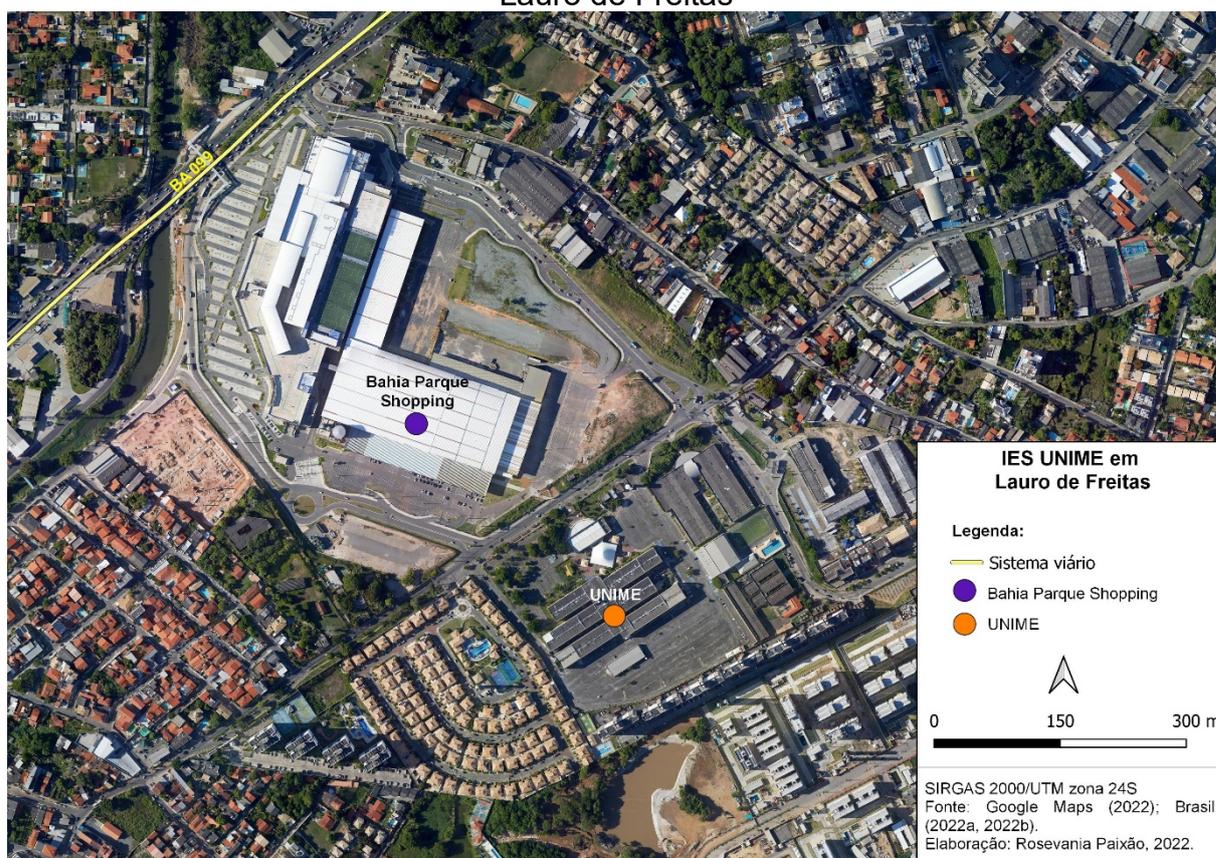
Mapa 10 - Localização das IES públicas e privadas por modalidade de ensino



Fonte: Google Maps (2022); Brasil (2022a).

Neste município, destaca-se a concentração de alguns dos polos de educação à distância em único prédio pertencente à UNIME, que dispõe de grande estrutura física, incluindo tanto o próprio edifício quanto a área disponível para estacionamento, contígua ao maior shopping da região, o Bahia Parque Shopping, e também cercada por condomínios residenciais, conforme figura 21.

Figura 21 - IES União Metropolitana de Educação e Cultura (UNIME) - Lauro de Freitas



Fonte: Google Maps (2022); Brasil (2022a).

No município de Camaçari identificou-se um total de 32 (trinta e duas) IES, com boa parte localizada na área que corresponde ao principal centro urbano da sede do município, inseridas em shopping center ou próximas de vias importantes como é o caso da BA-535 (Via Parafuso).

Também se identificou a presença das instituições da rede pública federal e estadual de ensino (UFBA, UNEB, UFOP, UFPB, IFBA e UFRPE), todas situadas em um centro de integração social administrado pela prefeitura municipal, que fica localizado na sede do município, sendo que as quatro primeiras oferecem cursos de nível superior presenciais enquanto que nas duas últimas a atividade de ensino é

desenvolvida na modalidade híbrida, ou seja, cursos presenciais e também EaD.

Em Simões Filho observou-se um total 15 (quinze) instituições, onde boa parte é de natureza privada, com cursos ofertados na modalidade EaD e concentradas no centro urbano do município.

Mesmo com a predominância de faculdades particulares, também foram identificadas três IES de natureza pública, sendo o IFBA a única que oferece cursos na modalidade presencial, enquanto que nas universidades UNEB e UFBA o serviço oferecido é predominantemente à distância. Estas instituições estão localizadas em uma área um pouco mais distante do principal centro urbano de Simões Filho, reunidas em um complexo de 4 edifícios construídos numa espécie de área restrita, visto que não há a presença de muitas construções nas imediações.

Para concluir, importante mencionar que muitas destas instituições privadas de ensino que aparecem na área de investigação têm suas respectivas sedes estabelecidas em diversos outros estados do Brasil, uma vez que intuito de desenvolver e expandir seus negócios por meio de parcerias nacionais e também internacionais é cada vez maior, sendo a implantação de faculdades em cidades de porte diversos em conjunto com a adoção de novas tecnologias para o ensino uma das principais estratégias utilizadas.

Um outro ponto a frisar se refere a dificuldade em compreender e mensurar o impacto concreto quanto a presença de faculdades que oferecem seus serviços em formato EaD, até por que normalmente as salas de aula são virtuais. Todavia, entende-se que a presença de IES atuando nesta modalidade de ensino, demonstra os efeitos resultantes das transformações urbanas nem sempre percebidas de maneira tangível, mas que mesmo não possuindo detalhes físicos mudam o cotidiano das pessoas.

Terminada esta parte de apresentação dos resultados do mapeamento destes empreendimentos, será dado espaço para as discussões sobre as centralidades e os fluxos materiais e imateriais que, em conformidade com as discussões realizadas na seção 3, também estão intrínsecas no processo de metropolização do espaço que atende às demandas da sociedade e também do capital.

5.2 Descrição e tendências de centralidades

Decerto que não é possível um exame aprofundado para se discorrer sobre

as características das centralidades de cada um dos municípios analisados, o que exigiria a construção de uma nova pesquisa, no entanto, há uma oportunidade de, ao menos, apontar centralidades ou tendência de formação das mesmas.

Spósito (1998) expõe claramente como a presença de novos e mais modernos usos de solo urbano nas metrópoles, nas cidades grandes ou ainda naquelas de porte médio, podem motivar transformações no que diz respeito às centralidades.

A autora destaca algumas situações que acabam por contribuir com o processo de reconfiguração espacial dos lugares, o que inclui o desenvolvimento de centralidades. Dentre as quais, destaca-se a implantação muitas das vezes concentradas de equipamentos comerciais e de serviços de grandes extensões físicas, que combinada com a disseminação do uso do automóvel para facilitar o alcance das pessoas aos bens e serviços ofertados nestes estabelecimentos, acabam por atrair um grande fluxo de pessoas, bens, mercadorias, capital, comunicação, informações e etc. para determinadas áreas estratégicas das cidades (Spósito, 1998).

Ainda considerando o pensamento de Spósito (1998, p. 29 e 30), essas reconfigurações não devem ser entendidas como um novo processo, todavia adquirem novas características, devido aos impactos causados pelas transformações urbanas contemporâneas que atingem cidades de todos os portes, mesmo que em diferentes intensidades, trazendo “novas escalas de distribuição de bens e serviços” além de “novas possibilidades e formas de consumo”.

O que provoca também a redefinição de usos e de conteúdos que estão presentes nas áreas, sejam elas mais afastadas do centro urbano, em entroncamentos rodoviários ou até mesmo em áreas densamente habitadas, favorecendo assim a concentração de fluxos materiais e imateriais.

Compreensão que se aproxima da discussão promovida por Faria e Gomes (2018, p. 63) ao afirmarem que a presença de novos usos configuram e reconfiguram os “subespaços²⁵”, projetando diferentes centralidades em espaços e tempos também diferentes, visto que estes novos usos ao agruparem “maior densidade técnica” articulada com infraestruturas diversas, são capazes de propiciar o desenvolvimento de muitas atividades, inclusive do setor terciário, o que pode

25 De acordo com Santos (2004, p. 219) “são áreas funcionais, cuja a escala real depende dos processos”.

culminar na definição de centralidades.

Desta maneira, realizou-se um estudo quanto a densidade de pontos, com a finalidade de se reconhecer as áreas que apresentam uma maior concentração de empreendimentos, o que de certa forma, auxilia na identificação da(s) área(s) onde estão localizadas as centralidades ou as áreas que possuem forte tendência.

Como ferramenta de apoio para este tipo de análise utilizou-se o método estatístico de estimação de curvas de densidades, denominado Mapa de *Kernel*, gerado por meio do software de código aberto Quantum Gis. Trata-se de um procedimento técnico que realiza análises geográficas do comportamento de padrões, sendo que o mapa resultante aponta, de maneira espacializada, a intensidade de um determinado processo em todas as regiões do mapa.

Trazendo para o contexto do objeto de estudo, cada ponto identificado representa um empreendimento e o mapa gerado mostra a intensidade de ocorrência destes fixos em toda a área de estudo, onde numa escala de cores que variou entre o azul (menos concentrado) e o vermelho (mais concentrado) observou-se as áreas com maior acúmulo de fixos e que a princípio, de acordo com as abordagens apresentadas, tendem a indicar a presença de centralidades.

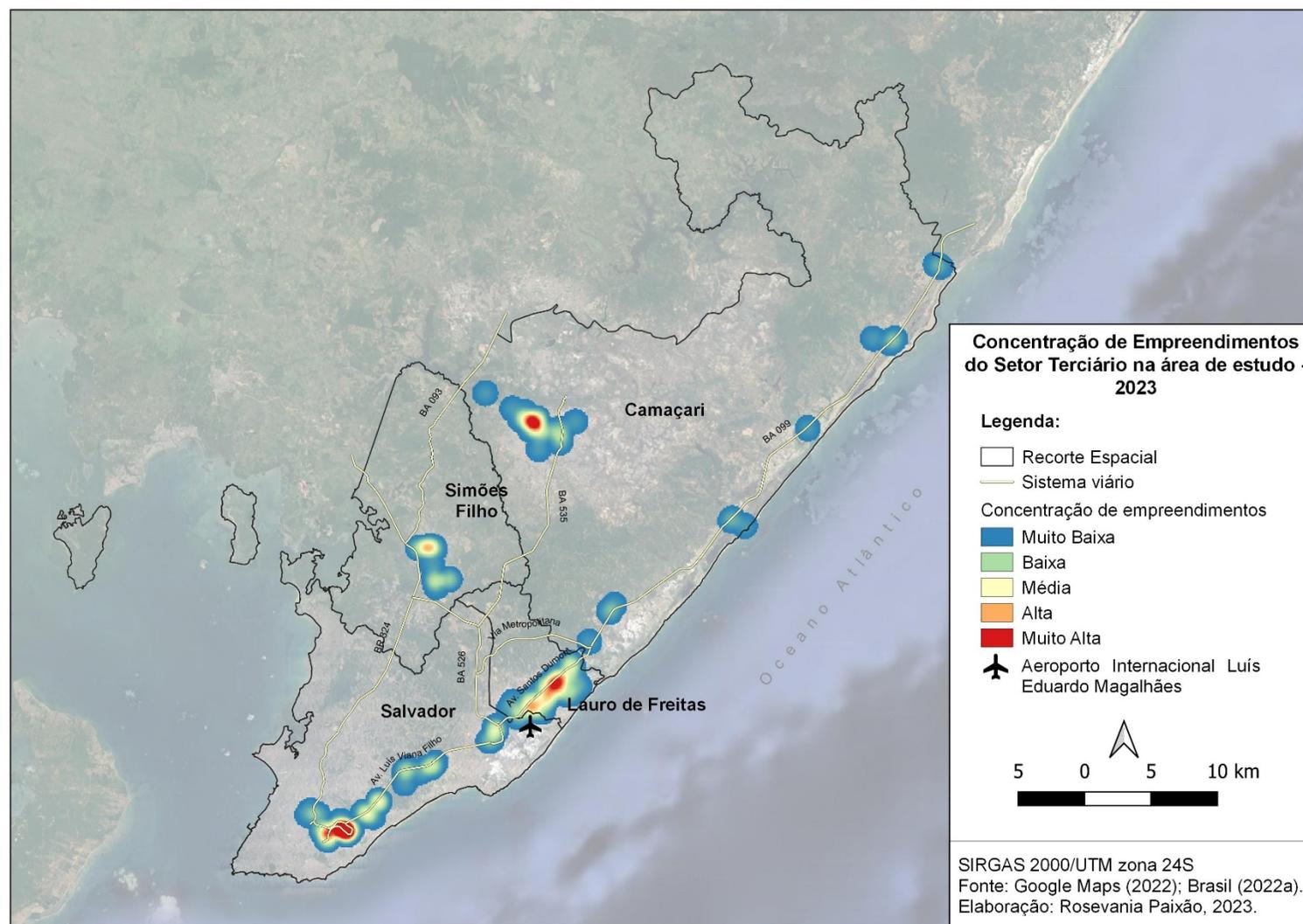
O entendimento é de que este grupamento de centros de consumo estimulam a convergência/divergência de fluxos, passando a polarizar as áreas nas quais estão implantados, atraindo outros serviços, consumidores, bens, informações e etc.

E, se tratando de importantes atividades terciárias desempenhadas em grandes e modernos empreendimentos que antes se concentravam exclusivamente nas metrópoles e grandes cidades, como aqueles mapeados nesta investigação, ao se deslocarem para outras cidades desempenham um importante papel na transformação espacial das mesmas, além de proporcionar às pessoas uma experiência de vida cotidiana equiparada à metropolitana.

Para melhor embasamento, também foram consultados os planos diretores dos respectivos municípios, considerados mecanismos legais para planejamento e orientação da ocupação e desenvolvimento urbano das cidades e que também podem pelo menos ajudar a apontar áreas que são consideradas estratégicas, como é o caso das centralidades.

O mapa 11 mostra os pontos de maior concentração dos empreendimentos da área de estudo e que conseqüentemente, baseando-se nas compreensões de estudiosos, podem também representar as centralidades.

Mapa 11 - Concentração de Empreendimentos do Setor Terciário na área de estudo

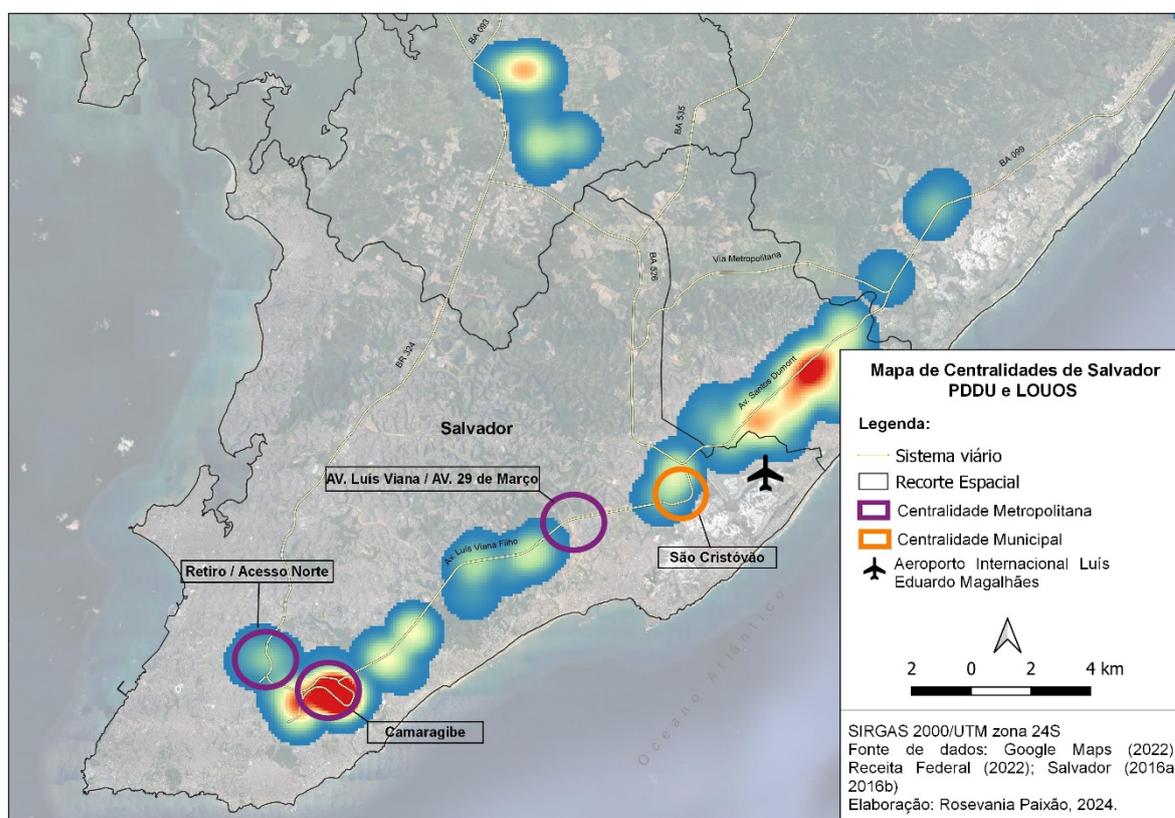


Fonte: Google Maps (2022); Brasil (2022a).

Em Salvador não restam dúvidas quanto ao alto nível de concentração de grandes empreendimentos, destacado no mapa, expressando a grande quantidade e diversidade de shoppings, super/hipermercados, atacarejos, centros empresariais, universidades/faculdades e obviamente diversas outras atividades que mesmo não compondo a investigação estão também ali localizadas, demonstrando o caráter centralizador do município, além da potência que o principal centro econômico e financeiro soteropolitano apresenta.

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador - PDDU (Salvador, 2016a) e a Lei do Ordenamento e da Ocupação do Solo – LOUOS (Salvador, 2016b), propõe a requalificação e/ou estímulo à criação de novas centralidades municipais e metropolitanas, que inclui trechos da área de estudo quando feita a sobreposição de mapas, conforme o mapa 12. Por meio destas leis, a administração municipal busca criar zonas com características multifuncionais, envolvendo usos comerciais com abrangência metropolitana e municipal e também residenciais.

Mapa 12 - Centralidades de Salvador – PDDU e LOUOS, 2016



Fonte: Google Maps (2022); Brasil (2022a).

Conforme o documento, estas zonas abrangem o centro metropolitano

Camaragibe (região do Iguatemi-Tancredo Neves) se estendendo pela Avenida Paralela até alcançar a região onde fica o aeroporto internacional de Salvador e pequena parte da via BA-526.

Na análise do mapa, fica evidente a força atrativa existente no centro Camaragibe que se consolidou como uma área de essência metropolitana e também de alcance regional, visto que possui uma considerável concentração diversificada de atividades ligadas aos “negócios, serviços financeiros, serviços pessoais, de apoio empresarial e por atividades de comércio”, que conforme PDDU de Salvador (2016, p. 87) atendem também ao público proveniente de outros municípios de fora da região metropolitana.

No caso da Av. Paralela, o objetivo de se implantar “usos comerciais e de prestação de serviços diversificados, inclusive o residencial” (Salvador, 2016, p. 89), se encontra em pleno desenvolvimento, uma vez que no mapa apresentado é indicado o movimento de dispersão de grupos de empreendimentos de grande porte, como shoppings, supermercados, centros empresariais e faculdades espalhados em alguns pontos da extensão da via, além disso existe a intenção de se desenvolver uma nova centralidade de caráter metropolitana que abrange esta avenida e a Av. 29 de Março, importante via que faz ligação à BR- 324.

Contudo, apesar de ser uma região que pode atrair uma importante quantidade de fluxos diários, não é possível se comparar com a situação do centro metropolitano Camaragibe, sendo mais adequado se referir às concentrações ali existentes como pequenas aglomerações, coincidindo com os resultados obtidos por meio da construção do mapa de Kernel, que reconhece um nível médio de concentração de empreendimentos de grande porte.

A outra área de média concentração apontada no mapa está localizada próximo dos limites administrativos de Salvador, nas imediações do aeroporto internacional Luís Eduardo Magalhães, região que no PDDU de Salvador (Salvador, 2016) corresponde a uma centralidade municipal denominada de São Cristóvão.

Justificada pela presença de vários empreendimentos que atuam em diversos segmentos do setor terciário como hotel, concessionárias, comércio de autopeças, assim como os shoppings, hipermercados, atacarejos e edifícios empresariais mapeados na pesquisa, não esquecendo também das áreas residenciais onde é possível encontrar localidades compostas por habitações autoconstruídas e/ou condomínios populares, além do fácil acesso para os residentes de municípios

vizinhos como Lauro de Freitas e Simões Filho.

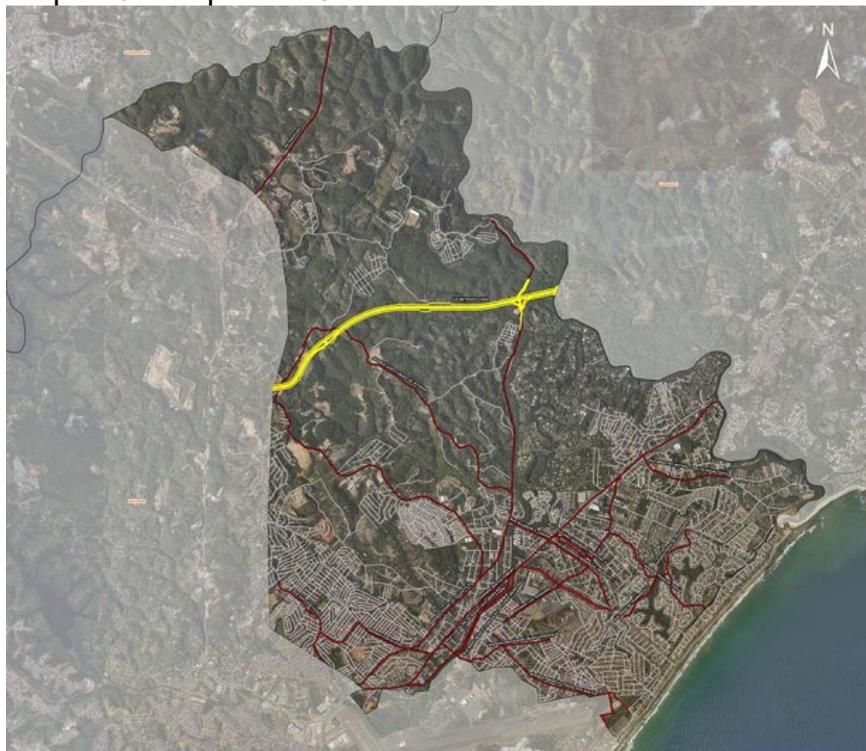
Saindo da metrópole soteropolitana, Lauro de Freitas é, dentre os municípios da área de estudo, aquele que mais chama a atenção no mapa quanto ao tamanho da área com um grau de concentração muito alto de empreendimentos, sobretudo na extensão ou nas imediações da Av. Santos Dumont (BA-099), o que, portanto, implica qualificar esta área como uma área que possui uma centralidade de ampla atratividade.

Sem pormenorizar, o que se observa na região é a existência de um denso corredor de atividades diversificadas, sobretudo na Av. Santos Dumont, mas que tende a se espalhar por outras vias.

A propósito, esta é a expressão adotada pela gestão municipal na revisão do Plano Diretor Municipal de Lauro de Freitas (Lauro de Freitas, 2018), se referindo a estes corredores viários como áreas predominantemente disponíveis aos usos não-residenciais, ou seja, voltados para a inserção de atividades no âmbito comercial e de prestação de serviços.

O mapa 13 apresenta todas as ruas e avenidas do município (em vermelho) que estão aptas a concentrar atividades desta natureza assim como disponibilizar infraestruturas e acessibilidade.

Mapa 13 - Mapa dos Corredores de atividades diversificadas



Fonte: Lauro de Freitas, 2018.

Embora exista o planejamento para a avenida em questão, que é focado no setor terciário, observa-se na prática mesmo havendo um elevado número de atividades ligadas ao comércio e serviços, como hospital, hotéis, concessionárias, lojas para venda de móveis e eletrodomésticos, de material de construção, restaurantes, oficinas automotivas dentre outras, há também uma estruturação habitacional sólida, composta por condomínios verticais e horizontais que marca forte presença, representada pelo grande fluxo diário de pessoas e veículos na avenida, provenientes tanto do próprio município quanto de municípios adjacentes como Salvador, Simões Filho e Camaçari.

No caso de Camaçari e Simões Filho a concentração de boa parte dos estabelecimentos de grande porte identificados está localizada na área que engloba os principais centros urbanos dos respectivos municípios.

Também reúnem outros empreendimentos de porte grande, médio e pequeno que desempenham atividades nas áreas de comércio e serviços, a exemplo dos centros de distribuição e equipamentos essenciais a exemplo dos mercados públicos, hospitais dentre outros, o que também estimula uma considerável quantidade de fluxos materiais e imateriais diversos nas áreas contidas nos respectivos centros urbanos.

Camaçari mesmo sendo formada por distritos, tem em sua sede a maior densidade de grandes empreendimentos e após checagem quanto as diretrizes definidas no PDDU do município (Camaçari, 2008), observa-se que esta concentração de fixos corresponde a uma área denominada pela legislação de Zona Central passível de incremento no número de construções além de maior diversificação de usos comerciais e de serviços.

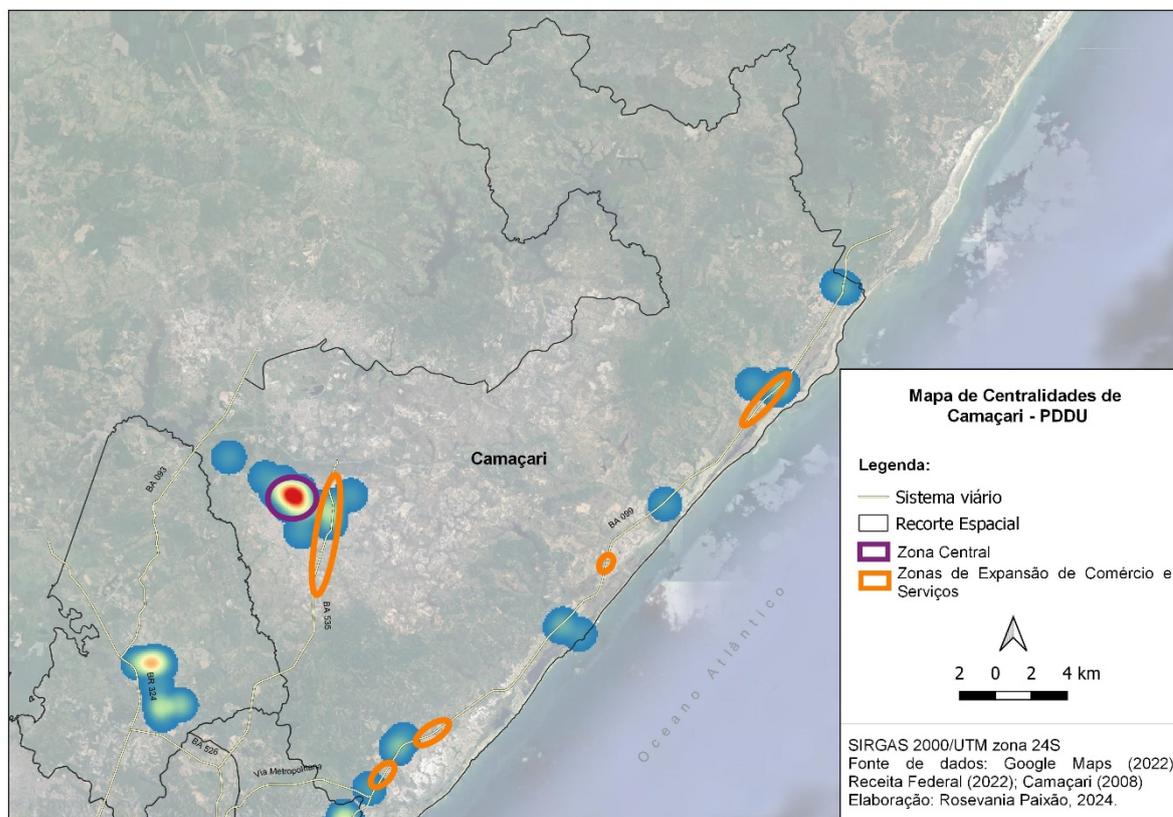
Notou-se também a existência de alguns pontos distribuídos nos distritos de Abrantes e Monte Gordo, porém de baixa concentração, o que pode indicar uma tendência futura para a formação de novos centros, principalmente nas áreas localizadas às margens da Estrada do Côco (BA-099).

Esta afirmação que só é possível de ser feita em vista da indicação, no plano diretor de Camaçari, que delimitou áreas chamadas de Zonas de Expansão de Comércio e Serviços em seus distritos próximas a esta rodovia e que coincidem com as áreas identificadas no mapa de concentração de empreendimentos da área de estudo, apresentado anteriormente.

Para melhor compreensão o mapa 14 apresenta a espacialização destas

zonas definidas pelo plano diretor municipal.

Mapa 14 - Centralidades de Camaçari - PDDU



Fonte: Google Maps (2022); Receita Federal (2022); Camaçari (2008).

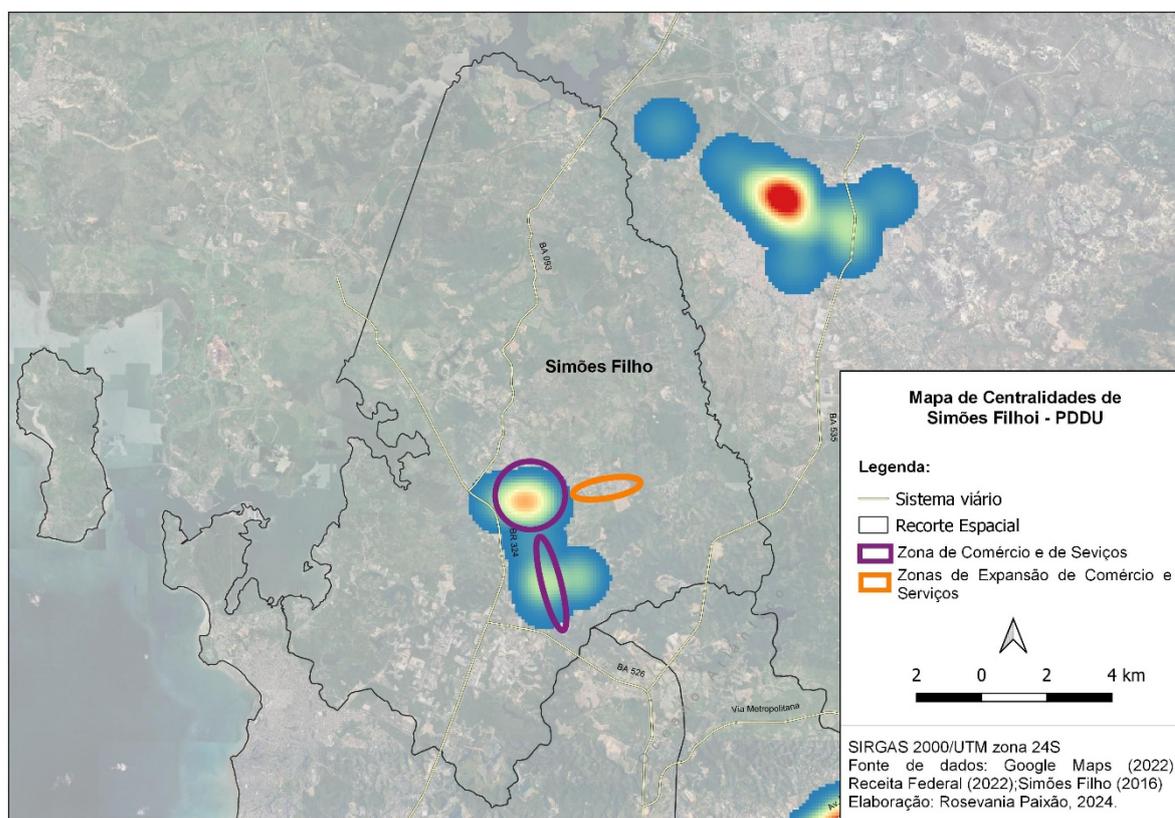
Não muito diferente do que ocorre em Simões Filho, visto que a área que indica a maior concentração de fixos localiza-se, conforme a lei do plano diretor (Simões Filho, 2016), no mesmo espaço onde se situa a chamada Zona de Comércio e de Serviços apontada pela legislação como uma área estratégica para consolidação da centralidade municipal assim como sua expansão. O mapa 15 demonstra espacialmente tais constatações.

Contudo, Simões Filho é o município que apresenta o menor nível de concentração de fixos, não apresentando uma expressiva quantidade e diversidade quando comparada ao conjunto de empreendimentos elencados nos outros municípios analisados.

Complementando esta subseção, de uma maneira geral, pode-se dizer que a visualização da densidade espacial dos grandes fixos, estimula a refletir que as áreas com níveis alto e muito alto de concentração de shoppings, super/hipermercados, atacarejos, centros empresariais e instituições de ensino,

estão estabelecidos em locais que podem sim serem considerados estratégicos, e, portanto, centralidades.

Mapa 15 - Centralidades de Simões Filho - PDDU



Fonte: Google Maps (2022); Receita Federal (2022); Simões Filho (2016).

São espaços que correspondem à localização dos principais centros urbanos, locais para onde se convergem os diversos fluxos sejam de pessoas, de informações, de mercadorias e também de capitais, além do que, são zonas de interesse do poder municipal, conforme os respectivos planos diretores.

Salvaguardando as respectivas particularidades, é também importante dizer que são áreas de forte relevância para os produtores do espaço, quando estes planejam a ampliação dos seus negócios, o que consequentemente contribui para a expansão do fenômeno de metropolização do espaço.

Para finalizar, é preciso lembrar que a centralidade discutida não pode existir sem a presença de um centro, ou seja, sem a configuração material representada pela concentração de empreendimentos, produto oriundo dos interesses de agentes sociais que foram moldados ao longo do tempo (Silva, 2015), e sem a existência dos fluxos induzidos pelos espaços de consumo que concentram atividades e serviços

diversos atraindo a circulação quotidiana de pessoas, bens, mercadorias, capitais e informações que nutrem o centro e conseqüentemente a centralidade.

Como foi explicado no início desta subseção, esta análise não buscou uma profunda caracterização de centralidades, porém garantiu uma importante contribuição na identificação das áreas onde a manifestação do fenômeno da metropolização do espaço estaria mais evidente por meio da densidade de empreendimentos, principalmente aqueles de maior porte e conseqüentemente de modernas atividades.

Completando esta primeira etapa do diagnóstico, na próxima subseção são apresentados alguns aspectos relacionados aos fluxos materiais e imateriais da área de estudo.

Estes que mesmo não sendo principal foco da pesquisa, merece serem observados, pelo menos quanto a presença e quantidade de fluxos, visto que estes possuem uma importante função no processo de desenvolvimento e dinâmica espacial, tornando-se um importante recurso de apoio para o avanço do fenômeno da metropolização do espaço.

5.3 Fluxos materiais e imateriais

Assim como o mapeamento dos empreendimentos foi considerado com um mecanismo para a compreensão de uma das possibilidades utilizadas pela sociedade urbana capitalista para difusão do contexto urbano-metropolitano na contemporaneidade, as discussões de Santos (1994; 2006 [1996]), Lencioni (2005; 2006; 2008; 2011; 2013), Ascher (2010) e Barros (2020) abrem caminho para se entender como a dialética relação entre fixos (representados pelos objetos geográficos que desenvolvem atividades do setor terciário) e fluxos, que integram o espaço urbano, se inserem no processo de metropolização do espaço.

A reflexão sobre fluxos que se desenvolvem no espaço urbano tem seu primeiro ponto direcionado aos denominados fixos condutores, elementos de grande importância na sustentação das demandas da vida urbana contemporânea, visto que possibilitam a circulação de pessoas, automóveis, bens e mercadorias e informações.

Priorizando neste momento os fluxos materiais, principalmente a circulação de pessoas, intentou-se identificar maneiras de observar como estes fixos participam

do movimento cotidiano na área de estudo, sobretudo nas áreas em que se percebeu uma maior concentração de empreendimentos.

Neste enquadramento, utilizou-se os resultados da Pesquisa de Origem e Destino (O/D) da RM de Salvador realizada em 2012 (Bahia, 2013) e dados referente ao carregamento (quantidade de usuários) de linhas de ônibus intermunicipais que transitam dos municípios de Lauro de Freitas, Simões Filho e Camaçari em direção a Salvador, disponibilizados pela AGERBA (2021).

Sobre a perspectiva da Pesquisa O/D da RM de Salvador (Bahia, 2013), mesmo se tratando de dados antigos, percebe-se que nas viagens/dia por transporte coletivo com destino à Salvador, independente do motivo, o deslocamento oriundo de Lauro de Freitas é o que apresenta maior ênfase com um total de 48.101 viagens, Camaçari vem em seguida com uma contagem de 23.234 viagens e finalizando com 22.429 viagens com origem em Simões Filho, conforme a tabela 3 abaixo:

Tabela 3 - Pesquisa de Origem e Destino (O/D) da RMS – 2012 (viagens/dia por transporte coletivo)

O \ D	Salvador	Lauro de Freitas	Camaçari	Simões Filho
Salvador	-	54.315	24.174	23.495
Lauro de Freitas	48.101	-	5.738	1.579
Camaçari	23.234	5.755	-	3.189
Simões Filho	22.429	1.546	3.139	-

Fonte: Bahia, 2013

No sentido inverso, os resultados mostram que na soma de viagens partindo de Salvador o que mais chama a atenção são os deslocamentos na direção de Lauro de Freitas contando com 54.315 viagens e para os municípios de Camaçari e Simões Filho respectivamente com 24.174 e 23.495 viagens.

Considerando também os dados de carregamento das 58 linhas de ônibus com destino à Salvador dos anos 2018, 2019 e 2020 disponibilizados pela AGERBA (2021), também fica claro o destaque para a quantidade de passageiros oriundos de Lauro de Freitas, que no somatório total corresponde à 70.599.789 passageiros, seguido por Camaçari com cerca de 21.394.850 usuários destas linhas e Simões Filho com um total de 19.993.714.

Importante enfatizar o decréscimo dos valores no ano de 2020, devido ao início da pandemia da COVID-19 e as medidas de isolamento adotadas pelos governantes, na tentativa de conter o contágio do vírus. Desta forma, os números do carregamento das linhas de ônibus intermunicipais dos municípios de Lauro de Freitas, Camaçari e Simões Filho com destino à Salvador sofreram uma queda de 23%, 18% e 26% respectivamente em relação aos outros anos de registro.

Para melhor compreensão apresenta-se a tabela 4, abaixo:

Tabela 4 - Carregamento de passageiros linhas de ônibus intermunicipais/ano com destino à Salvador (2018, 2019 e 2020)

Municípios	2018	2019	2020	TOTAL	%
Lauro de Freitas	28.511.411	25.630.285	16.458.093	70.599.789	63%
Camaçari	9.251.535	8.254.501	3.888.814	21.394.850	19%
Simões Filho	6.741.275	8.075.635	5.176.804	19.993.714	18%
TOTAL GERAL				111.988.353	100%

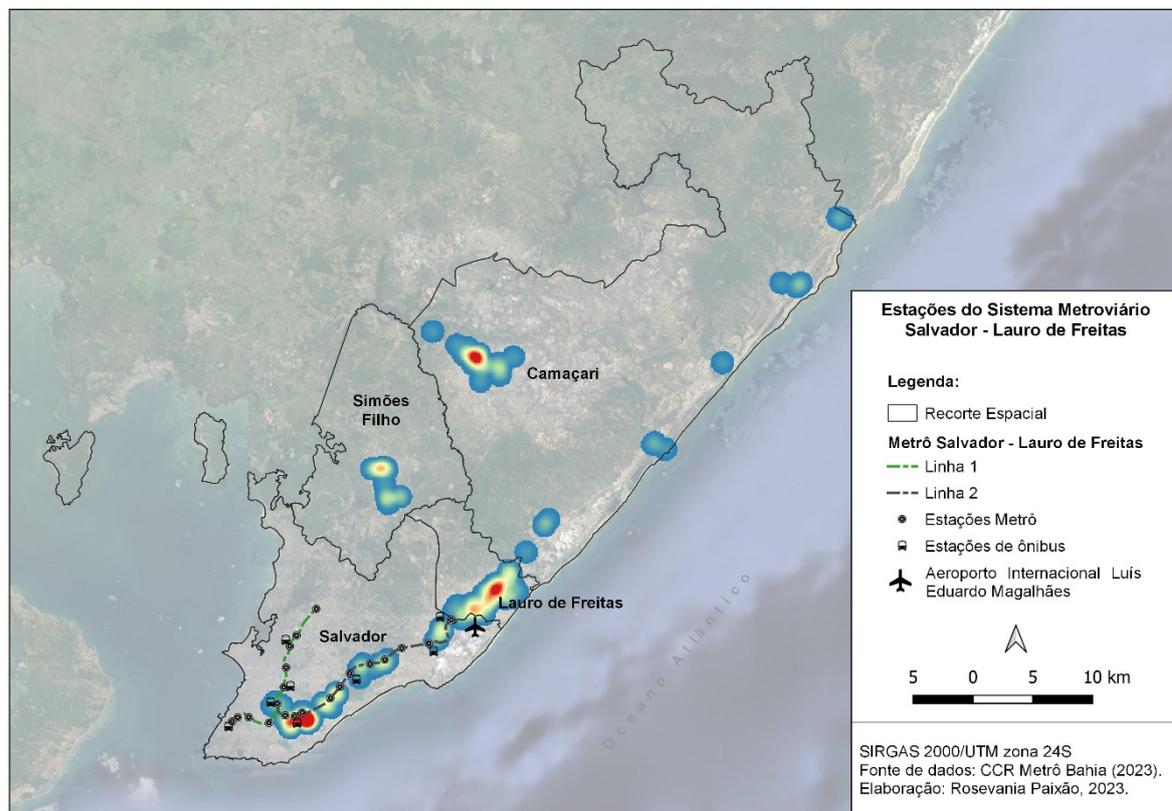
Fonte: AGERBA, 2021.

Apesar da sintética apresentação, os dados apontam para a predominância de atração que Salvador ainda exerce sobre os outros municípios da área de estudo, assim como para o alto fluxo cotidiano de pessoas entre a capital baiana e o município de Lauro de Freitas, representando neste universo um valor que corresponde à 63% do total de usuários.

Atualmente esse expressivo movimento de pessoas tem sido reforçado pela operação do Sistema Metroviário Salvador – Lauro de Freitas em 2014, que transformou e ampliou a cotidiana circulação entre os municípios, por se tratar de um sistema de transporte coletivo de alta capacidade, que circula em um tempo menor do que é necessário em deslocamentos por ônibus coletivo.

A propósito, esse sistema metroviário também considerado um fixo condutor, que completa 10 anos de operação neste ano, se estende por um total de 38 km, transportando diariamente cerca de 400 mil passageiros, sendo composto por duas linhas, onde se distribuem 22 estações. Algumas integradas à terminais de ônibus de Salvador e também às linhas metropolitanas, das quais 12 estão inseridas na área de mapeamento que corresponde à Salvador, conforme mapa 16:

Mapa 16 - Localização das estações do Sistema Metroviário Salvador – Lauro de Freitas



Fonte: CCR Metrô Bahia (2023).

O mapa aponta que muitas das estações de parada da Linha 2, representada pela cor preta, estão inseridas nas mesmas áreas onde a concentração dos empreendimentos mapeados é mais destacada, principalmente na região do principal centro financeiro de Salvador, contribuindo assim para o fluxo de pessoas que trabalham e/ou utilizam os diversos serviços e atividades disponíveis naquela área. Esta mesma linha tem seu ponto final próximo aos limites do município de Lauro de Freitas reforçando a sua interação com a metrópole baiana e de certa maneira contribuindo com a circulação de pessoas que residem em outros municípios.

Importante também se fazer referência no tocante aos fluxos imateriais, tema que vem ganhando evidência nas discussões sobre as transformações do espaço urbano contemporâneo e do próprio cotidiano da sociedade urbana.

Na compreensão de Castells (1999) este assunto representa uma quebra de paradigmas de alto impacto, que atingiu o espaço promovendo uma ampla interatividade entre os lugares e compondo um sistema técnico capaz de produzir

fluxos que transportam informação, estabelecem a comunicação, transmitem ideias dentre outras coisas.

Lencioni (2008; 2013) defende a importância em se observar os fluxos imateriais que se manifestam no espaço, sob a justificativa de que o curso dos processos espaciais ocorre sob duas perspectivas: a da lógica topográfica que corresponde à observação da densidade de edificações, de atividades urbanas dos lugares por exemplo, e a segunda a partir da lógica topológica para assimilação das densidades virtuais dos lugares.

A autora faz uma importante advertência quanto ao complexo desafio de se examinar estes fluxos imateriais, pela ausência de indicadores apropriadamente sistematizados para uma válida verificação desta densidade virtual. Todavia, mesmo diante dos reveses que o desprovimento de indicadores específicos sobre o assunto pode desencadear, decidiu-se esboçar pelo menos o reconhecimento da presença deste tipo de fluxo analisando o número de antenas de telecomunicações, a dimensão da área de cobertura da rede móvel das principais operadoras de celular existentes, assim como a densidade de acessos e a velocidade média contratada para o serviço de banda larga fixa nos municípios que compõe o recorte espacial.

Sobre a quantidade de antenas de telecomunicações foram utilizados os recursos disponíveis na Conexis Brasil Digital²⁶ (2023) que dispõe de um ambiente virtual onde é possível ter acesso a diversos dados e informações, dentre os quais destaca-se um mapa de distribuição e geolocalização das antenas instaladas no país, no estado ou ainda no município, o que possibilitaria a visualização das áreas de cobertura. Entretanto, a ferramenta ainda não apresenta recursos capazes de gerar mapas com boa resolução, de maneira que foi possível apenas realizar a quantificação destas antenas que abrangem na área de estudo.

Isto posto, identificou-se que a maior concentração de antenas está localizada na metrópole soteropolitana, somando um total de 1.116 unidades distribuída em toda a sua extensão, especificamente na região onde foram percebidos o maior número de importantes empreendimentos de grande porte do setor terciário, principalmente na área que corresponde ao principal centro econômico e financeiro entre as avenidas ACM e Tancredo Neves.

²⁶ Corresponde ao Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel, Celular e Pessoal, em substituição ao SindiTeleBrasil desde 2020. O grupo de empresas segue produzindo e divulgando dados e informações, por meio de estudos e debates, referentes ao setor de telecomunicações.

No perímetro que corresponde ao município de Camaçari existem 159 antenas implantadas, distribuídas entre a sede e seus distritos (Abrantes e Monte Gordo), sendo que boa parte destas antenas estão concentradas no centro urbano da sede do município coincide com a área de maior concentração dos empreendimentos mapeados. Ainda assim, nota-se uma distribuição de antenas na extensão da BA-099 que corta os dois distritos, com destaque para uma determinada área do distrito de Monte Gordo onde também se localiza uma pequena concentração de empreendimentos.

Lauro de Freitas aparece na terceira colocação apresentando um total de 78 antenas, dispostas de uma maneira mais equilibrada em toda sua extensão não existindo uma significativa concentração em um determinado ponto.

E por último o menor número dentre o conjunto de municípios analisados foi contabilizado Simões Filho, que apresenta um total de 58 antenas distribuídas. Estas antenas não se aglomeram na área correspondente ao centro urbano da cidade, que é onde também estão localizados os estabelecimentos considerados de grandes dimensões, todavia percebe-se um padrão linear na implantação das antenas cortando a parte urbanizada do município na direção Norte/Sul. Para melhor compreensão, apresenta-se a seguir a tabela 5:

Tabela 5 - Número de antenas de telecomunicações instaladas por município, 2023

Municípios	Quantidade de antenas (unid.)
Salvador	1.116
Camaçari	159
Lauro de Freitas	78
Simões Filho	58
TOTAL	1.411

Fonte: Conexis Brasil Digital (2023).

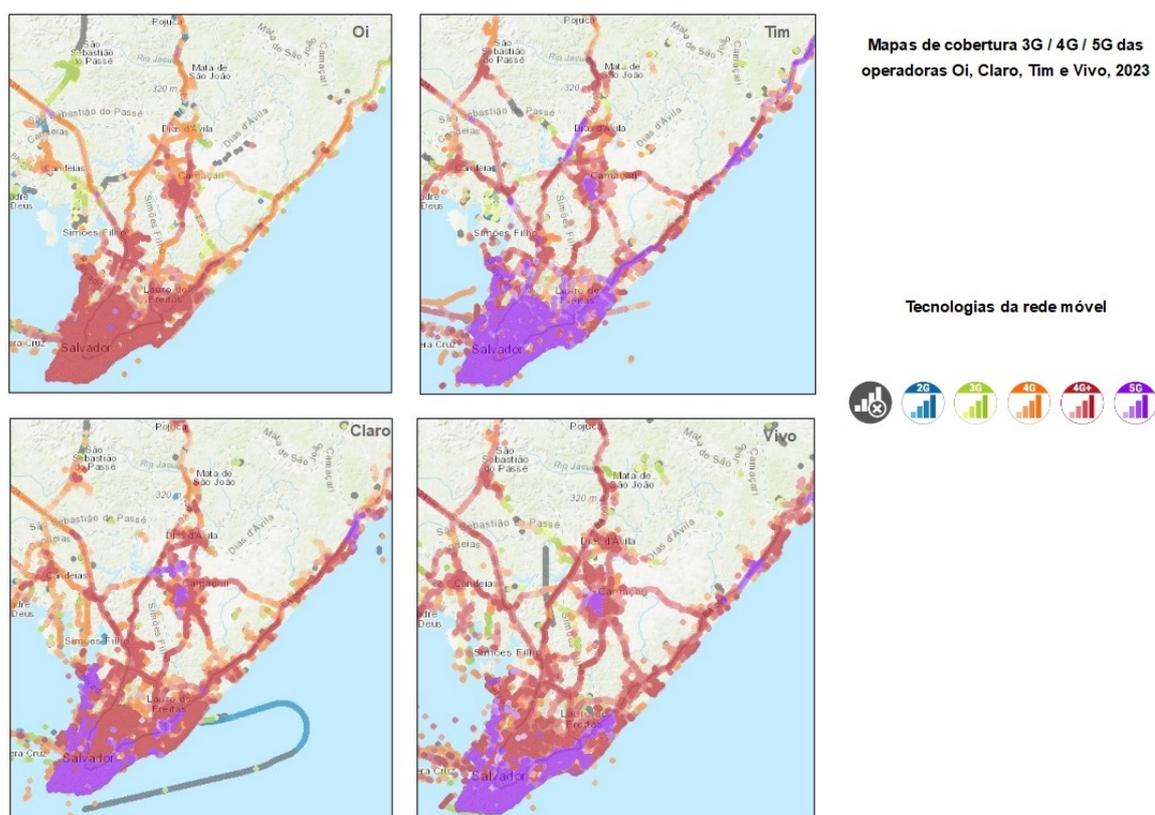
Mesmo se tratando de um tipo de fixo condutor, a quantidade de antenas de telecomunicações implantadas em cada município aponta a existência destes fluxos, e para melhor enfatizar a presença dos mesmos criou-se um grupo de mapas que exhibe espacialmente a área de cobertura da rede móvel das quatro principais operadoras de celular que trabalham no país com as tecnologias 2G, 3G, 4G e 5G.

Tratam-se de dados estatísticos de geolocalização (com precisão de no

máximo 50 metros de distância) e informações sobre a rede, que são coletados em condições reais a partir de usuários que utilizam um aplicativo denominado nPerf²⁷ criando a possibilidade de se visualizar a cobertura de rede móvel no mundo.

Apesar de não se tratar de dados considerados oficiais e que trazem baixo nível de detalhes, o produto gerado pelo aplicativo pode sim ajudar a identificar, por exemplo, a cobertura de sinal da rede móvel nos municípios da área de estudo, as áreas com baixa ou nenhuma cobertura e ainda qual ou quais tipos tecnologia(s) são disponibilizadas. Assim o mapa 17 apresenta o que se pode denominar como a mancha de cobertura das redes móveis das quatro principais operadoras que atuam no recorte espacial.

Mapa 17 - Cobertura 3G / 4G / 5G das operadoras Oi, Claro, Tim e Vivo, 2023



Fonte: Nperf (2023).

Salvador detém uma homogênea cobertura de redes móveis 4G, 4G+ e/ou 5G

²⁷ Conforme apresentação no site o nPerf é um aplicativo desenvolvido em Lyon, na França, por uma equipe de experts em telecomunicações que tem por objetivo fazer medições à nível mundial quanto a qualidade da conexão de internet além de coletar informações anualmente sobre a cobertura de rede móvel.

de todas as operadoras, sendo que a tecnologia 5G teve sua operação iniciada desde setembro de 2022 nas capitais brasileiras. A consistente presença deste tipo de serviço na metrópole baiana revela a potência polarizadora da mesma canalizando e também distribuindo fluxos de capital, de comandos e de informações atingindo além do seu entorno regional, com a escala nacional e também mundial.

Lauro de Freitas também apresenta uma larga cobertura prevalecendo as tecnologias 4G e 4G+ em praticamente toda a sua extensão. Mesmo não sendo disponibilizada por todas as operadoras a tecnologia 5G está em operação no município prevalecendo na sua principal avenida, a Santos Dumont.

Camaçari e Simões Filho dispõem de uma cobertura pouco homogênea das tecnologias 4G, 4G+, sendo que as áreas de maior concentração da rede móvel coincidem com a região onde se situam os respectivos centros urbanos principais, enquanto que a tecnologia 5G tem maior concentração apenas no município de Camaçari e rarefeita em Simões Filho.

Lembrando que muitas destas áreas localizadas nestes dois municípios que aparecem sem qualquer tipo de presença de tecnologia da rede móvel correspondem a áreas de proteção ambiental ou que até o momento não foram atingidas pelo processo de urbanização, o que pode se modificar no decorrer dos anos bastando apenas que os interesses hegemônicos dos produtores do espaço se voltem para estas áreas em questão.

Também foi pensada a possibilidade de observar-se o volume de tráfego imaterial que se processa no recorte analítico, considerando os dados da ANATEL (2023), agência reguladora que em seu ambiente virtual oferece um conjunto de painéis, gráficos, mapas e indicadores compostos por dados que podem ser exportados e que estão organizados por diversos temas do setor de telecomunicações à nível nacional, estadual e municipal.

Nestas condições, decidiu-se observar os dados relativos à evolução no tempo da densidade de acessos a banda larga fixa e da velocidade média contratada para o serviço de banda larga fixa, que de acordo com a instituição está relacionado a conexões com a internet, ou seja, para comunicação com a rede mundial de computadores, promovendo assim a absorção e propagação de ideias, ordens, mensagens e informações ligadas a variados assuntos como economia, cultura e comportamento dentre outros.

Trazendo para o tema da metropolização do espaço, este tipo de dado

fornece a clara evidência de como os municípios da área de estudo estão servidos de infraestrutura adequada para o desempenho de atividades virtuais, muitas das quais fazem parte da nova vida cotidiana, estimuladas pelas transições urbanas contemporâneas.

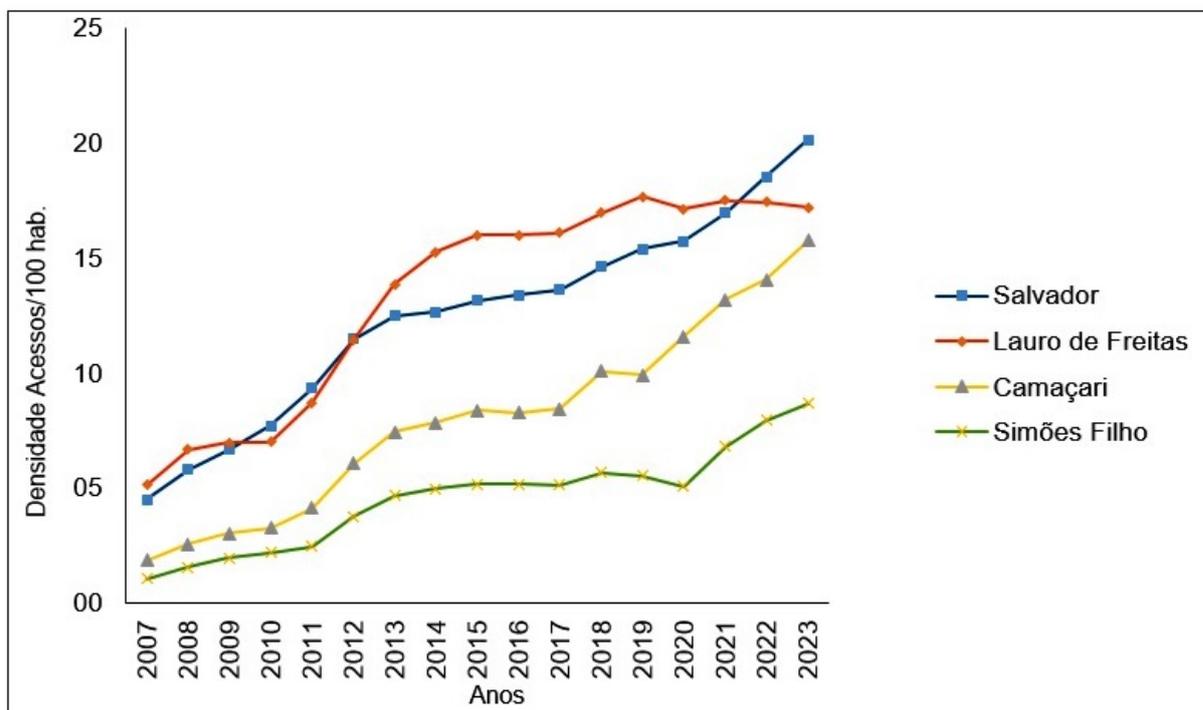
No caso específico dos empreendimentos mapeados nesta investigação, torna-se importante destacar a considerável ampliação dos serviços por meio virtual, que no decorrer dos anos tem contribuído para reforçar a ampliação de atividades, alcançando diversos lugares ao mesmo tempo por meio dos fluxos imateriais. Trata-se de canais de atendimento, assistentes, aplicativos, serviços via site eletrônico de compras, educação, audiências, constituição de documentos etc., que ajudam a tornar estes estabelecimentos mais modernos e mais adaptados às demandas urbanas da atualidade.

Sobre os dados referentes a densidade de acessos a banda larga fixa por 100 habitantes disponibilizados pela ANATEL (2023) entre os anos de 2007 e 2023²⁸, após o cálculo médio para cada ano notou-se que em 2007 Lauro de Freitas possuía uma densidade de acessos maior (5,1) que o verificado em Salvador apresentando uma densidade de 4,5 por grupo de 100 hab., enquanto que Camaçari e Simões Filho expressaram baixos valores neste mesmo ano, apresentando densidades de 1,9 e 1,1 respectivamente.

No decurso dos anos, percebe-se um progressivo incremento das densidades de acessos, situação notada em todos os municípios, no entanto nos últimos dois anos o destaque volta à capital baiana ultrapassando Lauro de Freitas ao atingir uma densidade de 20,2 enquanto que o município vizinho chega aos 17,2. Ao mesmo tempo que Camaçari e Simões também seguem ampliando suas respectivas densidades, ainda que mais baixa em comparação aos outros dois municípios, atingindo as marcas de 15,8 e 8,7 até novembro de 2023. Para melhor ilustrar tais constatações apresentamos o gráfico 1, a seguir.

²⁸ Até novembro de 2023.

Gráfico 1 - Gráfico de densidade de acessos banda larga fixa por município (acessos/100 hab.) - 2007 a nov. 2023



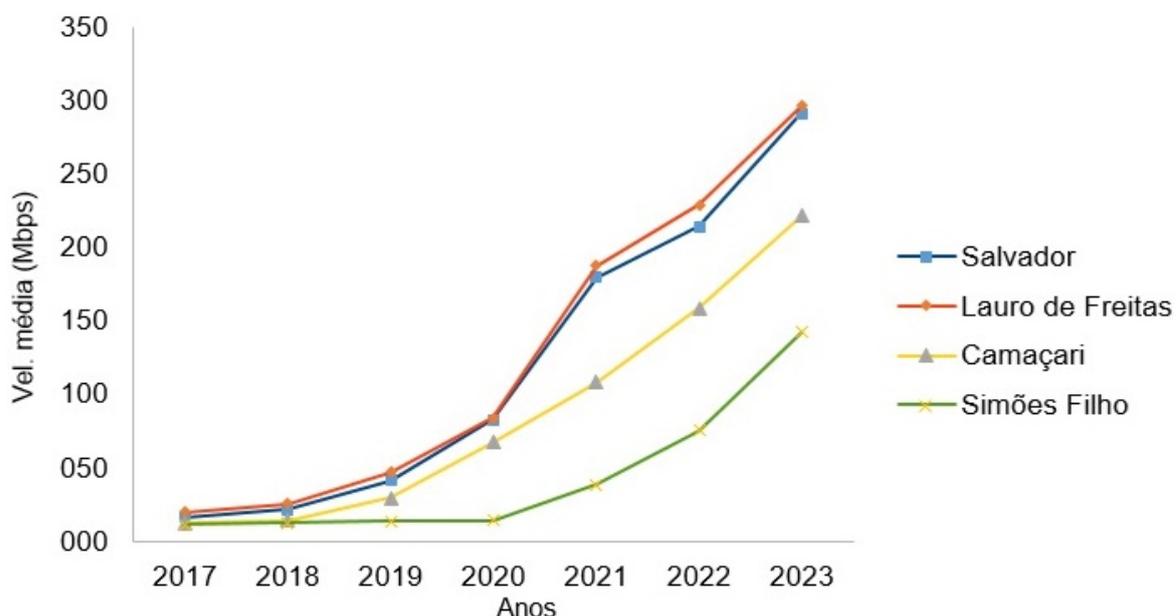
Fonte: ANATEL (2023).

Quanto aos valores referentes a velocidade média utilizada nos acessos a internet, encontrou-se dados que datam desde 2017 até o mês de novembro de 2023, e após a identificação da média anual de velocidade observa-se a prevalência de constante incremento de velocidade média na metrópole saindo dos 16,50 Mbps de 2017 e alcançando 2023 uma velocidade média em torno de 290.73 Mbps.

Os demais municípios apresentam contínuo e progressivo aumento no decorrer dos anos, ainda assim Lauro de Freitas ganha maior ênfase ao alcançar velocidades maiores do que a própria metrópole no mesmo intervalo de tempo, obtendo, por exemplo, uma velocidade média de 296,20 Mbps no ano de 2023.

Camaçari e Simões Filho também seguem em crescimento, mas em um ritmo mais lento, sendo que apenas o primeiro município apresenta uma velocidade média acima dos 200 Mbps, restando à Simões Filho um valor de 142,22 Mbps de velocidade. O gráfico 2, a seguir, ilustra estas constatações para melhor compreensão.

Gráfico 2 - Velocidade média de acessos a banda larga fixa por município - 2017 a nov.2023



Fonte: ANATEL (2023).

Um outro ponto que chamou a atenção ao observar estes dados diz respeito aos números gerais da área de estudo quando a velocidade média que em 2017 marcava 16,43 Mbps em seis anos alcançou uma velocidade de quase 300,00 Mbps, registrada até o mês de novembro de 2023. Trata-se de um valor aproximadamente 17 vezes maior do que o de 2017 o que ressalta o vertiginoso crescimento da demanda por tecnologias de alta capacidade para o desempenho dos fluxos imateriais com maior agilidade e fluidez.

Conforme pontuado, a deficiência quanto à disponibilidade de dados relacionados aos diversos fluxos imateriais dificulta o desenvolvimento de profundas análises sobre a atuação dos mesmos no espaço urbano metamorfoseado, mas concentrando esforços foi possível pelo menos demonstrar a existência de tais trânsitos imateriais.

Na verdade, mesmo com a chegada da pandemia iniciada em 2020 provocada pelo vírus da COVID-19, o incremento no uso de tecnologias para comunicação, processamento e circulação de informações e de capital no mundo já era uma realidade com fortes tendências de ávida transformação, a fim de acompanhar as crescentes demandas de uma sociedade que vê na inovação tecnológica um importante mecanismo de expansão de serviços, ordens, conhecimento, desempenho de tarefas como trabalho, estudo, reuniões, compras,

comunicação além da disseminação de características urbano-metropolitanas para lugares diversos.

A chegada das tecnologias faz parte do importante período de transição da sociedade a nível mundial, momento em que estas também se tornam indutoras de transformações físicas, sociais e também econômicas nas cidades e na vida cotidiana das pessoas. Até mesmo na observação quanto ao processo de (re)organização espacial e funcional, fruto da sequência de disseminação da nova urbanização e suas atividades, o conhecimento tecnológico se torna uma importante ferramenta de análise sobre a evolução física das cidades.

Dessa forma a próxima seção, concebido a partir do uso de tecnologias de análise geográfica, procurou demonstrar a dinâmica histórica de ocupação da área de estudo a partir dos anos 70, assim como também apresenta um mapa cronológico com o propósito de se identificar período(s) de maior ou menor intensidade de implantações dos empreendimentos identificados na investigação.

E sendo as atividades terciárias uma importante representante da (re)produção do espaço e da sociedade sob o comando do capitalismo, dedicou-se também um momento para se identificar quem são os agentes que atualmente se destacam como verdadeiros protagonistas da transformação espacial das cidades.

6 UM OLHAR TEMPORAL QUANTO AO FENÔMENO METROPOLITANO

Esta dimensão temporal, seguindo o pensamento de Santos (1985) é peça útil para compreensão da presente época, por meio de reflexões quanto a processos anteriores desenvolvidos em épocas passadas e que foram substituídos de maneira parcial ou integral, determinando assim que os elementos do espaço – homens, empresas, instituições, o meio ecológico e as infraestruturas – se transformem, se modernizem, passem a coexistir com outros conjuntos de elementos mais antigos ou ainda desapareçam dando lugar a um grupo de elementos mais contemporâneos, oriundos de um novo modo de produção que se torna predominante.

Neste raciocínio, pode-se dizer então que a cada diferente momento na história da humanidade, o espaço também se modifica e se alinha às ações e necessidades da sociedade da época, o que torna a percepção do espaço algo inseparável da dimensão temporal na visão de Santos (2006 [1996]).

De maneira resumida o autor divide em três grandes etapas a relação entre o homem e o espaço, onde gradativamente o meio natural se torna um meio cada vez mais artificializado e técnico.

No primeiro momento o homem em escala local se utiliza do denominado meio natural sem produzir profundas transformações, conservando uma espécie de harmonia socioespacial; na etapa seguinte, que constitui o meio técnico, o espaço vai se tornando cada vez mais mecanizado e combinando componentes considerados naturais com objetos artificiais o homem adquire a capacidade de vencer distâncias; e, o terceiro período, classificado como meio técnico-científico-informacional que se inicia a partir da Segunda Guerra Mundial e se estende até os dias atuais tem sua base alinha à utilização combinada da técnica, da ciência e da informação, alcançando simultaneamente todos os espaços (Santos, 2006 [1996]).

Estes “sistemas de modernização” (Santos, 1985) construídos ao longo do tempo, responsáveis pela transformação dos elementos que compõe o espaço, adquirem tamanha potência para a instituição e difusão de suas lógicas a partir desta terceira etapa, partindo desde a escala global até atingir a escala local. No entanto, independente da presença ou não de tal pujança, o autor salienta que o ponto de partida mais adequado para a compreensão de fenômenos que ocorrem na escala local, por exemplo, está nos eventos de caráter mundial, sendo eles do

passado ou da atualidade, uma vez que as transformações socioespaciais que ocorrem no sistema local mesmo que dotados de certa independência são, a princípio, gestados à distância.

Importante também mencionar que estas transições não alcançam de maneira igualitária todos os espaços, pois conforme Santos (1985) mesmo que todo o conjunto de elementos que compõe o espaço se adapte consoante o desenrolar dos eventos históricos, é fundamental atentar-se às influências de cada lugar, onde estes elementos integrantes do espaço passam a adquirir características específicas, provenientes de estruturas técnicas, de capital e trabalho próprias do lugar em que se estabelecem, embora subordinados à impulsões de sistemas de maior proporção e que atingem o mundo inteiro.

Significa dizer que as transformações na sociedade e conseqüentemente nas cidades não se processam de forma igualitária em todo o globo, justamente pelas particularidades existentes em cada continente, em cada país, podendo também serem percebidas em outras escalas de análise, como foi o caso da industrialização que se desenvolveu de diferentes maneiras no país e no mundo por conta das características e bagagens históricas específicas de cada lugar.

Contrastes que continuam sendo percebidos nos dias atuais, a exemplo dos diferentes enfoques quanto à expressão das metamorfoses urbanas em curso, devido a características que envolvem em alguns casos a vocação histórica socioeconômica ou o ritmo de modernização técnica e social de cada cidade ou conjunto de cidades.

Interpretando o assunto perante o objeto de investigação desta pesquisa, o interesse recai sobre os eventos ligados a (re)organização do espaço na área de estudo, determinada pelo fenômeno da metropolização do espaço, que se insere na terceira etapa do sistema temporal apresentada por Santos. Momento dedicado à produção de novos processos, de novas formas e técnicas cada mais sofisticadas, da dissociação geográfica de atividades, da rápida e alta difusão da informação, tudo forjado sob uma lógica global e, acima de tudo, para atender aos interesses políticos e econômicos de atores hegemônicos.

Pois, entende-se que este recurso da análise temporal tende a acrescentar importantes detalhes quanto à compreensão sobre a contemporânea transformação urbana de Salvador, metrópole concentradora de atividades terciárias e geradora de fluxos materiais e imateriais e que atualmente, seguindo a lógica do modelo

econômico capitalista mundial expande algumas de suas características espaciais e econômicas para outros lugares.

Deste modo, a ideia foi de acompanhar a dinâmica de expansão da área construída do recorte espacial por meio de uma base de dados criada a partir do projeto colaborativo denominado *Global Human Settlement Layer* – GHSL.

Este projeto disponibiliza gratuitamente informações sobre a presença humana no planeta a partir de imagens de satélite, censos demográficos e também dados geográficos fornecidos de maneira voluntária (EUROPEAN COMMISSION; JOINT RESEARCH CENTRE 2023). Composto por uma diversidade de conjuntos de dados que tratam de diferentes temáticas como por exemplo: análise multitemporal quanto a distribuição de superfícies construídas residenciais e não-residenciais, altura e volume de construções; localização e características de assentamentos humanos, distribuição da população, grau de urbanização e análises sobre centros urbanos.

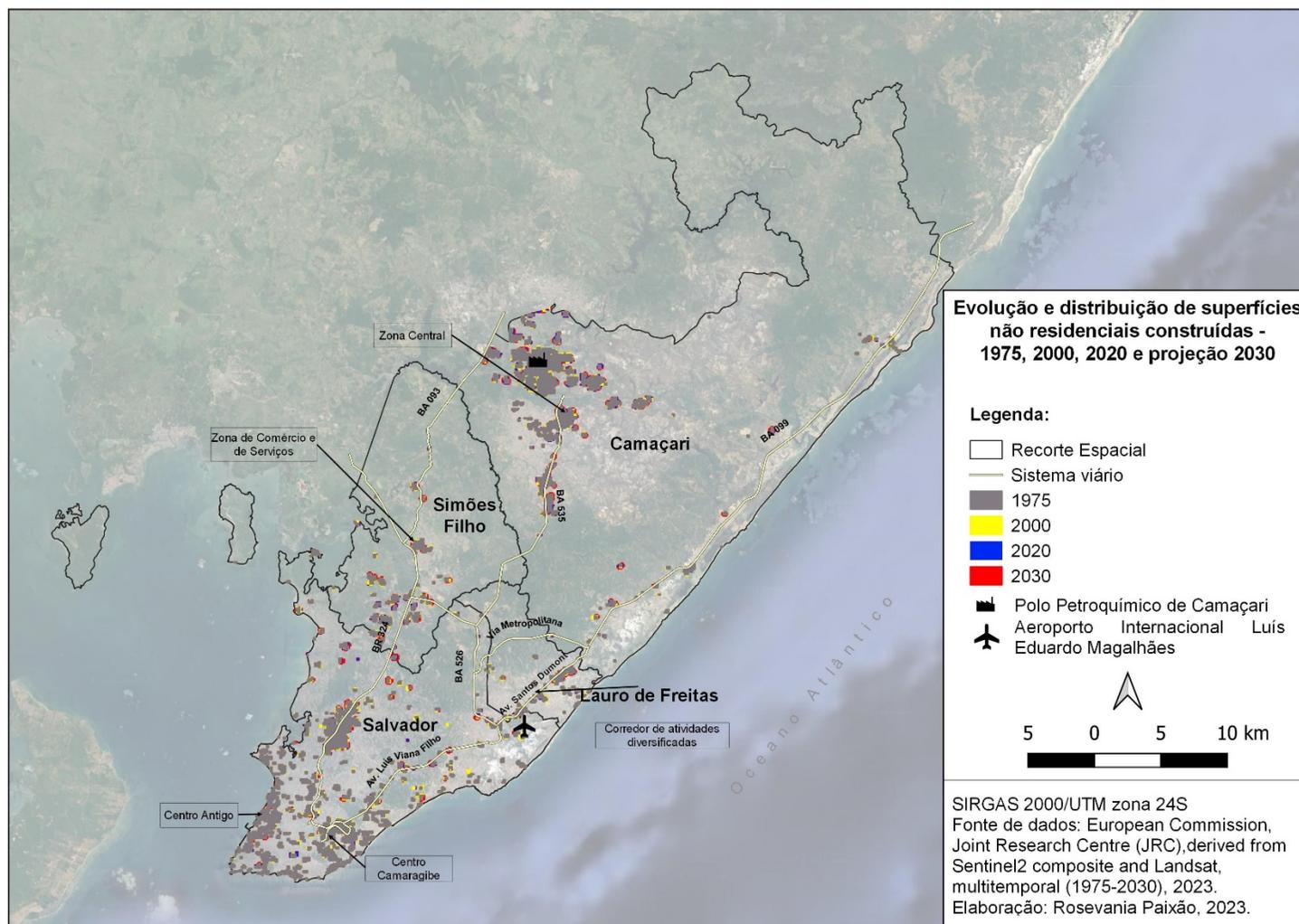
Mesmo diante de tantas possibilidades de análises, priorizou-se as informações geográficas sobre a distribuição de superfícies não-residenciais construídas entre os anos de 1975, 2000, 2020 e projeção para 2030 na área de estudo. Sendo que essa superfície construída corresponde à superfície bruta, incluindo a espessura, delimitadas pelo contorno da parede da construção e que não são destinadas para a moradia, podendo inclusive apresentar outros usos não conflitantes (Pesaresi; Politis, 2023).

Após tratamento e conversão das imagens de satélite em arquivos no formato *shape file* por meio do software Quantum Gis, o resultado foi a produção de um mapa qualitativo representando a percepção de linha temporal das construções não-residenciais (NRES) instaladas na área de estudo, não sendo viável para este momento, por exemplo, a identificação dos pontos exatos de implantação dos empreendimentos mapeados na presente pesquisa.

Vale lembrar que é possível que muitas destas construções existissem desde o primeiro mapeamento, em 1975, desempenhando um determinado uso (atividade), porém, diante dos processos de modernização sofridos no decorrer do tempo, em atendimento às demandas políticas e econômicas de cada época, experimentaram redefinições na sua forma e/ou atividade produzindo assim novos conteúdos no espaço.

O mapa 18 demonstra a evolução temporal destas construções.

Mapa 18 - Evolução e distribuição de superfícies NRES construídas entre os anos de 1975, 2000, 2020 e projeção 2030



Fonte: JRC (2023)

No ano de 1975, primeiro referencial de superfície NRES construída, representado no mapa pela cor cinza, percebe-se a presença de muitas construções em toda a área de estudo, contudo, em comparação com os demais municípios, Salvador apresenta, mesmo que de maneira pulverizada, a maior quantidade de superfícies construídas desta natureza.

Nesta época a capital baiana possuía uma significativa quantidade de construções NRES sobretudo na região que corresponde atualmente ao principal centro financeiro soteropolitano na Av. Tancredo Neves e adjacências, e mesmo não fazendo parte da zona mapeada, vale a pena destacar a presença de construções desta natureza na região do Centro Antigo da cidade, localizado na Cidade Baixa mais precisamente no bairro do Comércio, e também em um significativo trecho da BR-324, principal rota de saída do município.

As regiões correspondentes à extensão da Avenida Paralela e imediações do aeroporto também apresentavam construções de uso NRES em 1975, porém distribuídas de forma muito dispersa em comparação as outras áreas do município.

Camaçari neste mesmo período dispunha de uma significativa área com considerável concentração de superfícies construídas NRES, situadas principalmente no espaço onde se localiza o Polo Petroquímico e na extensão da BA-535, também conhecida como Via Parafuso. Nos distritos pertencentes ao município (Abrantes e Monte Gordo) a presença de tais edificações é pontual e sem muita expressividade, até por que esta parte do município explora o potencial turístico evidenciado pelas belas praias e as inúmeras construções residenciais de veraneio, os médios e grandes condomínios fechados, além de hotéis e resorts de alto padrão.

As construções NRES em Lauro de Freitas se distribuem ao longo da principal via do município, a Av. Santos Dumont. São basicamente três pontos, com destaque para o trecho localizado nas imediações de Salvador, quase se unindo às construções do município vizinho e outro maior ponto de concentração situado na parte final da via, nas proximidades de Camaçari. Enquanto que em Simões Filho a distribuição das construções NRES compreende uma importante área do centro urbano e alguns pontos nas imediações da BA-526, também denominada como rodovia CIA-Aeroporto e pequenos trechos da BR-324 que corta o município.

Em 2000, representado no mapa pela cor amarela, as imagens demonstram que a presença de novas construções NRES ainda podem ser visualizadas em

todos os municípios, sendo boa parte vinculada às edificações existentes desde 1975 destacadas no parágrafo anterior. Situação semelhante é percebida nas imagens registradas em 2020, simbolizada pela cor azul, com construções também agregadas àquelas mais antigas, porém em menor quantidade.

Quando comparado aos demais municípios, observa-se uma importante redução na quantidade de novas edificações desta categoria em Salvador, sendo estas poucas construções distribuídas entre a Av. Luís Viana Filho (Av. Paralela), imediações do aeroporto internacional e o trecho da BR-324. Nota-se também que praticamente não há nenhuma nova construção NRES na região do principal centro econômico e financeiro do município (Av. Tancredo Neves e adjacências).

Os outros municípios, mesmo que menor quantidade, apresentam novas construções NRES em 2020, principalmente em Camaçari na região do Polo Petroquímico e seu centro urbano. Também foram constatadas a existência de algumas novas edificações na extensão da Av. Santos Dumont em Lauro de Freitas e em trechos da BA-526 (CIA-Aeroporto) e pontos da BR-324 que corta o município de Simões Filho.

As projeções para 2030, representadas pela cor vermelha no mapa, revelam a tendência de continuidade quanto à implantação de superfícies NRES na área de estudo, prosseguindo com o padrão dos anos anteriores, em que as construções parecem estar, de alguma maneira, conectadas a outras edificações de classificação semelhante, podendo ser interpretado como novas construções ao redor daquelas mais antigas ou ainda a ampliação de tais superfícies.

Por se tratar de uma situação futura, não é possível afirmar que todos estes fixos serão realmente implantados e seguirão exatamente atuando no mesmo tipo de uso, o que não afasta a possibilidade de em um outro momento e sob diferentes condições, os mesmos possam vir a ser construídos ou ainda aqueles existentes passem por grandes modificações.

De uma maneira geral, julga-se importante destacar a localização de muitas destas construções NRES às margens de importantes vias locais como a Av. Luís Viana Filho (Av. Paralela) em Salvador e Av. Santos Dumont no município de Lauro de Freitas, e também regionais como é o caso BR-324 e as rodovias estaduais que cortam alguns municípios da área investigada, o que de acordo com Villaça (2001) contribui, dentre vários outros elementos integrantes, para a organização interna das cidades e conseqüentemente para a expansão urbana ao permitir a circulação dos

fluxos materiais.

E a segunda refere-se a correspondência entre os pontos de localização das superfícies NRES construídas quando comparados aos espaços classificados pelos respectivos planos diretores como centralidades, reforçando o caráter estratégico destas áreas, são elas: o Centro Antigo e Centro Camaragibe em Salvador; o Corredor de Atividades Diversificadas na Av. Santos Dumont em Lauro de Freitas; a Zona Central em Camaçari; e a Zona de Comércio e de Serviços em Simões Filho, conforme exposto no mapa 18.

Isso não exclui a presença de residências em torno dos fixos mapeados, uma vez que alguns dos empreendimentos realizam suas atividades do setor terciário em espaços de uso misto, onde também são permitidas áreas destinadas à residência combinada ao uso comercial, por exemplo, como é o caso dos complexos imobiliários multiuso que se tornaram uma tendência em grandes cidades, como São Paulo e Rio de Janeiro a partir dos anos 2000, se expandindo com o passar do tempo para outras cidades brasileiras.

Sendo então, o tempo, componente fundamental para a compreensão das transições no espaço urbano, decidiu-se observar a cronologia de implantação dos empreendimentos mapeados, levando em consideração os dados encontrados no site da Receita Federal do Brasil, nos sites oficiais dos empreendimentos e notícias de jornais divulgadas em meio eletrônico sobre datas de inauguração dos mesmos.

De modo geral, as construções dos Centros Empresariais localizadas em Salvador são apontadas como as mais antigas de toda a área de estudo, implantadas entre os anos de 1984 e 1999. Sendo no total de 64 edifícios identificados na investigação, verificou-se que 20 deles foram construídos entre os anos de 1984 e 1999 todos situados em Salvador.

Enquanto que nos primeiros 20 anos de 2000 constatou-se um total de 43 empreendimentos instalados, dos quais dois estão em Camaçari, doze estão em Lauro de Freitas e trinta em Salvador

Sobre os 8 grandes Shoppings mapeados, apenas um que está localizado em Salvador foi construído antes dos anos 2000, mais precisamente o Shopping Iguatemi inaugurado em 1975, e que sofreu alterações em sua estrutura com a finalidade de acompanhar modernizações que este tipo de empreendimento sofreu ao longo dos tempos.

Os demais fixos que atuam nesta modalidade de atividade terciária são todos

datados entre os anos de 2007 a 2020, sendo que quatro estão presentes na capital soteropolitana, 2 em Camaçari e 1 em Lauro de Freitas que por sinal é o mais recente, inaugurado em 2020, contando com uma ampla e moderna estrutura representada pelo *slogan* do empreendimento afirmar que se trata de “um shopping de um novo tempo”.

Quanto aos Shoppings de médio e pequeno porte que foram considerados por acompanharem o ritmo de modernidade dos grandes shoppings, listamos um total de 28 empreendimentos, dos quais 9 (nove) foram implantados entre 1984 a 1999, distribuídos entre Salvador (4), Lauro de Freitas (4) e Simões Filho (1).

Entre os anos 2000 a 2019 identificou-se 15 shoppings desta natureza, sendo que quatro estão localizados em Salvador, 5 em Lauro de Freitas e outros 5 em Camaçari e apenas 1 em Simões Filho. Os outros 4 (quatro) shoppings restantes deste grupo de empreendimentos não possuem informações disponíveis sobre as respectivas datas de implantação e, portanto, não entraram nesta verificação.

Analisando os supermercados observa-se que dos 20 identificados apenas dois iniciaram suas operações nos anos 90, enquanto que os outros empreendimentos de mesmo formato tiveram suas inaugurações registradas entre 2002 e 2023. No caso dos hipermercados, sendo 5 no total, apenas um que está situado em Salvador funcionando desde o ano de 1994, enquanto que os outros 4 restantes foram inaugurados entre 2002 e 2023.

Do ponto de vista temporal, as análises indicam que boa parte dos supermercados foram implantados a partir da segunda década dos anos 2000, contudo, importante levar em consideração que é possível que a parte física (edificação) já existisse e no decorrer do tempo sofreram transformações em relação ao seu tipo de uso desenvolvido, um bom exemplo disso são os supermercados situados no interior dos shoppings, que podem ter sido instalados em momento diferente à inauguração destes devido à rotatividade de lojas. Ou ainda tiveram suas estruturas ampliadas mudando seu formato e conseqüentemente aumentando a variedade de oferta de produtos e capacidade de atendimento.

Em relação aos 25 atacarejos mapeados na área de estudo, detectou-se que somente um deles foi implantado nos anos 90, mais precisamente no ano de 1993, e está localizado na capital baiana, os demais distribuídos entre os municípios restantes, têm seus registros datados entre os anos de 2004 até 2023.

Lembrando que alguns destes atacarejos que atualmente estão em atividade

são resultantes do processo de transição dos hipermercados em um novo formato de atividade, conforme explicado anteriormente na seção pertinente que traz a descrição dos empreendimentos mapeados.

A tabela 6 abaixo, mostra a cronologia de implantação por tipo de empreendimento na área de estudo, para uma melhor compreensão:

Tabela 6 - Cronologia de implantação dos empreendimentos, 2023

Fixos	Décadas						
	1970	1980	1990	2000	2010	2020	s.d.
Shopping Centers (grande porte)	1	-	-	2	4	1	-
Shopping Centers (médio porte)	-	1	8	7	8	-	4
Super/ Hipermercado	-	-	2	7	12	4	-
Atacarejos	-	-	1	6	10	8	-
Centros Empresariais	-	6	14	19	23	2	-
IES	-	-	-	-	-	-	112
SUBTOTAL	1	7	25	41	57	15	116
TOTAL GERAL	262						

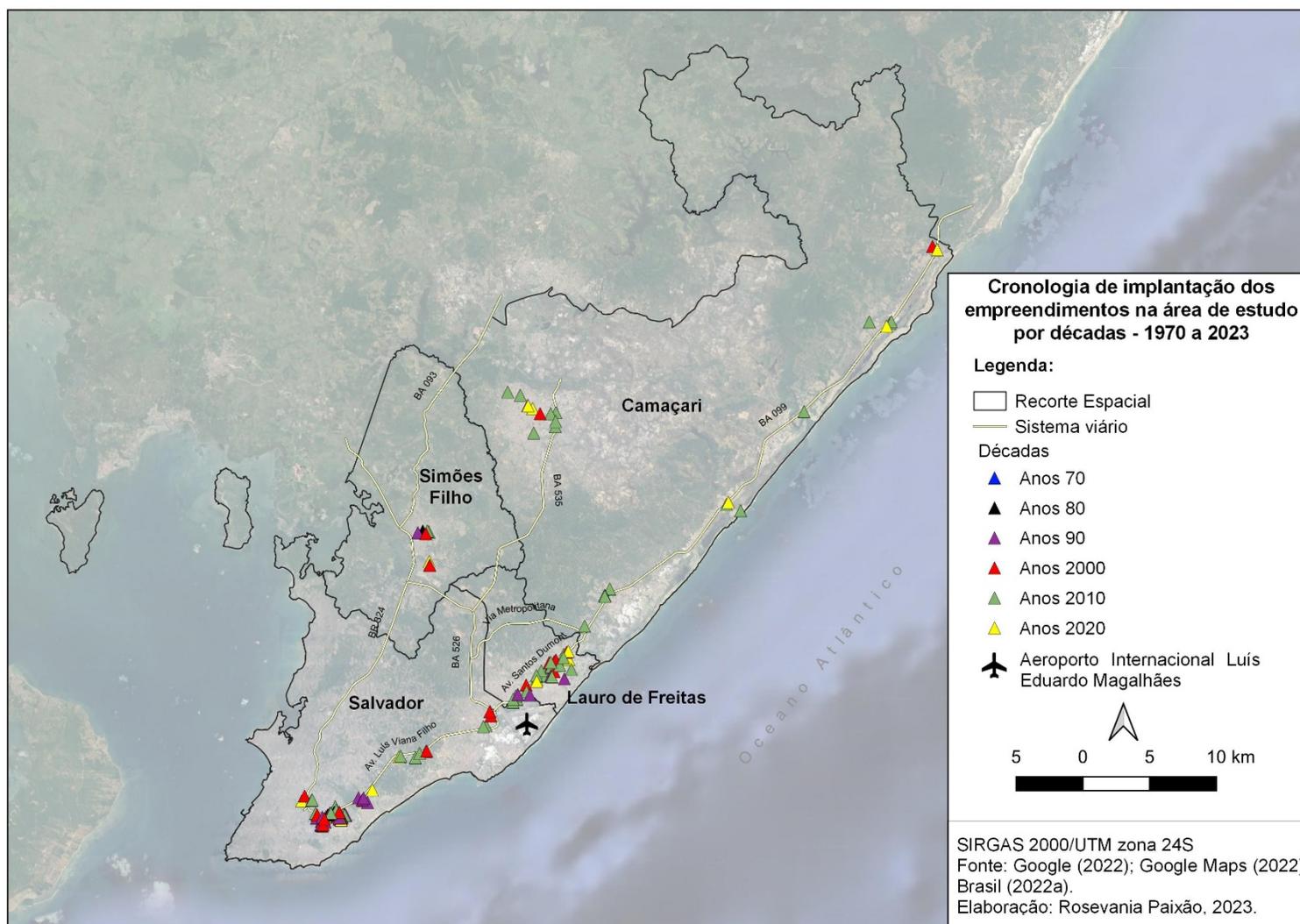
Fonte: Brasil (2022a)

No que diz respeito às 112 IES, não foi possível obter os dados referentes aos anos de implantação das mesmas no site do Ministério da Educação, até mesmo porque 89 destas instituições, cerca de 78%, funcionam na modalidade à distância o que nem sempre exige a necessidade de se construir uma edificação específica.

Algumas até ocupam salas localizadas em outros empreendimentos como centros empresariais, shoppings centers ou ainda em outras instituições de ensino de maior porte como é o caso de muitas que estão instaladas nas dependências da UFBA, UNEB, IFBA, UNIME.

Na próxima página, apresenta-se um mapa temático (mapa 19) produzido a partir destes dados coletados, a fim de se perceber a distribuição espacial por ano de implantação dos fixos.

Mapa 19 - Cronologia de implantação dos empreendimentos na área de estudo por décadas – 1970 a 2023.



Fonte: Google Maps (2022); Brasil (2022a).

Vale ressaltar que a ideia de se inserir análises deste tipo é para adensamento da compreensão empírica quanto ao processo de transformação do espaço urbano a partir da metrópole soteropolitana. Tais constatações, dá a entender que o início do século XXI, na área de estudo, foi marcada pela significativa ocorrência de vários novos empreendimentos do setor terciário considerados.

Importante dizer que estes não são os únicos elementos que contribuem para a transição espacial urbana nos respectivos municípios, no entanto devem ser considerados como elementos estratégicos e estruturadores, ao configurar e/ou reconfigurar o espaço, a economia e a vida urbana cotidiana na contemporaneidade. Correspondendo com o que diz Brenner (2014) ao afirmar que as novas morfologias urbanas assim como as novas diretrizes intelectuais e culturais deste modelo urbano atual rompem antigas percepções do urbano e do processo de urbanização.

Em vista disso, indaga-se qual seria o alcance espacial da metrópole baiana, a partir da presença dos empreendimentos terciários mapeados e que antes, de acordo com as análises temporais, eram percebidos apenas em Salvador mas que se espalham para outros lugares fora da capital soteropolitana, modificando o espaço, a vida cotidiana e promovendo a intensidade de fluxos diversos? É o que se busca apurar na próxima subseção a seguir.

6.1 O alcance espacial da metrópole baiana

Após findar as devidas reflexões, torna-se indiscutível a necessidade de se incluir um registro cartográfico que represente a abrangência espacial da metrópole ordinária que interage e interfere na organização espacial com outros municípios que completam a área de estudo por intermédio da expansão dos empreendimentos, suas respectivas atividades desempenhadas e fluxos cotidianos de pessoas, bens e informações, estimulando assim a transformação espacial dos lugares, mesmo que em diferentes escalas, velocidades e intensidades, sem levar em consideração limites administrativos ou qualquer outra barreira.

A tarefa assim como todo o percurso investigativo sobre o tema da metropolização do espaço também traz sua heterogeneidade visto que conforme Santos e Silveira (2006, p. 259) é delicado produzir uma “tipologia” capaz de apontar

diferenciações territoriais, por existir uma vasta quantidade de variáveis que combinadas entre si determinam cenários diversos o que dificulta tal ação.

Tratam-se de variáveis ligadas aos aspectos naturais, aos níveis e ritmos de dinamismo interno (local) e sua relação com o externo, ou seja, em outras diferentes escalas, ou ainda a identificação da(s) categoria(s) de objetos que sofrem transformações ao longo do tempo (Santos; Silveira, 2006).

Apesar disso, ainda que haja o intenso embate frente as dificuldades e obedecendo os limites estabelecidos para esta investigação, as pertinentes discussões acadêmicas, os recursos de ordem qualitativa e quantitativa acessados, deu condições de estruturar a distribuição espacial e caracterização dos empreendimentos do setor terciário considerados e assim construir as devidas compreensões.

Desta maneira, percebeu-se que um apropriado modo de se apontar a abrangência do fenômeno da metropolização do espaço seria pela observação da espacialização das áreas com maior concentração dos fixos mapeados, representada pelo mapa que trata das centralidades, mas acrescentando considerações pertinentes quanto a sua direção, conforme vetor de crescimento da capital baiana.

Uma vez que, o inesgotável anseio por novas fontes de capital das empresas incita a constante ampliação física de suas atividades para além dos limites de onde originalmente estão implantadas, sem considerar barreiras espaciais, buscando assim novas áreas que deverão se adaptar e corresponder às dinâmicas técnicas, sociais e espaciais em vigor que embasam e comandam o novo momento do urbano e conseqüentemente propulsiona a reprodução capitalista.

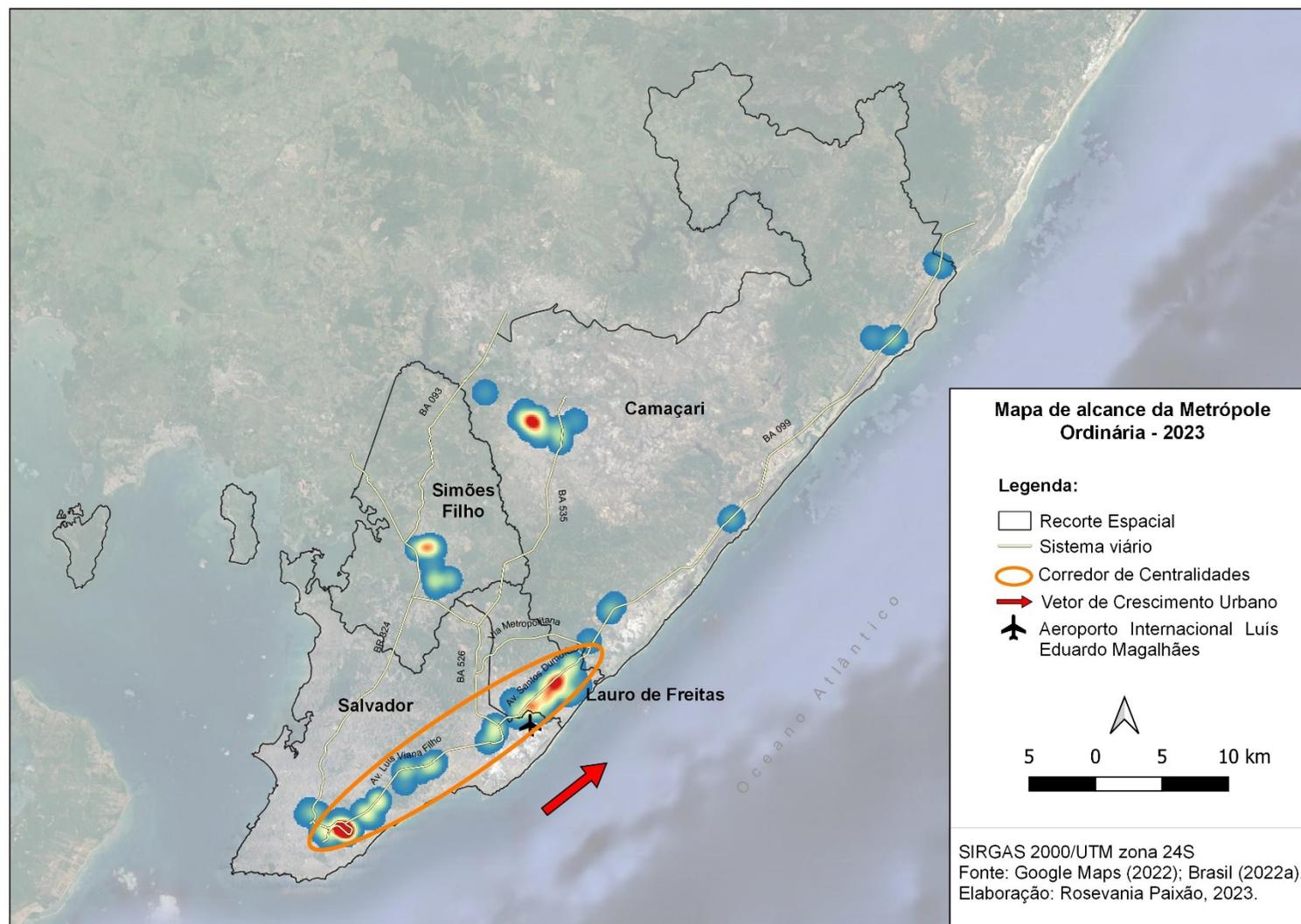
É, desde já, impreterível evidenciar que não está se afirmando que exclusivamente apenas estes tipos fixos, ou estas atividades e fluxos desencadeados são os únicos ou principais responsáveis pelas transformações espaciais da área de estudo. Até porque, conforme destacado na primeira seção, existem múltiplos enfoques de análise sobre o tema apresentados em investigações desenvolvidas por outros pesquisadores que trataram, por exemplo, das expansões industriais e da migração imobiliária de uso residencial e comercial.

Essa multiplicidade evidencia o longo percurso investigativo que se faz necessário para a compreensão do novo momento da urbanização, identificação de todas as variáveis envolvidas e avaliação do grau de participação de cada uma

delas no fenômeno, o que não cabe em apenas uma tese científica. Não obstante, nada impede de se apresentar alguns destes elementos, de modo a contribuir para a compreensão de um tema de significativa complexidade e que não se inibe à presença de distâncias, de barreiras físicas ou sociais.

Para tanto, construiu-se uma representação (mapa 20), denominado de mapa de alcance espacial da metrópole ordinária, exposto na próxima página, seguido das devidas considerações pertinentes.

Mapa 20 - Alcance da Metr pole Soteropolitana



Fonte: Google Maps (2022); Brasil (2022a).

O que primeiro sobressai neste mapa é a formação do que podemos classificar como um grande corredor composto de centralidades consolidadas e também de pequenas aglomerações com tendência à evolução, iniciando em Salvador, mais especificamente na região que abrange o principal centro financeiro e econômico da metrópole (região do Iguatemi-Tancredo Neves), e partindo em direção a Lauro de Freitas.

E sendo este o ponto de maior concentração dos grandes empreendimentos, pressupõe-se ser este um espaço que acomoda uma importante densidade de infraestruturas técnicas, como, por exemplo, as vias de grande circulação, linha do sistema metroviário e rede de cobertura de telefonia móvel que acabam por favorecer os diferentes fluxos de pessoas, bens, mercadorias e informações.

Somente nesta área foram contabilizados 178 empreendimentos que desempenham atividades do setor de comércio e serviços do total de 262 estabelecimentos, representando mais que o triplo do total de equipamentos identificados nos outros dois municípios (Camaçari e Simões Filho) restantes.

O início deste corredor, na região do centro financeiro de Salvador, apresenta uma mescla equilibrada quanto ao ano de implantação dos fixos e, à medida que vai se deslocando em direção ao vetor de crescimento urbano da metrópole, representado pela seta em vermelho no mapa, tem sua temporalidade definida a partir dos anos 90 com maior frequência entre os 20 primeiros anos de 2000.

Porém, constatar a escala temporal de implantação destes empreendimentos não garante certeza em poder-se afirmar que todos estes representam novas superfícies construídas, pois existe a possibilidade de os mesmos terem sido adaptados às novas demandas sociais e urbanas, implodindo antigas percepções para dar espaço a novos modelos de atividades.

Ademais, a forte volatilidade das mudanças que atualmente atinge todo o mundo, permite afirmar quanto a tendência desta área continuar sendo exposta ao duplo movimento implosões x explosões, até se transformar em uma única e grande aglomeração composta de uma grande variedade de empreendimentos do setor terciário de comércio e serviços, incluindo também aqueles por nós analisados.

E julga-se importante frisar esta variedade, visto que a área em questão não é somente constituída de shoppings, centros empresariais, super e hipermercados, atacarejos e IES, sendo também possível observar a presença de grandes condomínios habitacionais direcionados à população de classe média e alta,

assentamentos populares, diversos equipamentos urbanos como hospitais, escolas, terminal rodoviário, estações de metrô, aeroporto assim como instituições públicas, grandes lojas de outros seguimentos do terceiro setor (construção, automóveis e etc.), hotéis, espaço para grandes eventos e também áreas de proteção ambiental.

Deste modo, observando neste contexto e delimitado pelo recorte investigativo imposto, a expressão do fenômeno da metropolização do espaço partindo de Salvador aparece de maneira mais explícita neste corredor alcançando o município de Lauro de Freitas e assim contribuindo para a expansão da metrópole ordinária para esta direção neste momento.

O destaque a Lauro de Freitas é feito com segurança, visto que é, depois da capital, o município que traz maior quantidade de estabelecimentos do ramo de comércio e serviços mapeados, contando com um total de 78 deles distribuídos principalmente ao longo da principal via do município a Av. Santos Dumont, que liga Salvador à Estrada do Côco. Constatação que robustece a crescente tendência de atuação do setor de comércio e serviços no município gerida pela administração local que desenvolve uma política de atração de empresas.

Além disso, o município possui uma estreita relação cotidiana com Salvador e vice-versa representada pela significativa quantidade de pessoas que se deslocam diariamente, agora mais reforçada pela operação do sistema de transporte metroferroviário que liga os dois municípios, somada a expressiva densidade e velocidade de acessos à internet banda larga fixa que demonstra ser este um município que também está inserido nos espaços de fluxos imateriais ampliando assim sua capacidade de acompanhar os processos concentração e dispersão fundamentados em redes tecnológicas.

Obviamente a maior quantidade destes empreendimentos estão situados em Salvador correspondendo o total 104 fixos e mesmo não analisando todo o espaço do município ainda assim seria facilmente percebida a continuidade do nível de potência quanto a concentração de empreendimentos ligados ao setor de comércio e serviços, ratificando a tendência geral das metrópoles em manter uma boa parte das diversas atividades econômicas urbanas, mesmo experienciando as transições urbanas da contemporaneidade.

O município de Camaçari fica em uma posição intermediária com 57 estabelecimentos mapeados, e concentrados em diferentes áreas apesar da predominância das atividades no setor da indústria considerada sua principal

atividade econômica, sendo então Simões Filho o município que detém o menor número, 23 no total, de negócios que desempenham o conjunto de atividades terciárias definidas para análise.

Não esquecendo que o fenômeno urbano contemporâneo pode atuar no espaço em diferentes ritmos e intensidades, percebe-se que os poucos pontos de aglutinação de fixos e suas respectivas atividades localizados em Camaçari (sede) e principalmente em Simões Filho parecem retratar uma ação mais lenta do processo e direcionada para os seus centros urbanos correspondentes, o que faz pensar tratar-se de áreas que ainda podem estar no início desse tipo de transição urbana, por exemplo, mas com tendência de crescimento em tempos futuros.

Mesmo assim é pertinente evidenciar que o interesse dos grandes produtores do espaço ainda assim existe nestes dois municípios, porém não no mesmo ritmo, foco que em Lauro de Freitas, contando ainda com amplos espaços sem quaisquer superfícies construídas, em alguns trechos considerados como áreas rurais, conforme o mapa de classificação de espaços urbanos e rurais da primeira seção.

Poderia então dizer que estamos diante do que Santos e Silveira (2006, p. 264) denominam como espaços opacos que acumulam uma menor capacidade de concentrar “capital, tecnologia e organização” quando comparado à Salvador e Lauro de Freitas. Classificação esta que estaria mais próxima da realidade de Simões Filho, que apesar da contiguidade com a capital baiana não demonstra, pelo menos frente aos resultados obtidos na linha de análise da investigação, o perfil de um município que acompanha as transições urbanas na mesma intensidade e velocidade que os outros.

Assim, Camaçari ocuparia uma posição intermediária, porém sendo capturada pelo novo ciclo da urbanização de uma maneira diferenciada ao desenvolver-se como polo turístico nacional refletida na crescente expansão imobiliária na área litorânea do município, além da estabelecida atividade industrial representada pelo maior complexo integrado de indústrias do Hemisfério Sul atuando em diversos ramos como o automotivo, de celulose, metalurgia, têxtil, fertilizantes, energia eólica, bebidas e serviços.

Antes de concluir este momento, importante oferecer uma atenção mais apurada aos empreendimentos identificados, representados pelos 262 fixos distribuídos na área de estudo e que atuam nas cinco diferentes atividades consideradas nesta pesquisa, pertencentes ao setor terciário.

De modo a apresentar aquela(s) atividade(s), que no momento atual, aparecem em maior quantidade quando analisadas na sua totalidade, a fim de identificar se há uma maior inclinação para uma ou várias atividades que compõe o grupo. A partir da observação geral dos empreendimentos mapeados, identificou-se serem as IES aquelas que aparecem em maior número no recorte investigativo.

Acontece que muitas destas instituições de ensino, como explicado anteriormente, estão localizadas nas dependências de outros fixos ou até no interior de outras instituições de ensino e, além disso, boa parte destas IES identificadas prestam o serviço na modalidade EaD, o que representa cerca de 67% do total de instituições, seguida por aquelas que praticam a modalidade presencial, correspondendo à 21,4% e as IES que atuam na modalidade híbrida representada por um percentual de 11,6%.

Assim sendo, essa quantidade de IES atuantes no modo à distância além do surgimento de espaços multiusos, que abrigam diferentes atividades na mesma superfície construída, atesta as múltiplas habilidades que o novo contexto urbano atual dispõe a fim de promover as transformações na área de estudo. No entanto, a dificuldade na mensuração dos impactos espaciais provenientes desta atividade especificamente no modo virtual tende a redirecionar a atenção para aqueles empreendimentos de dominante presença física por suas grandes extensões e também pela capacidade em atrair não apenas os fluxos imateriais, mas também os materiais.

Neste raciocínio os centros empresariais foram os empreendimentos que aparecem em maior quantidade no recorte espacial, com um total de 64 fixos, distribuídos principalmente entre a capital baiana e o município de Lauro de Freitas, seguido respectivamente pelos shopping centers de média e pequena dimensão que também apresentam uma notável frequência, vindo depois os hiper/supermercados além dos estabelecimentos conhecidos como atacarejos e finalizando com os grandes shoppings.

Apesar do destaque aos centros empresariais, as circunstâncias identificadas do momento atual não parecem ser suficientes para de fato confirmarmos ser estes os principais fixos do setor terciário que impulsionam espacialmente os novos conteúdos urbanos, visto que ainda não há uma espécie de padronização destes fixos quando comparados aos de Salvador, como acontecem com os amplos shopping centers ou com os supermercados e atacarejos que começam a se

amalgamar frente as tendências do mercado.

Sendo talvez mais apropriado, neste tempo presente, neste recorte definido, afirmar que o conjunto de atividades ligadas ao setor de comércio e serviços combinados aos diversos fluxos materiais e imateriais é que de fato constituem a base para a dispersão do fenômeno da metropolização do espaço, modificando os lugares a partir da implantação de diversas superfícies construídas em atendimento às atividades terciárias necessárias, produzindo centralidades, induzindo a presença cada vez mais forte e especializada de infraestruturas para favorecer a circulação e comunicação e assim expandindo as características urbano-metropolitanas inicialmente constituídas em Salvador.

Enfim, novos ciclos da urbanização estão por vir, afinal uma das características atribuídas a este novo processo urbano é justamente a velocidade com que as mudanças acontecem trazendo outros diferentes atributos e novas configurações espaciais em atendimento às demandas econômicas, sociais e políticas a fim de assegurar o processo de reprodução de uma sociedade que no momento atual é urbana, capitalista e cada vez mais instantânea.

À vista disso, indaga-se, quem seriam então os hegemônicos atores dessa sociedade atual, responsáveis em materializar tais demandas, (re)produzindo no espaço e nas cidades, o momento histórico o qual se vivencia atualmente.

6.2 Novo urbano como mecanismo de reprodução capitalista

Segundo Lefebvre, ([1970] 2002) a produção do espaço não é historicamente uma novidade, sendo utilizada por grupos dominantes em diferentes períodos na história da sociedade, a fim de garantir seus meios de reprodução.

No caso específico da sociedade urbana, o autor explica que diante das complexas transformações orientadas pelo modo de produção capitalista moderno, o espaço se tornou, de maneira integral, uma importante fonte para a sua própria reprodução, desde a terra, o subsolo, as matérias-primas, a cidade, o tecido urbano, os edifícios e locais industriais, as infraestruturas, dentre outros elementos que o compõe (Lefebvre, [1974], 2006).

Santos ([1996], 2006) também ao discorrer sobre as características dos diferentes momentos de evolução da sociedade, indica ser no denominado terceiro período, o técnico-científico-informacional, em que se torna mais evidente a estreita

relação entre o espaço requalificado pelos diversos objetos modernos e os atores hegemônicos da economia, da cultura e da política.

Nestes termos, diante deste vínculo que atravessa o tempo, o espaço, os elementos nele contido e os grupos dominantes, atualmente muito se tem falado sobre a necessidade de se identificar quem são os atores de grande influência econômica que estão envolvidos na continuidade da produção e organização do espaço urbano contemporâneo e capitalista.

Corrêa (1992) em sua discussão sobre como um determinado grupo econômico realiza a gestão do território, apontava as grandes corporações multifuncionais e multilocalizadas como importantes agentes hegemônicos responsáveis pelo processo de organização espacial, acumulação de capital e a reprodução de suas condições de produção.

Tal indicação parece continuar se confirmando a exemplo da coletânea de trabalhos organizada por Rufino, Borges e Nakama (2023) que traz várias discussões acerca da reestruturação de diversos setores empresariais que ao longo do presente século tem sua atuação, dentre outras coisas, orientada à produção do espaço e, conseqüentemente à metropolização do espaço, como mecanismo estratégico de reprodução do capital.

Não cabe ampliar esse específico debate, mas considera-se pertinente e necessária uma apuração para a identificação dos agentes hegemônicos que participam do processo de produção e (re)organização do espaço, por meio da implantação de seus fixos e respectivas atividades na área de estudo.

Deste modo, após uma árdua tarefa, pois nem todos os agentes econômicos são claramente nominados, identificou-se que em sua maioria trata-se de uma miscelânea de grandes grupos empresariais com atuação em diversos ramos de atividade, desde construtoras, investidoras imobiliárias, incorporadoras, empresas da engenharia, da indústria, da área educacional, tecnologia, agropecuária, comercial, meios de comunicação e bancárias atuantes no mercado regional, nacional e também internacional.

A seguir apresenta-se a descrição, por ramo de atividade terciária, das empresas que contribuem para a transformação urbana da área de estudo por meio da implantação de seus fixos e prática de suas respectivas atividades, de modo a conhecermos o perfil, nível geográfico atuação, assim como a dimensão da diversificação econômica destes atores.

Iniciando pelo quadro 2 que mostra as características das empresas que atuam nas atividades ligadas aos grandes shoppings implantados no recorte investigativo.

Quadro 2 - Empresas do segmento de grandes shoppings center

Empresa	Nacionalidade	Ramos de atividade	Escala de atuação
Grupo Allos	Brasil (Rio de Janeiro)	Planejamento e desenvolvimento do projeto até o gerenciamento da estrutura, gestão financeira, comercial, jurídica e operacional de shopping centers.	Nacional
Grupo General Shopping Brasil	Brasil (São Paulo)	Opera e administra shopping centers, outlets e estacionamentos	Nacional (Regiões Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-oeste)
Grupo JHSF	Brasil (São Paulo)	Shopping centers; Incorporação imobiliária; Fundos de investimentos imobiliários, residencial, comercial; Hotelaria; Restaurantes e; Aeroporto	Internacional (Brasil, Estados Unidos e Uruguai)
Grupo HSML11/ HSI Malls	Brasil (São Paulo)	Investidora imobiliária do segmento de shopping centers	Nacional (Regiões Norte, Nordeste e Sudeste)
Grupo Cornélio Brennand	Brasil (Recife)	Geração de energia (fontes renováveis); Indústria (vidros planos e cimento) e; Desenvolvimento imobiliário	Nacional (Regiões Nordeste e Sudeste)
Grupo JCPM	Brasil (Recife)	Investe em shoppings e outros imobiliários (edifícios empresariais), atua no segmento dos meios de comunicação de massa (tv, rádio, publicações, filmes e internet)	Nacional (Região Nordeste)

Fonte: Elaboração própria (2024).

O que chamou a atenção neste conjunto de grupos que estão à frente dos grandes shoppings é o fato dos mesmos atuarem em uma variedade de setores econômicos, abrangendo negócios do setor de hotelaria, gastronomia, imóveis comerciais e residenciais, na indústria e até investimentos em atividades ligadas aos meios de comunicação em massa, com predominância nacional e presente na maior parte das regiões do país.

Quanto aos shoppings de médio e pequeno porte, mesmo que em significativa quantidade, tornou-se complicada a realização deste levantamento devido à carência de informações sobre a identidade das empresas responsáveis pela construção e/ou administração dos mesmos. Ainda, notou-se que a maior

parte dos empreendimentos deste tipo pertencem a empresas que atuam na escala local.

Com exceção de 2 empreendimentos localizados em Salvador e 1 em Camaçari que pertencem a grandes grupos nacionais, são eles: o Grupo Alphaville, urbanizadora especializada no desenvolvimento de empreendimentos horizontais, e de bairros planejados ou núcleos urbanos e o Grupo Novonor (antiga Odebrecht) com escala de atuação nacional e internacional, nas áreas de engenharia, construção civil, empreendimentos imobiliários comerciais e residenciais, gestão de estádios, infraestrutura e Mobilidade, óleo e gás, química, petroquímica, indústria naval, consultoria em investimentos e seguros e também previdência.

Sobre os super/hipermercados e atacarejos, após apuração das informações, percebeu-se que algumas das empresas que operam os super/hipermercados também atuam no segmento dos atacarejos, desta maneira decidiu-se unir estas atividades em um único quadro no intuito de otimizar a apresentação das empresas.

Estas informações estão agrupadas no quadro 3, apresentado a seguir:

Quadro 3 - Empresas do segmento de super/hipermercados e atacarejos

Empresa	Nacionalidade	Ramos de atividade	Escala de atuação
Cassino (Grupo Pão de Açúcar - GPA)	França	Supermercado; Minimercado; Drogeria; Expansão e administração de galerias comerciais das lojas do grupo; Gestão de ativos imobiliários e da mídia out-of-home; Parceria com instituição bancária para emissão de cartões e cartões de benefícios; Oferta de crédito, financiamento e de maquininhas de cartão	Internacional (Brasil, Colômbia, Uruguai e Argentina)
Carrefour (Carrefour Brasil)	França	Super/Hipermercado; Atacarejo; Clube de compras; Lojas de conveniência; Drogerias; Posto de combustíveis; Instituição bancária; E-commerce e; Imobiliária	Internacional (América Latina e Europa)
Cencosud S.A	Multinacional (Chile)	Super/Hipermercado; Atacarejo	Internacional (Brasil, Colômbia, Argentina, Chile, Peru e Estados Unidos)

Continua...

... continuação do quadro 3.

Empresa	Nacionalidade	Ramos de atividade	Escala de atuação
Grupo Rede Brasil de Supermercados	Brasil (São Paulo)	Supermercados; Atacarejo	Nacional
Assaí Atacadista	Brasil (São Paulo)	Atacarejo	Nacional
Grupo Serrana	Brasil (Salvador)	Lojas de supermercado e unidades de vendas ao atacado	Regional (Salvador, Lauro de Freitas e Mata de São João)

Fonte: Elaboração própria (2024).

Neste conjunto de grandes empresas apresentadas no quadro acima, destaca-se em primeiro lugar a presença consistente de grandes grupos internacionais com uma ampla diversidade de atividades do setor terciário desenvolvidas pelas mesmas, como é o caso dos grupos franceses Cassino e Carrefour, que operam em diversos países.

Outra questão que também chama a atenção é a posição do denominado Grupo Rede Brasil de Supermercados, composto por 16 empreendimentos (supermercados e atacarejos) de todo o Brasil, de modo a potencializar seus respectivos lucros, além de fazer concorrência direta frente aos considerados gigantes do ramo, como os grupos internacionais Cassino, Carrefour e Walmart.

Com relação ao levantamento sobre as empresas que atuam na construção e gestão das atividades ligadas aos centros empresariais observou-se a predominância de construtoras concebidas na capital baiana e com foco em um amplo leque de segmentos de atuação. Um bom exemplo desta diversidade é representado pelos grupos Novonor (antiga Odebrecht) e a André Guimarães que apresentam em seus respectivos portfólios atividades que vão além da construção civil como àquelas ligadas à indústria, mineração, agronegócio e obras de infraestrutura urbana. O quadro 4 a seguir demonstra tais constatações:

Quadro 4 - Empresas do segmento de centros empresariais

Empresa	Nacionalidade	Ramos de atividade	Escala de atuação
Grupo Novonor (antiga Odebrecht)	Brasil (Salvador)	Engenharia; Construção civil; Empreendimentos imobiliários; Gestão de estádios; Infraestrutura e Mobilidade; Óleo e Gás; Química; Petroquímica; Indústria Naval; Consultoria em Investimentos e seguros e; Previdência	Internacional (América, África, Europa e Ásia)
Grupo André Guimarães	Brasil (Salvador)	Incorporação imobiliária; Construção civil e reforma de médio e grande porte de indústria; Construção e gestão de imóveis Built To Suit, para locação; Urbanização de bairros planejados e; Agronegócio	Nacional
Jotagê Engenharia e Incorporações	Brasil (Salvador)	Construção civil; Empreendimentos imobiliários (residenciais, comerciais, hoteleiros e shopping center); Obras de Infraestrutura; Concessões de rodovias e; Limpeza urbana	Nacional
Grupo Costa Andrade	Brasil (Salvador)	Incorporação imobiliária; Construção civil e; Empreendimentos imobiliários (empresariais, residenciais e comerciais)	Regional (Salvador e Lauro de Freitas)
Grupo Civil	Brasil (Salvador)	Construção civil; Empreendimentos imobiliários (empresariais, residenciais, industriais, educacionais); Obras de Infraestrutura; Mineração e; Pré-Fabricados (leves e estruturais)	Regional (Região Nordeste)
Gafisa S/A	Brasil (São Paulo)	Incorporação imobiliária; Construção civil; Empreendimentos imobiliários (residenciais, comerciais e hoteleiros)	Nacional

Fonte: Elaboração própria (2024).

O levantamento dedicado às IES privadas, demonstra que esta atividade terciária atua de maneira semelhante às dinâmicas econômicas adotadas pelas

empresas, atuando conforme as demandas do mercado, com finalidade lucrativa, sendo que seu principal “produto” é a educação.

São grandes grupos empresariais com uma variada lista de serviços ligados à área educacional, em muitos casos apresentados como “ecossistemas”, visto que trazem um diversificado conjunto de marcas de instituições que atuam em diferentes níveis, ramos e modalidades de ensino, de modo a oferecer, segundo as apresentações nos respectivos sítios eletrônicos, uma completa, moderna e tecnológica formação educacional.

Os perfis destas empresas são descritos no quadro 5.

Quadro 5 - Empresas do segmento de ensino superior

Empresa	Nacionalidade	Ramos de atividade	Escala de atuação
Grupo COGNA	Brasil (São Paulo)	Educação Básica; Ensino Superior (presencial e EaD); Ensino preparatório; Ensino supletivo. Distribuição, atacado, varejo, importação, e exportação de livros didáticos e revistas entre outras publicações. Licenciamento de produtos pedagógicos. Serviços de gestão para o ensino superior.	Nacional
Grupo Ânima	Brasil (São Paulo)	Ensino superior (presencial e EaD); Formação de executivos. <i>Hub</i> de inovação e educação.	Nacional (Sudeste, Sul, Nordeste e Centro-Oeste)
Grupo SEB (Sistema Educacional Brasileiro)	Brasil (São Paulo)	Educação Básica; Ensino Superior (presencial e EaD); Ensino Bilíngue; Franquias; e Sistema de Ensino. Edtech especializada em capacitação tecnológica de alunos e professores. Mídia (emissoras de rádio e TV).	Nacional
Grupo Cruzeiro do Sul Educacional	Brasil (São Paulo)	Educação Básica; Ensino Superior (presencial e EaD); Cursos Livres; Cursos Técnicos; Cursos Preparatórios. Edtech	Nacional

Continua...

... continuação do quadro 5.

Empresa	Nacionalidade	Ramos de atividade	Escala de atuação
Grupo Objetivo	Brasil (São Paulo)	Educação básica; Ensino superior (presencial e EaD); Centro de Pesquisa e Tecnologia; Sistema de materiais didáticos. Agropecuária; Imobiliário e; Mídia (emissoras de rádio e TV)	Nacional
YDUQS	Brasil (Rio de Janeiro)	Ensino superior (presencial, semipresencial e EaD); Ensino médio; Cursos tecnológicos; Escola de negócios. Edtechs especializadas na preparação de candidatos para exames e concursos.	Nacional
Grupo Vitru Educação	Brasil (Florianópolis)	Ensino Superior (presencial e EaD); Cursos técnicos e profissionalizante	Nacional
Grupo Ser Educacional	Brasil (Recife)	Ensino superior (presencial e EaD); MBA; Cursos técnicos profissionalizantes. Gerenciamento de institutos de pesquisa	Nacional
Rede Ilumno	EUA (Miami)	Ensino superior (presencial e EaD). Tecnologia de Ensino Superior	Nacional e Internacional (América Central e do Sul)

Fonte: Elaboração própria, 2024.

Como esclarecido, apesar da dificuldade em mensurar a influência direta das atividades exercidas pelas IES no processo de metropolização do espaço, principalmente àquelas privadas e que atuam na modalidade EaD, a lógica da comercialização da educação representada pelos grandes grupos que compõe este segmento do setor terciário é o claro reflexo de como o modo de produção capitalista transforma estrategicamente a sociedade, o espaço e tudo nele contido, inclusive o conhecimento, que também tem se tornado mercadoria e meio de produção de capital.

Em geral, de acordo com Rufino (2023), a presença de grandes grupos econômicos de diferentes setores empresariais na produção do espaço tem

marcado todo o século XXI. Neste contexto, as informações apresentadas nesta subseção sobre os grupos econômicos proprietários e/ou administradores que constroem os fixos e comandam as atividades desempenhadas, evidenciam o forte potencial dos mesmos em transformar seus produtos em elementos que passam a ser determinantes na definição dos processos de metropolização do espaço, conforme explica Lencioni (2011).

E não apenas a transformação de seus produtos, assim como também a capacidade de combinar e/ou criar atividades e/ou fatores produtivos, nem sempre dos mesmos segmentos econômicos, visando a expansão dos negócios e evidentemente o aumento dos lucros.

Por este ângulo, poderia então se interpretar o processo da metropolização do espaço como um dos produtos da sociedade urbana e capitalista, representada neste caso na imagem desses grandes grupos empresariais, que em meio ao ávido desejo em promover a reprodução do seu capital e poderio econômico demonstra, dentre outras coisas, a sua dominante pujança no processo de (re)produção e transformação do espaço.

Processo este que é gerido à distância visto que, conforme as informações dos quadros apresentados, tem os respectivos centros de comando predominantemente localizados no maior centro econômico brasileiro (cidade de São Paulo) ou até mesmo em outros países (Chile, França, EUA), à exceção dos grupos de atuação regional ou local com suas sedes situadas em cidades do nordeste como Salvador e municípios de sua região metropolitana e Recife.

É claro que não se pode depositar tal responsabilidade apenas nestes hegemônicos agentes, contudo, diante do conjunto de informações e dados apresentados nesta investigação, torna-se adequado inserirmos estes grandes grupos, as atividades e seus fixos como importantes promotores deste contemporâneo processo de transição espacial o qual se insere a metropolização do espaço.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que o tema seja considerado novo e complexo por pesquisadores nacionais e internacionais, tentou-se com esta investigação construir um caminho para a compreensão do processo da metropolização do espaço que vem sendo observado nos dias atuais em muitos lugares a nível mundial.

Seguindo prenúncios de pesquisas anteriores que, mesmo adotando diferentes metodologias, demonstram o quão numerosos são os aspectos que estão associados ao fenômeno urbano contemporâneo, vem metamorfoseando o espaço, conduzido por uma sociedade que se realiza e se reproduz à luz de lógicas mercadológicas e imediatistas que estão sendo inseridas nos diversos campos da sua realidade.

Sendo a cidade o espaço de representação e produção das técnicas e práticas sociais desenvolvidas a cada diferente momento histórico da sociedade, esta se torna, conforme percebido a partir da perspectiva histórica incluída na pesquisa, o ponto de conexão entre o ontem e o hoje além de parte fundamental no processo de compreensão de como este novo momento urbano se faz presente no mundo atual.

Como esclarecido na seção 2, a cidade se apresenta em ininterrupta transformação, enfrentando revoluções sociais e econômicas, adequando sua imagem, forma e denominação. Demonstrando assim, sua capacidade de sedimentar ideias e experiências desenvolvidas em distintas épocas.

Da cidade totalmente dependente da produção rural, passando pela cidade industrial, que reorganiza profundamente o espaço, fornecendo a estrutura necessária para a instituição e desenvolvimento do urbano e do processo de urbanização, até alcançar o momento contemporâneo, eis que surge uma nova e complexa urbanização, rompendo antigas configurações e funções do urbano, produzindo cidades que assumem características complexas e heterogêneas que constituem este novo período histórico da sociedade.

Este último e presente momento, tem sido estruturado sob os princípios do capitalismo e do estágio avançado da urbanização, somada às diversas referências produzidas pela sociedade atual, como a tecnologia e seus avanços, o conhecimento, a globalização, o consumo e vertiginosos fluxos materiais e imateriais, produziram múltiplos movimentos de transição com capacidade para se

dissolver ou readaptar o que era considerado antigo e obsoleto, introduzindo assim novas formas no espaço, novas técnicas, novas paisagens bem como a constituição de novas atividades econômicas e relações sociais.

O novo momento urbano vem desencadeando uma distinta realidade, não mais compatível com as noções de interpretação sobre a cidade e o urbano, desenvolvidas anteriormente no campo acadêmico, estimulando assim, um indispensável rearranjo no tocante as definições, as nomenclaturas, dimensões e métodos de análise, a fim de melhor distinguir e assimilar a contemporânea aparência citadina, produzida pelo complexo e heterogêneo modelo urbano, desenvolvido pela sociedade.

À vista disso, a presença de fenômenos urbanos de maior complexidade, inicialmente percebidas no final do século XX, tem amplificado ainda mais a tarefa dos pesquisadores que se debruçam sobre temáticas que estão relacionadas ao estudo urbano, este é o caso das transformações produzidas pelo novo estágio da urbanização, a chamada metropolização do espaço, que se impõe como uma impetuosa avalanche, produzindo estruturas e estratégias de essência urbano-metropolitana e capitalista, que extrapola limites geográficos, dimensões físicas e populacionais.

São múltiplos os aspectos que estão relacionados ao fenômeno da metropolização do espaço, dos quais os mais citados durante o levantamento teórico, referem-se a conteúdos que abrangem a perspectiva espacial, social, econômica e também cultural, dentre os quais destaca-se a reestruturação produtiva, a globalização, a intensificação e multiplicidade dos fluxos de pessoas, bens e informações, o fortalecimento de atividades ligadas ao setor dos serviços, a configuração de multcentralidades, a supervalorização do solo urbano, às novas formas de expansão imobiliária, difusão de novas práticas de consumo e de estilos de vida, dentre outros.

Essa gama de aspectos, oferece uma variedade de direções para a compreensão do fenômeno urbano contemporâneo, conforme percebido nos estudos apresentados em que se observa as distintas maneiras de atuação do processo em diferentes cidades brasileiras.

Ocorre que esta diversidade de aspectos, também evidencia a complexidade que o tema apresenta, até por que o mesmo pode estar associado à combinação de diversos fatores, o que exige novas estratégias de pesquisa, no intuito de se

promover investigações mais atentas aos diversos contextos que configuram o processo da metropolização do espaço e que remodelam cada cidade conforme suas respectivas características e dinâmicas internas.

Assim sendo, a presente investigação se debruçou na compreensão sobre a dispersão deste novo momento urbano, observando principalmente os grandes empreendimentos, ligados às atividades do setor terciário, por se entender que estes podem contribuir para a propagação, a partir de Salvador, deste contemporâneo processo. Setor que é apontado como uma das relevantes características que marcam e estruturam este novo ciclo da sociedade urbana, possuindo notável peso participativo na economia brasileira e baiana, que vem se expandindo a partir da combinação de usos e produção de novos modelos de serviços.

Tomou-se uma metrópole nordestina como ponto de partida para encabeçar esta investigação, visto que decerto, são nas metrópoles e grandes cidades que as transições ganham maior visibilidade, pela essência estratégica de organização espacial e capacidade funcional, muitas delas de alcance global. Contudo como relatado, os reflexos da urbanização contemporânea, atingem outros tantos lugares em uma escala de alcance planetária, com pujança suficiente para dilapidar antigas percepções e transformar as cidades, seguindo os interesses do capital privado.

E mesmo não se tratando de uma metrópole de potência global como São Paulo e Rio de Janeiro ou como Londres, Nova York, Paris e Tóquio, buscamos demonstrar nesta investigação, que independente do seu raio de atuação e controle, é possível que se esteja diante de uma capital, de caráter metropolitano, que dentro do seu contexto histórico e econômico expande suas características urbano-metropolitanas em diferentes intensidades para outras cidades com as quais estabelece estreita interação – Lauro de Freitas, Camaçari e Simões Filho – utilizando certas atividades que pertencem ao setor terciário como um dos mecanismos de expansão.

O setor é formado por um amplo conjunto de categorias de atividades, sendo que, para esta pesquisa elegeu-se um grupamento de atividades que estão relacionadas à distribuição de bens, às empresas e ao consumidor, representado pelos shopping centers, hiper/supermercados e atacarejos, centros empresariais e instituições de ensino superior.

Tais empreendimentos, alguns atualmente reconhecidos como principais espaços de consumo, tem se tornado instrumentos de peso no processo de

transformação e reorganização espacial, à medida que se modernizam, se especializam e se dispersam pelo espaço geográfico em prol dos interesses de grandes agentes sociais. Estes que ampliaram seus anseios, não mais reduzida apenas à escala de alcance local, mas também regional e até mesmo mundial, premeditando o aumento espacial da oferta de diferentes serviços e consequentemente a perenização dos lucros econômicos.

O trabalho de revisão teórica em conjunto com o levantamento de dados disponíveis em bases de dados de instituições de pesquisa e órgãos públicos, além dos recursos de análise cartográfica, utilizados para representar e analisar informações geográficas em mapas, proporcionaram a construção de pertinente reflexão sobre o tema, trazendo respostas as questões de pesquisa.

Isto posto, no que diz respeito a primeira pergunta, que indaga sobre ser possível apontar o setor terciário de comércio e serviços como uma atividade impulsionadora do processo contemporâneo da metropolização do espaço, partindo de Salvador, pode-se dizer que o setor se apresenta como um importante influente no processo de metropolização do espaço na área de estudo.

Uma vez que, a presença destas atividades em espaços que ultrapassam os limites da capital baiana e, comandadas por grandes grupos empresariais com sedes localizadas em importantes cidades do país e do mundo, representa notavelmente um dos mecanismos estruturadores da economia urbana atual, no cumprimento do processo de reprodução do capital, o que exige uma configuração espacial e funcional semelhante àquela encontrada em Salvador, e que passa a ser bem representada, neste caso, na imagem dos grandes e modernos empreendimentos que desempenham atividades pertencentes ao setor terciário.

Entretanto, as análises realizadas indicam que, estas transições urbanas atingem os municípios com distintas intensidades, sendo o município de Lauro de Freitas o que mais tem sido impactado por estes movimentos de reconfiguração espacial.

Constatação exposta no mapa que demonstra a concentração de empreendimentos na área de estudo, com significativa quantidade localizada neste município, bem como no mapa que apresentou o alcance da metrópole soteropolitana, onde foi possível perceber a formação de um grande corredor com considerável concentração de fixos que desempenham as atividades relacionadas se estendendo desde Salvador até o município de Lauro de Freitas, reforçando a

conurbação, apontada em estudos anteriores.

Somado ao conjunto de dados sobre estes fluxos apresentados, que reforça a existência de uma mais estreita inter-relação entre Salvador e Lauro de Freitas, principalmente quando considerados os fluxos materiais, representados pelos resultados da pesquisa de Origem e Destino, e pelo quantitativo de pessoas que se deslocam entre os municípios por meio do serviço de transporte público por ônibus, além da presença do sistema de transporte metroviário.

É evidente que o fato de Lauro de Freitas pertencer à área conurbada com Salvador favorece a atuação de outros fenômenos urbanos e até mais complexos, como é o caso da metropolização do espaço. Todavia, mesmo sabendo que este processo atinge diferentes lugares, o mesmo comportamento de transformação não foi comprovado no município de Simões Filho, que também faz parte da área conurbada com a capital, mas que, de acordo com as investigações realizadas, não apresenta o mesmo grau de transformação urbana.

Simões Filho foi o município que apresentou o menor número de empreendimentos implantados, indicando a possibilidade de que transformações espaciais desta natureza estejam se desenvolvendo em um ritmo diferente e representadas por atividades terciárias que estão ligadas a modernos modelos de negócio, como é o caso dos atacarejos e da destacada atuação dos serviços de educação superior na modalidade EAD, além da presença de infraestruturas que possibilitam os fluxos imateriais (antenas de telecomunicação e rede de cobertura de telefonia móvel).

Diferentemente de Camaçari, que aparenta ocupar uma posição intermediária, se transformando em uma velocidade e modo diferente de Lauro de Freitas, mas que também não é semelhante ao que ocorre em Simões Filho.

Na verdade, Camaçari demonstra de maneira mais explícita a combinação de diferentes aspectos, englobando tanto o setor de comércio e serviços representados pelos empreendimentos mapeados, assim como pela indústria que ganha novo impulso com a implantação do novo complexo industrial automobilístico, o que conseqüentemente deverá favorecer à atração de outras atividades, além da expansão imobiliária, esta última caracterizada principalmente pela implantação de grandes empreendimentos que atendem à demanda turística e residencial de alto padrão na região litorânea.

Estas reflexões corroboram com a percepção dos autores utilizados como

referência teórica do trabalho, principalmente na terceira seção, ao declarar ser este um novo fato urbano, que age de diferentes maneiras, considerando as características peculiares de cada lugar, fazendo com que a atuação do mesmo ocorra em distintas dimensões, velocidades e diferentes níveis e ritmos.

No tocante à segunda questão, que demanda se este processo está diretamente ligado a presença de modernos e grandes empreendimentos, como shoppings, condomínios empresariais, supermercados, centros de lazer, faculdades, dentre outros, é importante destacar que se baseando apenas nas construções elencadas, torna-se inadequado atribuir aos mesmos o título de principais protagonistas.

Pois, à medida que o levantamento dos grupos de empreendimentos avançava, notou-se também a presença de outras construções de grandes extensões (ex. plantas industriais, grandes centros de armazenamento e distribuição, áreas residenciais composta por condomínios, loteamentos residenciais privados, hotéis e *resorts* de alto padrão e conjuntos habitacionais) onde são desenvolvidos outros usos que não fazem parte da pauta desta pesquisa, mas que também integram o conjunto de elementos que compõe o espaço urbano contemporâneo e que tem contribuído para a transformação das cidades, seja no contexto da estrutura física assim como da dinâmica cotidiana.

Nestes termos, os resultados alcançados atendem em parte a hipótese da pesquisa ao afirmar que a nova fase da urbanização, a metropolização do espaço, a partir da metrópole de Salvador, está relacionada à distribuição de fixos que atuam no setor terciário, principalmente aqueles de grandes dimensões e que oferecem uma múltipla e diferenciada categoria de comércios e serviços que antes só eram encontrados na capital soteropolitana.

O fato é que, não são apenas os empreendimentos terciários de grande porte que são os responsáveis por tal (re)estruturação espacial, é óbvio que a lógica da economia baseada nos serviços passou a cumprir um importante papel na dinâmica urbana e reprodução da sociedade contemporânea, contudo o fenômeno da metropolização do espaço tem como alicerce uma combinação de diferentes fatores que envolvem fluxos, desenvolvimento de centralidades, interesse do capital hegemônico, infraestrutura compatível, equipamentos urbanos e diversas outras atividades ainda que, não necessariamente, sejam exatamente iguais em todos os lugares.

E assim que reunidos, reorganizados e/ou produzidos, oferecem as condições propícias às transições socioespaciais, orientadas pelo novo momento urbano, constituindo características análogas àquelas encontradas na metrópole, mesmo que em menor proporção em áreas diversas, principalmente nos vinte primeiros anos do presente século, conforme resultados apresentados na análise cronológica de implantação dos empreendimentos do setor terciário mapeados.

Obviamente que esta tese buscou examinar um dos ângulos de interpretação que estas modernas reestruturações do espaço vêm produzindo no território baiano, a partir de sua capital, afinal trata-se de um fenômeno que guarda complexidade, justamente por evidenciar a necessidade de uma compreensão multifacetada, o que inclui considerar diferentes e alternativas abordagens de análise.

À vista disso, respeitando seu nível e raio de influência, Salvador, capital baiana pertencente ao grupo de principais centros urbanos do país, parece querer seguir, mesmo que de maneira paulatina, o prenúncio de Santos (1993) que em sua época apontava a possibilidade de metrópoles se fazerem presentes em toda parte e ao mesmo tempo de forma instantânea, resguardando as respectivas singularidades, tempos, ritmos e geografias.

O estado baiano tem uma considerável extensão territorial, composta por 417 municípios e que, conforme o IBGE (2020), são classificados em diferentes níveis urbanos (metrópole, capital regional, centros sub-regionais e centros de zona).

E considerando que este novo momento da urbanização não leva em conta padrões relacionados a demarcações territoriais, ultrapassando os limites das cidades, torna-se urgente a realização de investigações que possam auxiliar na identificação de outras cidades baianas que estejam vivenciando novos processos de urbanização por influência direta de Salvador ou até mesmo de outras grandes cidades brasileiras.

Sabe-se que existem instituições que trabalham com questões relacionadas ao comportamento das cidades brasileiras, principalmente as metrópoles, como o Observatório das Metrópoles, que conta com grupos de pesquisas espalhados pelas cinco Grandes Regiões do Brasil.

Contudo, a organização de estudos aprofundados que envolvam especificadamente o tema da metropolização do espaço direcionado às metrópoles nordestinas também se mostra uma importante opção a ser desenvolvida, visto que dentre os diversos estudos realizados pela mencionada instituição, parece haver

uma maior atenção às circunstâncias que envolvem o eixo Rio de Janeiro – São Paulo que evidentemente apresentam maior relevância por se tratarem de grandes cidades com influência nacional e no caso de São Paulo que também dispõe de influência global.

Não se trata de refutar a importância destas metrópoles, pois acumulam riqueza, conhecimento e inovação em alto nível, alta concentração demográfica e um amplo e diversificado conjunto de atividades econômicas, tornando-se espaço de genuíno interesse do capital.

No entanto, mesmo não apresentando características semelhantes com efeitos de grande expressividade, por que não observar tais transformações urbanas no contexto de metrópoles nordestinas, como Salvador, por exemplo?

A recente tese de pesquisa de Silva (2022), que buscou analisar as relações funcionais entre Salvador (metrópole) e Feira de Santana (capital regional), esta última considerada o principal polo estadual, é um bom exemplo de aprofundamento em temas que envolve a re(organização) espacial. Em sua conclusão a autora aponta indícios de formação de uma macrorregião a partir do estabelecimento de uma relação funcional que se reveza entre momentos de dependência e também de complementaridade entre os respectivos municípios.

Do mesmo modo, faz-se urgente a necessidade de se realizar detalhados estudos sobre a origem e a(s) forma(s) de atuação e organização dos grandes grupos econômicos de diversas áreas econômicas que estão cada vez mais atuantes na produção e transformação do espaço. Estes que, conforme defendido por pesquisadores da atualidade, vem contribuindo de maneira direta e determinante no desenvolvimento de complexos processos urbanos distribuindo, reorganizando e materializando espacialmente novas atividades e formas urbanas, o que possibilita a expansão do fenômeno da metropolização do espaço para lugares diversos.

E finalmente para concluir, torna-se primordial citar algumas das dificuldades que impuseram contratempos, limites e ajustes que se fizeram presentes, exigindo um empenho ainda maior do que normalmente toda pesquisa acadêmica exige.

No geral, credita-se a significativa parte destas adversidades à pandemia causada pelo coronavírus 2019 (COVID-19), que obrigara a trabalhar com maior intensidade a capacidade adaptativa. Além disso, o fato de ser um tema complexo e que tem exigido de pesquisadores o desenvolvimento de novas formas de compreender este novo momento do urbano, colaborou ainda mais para que o

desenvolvimento desta tese de pesquisa fosse considerado como um grande e complexo desafio acadêmico e também pessoal.

Se o próprio fenômeno se expande pelo espaço utilizando-se de fórmulas diversas, o que resta ao cientista é também buscar diferentes e também modernos recursos e métodos de modo a contribuir para o avanço do conhecimento sobre o tema.

Entretanto, a dificuldade no alcance a certos tipos de informações ainda é um dos maiores desafios no caminho investigativo, e que se fez presente durante toda a construção desta pesquisa. Sendo a dificuldade de acesso ou ainda informações desorganizadas e sem clareza os principais problemas enfrentados, exigindo um dispendioso e cansativo período de coleta, ordenamento e análise.

Assim, dentro dos limites impostos e também defrontados, além da plena consciência de que este é a apenas o começo de profundo trabalho investigativo que o tema da metropolização do espaço exige, principalmente no território baiano, a ideal recomendação refere-se à continuidade na construção de mais pesquisas acadêmicas, a fim de possibilitar a identificação de novas peças deste quebra-cabeça urbano e suas tendências.

REFERÊNCIAS

ABRAS – Associação Brasileira de Supermercados. Super Formatos: as lojas que estão conquistando o mercado. **SuperHiper**. São Paulo, n. 421, julho 2011. Disponível em <https://www.abras.com.br/edicoes-anteriores/Main.php?MagNo=61#page/39>. Acesso em 15 jul. 2023.

ABRASCE – Associação Brasileira de Shopping Centers. **Dados do setor**. Disponível em <https://abrasce.com.br/>. Acesso em 19 fev. 2022.

ADAN, A. de S. **A análise criminal e a criminologia ambiental no processo de construção de políticas públicas de segurança na Bahia: Estudo de caso na cidade de Simões Filho**. Dissertação (Mestrado), 77 f. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Direito, 2013.

AETN – Associação Empresarial Tancredo Neves. **História da Avenida Tancredo Neves**. 2022. Disponível em <https://www.aetn.com.br/historia/>. Acesso em 11 mar. 2022.

AGERBA – Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia. **Dados sobre carregamento das linhas de transporte coletivo intermunicipais**. 2021.

ALMEIDA, R. P.; MONTE-MOR, R. L. de M.; AMARAL, P. V. M. do. Implosão e explosão na Exópolis: evidências a partir do mercado imobiliário da RMBH. **Nova economia**, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 323-350, ago. 2017. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512017000200323&lng=en&nrm=iso. Acesso em 03 mar. 2021.

AMBROZIO, A. M. H. P.; MELO, L. D'Ávila. A nova imagem do setor de serviços. **Textos Para Discussão**. Rio de Janeiro: BNDES, n. 119, p.1-36, jan. 2017. Disponível em <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/13674>. Acesso em 23 abr. 2021.

ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações. **Painéis de Dados**. Brasília, 2022. Disponível em <https://www.gov.br/anatel/pt-br/dados/paineis>. Acesso em 03 jun. 2022.

ANDRADE, A. B.; BRANDÃO, P. R. B. **Geografia de Salvador**. 2 ed. Salvador: EDUFBA, 2009. 160p.

ARAÚJO, J. A. Sobre a cidade e o urbano em Henri Léfèbvre. **Geosp** - Espaço e Tempo, São Paulo, v. 31, p. 133-142, 2012.

AREND, M. A Industrialização do Brasil Ante a Nova Divisão Internacional do Trabalho. **Texto para Discussão**. Brasília: IPEA, 2015. Disponível em http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4620/1/td_2105.pdf. Acesso em 17 jun. 2019.

ASCHER, F. **Os novos princípios do urbanismo**. Nadia Somekh (trad.) São Paulo:

Romano Guerra, 2010.

BAHIA. Secretaria de Infraestrutura da Bahia. **Síntese dos resultados pesquisa de mobilidade na Região Metropolitana de Salvador 2012**. Salvador: Seinfra, 2013.

BALDIN, J. R. B. **A evolução do capital imobiliário nacional no setor de shopping centers a partir de 1980**. Tese (Doutorado), 170f. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-08012013-144631/>. Acesso em 08 nov. 2023.

BARROS, O. **Avenida Tancredo Neves - Readequação dos Centros urbanos à vida humana**. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Universidade Salvador – UNIFACS, Salvador, 2015. Disponível em https://issuu.com/orlandobarros1/docs/caderno_final_17-11-2015_issuu. Acesso em 23 fev. 2022.

BARROS, J. D'Assunção. Fixos e fluxos: revisitando um par conceitual. **Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía**. n. 29 (2), p. 493-504. Disponível em <https://doi.org/10.15446/rcdg.v29n2.8161>. Acesso em 21 jan. 2021.

BARTHOLOMEU, M. C. A metropolização do espaço segundo Sandra Lencioni: abordagem, características e dimensões. *In*: XVI Simpósio Nacional de Geografia Urbana (SIMPURB), Vitória (ES). **Anais [...]**. Vitória: UFES, p. 595-610, 2019. Disponível em <https://periodicos.ufes.br/simpurb2019/article/view/26667>. Acesso em 21 set.2020.

BASSAND, M. Les six paramètres de la métropolisation. **Les cahiers de la métropolisation**, n. 1, p. 33-39, 2001. Disponível em <https://docplayer.fr/87860393-Les-six-parametres-de-la-metropolisation-1.html>. Acesso em 07 jan. 2019.

BATISTA JUNIOR, E. A.; LAGE, C. S. Uso e Ocupação do Solo na Zona Rural do Município de Simões Filho - BA. *In*: **X Encontro de Geógrafos da América Latina**. São Paulo, Departamento de Geografia/FFLCH/USP, p. 1686-1700, 2005. Disponível em <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Geografiaregional/06.pdf>. Acesso em 19 fev. 2021.

BELL, D. Notes on the post-industrial society (I). **The Public Interest**, 6, p.24-35, Winter, 1967.

BELL, D. The Coming of the Post-Industrial Society. **The Educational Forum**, 40:4, p. 574-579, 1976. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1080/00131727609336501>. Acesso em 18 ago. 2021.

BEZERRA, M. do C. de L.; CAVALCANTE, C. V. O plano diretor e os elementos formadores de novas centralidades intraurbanas. **Ciência & Trópico**, Recife, v.33, n.2, p.219-241, 2009. Disponível em <https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/view/851/572>. Acesso em 14 jan. 2022.

BIENENSTEIN, G. Shopping Center: O Fenômeno e sua Essência Capitalista. **GEOgraphia**, 3(6), p. 53-70. 2002. Disponível em <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2001.v3i6.a13411>. Acesso em 21 fev. 2022.

BRANDÃO, A. L.; BRANDÃO, P. Do industrial ao pós-industrial: Transição e diversidade urbana – LX/BCN. **On the w@terfront**, n. 22, p. 105-21, 2012. Disponível em <https://raco.cat/index.php/Waterfront/article/view/252059>. Acesso em 04 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil. **Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ)**. Brasília, 2022a. Disponível em <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/servicos/cadastro/cnpj>. Acesso 04 fev. 2022.

BRASIL. **Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior**. Ministério da Educação (e-MEC). Brasília, 2022b. Disponível em <https://emec.mec.gov.br/>. Acesso em 08 fev. 2022.

BRENNER, N.; SCHMID, C. Planetary Urbanization. *In: Implosions/Explosion: Towards a study of planetary urbanization*. Berlin: Jovis, p. 160-163, 2014.

BRENNER, N. Theses on Urbanization. *In: Implosions/Explosion: Towards a study of planetary urbanization*. Berlin: Jovis, p. 181-202, 2014.

BRENNER, N.; SCHMID, C. Towards a new epistemology of the urban? **CITY**, v. 19, n. 2-3, p. 151-182, 2015. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1080/13604813.2015.1014712>. Acesso em 05 mai. 2021.

BRENNER, N. **Espaços da urbanização: o urbano a partir da teoria crítica**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2018.

CAMAÇARI. **Camaçari, Perfil e diagnóstico: 2000 - 2005**. Camaçari: PMC/SEPLAN, 2005.

CAMAÇARI. Lei nº 866 de 11 de janeiro de 2008. Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Camaçari e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**. Camaçari, Caderno Especial, ano V, nº 272 - de 13 a 19 de set. 2008.

CAPEL, H. Barcelona metrópolis de servicios: la renovación del centro de Barcelona y la nueva sede social de FECSA. *In: Las tres chimeneas*. Vol. III. p. 121-147. 1994.

CARAVACA BARROSO, I. Los nuevos espacios ganadores y emergentes. **EURE**, v. 24, n. 73, p. 5-30, Santiago de Chile, diciembre 1998. Disponível em <https://www.eure.cl/index.php/eure/article/view/1185/285>. Acesso em 16 jul 2021.

CARDOSO, V. L.; ALMEIDA, E. Evolução e dinâmica espacial do setor de serviços e sua relação com o setor industrial. **Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada**, v. 8 n. 15 Jul-Dez, 2013. Disponível em <https://periodicos.ufff.br/index.php/heera/article/view/26289>. Acesso em 29 ago. 2023.

CARLOS, A. F. A. São Paulo: Dinâmica urbana e metropolização. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano VII, n. 11, 12 e 13, set./out., 2003. Disponível em <https://docplayer.com.br/10067428-Sao-paulo-dinamica-urbana-e-metropolizacao-ana-fani-alessandri-carlos.html>. Acesso em 15 jan. 2022.

CARLOS, A. F. A. A Cidade e a organização do espaço. **Revista do Departamento de Geografia**, 1, p. 105-111, 1982/2011. Disponível em <<https://doi.org/10.7154/RDG.1982.0001.0009>>; Acesso em 16 abr. 2021.

CARLOS, A. F. A. Henri Lefebvre: a problemática urbana em sua determinação espacial. **Geosp – Espaço e Tempo**, v. 23, n. 3, p. 458-477, dez. 2019. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/163371>. Acesso em 04 fev. 2021.

CARVALHO, C. V. de; CARVALHO, I. M. M. de; GÓES, T. R. Dinâmica econômica e socioespacial da metrópole baiana em uma economia globalizada. **Textos para Discussão**, 2011, n. 1, p. 1-20.

CARVALHO, I. M. M. de; PEREIRA, G. C. Salvador: transformações de uma metrópole da periferia. *In*: RIBEIRO, L. C. de Q.; RIBEIRO, M. G. **Metrópoles brasileiras: síntese da transformação na ordem urbana 1980 a 2010**. Rio de Janeiro: Letra Capital. Observatório das Metrôpoles. p. 141 – 169, 2018.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede – A era da informação: Economia, Sociedade e Cultura**. Tradução Roneide Venancio Majer. 6.ed. São Paulo: Paz e Terra, v. 1, 1999.

CASTELLS, M. A Sociedade em Rede: do Conhecimento à Política. *In*: CASTELLS, M.; CARDOSO, G. (Orgs.). **A Sociedade em Rede: Do Conhecimento à Acção Política**. Conferência. Belém (Por): Imprensa Nacional. p. 17 – 30, 2005. Disponível em https://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/a_sociedade_em_rede_-_do_conhecimento_a_acao_politica.pdf. Acesso em 21 abr. 2021.

CONEXIS BRASIL DIGITAL. **Mapa de Antenas**. Out. 2023. Disponível em <https://conexis.org.br/numeros/mapa-de-antenas/>. Acesso em 03 dez. 2023.

CORRÊA, R. L. **Corporação, práticas espaciais e gestão do território**. Anuário do Instituto de Geociências. 15. 35-41. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/353947336_Corporacao_praticas_espaciais_e_gestao_do_territorio. Acesso em 02 fev. 2024.

CUNHA, J. de S. **Amargo açúcar: elementos da história da indústria e do trabalho no Recôncavo baiano, 1943-1964**. Dissertação (Mestrado). 283 f. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996.

DE MASI, D. **O futuro chegou**. Tradução de Marcelo Costa Sievers, Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013.

DE MATTOS, C. A. Modernización capitalista y transformación metropolitana en América Latina: cinco tendencias constitutivas. *In*: LEMOS, A. I. G. de. *et al.* **América Latina: cidade, campo e turismo**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de

Ciencias Sociales, San Pablo. p. 41-73, Diciembre 2006. Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/edicion/lemons/03mattos.pdf>. Acesso em 20 abr. 2021.

DE MATTOS, C. A. Globalización y metamorfosis metropolitana en América Latina: De la ciudad a lo urbano generalizado. **Revista Geográfica Norte Grande**, Santiago, n. 47, p. 81-104, dez. 2010. Disponível em https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-34022010000300005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 11 jan. 2021.

DIAS, L. C. **Os sentidos da rede: notas para discussão**. In: DIAS, L; C; SILVEIRA, R; L; L; da. (Org.). Redes, sociedades e territórios. 3. ed., rev. e ampl. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, [recurso eletrônico], 2021.

DIAS, P. C. **A construção da segregação residencial em Lauro de Freitas (BA): estudo das características e implicações do processo**. Dissertação (Mestrado), 200 f. Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências, Salvador, 2006.

DIAS, P. C. **Trabalho e lazer na metrópole: lugares e fluxos das diferentes classes sociais na Região Metropolitana de Salvador**. Tese (Doutorado), 358 f. Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências, Salvador, 2016.

DIAS, R. **Introdução à sociologia**. 2 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

DOTA, E. M.; FERREIRA, F. C. Evidências da metropolização do espaço no século XXI: elementos para identificação e delimitação do fenômeno. **Cadernos Metrôpole**, São Paulo, v. 22, n. 49, p. 893-912, dez. 2020. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-99962020000300893&lng=en&nrm=iso. Acesso em 11 set. 2020.

EGLER, T. T. C. Refletindo a transição da sociedade industrial para a sociedade da comunicação. In: **El rostro urbano de América Latina**. Buenos Aires: CLACSO - Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2004. Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/gt/20100930021818/14p6art1.pdf>. Acesso em 18 nov. 2020.

EUROPEAN COMMISSION; Joint Research Centre. **GHSL data package 2023**. Publications Office of the European Union; 2023. Disponível em: [doi/10.2760/098587](https://doi.org/10.2760/098587). Acesso em 15 jan. 2024.

FARIA, C. E. de; GOMES, R. de C. da C. O terciário e os “novos usos” do território urbano em cidades médias: elementos para análise no período atual. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, Sobral/CE, v. 20, n. 3, p. 49-67, Dez. 2018. Disponível em <http://uvanet.br/rcgs>. Acesso em 22 abr. 2021.

FERNANDES, R.; PENA, J.; SANTANA, A. Camaçari-BA e sua trajetória urbana. In: **IV Seminário Internacional sobre desenvolvimento regional**. Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, Rio Grande do Sul, 2008. Disponível em <https://www.unisc.br/site/sidr/2008/textos/51.pdf>. Acesso em 19 fev. 2021.
FERREIRA, A.; RUA, J.; MARAFON, G.; SILVA, A. C. P. da. Introdução... ou as

primeiras aproximações. *In*: FERREIRA, Alvaro *et al.* (Org.). **Metropolização do espaço: Gestão Territorial e relações urbano-rurais**. Rio de Janeiro: Consequência, p. 9-13, 2013.

FERREIRA, A. Metropolização do espaço, tensões e resistências: entre espaços de controle e controle do espaço. **Scripta Nova (Barcelona)**, v. XVIII, p. 55, 2014.

FERREIRA, A. Caminhando em direção à metropolização do espaço. **Geosp – Espaço e Tempo (Online)**, v. 20, n. 3, p. 441-450, mês. 2016. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/geosp/issue/view/6465>. Acesso em 23 ago. 2018.

FERRIER, J. P. La métropolisation dans le monde arabe et méditerranéen: un outil majeur du développement des macro-régions du monde. **Cahiers de la Méditerranée**, 64, 2002. Disponível em <http://journals.openedition.org/cdlm/84>. Acesso em 08 set. 2020.

FERRIER, J. P. Pour une théorie (géographique) de la métropolisation. Enjeux et définition de la métropolisation. **Cahier de la Métropolisation**, n.1, p. 41-51 2003. Disponível em: www.metropolisation.org/cahier_metropolisation/n_1. Acesso em 18 set. 2020.

FRANÇA, R. S. de. **A dispersão urbana na “região metropolitana de Natal”:** **Novas espacialidades e velhas contradições**. Tese (doutorado), 235 f. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

FREIRE, H. P.; HOLANDA, V. C. C. de. A expansão do ensino superior nas cidades médias do nordeste brasileiro. *In*: SILVA, R. M. G. da; HOLANDA, V. C. C. de. (Org.). **A expansão do ensino superior em debate**. Sobral: Edições UVA; Editora Sertão Cult, p. 7-28. 2018.

GALINARI, R.; TEIXEIRA JÚNIOR, J. R. **Serviços: conhecimento, inovação e competitividade**. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n. 39, p. 235-279, mar. 2014. Disponível em <http://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/4803>. Acesso em 21 out. 2021.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**, Raul Fiker (trad.). São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GILEÁ, J.; SPINOLA, C. de A.; SOUZA, L. N. de. CAMAÇARI: repercussões urbanas e ambientais do crescimento industrial. **Revista Scientia**, v. 5, n. 2, p. 13-28, maio/ago. 2020. Disponível em <https://www.revistas.uneb.br/index.php/scientia/article/view/8592>. Acesso em 22 fev. 2021.

GONÇALVES, T. E. **Shopping Centers e o processo de metropolização em Fortaleza**. Tese (Doutorado), 450 f. Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza, 2017.

GOTTDIENER, M. **A Produção Social do Espaço Urbano**. Trad. Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

GUERRA, A.; POCHMANN, M.; SILVA, R. A. **Cidades e dissoluções: passado e presente da urbanização brasileira**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2020. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/estante/cidades-e-dissolucoes-passado-e-presente-da-urbanizacao-brasileira/>. Acesso em 21 ago. 2023.

HILDEBRANDT, M. **As dinâmicas de metropolização e a atuação dos agentes produtores do espaço urbano na área conurbada de Florianópolis**. Tese (Doutorado), 331f. Curso de Geografia, Departamento de Geociências, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/191054>. Acesso em: 11 set. 2020.

HORTENCIO, L. M. Cidade-região ? Revisão de conceitos a partir de uma perspectiva histórica. *In: XVI ENANPUR*, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <http://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/download/1630/1609/>. Acesso em 07 out. 2016.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão do Brasil em Regiões Funcionais**. Rio de Janeiro, 1972. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv13622.pdf>. Acesso em 07 abr. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de Influência das Cidades**. Rio de Janeiro, 1987. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv19139.pdf>. Acesso em 02 out. 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de Influência das Cidades**. Rio de Janeiro, 1993. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/regioesdeinfluencia/Regioes%20de%20influencia%20das%20cidades_1993.pdf. Acesso em 24 abr. 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de influência das cidades 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101728>. Acesso em 2 nov.2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produto interno bruto dos municípios 2020**. Rio de Janeiro, 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: uma primeira aproximação**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100643.pdf>. Acesso em 04 nov. 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2022: População e**

Domicílios - Primeiros Resultados. Rio de Janeiro, 2023.

INDOVINA, F. Verso una nuova dimensione metropolitana. **Treballs de la Societat Catalana de Geografia**, n. 75, jun 2013, p. 149-164. Disponível em <http://revistes.iec.cat/index.php/TSCG/article/view/67872/67649>. Acesso em 01 jul. 2019.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **A industrialização no Brasil: diagnóstico e perspectivas.** Rio de Janeiro, mimeografado, 1968.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Faces da Metropolização no Brasil: Desafios contemporâneos na gestão das regiões metropolitanas. In: **Infraestrutura social e urbana no Brasil: subsídios para uma agenda de pesquisa e formulação de políticas públicas.** Brasília: Ipea, p. 641 – 682, 2010.

KEIL, I. L. M. Do capitalismo industrial ao pós-industrial: Reflexões sobre trabalho e educação. **Educação Unisinos**, v. 11, p. 15-21, 2007. Disponível em <http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/5681>. Acesso em 16 nov. 2020.

KON, A. **Evolução do setor terciário no Brasil.** EAESP/FGV/NNP – Núcleo de Pesquisas e Publicações, São Paulo – SP, n. 14, 1-47, 1996.

KON, A. **Economia de serviços: teoria e evolução no Brasil.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

LAURO DE FREITAS. **Lei Municipal nº 1.773, de 17 de dezembro de 2018.** Dispõe sobre a revisão a Lei 1.330, de 30 de dezembro de 2008 e suas alterações, que instituiu o Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal – PDDM, na forma que indica e dá outras providências. Diário Oficial do Município, ano VI, nº 1316. Lauro de Freitas, 2018.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade.** Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 1968/2001.

LEFEBVRE, H. **A Revolução Urbana.** Belo Horizonte, UFMG, 1970/2002.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço.** Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). 1974/2006.

LEFEBVRE, H. **Espaço e Política.** Trad. Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1972/2008.

LENCIONI, S. **A Emergência de um novo fato urbano de caráter metropolitano em São Paulo.** Boletim Paulista de Geografia, v. 82, 2005.

LENCIONI, S. Reconhecendo metrópoles: território e sociedade. In: SILVA, C. A. da. *et al.* (Org.). **Metrópole: governo, sociedade e território.** Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, p. 41-57, 2006.

LENCIONI, S. Observações sobre o conceito de cidade e urbano. **GEOUSP Espaço e Tempo** (Online), v. 12, n. 1, p. 109-123, 2008. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74098>. Acesso em: 21 ago. 2023.

LENCIONI, S. Concentração e centralização das atividades urbanas: uma perspectiva multiescalar. Reflexões a partir do caso de São Paulo. **Rev. geogr. Norte Gd.** Santiago, n. 39, p. 7-20, maio 2008. Disponível em <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-34022008000100002>. Acesso em 24 abr. 2020.

LENCIONI, Sandra. A metamorfose de São Paulo: o anúncio de um novo mundo de aglomerações difusas. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, v. 120, 2011. Disponível em <http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/176>. Acesso em 23 ago. 2018.

LENCIONI, S. Metropolização do espaço: processos e dinâmicas. In: FERREIRA, A. *et al.* (Org.). **Metropolização do espaço: Gestão Territorial e relações urbano-rurais**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, p. 17-34, 2013.

LENCIONI, S. Urbanização difusa e a constituição de megarregiões. O caso de São Paulo-Rio de Janeiro. **Revista e-metropolis**, v. 6, n. 22, p. 6-15, set. 2015. Disponível em: <http://emetropolis.net/edicao/n22>. Acesso em 23 ago. 2018.

LENCIONI, S. **Metrópole, metropolização e regionalização**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

LENCIONI, S. Metropolização. **GEOgraphia**, v. 22, n. 48, 2020. Disponível em <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/43103>. Acesso em 23 set. 2020.

LEOPOLDO, E. A expansão metropolitana de Fortaleza: eixos, níveis e escalas na produção do espaço. **GEOgraphia**, v. 17, p. 121-140, 2015. Disponível em <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13714>. Acesso em 23 jan.2021.

LEVY, J. Penser la ville: un impératif sous toutes les latitudes. **Cahiers d'études sur la Méditerranée orientale et le monde turco-iranien** [En ligne], n. 24, 1997. Disponível em: <http://journals.openedition.org/cemoti/1458>. Acesso em 08 set. 2020.

LIMA, L C.; ROCHA, A. M. Reflexões sobre o terciário. **GeoTextos**, vol. 5, n. 2, p. 85-105, dez 2009.

MAGALHÃES, F. N. C. **Transformações socioespaciais na cidade-região em formação: a economia geopolítica do novo arranjo espacial metropolitano**. Dissertação (Mestrado), 219f. Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais. 2008. Disponível em <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/MPBB-7QGNGB>. Acesso em 06 out. 2016.

MELO, H. P. de., ROCHA, F., FERRAZ, G.; DI SABBATO, A., DWECK, R. O setor serviços no Brasil: uma visão global – 1985/1995. **Texto para Discussão**. Rio de Janeiro: IPEA, n. 549, 1998. Disponível em https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2381/1/td_0549.pdf. Acesso em 29

ago. 2023

MELO FILHO, J. M. M. de. O processo de metropolização e a metrópole: apontamentos para a compreensão da realidade brasileira. **Geographia Meridionalis**. v. 4, n. 2, p. 104-125, jul-dez, 2018. Disponível em <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Geographis/article/view/14118/9215>. Acesso em 21 jun. 2021.

MÉNDEZ, R. Metrópolis en la globalización neoliberal e impacto de su crisis. **Revista de Ciencias Sociales**, segunda época, ano 6, n. 25, Bernal, Editorial de la Universidad Nacional de Quilmes, outono 2014, p. 45-67. Disponível em: https://digital.csic.es/bitstream/10261/201819/1/metropolis_globalizacion.pdf. Acesso em 16 fev. 2021.

MIR, U.; HASSAN, S. M.; QADRI, Mubashar. Understanding Globalization and its Future: An Analysis. **Pakistan Journal of Social Sciences (PJSS)**, v. 34, n. 2, p. 607-624, jan. 2014. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/274640873_Understanding_Globalization_and_its_Future_An_Analysis/citation/download. Acesso em: 21 out. 2019.

MONTE-MÓR, R. L.. What is the urban in the contemporary world?. **Cadernos de Saúde Pública [online]**, v. 21, n. 3, p. 942-948, 2005. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2005000300030>. Acesso em 15 jun. 2021.

MOURA, R.. **Arranjos urbano-regionais no Brasil: uma análise com foco em Curitiba**. Tese (Doutorado), 242 f. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

MOURA, R.; CASTELLO BRANCO, M. L. G.; FIRKOWSKI, O. L. C. de F. Movimento pendular e perspectivas de pesquisas em aglomerados urbanos. **São Paulo Perspec.** São Paulo, v. 19, n. 4, p. 121-133, dez. 2005. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392005000400008&lng=en&nrm=iso. Acesso em 12 nov. 2018

MARRIEN, M. The two visions of post-industrial society. **Futures**, v. 9, Ed. 5, p. 360-454, October 1977. Disponível em <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/001632877900222>: Acesso em 30 abr. 2021.

MUMFORD, L. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas**. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1961/1998.

NASCIMENTO, G G do. Setor terciário da economia e organização do espaço urbano: uma breve análise a luz de seus aspectos históricos e sociais. **Revista de Geografia**. Recife: UFPE – DCG/NAPA, v. 24, n. 3, set/dez. 2007. Disponível em <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/view/228722>. Acesso em 15 dez. 2021.

NOBRE, P A. M.; RAMOS, E. M. B. A cidade e o Capital: um breve histórico da situação da classe operária. *In*: **II CODE** – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, 2011. Disponível em <https://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area1/area1-artigo17.pdf>.

Acesso em 10 fev. 2021.

OLIVEIRA, C. M. de. Da cidade industrial à cidade neoliberal: Projetos Urbanos na produção de espaços artificiais. *In: XVIII ENANPUR*, Natal, 2019. Disponível em <http://anpur.org.br/xviiienanpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=1032>. Acesso em 08 fev. 2021.

ORNÉLAS, W. A cidade de Camaçari continua a sua saga como Capital Industrial do Nordeste. *Correio*, Salvador, 13 de fev. 2019. Disponível em <https://www.correio24horas.com.br/noticias/categoria/artigo/>. Acesso em 22 fev. 2021.

ORTIGOZA, S. A. G. A metrópole como espaço-sedutor no mundo do consumo: os exemplos de São Paulo e Dubai. *Revista Pluris*. Minho, Portugal, 2010. Disponível em: <http://pluris2010.civil.uminho.pt/actas/pdf/paper556.pdf>. Acesso em 09 ago. 2021

ORTIGOZA, S. A. G. **Paisagens do consumo. São Paulo, Lisboa, Dubai e Seul**. Coleção PROPG Digital – UNESP. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/109158>. Acesso em 10 jan. 2022.

PACHECO, S. M. M. Dinâmica da Terciarização e Reestruturação Urbana no Rio de Janeiro. *In: 9º Encuentro Internacional de Geógrafos*, Mérida, 2003. Disponível em <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal9/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/16.pdf>. Acesso em 05 out. 2020.

PAIVA, R. A. Sobre a relação indústria e urbanização. *Revista E-metropolis*, v. 7, n. 27, p. 34-43, dez. 2016. Disponível em <http://emetropolis.net/artigo/204?name=sobre-a-relacao-industria-e-urbanizacao>. Acesso em 01 fev. 2017.

PEREIRA, C. “Mudar a vida”: da revolução urbana à revolução do espaço – o projeto de Henri Lefebvre. *GEOgraphia*. v. 20, n. 21. 2018. Disponível em 10.22409/geographia.v20i43.1029. Acesso em 16 nov. 2020.

PEREIRA, G. C.; SILVA, S. B. de M.; CARVALHO, I. M. M. de. **Salvador no Século XXI: transformações demográficas, sociais, urbanas e metropolitanas – Cenários e Desafios**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 232 p, 2017.

PEREIRA, T. C. G.; OLIVEIRA JUNIOR, R. R. de. A Metropolização no século XXI: Uma análise a partir das centralidades da Baixada Fluminense. *In: SILVESTRE, L.P.F. (org.). Investigação Científica nas Ciências Sociais Aplicadas*. Ponta Grossa: Atena Editora, p. 47-58, 2019.

PESARESI, M.; POLITIS, P. **GHS-BUILT-S R2023A - GHS built-up surface grid, derived from Sentinel2 composite and Landsat, multitemporal (1975-2030)**. European Commission, Joint Research Centre (JRC). Disponível em <http://data.europa.eu/89h/9f06f36f-4b11-47ec-abb0-4f8b7b1d72ea>. Acesso em 15 jan. 2024.

PESSOTI, G. C. *et al.* A economia de Salvador entre 2021 e 2030: análise

conjuntural, resiliência setorial pós-pandemia e tendências estruturais. *In: Textos para Discussão*. Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI, n. 19, 38p. Jul. 2020. Disponível em https://www.sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/textos_discussao/texto_discussao_19.pdf. Acesso em 19 fev. 2021.

PINSON, D. Environnement et urbanisation. *In: DOMENACH, H.; PICOUET, M. Environnement et populations: la durabilité en question*. Paris: L'Harmattan, p. 32-51, 2004. Disponível em <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-01121523/document>. Acesso em 06 ago. 2021.

PINTAUDI, S. M. **O templo da Mercadoria: Estudo sobre os Shopping Centers do Estado de São Paulo**. 156 f. Tese (doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

REIS FILHO, N. G. **Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano**. São Paulo: Via das Artes, 2006.

REIS JUNIOR, L. C.; SANTANA, L. S. G. de; SOUZA, L. N. de; SPINOLA, C. de A. Lauro de Freitas no contexto do turismo da região metropolitana de Salvador: um centro turístico dormitório? **DRd - Desenvolvimento Regional Em Debate**, 10, p. 1160-1183, 2020. Disponível em <https://doi.org/10.24302/drd.v10i0.2938>. Acesso em 23 fev. 2021.

RIBEIRO, L. C. de Q.; SILVA, E. T.; RODRIGUES, J. M. Metrôpoles Brasileiras: diversificação, concentração e dispersão. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.120, p.177-207, jan./jun. 2011. Disponível em <http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/232>. Acesso em 17 out. 2016.

RODRIGUES, L. C. B.; FAÇANHA, A. C. O ensino superior e a (re)produção do espaço urbano em Teresina-PI. *In: SILVA, R. M. G. da; HOLANDA, V. C. C. de. (Org.). A expansão do ensino superior em debate*. Sobral: Edições UVA; Editora Sertão Cult, p. 141-158. 2018.

RUFINO, B. Apresentação. *In: RUFINO, B. et al. (Org.). Financeirização e metropolização do espaço: imobiliário e infraestruturas sob domínio de grandes grupos econômicos*. [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2023. Disponível em <https://www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/download/1124/1028/3816?inline=1>. Acesso em 13 nov. 2023.

SALOMÃO, I. C. As origens do pensamento industrial brasileiro no século XIX: uma análise através das associações de classe. **Leituras de Economia Política**, Campinas, (24), p. 79-98, jan./dez. 2016. Disponível em <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3492/Artigo4.pdf>. Acesso em 24 mar. 2021.

SALVADOR. **Projeto de lei do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano da Cidade de Salvador**. Salvador, 1979. Disponível em <http://biblioteca.fmlf.salvador.ba.gov.br/cgi-bin/wxis.exe?>

IsisScript=phl82.xis&cipar=phl82.cip&lang=por. Acesso em 21 fev. 2022.

SALVADOR. Lei nº 9.069 de 30 de junho de 2016. **Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Salvador e dá outras providências.** Salvador, 2016a.

SALVADOR. Lei nº 9.148 de 08 de setembro de 2016. **Dispõe sobre o Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo do Município de Salvador e dá outras providências.** Salvador, 2016b.

SANTANA, L. S. G. de *et al.* Uma análise sobre o crescimento da cidade de Salvador (BA) e os reflexos na segregação socioespacial. **Conj. & Planej.**, Salvador, n.198, p.61-73, jan./jun. 2020. Disponível em <https://publicacoes.sei.ba.gov.br/index.php/conjunturaeplanejamento/article/view/254>. Acesso em 7 abr. 2021.

SANTOS, M. **Espaço e método.** São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, M. Objetos e ações: dinâmica espacial e dinâmica social. **Geosul**, Florianópolis, ano VII, n. 14, p. 49-59, jul./dez. 1992.

SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional.** São Paulo: Hucitec, 190 p.1994.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Edusp, [1996] 2006.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI.** 9º ed. Record, 2006.

SANTOS, M. **O Espaço do Cidadão.** 7 ed. São Paulo: Edusp, [1987] 2007.

SEDHAM – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente. **Uso e ocupação do solo em Salvador.** Cadernos da Cidade: Coordenadoria Central de Produção de Indicadores Urbano-Ambientais - COPI. Salvador, Bahia, ano I, n 1, jun. 2009.

SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Pobreza na Bahia em 2010: dimensões, territórios e dinâmicas regionais.** Série Estudos e Pesquisas, nº 97. Salvador, 2014.

SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Tabela – 39 PIB Municipal: Valor Adicionado, PIB e PIB Per Capita a Preços Correntes, Bahia - 2021.** Salvador, 2021a. Disponível em https://sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=561&Itemid=1141&lang=pt. Acesso em 07 mar. 2024.

SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Tabela – 40 PIB Municipal: Estrutura Setorial dos Valores Adicionados, Bahia - 2021.**

Salvador, 2021b. Disponível em https://sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=561&Itemid=1141&lang=pt. Acesso em 07 mar. 2024.

SHEK, D T. L.; CHUNG, P. P. Y.; LEUNG, H. Manufacturing Economy vs. Service Economy: Implications for Service Leadership. **International Journal on Disability and Human Development**, v. 14, n. 3, p. 205-215. 2015. Disponível em https://uknowledge.uky.edu/pediatrics_facpub/210. Acesso em 28 jul. 2021.

SILVA, A. L.; LAGE, C. S. Análise dos espaços intra-urbanos da cidade de Simões Filho. In: **X Encontro de Geógrafos da América Latina**. São Paulo: Departamento de Geografia/FFLCH/USP, p. 14132-14143, 2005. Disponível em <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/43.pdf>. Acesso em 19 fev. 2021.

SILVA, C. M. da. **Funcionalidade e formação da Macrorregião de Salvador – Feira de Santana**. Tese (Doutorado) 249 f. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Geociências, 2022.

SILVA, O. T. da. A centralidade metropolitana em pedaços: reflexões sobre os novos centros e suas centralidades. **Revista Cidades**, v. 12, p. 4, 2015. Disponível em <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/cidades/issue/view/128>. Acesso em 22 mar. 2022.

SIMÕES FILHO. Lei nº 995 de 06 de julho de 2016. **Dispõe sobre a revisão da lei 724/2006, que trata da política urbana do município, institui o plano diretor de desenvolvimento municipal de Simões Filho e dá outras providências**. Simões Filho, 2016.

SIMONSEN, R. C. **Evolução industrial do Brasil e outros estudos**. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP. 1973.

SIQUEIRA, M. da P. S.; DUARTE, M. P. L.; DUARTE, G. C. As cidades contemporâneas e suas transformações. **Dimensões - Revista de História da UFES**, v. 40, p. 65-86, 2018. Disponível em <https://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/20444/13719>. Acesso em 15 mar. 2021.

SOARES, P. R. R. Metropolização, aglomerações urbano-industriais e desenvolvimento regional no sul do Brasil. **Cadernos. Metrôpole**. São Paulo, v. 20, n. 41, p. 15-34, Abril/2018.

SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social**. Vera Ribeiro (trad.), 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

SOJA, E. W. Six discourses on the Postmetropolis. In: WESTWOOD, Sallie y WILLIAMS, John (eds.). **Imagining cities: Scripts, signs, memory**. Londres: Routledge, p. 19-30, 1997. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/3656692.pdf>. Acesso em 30 jun. 2021.

SOJA, E. W. **Postmetrópolis: Estudos críticos sobre las ciudades y las regiones**. Traficantes de Sueños: Madrid, 594 p. 2008.

SOJA, E. W. Regional Urbanization and the End of the Metropolis Era. *In*: BRIDGE, G.; WATSON, S. (Org.). **The New Blackwell Companion to the City**. p. 679-689, 2011. Disponível em <https://doi.org/10.1002/9781444395105.ch59>. Acesso em 05 mai. 2021.

SOJA, E. W. Para além da Postmetrópolis. **Rev. UFMG**, Belo Horizonte, v. 20, n.1, p.136-167, jan./jun. 2013. Disponível em https://www.ufmg.br/revistaufmg/pdf/REVISTA_20.1_web.pdf. Acesso em 24 abr. 2020.

SOUZA, M. L. de. Da "urbanização planetária" ao espaço geográfico complexo: multiplicidade de perspectivas e situacionalidade cultural da teoria sócio-espacial. *In*: SERPA, A.; CARLOS, A. F. A. (Org.). **Geografia Urbana: desafios teóricos contemporâneos**. Salvador: EDUFBA, v. 1, p. 395-413, 2018.

SOUZA, J. G.; SOUZA, L. N.; SPINOLA, N. D. Ascensão e Queda de um Centro Industrial Urbano: A Península de Itapagipe em Salvador/Bahia. **Revista Baru - Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos**, Goiânia, v. 5, n. 2, p. 341-362, dez. 2019. Disponível em <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/baru/article/view/7867>. Acesso em 29 abr. 2021.

SPOSITO, M. E. B. A gestão do território e as diferentes escalas de centralidade urbana. **Território**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 4, p. 27-37, 1998.

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e Urbanização**. 14ª ed. São Paulo: Contexto, 2004.

SUZIGAN, W. Industrialização Brasileira em Perspectiva Histórica. **História Econômica & História de Empresas**. v. III, n.2, p. 7-25, 2000.

TAYLOR, P. J.; LANG, R. E. The Shock of the New: 100 Concepts Describing Recent Urban Change. **Environment and Planning A: Economy and Space**, 36(6), p. 951-958, 2004. Disponível em <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1068/a375>. Acesso em 26 mai. 2021.

UGEDA JÚNIOR, J. C. Planejamento da Paisagem e Planejamento Urbano: Reflexões sobre a urbanização brasileira. **Revista Mato-Grossense de Geografia**, v. 17, p. 101-116, jan/jun 2014.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, FAPESB, 2 ed., 2001.

ZANETI, I C B. B. **Educação Ambiental, Resíduos Sólidos Urbanos e sustentabilidade. Um estudo de caso sobre o sistema de gestão de Porto Alegre-RS**. Tese (Doutorado), 176 f. Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável, Brasília, 2003.